

RAÍZES

Ano III nº 6

São Caetano do Sul

Janeiro de 1992



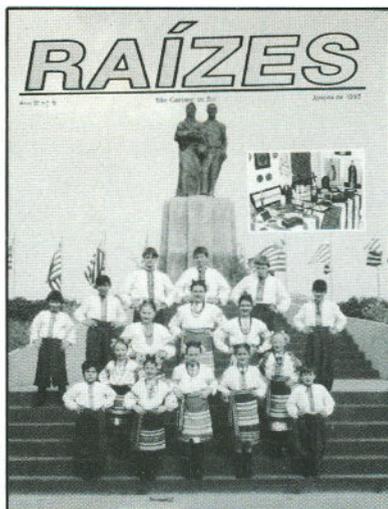
O novo nas imagens do passado

Desde o lançamento, **Raízes** tem como objetivo resgatar a História de São Caetano do Sul. Mas não se trata de uma narrativa superficial, seqüenciada, cujo propósito seja o de reiterar velhas teses, por vezes equivocadas. Ao contrário: o que se vem buscando é desvendar o novo dentro das imagens de um passado que ainda se conserva na memória de pessoas, entidades, grupos da população etc., para impedir que anos e anos de trabalho, lembranças, fatos e eventos se percam, sem registro, sem testemunho escrito.

Rastrear o passado, sob essa perspectiva, significa reavivá-lo, permitindo às atuais e futuras gerações uma avaliação mais clara e objetiva daquilo que foi a História do Município. Afinal de contas, como bem mostra o segundo volume do projeto editorial financiado pela Prefeitura de São Caetano — *Dietário dos Escravos de São Bento* —, poucos foram os estudos a respeito da presença escrava no Grande ABC e, particularmente, em São Caetano do Sul, exceção a um estudo de José de Souza Martins. Mas assim tem sido com outros tantos grupos étnicos, fatos do cotidiano e eventos significativos, como é o caso da participação de sancaetanenses nas primeira e segunda Guerras Mundiais.

O passado é novidade na medida que se revigora nos registros e se transmite às gerações futuras. O passado é novidade na medida que se descrevem os desvãos da História, tão fracamente cultivada entre nós. O passado é presente na medida que continua vivendo na memória dos participantes de inúmeros acontecimentos. O passado é futuro na medida que se perpetua pela narrativa, pelo depoimento, pela análise e pelo estudo. **Raízes**, portanto, é uma tênue mas contínua ponte lançada sobre o abismo que, aparentemente, separa o passado, presente e futuro, na esperança de que os fatos se perpetuem, registrem, conservem, cultivem. **Raízes**, portanto, é uma viagem constante ao cotidiano de uma comunidade, cujos pormenores vão sendo redescobertos.

O Editor



*Capa: Grupo Folclórico da Sociedade Unificação, defronte à Estátua do Imigrante Italiano, à Praça Luiz Ventura, na entrada da cidade. No destaque, mesa com artesanato ucraniano. Contracapa: Grupo Folclórico Infantil da Sociedade Unificação. Em cima, da esquerda para a direita: Catedral de São Volodymyr, em Kiev, capital da Ucrânia (construção do século XIX); toalha de algodão, do século XIX, da aldeia de Gorodkivka, Podólia (Museu de Artes Decorativas de Kiev) e mesa típica ucraniana de Páscoa. Em baixo, da esquerda para a direita: exposição de tapetes e outros objetos artesanais ucranianos e exibição do Grupo Folclórico da Sociedade Unificação, na sede social, à Rua Mariano Pamplona, Bairro Fundação. (A foto da Catedral de São Volodymyr foi reproduzida da obra **Kiev-vtchora, siogodni, závtra** (Kiev, ontem, hoje, amanhã), Kiev, Mistétztvo, 1982; a toalha de algodão foi reproduzida da obra **L'Art Populaire Ukrainien**. Éditions d'Art Aurora, Leningrado, 1982) Fotos e reproduções em cores: Yoji Agata*

RAÍZES

Ano III NÚMERO 6 — Revista semestral
Publicação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul — Avenida Goiás, 600, 3º andar CEP 09520 — Telefone: (011) 441-1634 — Telex: (011)44-938 — Fax: (011) 743-4618

Conselho Editorial — Aleksandar Jovanovic, Claudinei José Rufini, Henry Veronesi, Oscar Garbelotto, Sônia Maria Franco Xavier, Valdenizio Petrolli
Editor/Jornalista Responsável — Aleksandar Jovanovic (MTb 13165, Sijesp 7290)

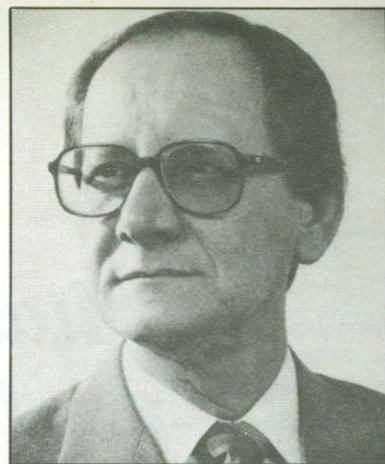
Assistente de Redação — Rosana Cristina Jungton Mucciolo

Fotos — Reprodução: Yoji Agata, José Honório de Castro e Gilson C. Santos
A revista **Raízes** está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação da revista não são devolvidos, exceção feita às fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMPOSIÇÃO: FOTOLITO E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua da Mooca, 1921 — Fone: 291-3044
Vendas: ramais 252 e 325
Telex: 011 34557 — DOSP
Caixa Postal: 8231 — São Paulo
C.D.C. IM.F. 14 — 48.066.047/0001-84

ÍNDICE

Italianos e oriundi na I Guerra Mundial Henry VERONESI	4
FEB, cinquenta anos depois Silvio José BUSO	10
Ucranianos, sete décadas de presença marcante Aleksandar JOVANOVIĆ	17
Aqui nasceu a indústria automobilística brasileira (General Motors) Arnaldo TREBILCOCK	30
Villares e sua história Adroaldo UBERTI e José Menino de MIRANDA	33
Meio século de História Sônia Maria Franco XAVIER	39
De volta à velha fábrica Ademir MÉDICI	45
Cenas do Bairro da Ponte (1920-1940) Oscar GARBELOTTO	50
Amargas lembranças Antonio de ANDRADE	59
ZYR-41, Rádio Cacique Valdenízio PETROLI	66
Meu amigo inesquecível Jayme da Costa PATRÃO	73
Rezas, benzeduras e simpatias José Antipa WARD	80
O Rotary em São Caetano Urames P. SANTOS	83
Projeto Editorial Revolução de 1924 Manoel Cláudio NOVAES	85
Nicolau, escravo de São Bento Luiz Gonzaga PIRATININGA JR.	87
Depoimento Elvira Paulillo Braido	89
Monte Alegre Gisberto GRIGOLETTO	91
Arte musical em São Caetano	93
Homenagem João Migliani	94
João Giorgetti Odilla Giorgetti CAVIOLI	95
São Caetano di Thiène: o santo padroeiro da cidade D.Glenir SANTARNECCHI	97
Memória Fotográfica	99



A revista *Raízes* está consagrada pelo fervor com que noticia o ontem, buscando reviver a sociedade empresarial e os capítulos sócio-político-econômicos, com grandeza especial. O objetivo precípuo está atendido.

Repórter da *Folha de S. Paulo*, em dezembro último, entrevistava-nos, buscando as razões que apóiam a situação de São Caetano do Sul — que ocupa o primeiro lugar em desenvolvimento social, estrutural, educacional, na saúde e outros segmentos —, não somente em nível de microrregião mas também na qualidade de cidade-padrão no Brasil. Fácil a conclusão. Não só o grupo político de representação é dinâmico e conservador, a um só tempo, como também a sociedade tem comportamento planejado. Dos primórdios da vila, ao longo de décadas, sentiu-se na região uma mesclagem enorme de povos com visão diferenciada de cultura. Um conservadorismo maior ficou com São Caetano, quicá pelo diminuto território geográfico (e uma predominância do grupo italiano), sempre nivelado pela relevância do parque empresarial dinâmico e apego familiar tradicional. Somando-se à proximidade com a capital e investimentos públicos direcionados, onde prevalece o bom-senso como tônica dos atos emanados dos chefes do Executivo, a educação e cultura como pontos altos, a saúde receber do altos investimentos, e serviços prioritários estruturais, com mais lazer, esporte e assistência constante à micro, pequena e média empresas. Af está o projeto da cidade-padrão — com raízes em nossa História e no comportamento do povo.

Este comentário é oportuno, quando me pedem a apresentação da revista, sobretudo se levarmos em conta que trazemos o pensamento no passado e estamos projetando o futuro da metrópole, com a elaboração de um Plano Diretor para a cidade do primeiro mundo.

Neste número — altamente eclético — vamos da participação na I Guerra Mundial à lembrança e histórias de vultos significativos, presença marcante de povos que contribuíram para a nossa economia, sistemas empresariais, depoimentos, homenagens e boa versão do santo padroeiro da cidade — São Caetano di Thiène.

Luiz Olinto Tortorello
Prefeito
São Caetano do Sul, janeiro de 1992

Italianos e oriundi na I Guerra Mundial

Henry VERONESI (*)

Os italianos, na maioria imigrantes que vieram das longínquas terras itálicas para o Brasil, no século passado, ao chegarem aqui, pela Imigração Italiana, foram enviados para diversas cidades do Estado de São Paulo.

Assentados nas fazendas, principalmente nas de café, organizados, começaram a constituir famílias que continuavam domiciliadas nas fazendas onde seus pais e avós estavam fixados.

Pela dedicação que tinha ao trabalho que executava, a colônia italiana, cada vez mais, adquiria a confiança do fazendeiro, seu patrão. Por essa confiança e pelo receio de perder a preciosa mão-de-obra, os fazendeiros, já no presente século, começaram a dar interesse, nas colheitas das fazendas, aos colonos italianos.

Muitas famílias, depois de muito sofrimento e árduo trabalho, começaram a ver e sentir o resultado da insistência de se fixarem em solo brasileiro. Começaram a sentir que poderiam conseguir os frutos que tanto almejavam e que sonharam antes de saírem de suas terras natais. Reavivaram aquela esperança de fazer a América.

O fazendeiro de café, no intuito de aumentar as suas colheitas, como incentivo, já se propunha a fazer sociedades — meações — com o seu colono italiano. Emprestava (comodato ou alugava) áreas de terras de suas fazendas, fornecendo as sementes necessárias para o plantio ou plantações já prontas. O colono entrava com o trabalho de plantar ou cuidar e, no fim, a colheita era dividida em partes iguais ou com uma pequena vantagem para o fazendeiro.

Essa política, no interior do Estado, estava dando certo e o governo paulista começava a estudar um plano de desenvolvimento da pequena agricultura familiar, do tipo europeu, que levasse à formação de uma classe média rural.

Não era raro, lá pelos idos dos anos de 1914, fazendeiro e colono italiano ou filho de italiano, serem sócios de um pedaço de terra, nas empreitadas agrícolas. Essa conquista, que foi fruto da educação da laboriosa colônia italiana, foi dando mais ânimo para os colonos se fixarem nas terras desse maravilhoso país, o Brasil.

Muitos italianos, imigrantes ou não, tinham saído de suas terras por não concordarem com a pobreza de trabalho existente, entre o centro e o sul de seu país, a Itália. Então pensavam: para que voltar lá, se o que tinham colimado estava se realizando? Vislumbraram uma melhoria social, embora, em certos recantos do país a escravidão, tanto branca como negra, ainda existisse.

Os colonos italianos, vindos para São Caetano não seguindo a mesma política, embora tivessem recebido terras do governo para esse fim, abriram a decadência agrícola local. A agricultura teve vida efêmera, pois, as terras recebidas pelos italianos em 1878, em 1890 já se encontravam em mãos dos grandes proprietários industriais.

São Caetano, por se encontrar perto de São Paulo e por não ter terra de grande qualidade para a lavoura, estava fadado a não ser uma zona

Francisco Giovanni Massei,
italiano de Livorno, com a farda
de campanha do Exército Italiano,
na Primeira Guerra Mundial.
Sua patente era a de soldado-condutor



Acervo Família Massei

rural. Seu futuro, como foi previsto, era a de ser uma cidade como foi no passado e em parte como ainda é hoje.

O povoado começou a crescer e, já na década de 10, muitas indústrias se localizavam e se desenvolviam na cidade. Nessa década, precisamente em 1914, as coisas, no Brasil, pareciam estar melhorando sob o aspecto sócio-econômico. A paz reinava entre fazendeiros e colonos, quando no dia 28 de julho de 1914 irrompeu o conflito armado na Europa, denominado I Guerra Européia, ou I Grande Guerra, ou I Guerra Mundial.

A Itália, embora signatária do Tratado da Tríplice Aliança, firmou antes da guerra, entre a Áustria e a Alemanha, recusava-se a entrar no conflito e a lutar pelas Potências Centrais.

No dia 23 de maio de 1915, porém, não agüentando mais as pres-



Certificado de reconhecimento de condutor de automóveis, expedido pelo Régio Exército Italiano, na cidade de Udine, em 23 de setembro de 1915, em favor de Francisco Massei

sões e tendo em vista as promessas do Tratado de Londres, declarou guerra ao império Austro-Húngaro, iniciando a luta ao longo do eixo Isonzo-Trieste.

Logo após a entrada na guerra, muitos italianos e filhos de italianos, *oriundi* residentes no Brasil alistaram-se para defender a sua pátria.

Embora para eles o respeito pela família era grande, a pátria estava em primeiro lugar. A família vinha depois. Muita era a resistência das famílias para que seus homens fossem para a guerra, porém, o patriotismo transpunha todos os obstáculos que se opunham às suas idéias.

Modinhas (canções) foram cantadas e poesias declamadas para que não fossem para a guerra, mas, de nada, naquela circunstância, modificava a vontade de combater seus rivais austro-húngaros.

Uma das canções da época foi a que dizia:

Cantada parte em italiano (dialeto vêneto) e parte em português

"Ma sito mato, Toni
No està andare via
Lasciare qua tui vecchi
Con tutto esto café
Adesso che il parón
Ta dá un toco de terra
E ti te lo metti in testa
Par partire par la guerra

Ma sito mato, Toni
Sito mato, trá, lá, lá...
Lasciare qua tui vecchi e tua moglie
Con una cabocla te guè sposá
E te guè senti l'odore
E te guè senti il suo calore.

Adeus, não se incomodem
É hora da partida
Adeus, queridos pais
Adeus, mulher querida
Eu vou entrar no jogo
Sem armas, só com os pés
E vou arrancar a barba
do Chico José."

Em português:

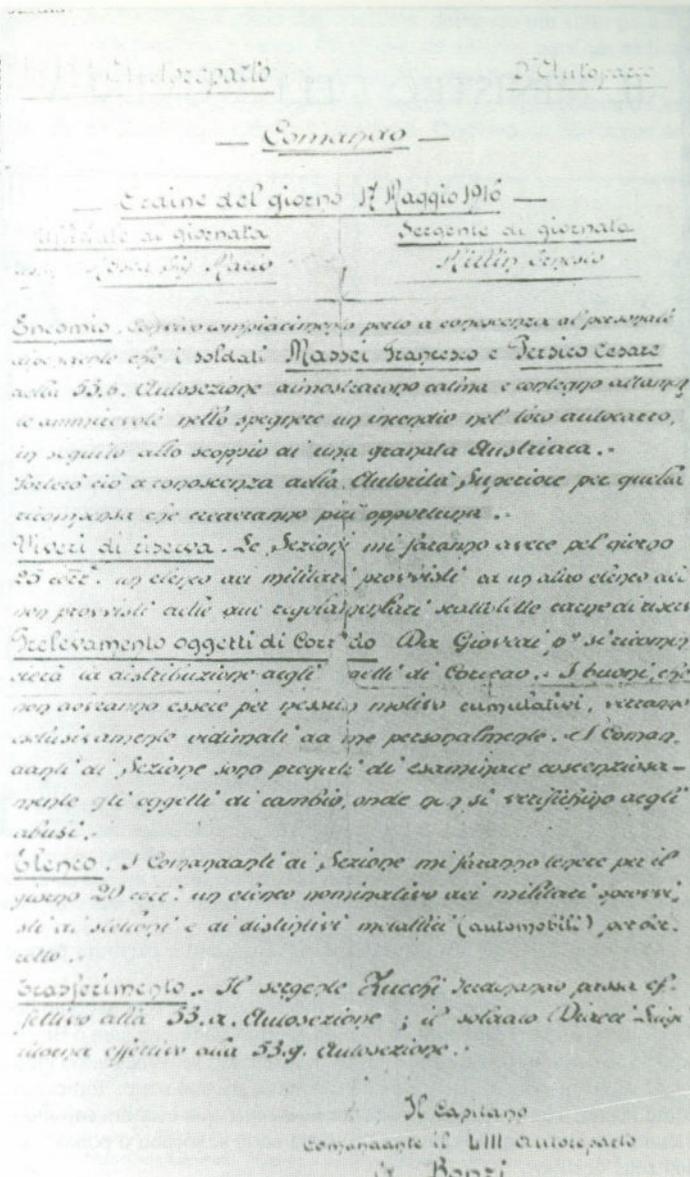
"Você está louco, Antonio
Não vá embora agora
Deixar aqui os teus velhos
Com todo este café
Agora que o patrão
Tê deu um pedaço de terra
E você o coloca na cabeça
Para partir para a guerra

Mas você está louco, Antonio
Está louco, trá, lá, lá...
Deixar aqui os teus velhos e a tua mulher
Com uma cabocla você se casou
E dela sentiu o odor
E dela você sentiu o calor

Adeus não se incomodem
É hora da partida
Adeus, queridos pais
Adeus, mulher querida
Eu vou entrar no jogo
Sem armas, só com os pés
E vou arrancar a barba
do Chico José.

Francisco José (Chico José) — citado na canção — era o Imperador da Áustria e Rei da Hungria. No seu reinado, que foi de 1848 a 1916, já havia ocorrido a sublevação da Itália em 1859, quando perdeu a Lom-

Arquivo Família Massei

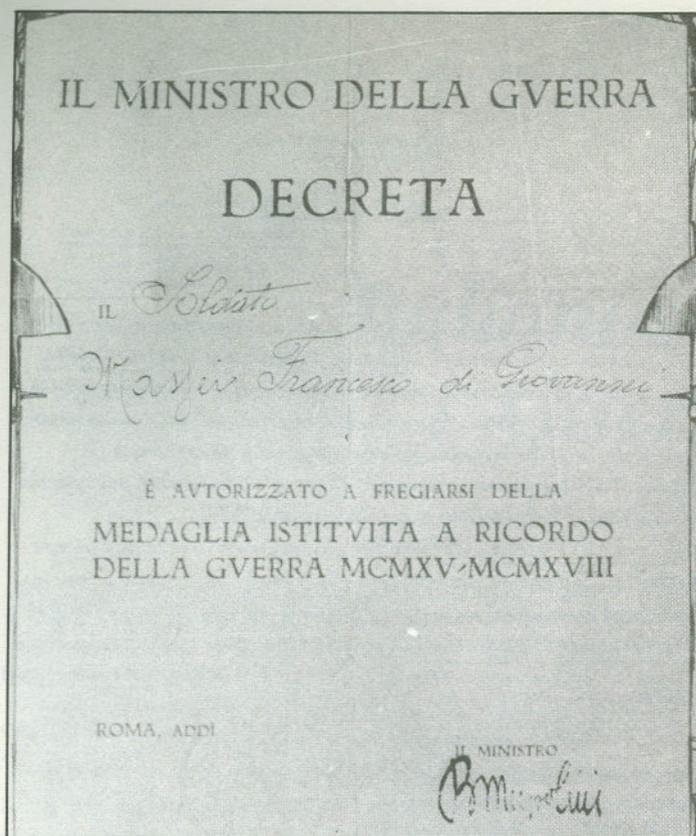


Ordem do dia, expedida em 17 de maio de 1916, pelo Comando da 53ª Seção Motorizada: elogio do comandante-capitão da 53ª Seção Motorizada do Exército Italiano aos soldados Francisco Giovanni Massei e Persico Cesare por impedirem, sob risco de vida, que um veículo italiano se incendiasse depois da explosão de uma granada austriaca

Tido como o causador da I Guerra Mundial, embora aliado no Tratado da Tríplice Aliança, nunca foi bem visto pela nação italiana. Por diversas vezes, sua vida passou a ser tentada, tendo sua esposa sido assassinada em Genebra; seu único filho, Rodolfo, encontrado morto; seu irmão Maximiliano executado no México, e seu sobrinho e herdeiro, Francisco Ferdinando, assassinado em Sarajevo, tudo isso no período de 1867 a 1914

Das 20 Repúblicas latino-americanas, o Brasil e Cuba foram os países que, efetivamente, participaram da I Guerra Mundial. Em 31 de janeiro de 1917, após o torpedeamento de vários navios de nossa Marinha Mercante, nosso país declarou o estado de guerra contra a Alemanha, que era aliada do Império Austro-Húngaro.

Essa guerra, que custou a vida de 8.500.000 pessoas, mutilou e feriu mais de 21.000.000, matou 600.000 italianos, que morreram em batalha e 464 brasileiros da nossa Divisão Naval foram, também, mortos, em consequência da peste alastrada em Dakar. Embora o Brasil tivesse entrado na guerra em 31 de janeiro de 1917, muito antes, italianos e filhos de italianos já se encontravam lá nos campos de batalha, combatendo as ambições colonialistas da Alemanha.



Autorização do Régio Exército Italiano, concedida a Francisco Massei, para usar a medalha recebida na Primeira Guerra Mundial, conforme o decreto de 21 de maio de 1916, nº 641, expedida na Zona de Guerra, em 31 de dezembro de 1916

De São Caetano, diversas pessoas se alistaram e partiram para o fronte.

Umás, conseguindo sobreviver às lutas travadas, voltaram como heróis; outras, que também participaram da guerra, imigraram para o Brasil, aqui se radicando, constituindo família e acabando seus dias nesta cidade. Outros que para lá partiram não tiveram a mesma sorte. Tombaram como heróis. Heróis porque, conscientes da luta que estavam travando, tinham escolhido aquilo que por ironia da sorte se tornou o ponto final dos seus destinos.

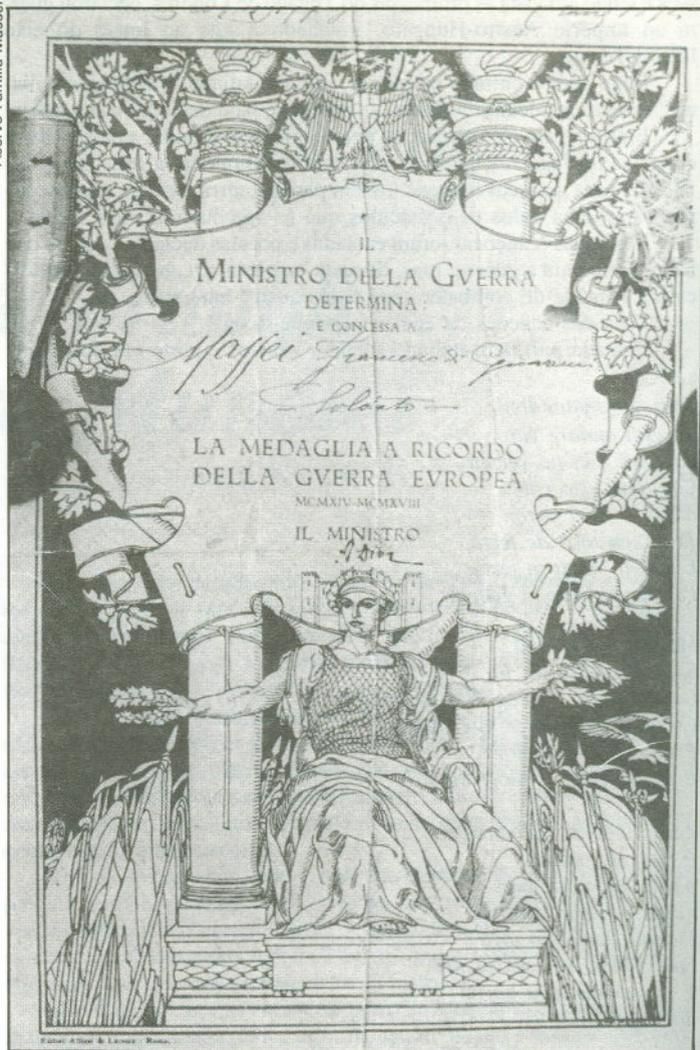
Os heróis que partiram de São Caetano foram: 1 — **Francisco Giovanni Massei** — alcunhado de Chicão; 2 — **Antonio Foratini** — Pipo; 3 — **Angelo Zapparoli**; partiram de São Paulo: 1 — **Domenico Bertelli** e 2 — **Matteo Constantino**.

Participaram da guerra e depois vieram para São Caetano do Sul, aqui fixando residência e constituindo família:

1 — **Carlos Agostini**, 2 — **Candido Piccolo**

Francisco Giovanni Massei: nasceu em Mezano-Livorno, na Itália, em 10 de janeiro de 1894. Era filho de Giovanni Massei e Virgínia Chiericoni Massei. Foi convocado pelo governo italiano para defender sua pátria em 1914. Participou na campanha da I Guerra Mundial, lutando nas trincheiras austro-húngaras todo o tempo que durou a guerra, de 1915 a 1919. Logo que terminou a guerra, lá mesmo na Itália, casou-se com Ângela Alibrandi, da qual era noivo. Uma semana depois embarcava para o Brasil, precisamente para São Caetano, terra onde moravam seus parentes.

Recebeu pela sua participação heróica na I Guerra Mundial, do governo italiano, diversos títulos e medalhas, entre eles: a — Certificado de Participação na I Guerra Mundial, expedido pelo Ministério do Reino da Itália em 16 de fevereiro de 1919; b — Medalha de Recordação da I Guerra Européia de 1918, expedida pelo Ministério da Guerra da Itália; c — Medalha Instituída para Recordação da Guerra MCMXV — MCMXVIII (1915 — 1918); d — Título nº 10.707 do Reino da Itália — Ministério da Guerra — pelo atendimento ao chamado da “Unidade Na-



Medalha com certificado concedida pelo Ministério da Guerra italiano, em 1918, como recordação da Primeira Guerra Mundial, para Francesco Giovanni Massei

cional” em Roma, a 16 de fevereiro de 1919; e — Elogio na Ordem do Dia do Comandante Capitão da 53ª Seção Motorizada do Exército Italiano, em 17 de maio de 1916; f — Comenda do Régio Exército Italiano para usar o distintivo ganho pela sua participação na I Guerra Européia, instituído pelo Decreto nº 641, de 21 de maio de 1916 e entregue, na Zona de Guerra em 31 de dezembro de 1916.

Quando terminou a guerra, voltou como soldado-herói. Casado com sua esposa, também italiana, tiveram 3 filhos: I — Osvaldo Samuel Massei, que foi prefeito e deputado por São Caetano Sul; II — Virgínia Massei Mazzuti e III — Cândida Massei Fedato.

Ao partir para a guerra, recebeu do *curandeiro* Vicente Rodrigues Vieira um breviário (livro de rezas). Na Albânia, ele e mais 9 companheiros combatentes contraíram a maleita, sobrevivendo somente ele. Voltando para a linha de frente, uma granada austríaca, atingindo o caminhão que dirigia, matou e feriu diversos companheiros de luta. Francisco foi ferido gravemente, ficando hospitalizado por um bom período.

Para todos, afirmava que a sua volta, são e salvo, devia-se àquele breviário, do qual nunca se separou.

Antonio Foratini: era filho do conhecido comerciante Gino Foratini, radicado há muitos anos em São Caetano. Embarcou para a Itália junto com Francisco Giovanni Massei, para participar da I Guerra Mundial. Infelizmente, não teve a sorte de voltar para o Brasil, como outros tiveram, pois faleceu na linha de frente, depois de ter contraído o tifo. Antes de partir, era motorista de carro de aluguel, junto com Francisco, sendo um dos pioneiros no transporte motorizado de passageiros em São Caetano.

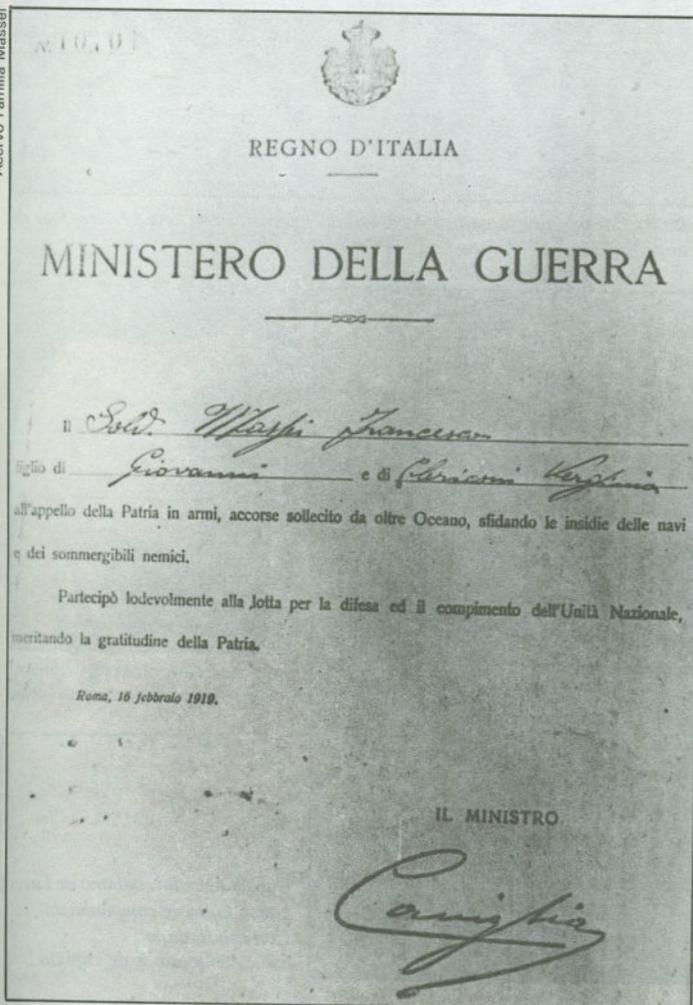
Ambos dirigiam os veículos de fabricação italiana, marca SPA, de propriedade do senhor Gino Forantini, genitor de Antonio, com ponto na Rua Centro, hoje Av. Conde Francisco Matarazzo. Na guerra serviu como soldado-condutor, visto ser especialista em automóveis e caminhões de carga pesada.

Ângelo Zapparoli: nasceu em São Caetano, na rua Manoel Coelho, em 1892. Filho de Noé Zapparoli e Tereza Fiorotti Zapparoli. Casado com dona Carmela Zapparoli, italiana de Barsa (Nápoli), partiu

para a guerra logo no início dos conflitos, deixando um filho para ser criado pelos pais Noé e Tereza. Participou de diversas batalhas na linha de combate contra os soldados do Império Austro-Húngaro.

Por essas participações, em 16 de fevereiro de 1919, recebeu o Certificado do Reino da Itália e a Medalha de Gratidão da Pátria por ser

Acervo Família Massei



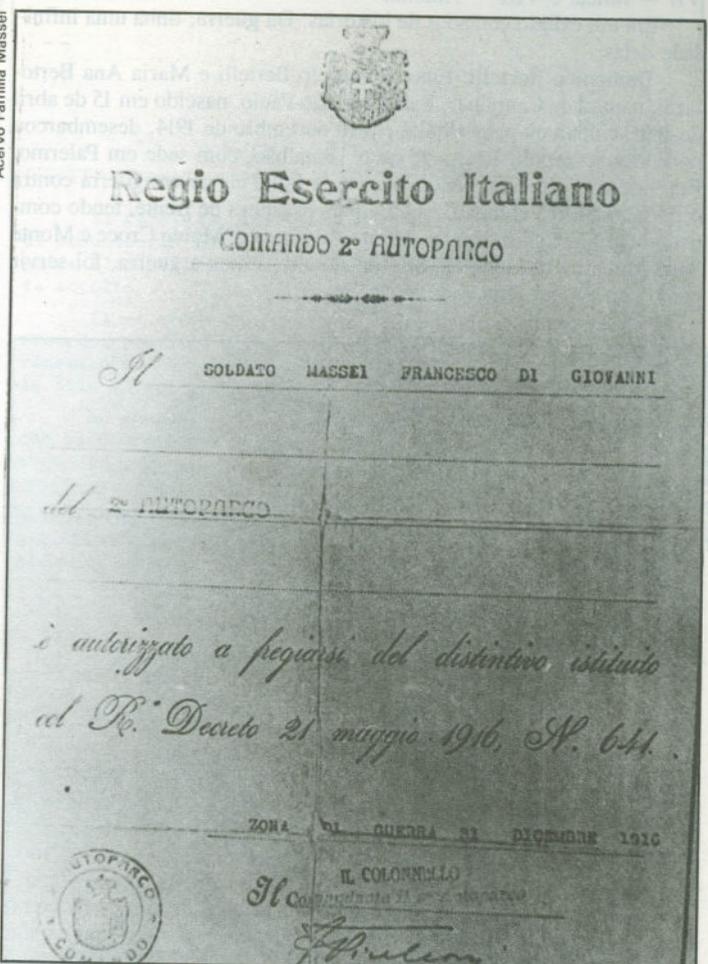
Certificado de Francisco Giovanni Massei: participação na Primeira Guerra Mundial, expedido pelo Reino da Itália, em 16 de fevereiro de 1919

Acervo Família Massei



Francisco Giovanni Massei com a noiva, Angela Alibrandi, com quem casou logo depois da guerra, vindo para o Brasil. Foto de 1919, na cidade de Pisa

Acervo Família Massei



Documento do Régio Exército Italiano, expedido em 31 de dezembro de 1916, autorizando Francisco Giovanni Massei a usar o distintivo que lhe havia sido conferido

Acervo: Raízes



Matteo Constantino, com farda de gala do Exército Italiano, em foto de 1915

voluntário. Foi também, em 28 de agosto de 1970, agraciado pelo “Presidente della Repubblica, Capo del’ Ordine di Vittorio Veneto” com o título honorífico de “Cavaliere del’ Ordine de Vittorio Veneto”.

Constitui uma bem criada prole composta de: I — Angelina; II — João; III — Brasil; IV — Yolanda; V — Margarida; VI — Columbia; VII — Julieta e VIII — Antonio

Era um exímio contador de histórias. Da guerra, tinha uma infinidade delas.

Domenico Bertelli: filho de Ângelo Bertelli e Maria Ana Bertolazzi, natural de Campinas, Estado de São Paulo, nascido em 15 de abril de 1891, embarcou para a Itália em 10 novembro de 1914, desembarcou no Porto de Nápoli. Engajado no 6º Batalhão, com sede em Palermo. Em 9 de abril de 1915, pouco antes de a Itália entrar em guerra contra o Império Austro-Húngaro, seguiu para as linhas de frente, tendo combatido em Monte Pal Grande, Monte Pal Piccolo, Monte Croce e Monte Sait. Atuou na Unidade Riporto de Assalto. Finda a guerra, foi servir como carabiniere, em Verona.

Acervo Família Constantino



Matteo Constantino (o quarto da esquerda para a direita, em pé), em foto do campo de batalha, com os companheiros, em 1915



Acervo Família Constantino

Cândido Piccolo, em 1915, antes de partir para a guerra (já publicado em *Raízes*, n.º 2)

Acervo Família Agostini



Carlos Agostini, italiano de Lucca, com a farda de campanha do Exército Italiano. Sua patente era a de capitão

Acervo: Raízes



Ângelo Zapparoli, na Primeira Guerra, fardado com o uniforme de campanha, em foto de 1916 (já publicado em *Raízes*, n.º 2)

Voltou ao Brasil, casou-se com Valentina, que lhe deu 4 filhos: I — Orfeu; II — Eisner; III — Vilma e IV — Diner.

Em 1929 radicou-se em São Caetano do Sul. Fato curioso aconteceu relacionado com Domenico Bertelli e seu filho Orfeu Bertelli. Domenico Bertelli era brasileiro, solteiro, e foi para a Itália como voluntário para participar da I Grande Guerra. Quando foi para a Itália, deixou sua noiva Valentina à espera. Ao voltar para o Brasil, casou-se com ela, que passou a chamar-se Valentina Bertelli. Trinta e poucos anos depois, seu filho, Orfeu Bertelli, partia para a Itália, como voluntário, solteiro, para participar da II Grande Guerra. Quando partiu deixou a noiva, também, chamada Valentina, à espera. De volta ao Brasil, casou-se com ela, passando a chamar-se Valentina Bertelli. Em 30 de junho de 1971 o “Consiglio dell’Ordine di Vittorio Veneto” (Conselho da Ordem de Vittorio Veneto) outorgou-lhe a Comenda de Cavaleiro de Vittorio Veneto, pelos relevantes serviços prestados à pátria italiana.

Matteo Constantino: filho de Concetto Constantino e de Maria Nostalzi Constantino, era italiano de origem, tendo nascido em 19 de agosto de 1891, na Catânia. Chegou ao Brasil, à cidade de São Paulo, em 1893.

Em 1915, embora residindo em São Paulo, dirigia em São Caetano, como gerente, a primeira indústria metalúrgica instalada nesta cidade. Convocado pelo governo italiano participou, ativamente, na I Guerra Mun-

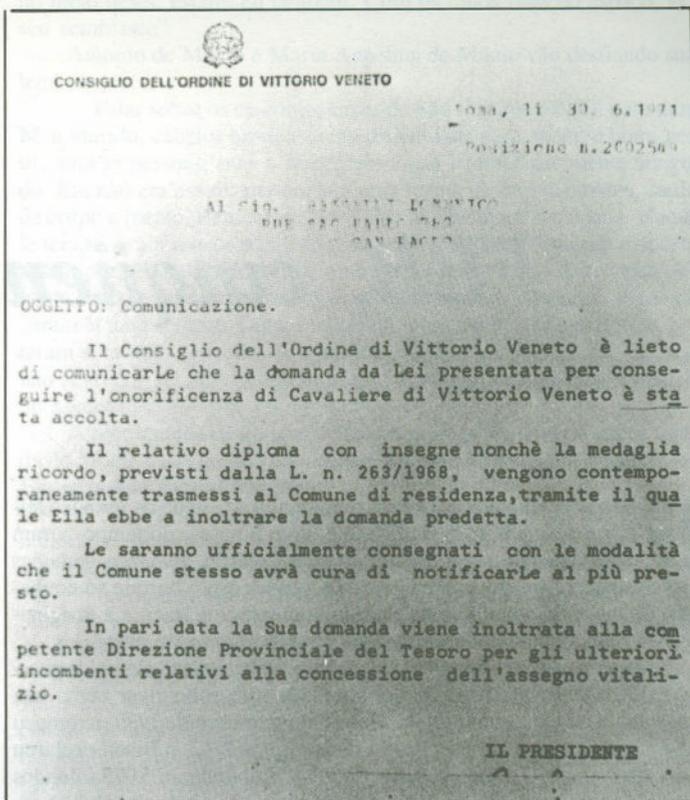
dial. Recebeu do "Consiglio Dell'Ordine de Vittorio Veneto" a Comenda de Cavaliere de Vittorio Veneto, pelos serviços prestados à pátria italiana. Em 2 de junho de 1917, casou-se, no Bairro de Santana (São Paulo), com Josephina Masini, tendo os seguintes filhos: I — Concetto; II — Margarida e III — Marieta.

Acervo Família Bertelli



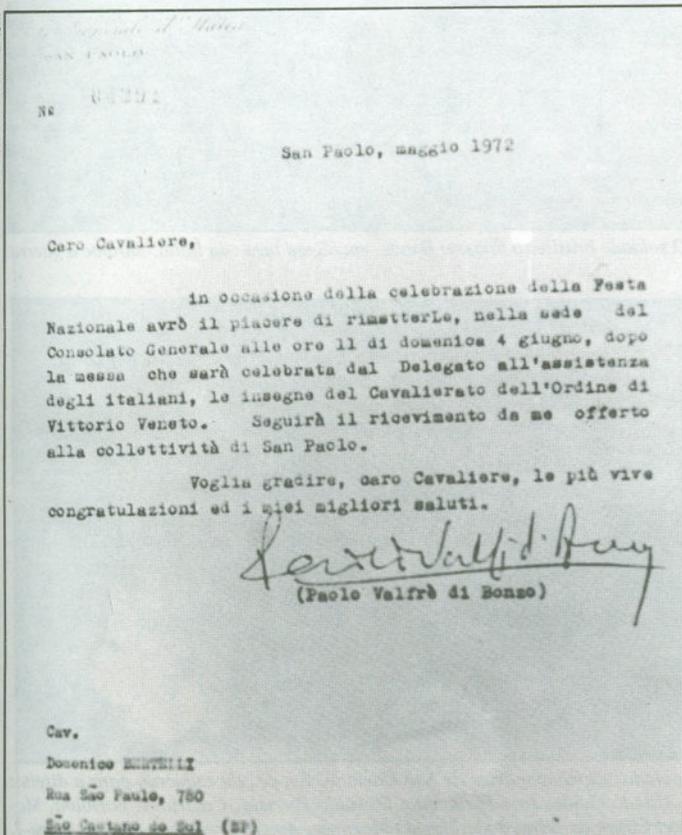
Domingos Bertelli, brasileiro de Campinas, com a farda de gala do Exército Italiano, durante a Primeira Guerra Mundial. Sua patente era a de tenente

Acervo Família Bertelli



Carta do cônsul-geral da Itália em São Paulo, comunicando à família de Domingos Bertelli a concessão do título de Cavaleiro da Ordem de Vittorio Veneto

Acervo Família Bertelli



Documento do Conselho da Ordem de Vittorio Veneto, comunicando, em 30 de junho de 1971, à família de Domingos Bertelli a concessão do título de Cavaleiro

Carlos Agostini: nasceu em Cardoso-Lucas (Itália), a 14 de julho de 1890. Na I Guerra Mundial, combateu pelo exército italiano, como capitão, desde o início dos conflitos até o fim, quando a guerra acabou com a derrota da Alemanha e seus aliados. Casado com Maria Angela Erina Agostini, quando terminou a guerra, não suportando o sofrimento do povo italiano, em consequência da falta de trabalho, instabilidade econômica e financeira, transferiu seu domicílio para o Brasil, chegando a esta cidade em 1921. Embora tenha falecido prematuramente (17 de junho de 1936), deixou 4 filhos: I — Gina; II — Maria; III — Ercilia e IV — Germano.

Recebeu do Governo Italiano homenagens póstumas, pela bravura demonstrada nos campos de batalha.

Candido Piccolo: era natural de Treviso — Itália, filho de Giovanni Piccolo e Angela Brustolin; nasceu em 26 de maio de 1883. Participou da I Guerra Mundial, no período de 1915 a 1918, contra o Império Austro-Húngaro. Em princípio do ano de 1918, foi aprisionado na Áustria, por ocasião da retirada das forças italianas até o rio Piave. Veio para o Brasil em 7 de outubro de 1921, como migrante, para trabalhar na fazenda de café, no interior de São Paulo. Quando embarcou para o Brasil já era casado com Amália Zuliani, tendo na época 8 filhos: I — Emilio; II — Giuseppe; III — Umberto; IV — Thereza; V — Vittorio; VI — Rosa; VII — Antonio e VIII — Amabile.

No Brasil, nasceu o último dos filhos do casal, Albino. Em 1922, veio com toda a família para São Caetano do Sul, aqui fixando residência.

(*) Henry Veronesi, advogado, ex-radialista, natural de São Caetano do Sul, administrador de empresas, diretor aposentado da Prefeitura de Santo André. Atualmente, ocupa o cargo de diretor de Administração da Prefeitura de São Caetano do Sul.

FEB, cinquenta anos depois

Sívio José BUSO(*)

Infelizmente, vivemos num País sem memórias, onde os grandes feitos são esquecidos com facilidade e, com o passar do tempo, viram até motivo de chacota e descrédito da população. As novas gerações não conseguem imaginar uma guerra corpo-a-corpo, porque só conhecem filmes onde o mocinho usa armas nucleares e a laser, e a imaginação e criatividade são desenvolvidas em laboratório de pesquisas.

Nos anos 40, os brasileiros não tinham conhecimento algum de guerra. Contariam apenas com sua criatividade para sobreviver numa luta que mudou os rumos do mundo. Em 1º de setembro de 1939, irrompeu a Segunda Guerra Mundial. Em 31 de agosto de 1942, o Brasil declarou o estado de guerra. Em 2 de julho de 1944, embarcaram 5.075 soldados brasileiros no navio *General W.A. Mann*, chegando a Nápoles (Itália) em 16 de julho. Ali começava a odisséia dos brasileiros. Em 8 de maio de 1945, a guerra terminava com a vitória dos Aliados. São Caetano do Sul teve participação ativa com uma dezena de combatentes (ver box). O que se segue são depoimentos de alguns ex-combatentes da cidade.

Em 8 de maio de 1945, Antonio de Mucio enviava da Itália um cartão à mãe, com os seguintes dizeres: "Estas ondas, na figura deste car-



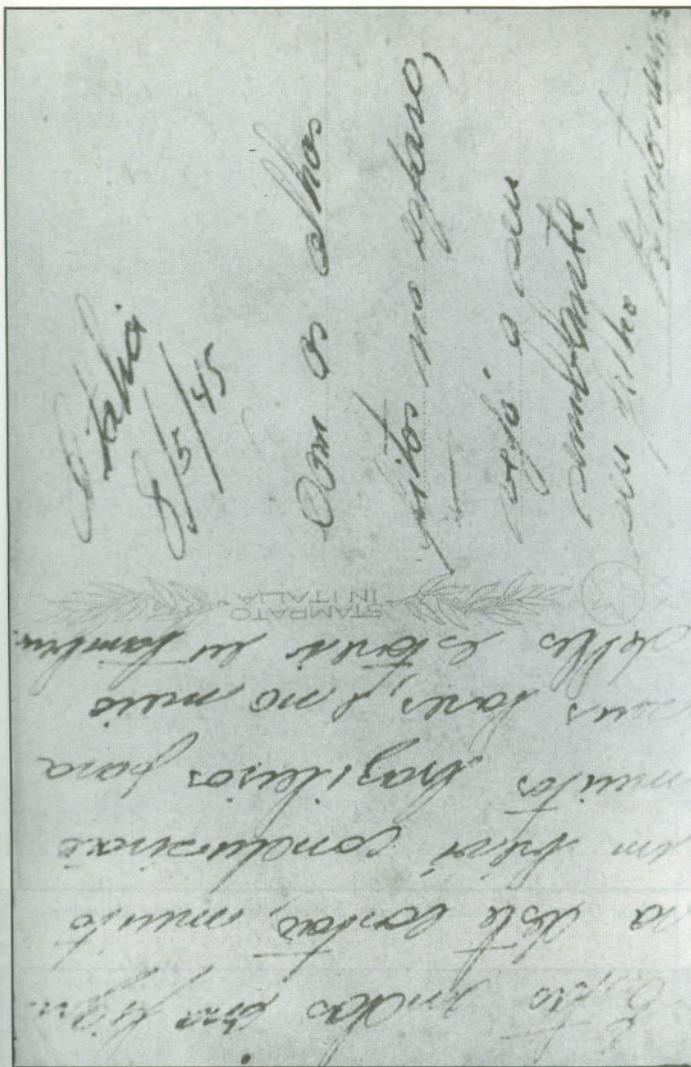
Acervo Roberto Baade

O soldado brasileiro Roberto Baade, em algum lugar da Itália, durante a guerra.

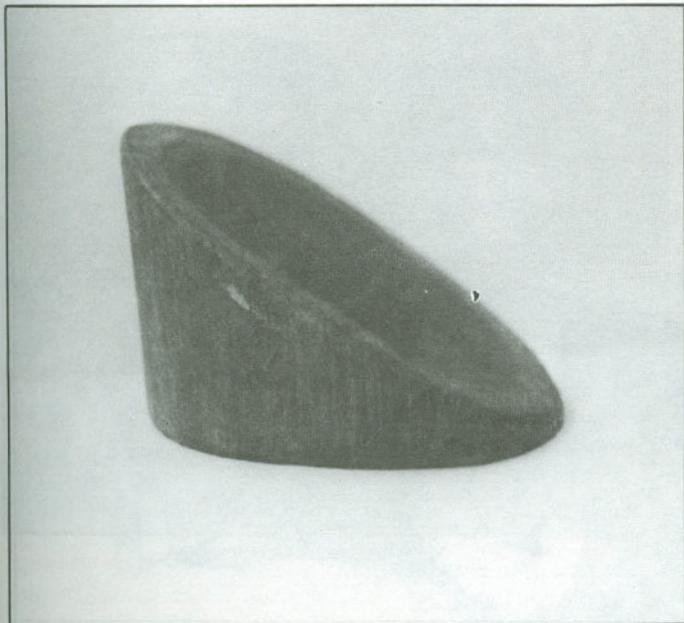


Acervo Oswaldo Perrella

Soldados expedicionários de São Caetano. Em pé, da esquerda para a direita: ? Alfredo Guido, José Furlanetto, Oswaldo Perrella, Cezário A. Bortolini, Manoel Elison da Silva, João Morlan Martinez, Amaro Francisco Alarça, Pedro ?. Agachados, da esquerda para a direita: Rodolpho Kühne, Mário ?, ? Aguiar, Egydio Demambro, ?, Alexandre Marcossi.



Cartão que Antonio de Múcio enviou à mãe, da Itália, em 8 de maio de 1945, quando se encerrou a Segunda Guerra Mundial.



Pedaço do mastro da primeira bandeira brasileira hasteada na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

tão, muito em breve conduzirão muitos brasileiros para os seus lares e, no meio deles, estarei eu também. Com os olhos fitos no espaço, vi o seu semblante”.

Antonio de Múcio e Maria Angelina de Múcio vão desfiando suas lembranças:

— Falar sobre os ex-combatentes de São Caetano é difícil para mim. Meu marido, cabelos brancos, com dificuldade para andar, é bom, gentil, ama as pessoas, mas o seu cérebro está irremediavelmente atingido. Ele não era assim: pertencia a uma turma de jovens bonitos, sadios de corpo e mente. Representavam a nata da juventude da cidade. Naquele tempo, eram moços idealistas, amavam a Pátria, e estavam dispostos a lutar por ela, pela democracia ameaçada pelo nazismo. E lá foram eles. Nada sabiam sobre a guerra. Não sabiam o que os esperava. Alguns ficaram lá para sempre. Outros voltaram muito bem. Muitos, porém, voltaram arrasados, doentes, sem assistência de espécie alguma. Por isso, não acho que sejam ex-combatentes... E não gostam de falar a respeito do assunto.

A pior batalha de que participaram os brasileiros teria sido a tomada de Monte Castello, tão conhecida? Antonio de Múcio afirma que não. Ele acha que foi em Montese:

— Os alemães prepararam uma armadilha. Quando eles desceram o morro e entraram na cidade, era fogo de todos os lados. E não só brasileiros, mas também americanos, ficaram ilhados. Ao final de um terrível bombardeio, quando o silêncio tomou conta do lugar, senti-me vivo, olhei em redor com os outros e verificamos que a cidade estava forrada de mortos. Foi um choque muito grande.

Antonio de Múcio jamais se recuperou. E não consegue esquecer, tampouco, o companheiro morto na ambulância, a seu lado. O estilhaço de uma bomba o atingiu no pescoço, ferindo-o. Depois, outro estilhaço explodiu, estraçalhando-lhe o corpo. Diante de fatos tristes como esse, prefere contar coisas pitorescas, engraçadas, que aconteceram durante a guerra:

— Certa vez, estávamos acampados num lugar em que havia muitas casas abandonadas. Entramos numa delas para aquecer-nos do frio, da neve. Em volta do fogo, vários soldados, *partigiani* italianos. E começamos a conversar. Entendíamos-nos, mais ou menos, em italiano, espanhol, inglês, numa mistura de línguas, e perguntávamos uns aos outros de onde eram. Havia um marroquino, outro inglês, dois americanos. Notamos um soldado, rapazinho, num canto, esfregando as mãos. Um dos italianos perguntou-lhe: Tu sei Tedesco? (você é alemão?). E o soldado, levantando a mão, gritou: **Ja!** (sim!). Foi soldado voando para todos os lados, pela janela, pela porta. Não ficou ninguém. Muito menos o alemão. Muitos anos se passaram e agradecemos ao povo de São Caetano, que sempre cuidou de seus pracinhas com o maior carinho e respeito. Hoje, passo os meus dias em passeios, conversando com amigos e aconselhando os netos, Fernando e Denys, a estudar e a ver na democracia o futuro do Brasil.

Oswaldo Perrella, por sua vez, vai mostrando sua coleção de fotografias, em companhia de Cezário Antonio Bortolini. E ambos vão trazendo à tona as suas lembranças.



Desfile de tropa brasileira na Itália, em 1945.



À direita, o pracinha Cezário A. Bortolini, em foto tirada na Itália.

— Em novembro de 1941, explica Perrella, estava servindo o Exército, em Caçapava, quando foram suspensas as baixas nas Forças Armadas. Vi-me, depois, convocado, embarcando, com outros tantos brasileiros, para a guerra distante, em terras desconhecidas.

Bortolini lembra que ambos embarcaram no primeiro escalão, no 2º Batalhão de Saúde. Perrella observa que os inimigos mal pareciam acreditar que houvesse soldados brasileiros, soldados de um povo pacífico, lutando contra a tirania que ameaçava o mundo. E esses mesmos soldados, depois de batalhas sangrentas, com outros Aliados, tomaram Monte Castello, La Serra, Castelnuovo, Montese... “Que sirva de advertência aos tiranos, dominados pela ambição: jamais tentem deitar olhos de cobiça sobre este imenso País” — explica Perrella, acrescentando: “Já demos mostras de coragem e bravura em defesa de nossos ideais”.

A seguir, retoma a narrativa dos feitos na Itália:

— Certa vez, um companheiro nosso foi aprisionado pelos alemães. Começaram a revistá-lo, tirando-lhe relógio, dinheiro, documentos, armas. Então, ele se atirou do morro, rolando por mais de 50 metros. E



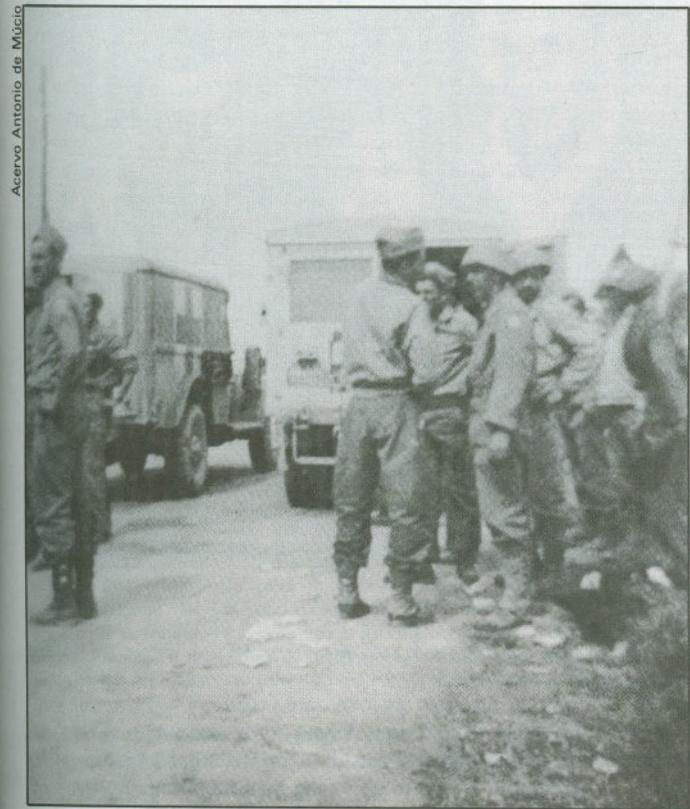
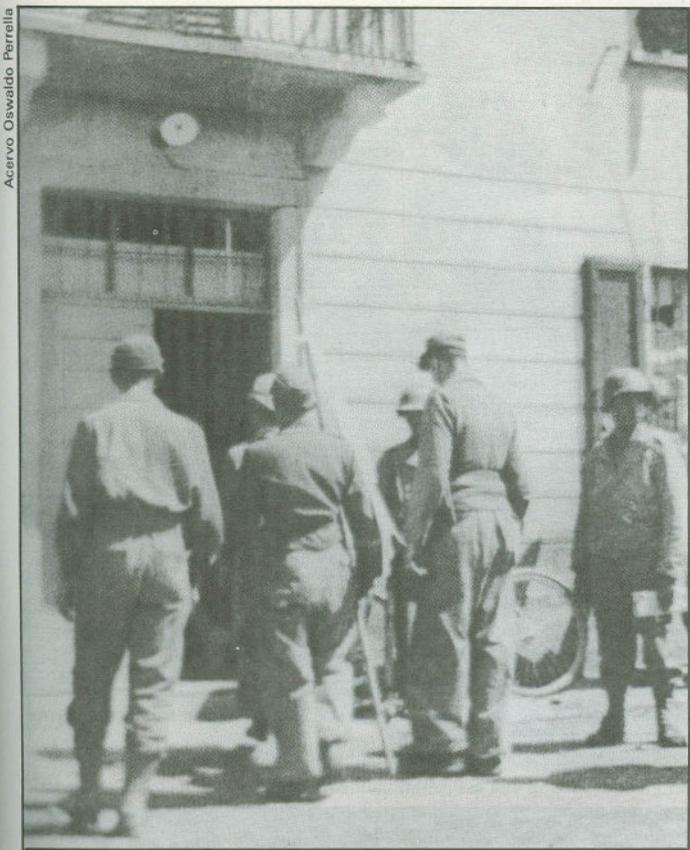
O soldado Oswaldo Perrella (primeiro, à esquerda), em Monte Castello.



Cezário A. Bortolini, em Florença, depois da guerra, defronte ao portão principal de um palácio.



Cezário Bortolini junto a um jipe do Exército Brasileiro, na Itália.



Collecchio, Ponte Scodogna,
na Itália, em 29 de abril de 1945:
cenas da rendição de uma divisão
alemã a pracinhas brasileiros.

Acervo Oswaldo Perrella

Acervo Antonio de Múcio

Acervo Antonio de Múcio

Acervo Antonio de Múcio

fugiu, assim, dos alemães. Em outra passagem, quase fomos aprisionados, entre 1º e 2 de novembro de 1944. Arrombamos uma casa abandonada para colocar os feridos. Se não tivéssemos feito isso, estaríamos perdidos, como foi o caso de Valdemar Cereccoli, que acabou sendo aprisionado. Tínhamos muitos feridos e os bombardeios continuavam, de ambos os lados.

Cezário Bortolini lembra outro fato curioso:

— Eu descansava, por alguns momentos, da batalha. Vem o Perrella e diz: Bortolini, acorda, vamos. Bom princípio de ano! Era a passagem de 1944 para 1945. E os alemães, ali, jogando bombas sobre nós, o pessoal comendo às pressas, marmitas voando para todos os lados. Foi divertido, ou trágico, o Perrella cumprimentar-me naquele momento de grande tensão. Tínhamos postos de saúde avançados, onde os feridos recebiam os primeiros socorros. Em seguida, eram removidos para os postos de campanha, na retaguarda. Talvez o meu pior momento tenha sido aquela batalha, porque os alemães eram muitos e tínhamos de trabalhar depressa, para remover os feridos. Foram aprisionados mais de 50 brasileiros. Já não dormíamos há mais de 48 horas e falávamos pelo telefone, sem nos entender. Pedíamos socorro e, do outro lado, uma voz descoordenada dizia: Já vai. Agüenta mais um pouco!

Perrella diz recordar o combatente Miguel Garófalo, operador de metralhadora: caiu um bomba na casa em que ele se encontrava. Garófalo foi atingido no braço e nas nádegas. Ficou pregado numa parede demolida.

— Certo dia, fomos ao programa do Vicente Leporace, na Rádio Bandeirantes, divulgar a Associação dos Ex-Combatentes do ABC, conta Perrella. Depois do programa, pediram a uma pessoa que nos desse carona. Então, ele perguntou: Quer dizer que o senhor foi um daqueles que foram passear na Itália? Naquele momento, só consegui responder: Gostaria que o senhor tivesse um filho seu lá, para passar o que nós passamos.

Cezário lembra que a primeira operação da Força Expedicionária Brasileira foi em 16 de setembro de 1944, às 7 horas da noite, quando entraram na frente de batalha.

— Não sabíamos, mas estávamos num lugar chamado Porretta. Os alemães se afastaram para Monte Castello. Passamos pelo outro lado do morro e vi os alemães a menos de cinco metros de distância. Estávamos pegando os feridos e vimos o inimigo. Mas não fomos molestados. Passamos por Montese, Fornuovo, Ponte Scadogna, onde aprisionamos alguns alemães, uma tropa inteira. Atendíamos feridos sem distinção, até inimigos. Não tínhamos coragem de deixar ninguém agonizando. Na Itália, depois da rendição alemã, nossas tropas se juntaram em Nápoles. O retorno à vida civil, no Brasil, foi difícil. Meu falecido pai e o velho Perrella disseram que montariam uma farmácia na casa que ficava na esquina das ruas Araraquara e Maximiliano Lorenzini. Enquanto construía o prédio, trabalhei com o José Cambaúva em sua farmácia, estudando para tornar-me Prático de Farmácia, prestando exames. Casei em setembro. Depois de uma pequena viagem com minha esposa, voltamos ao trabalho na farmácia, em outubro. Depois, fiquei doente e pedi reforma como sargento. Trabalhei muitos anos e agora moro neste apartamento com minha mulher e com os netos, cuidando para que tenham uma vida feliz e sadia, explica Perrella.

A história de Cezário é um pouco diferente. Voltou ao Brasil, descansou alguns meses e retornou ao emprego, já que trabalhava como decorador na Cerâmica Mauá, onde fazia pintura em porcelana:

— Casei, trabalhei durante 24 anos para o sustento da família. Hoje estou reformado e aposentado e faço alguns serviços em casa. Tenho necessidade de manter-me ativo, porque ficar parado é um inferno.

Outro ex-combatente, Roberto Baade, era técnico em telefonia na guerra, fazia parte do Grupamento de Comunicações. Conta que montavam postos avançados de comunicação e, por falar o alemão, captava mensagens do inimigo e até mesmo conseguia sabotar as transmissões deles: quando descobria os fios de telefone dos alemães, interrompia as mensagens, tocava música, embaralhava todo o sistema de comunicação do inimigo:

— Embarquei no primeiro escalão. O navio americano de passageiros havia sido transformado para o transporte de tropas. Uma coisa que jamais esqueci foi o vulcão Vesúvio, perto de Nápoles. Lançava a

Acervo Antonio de Múcio



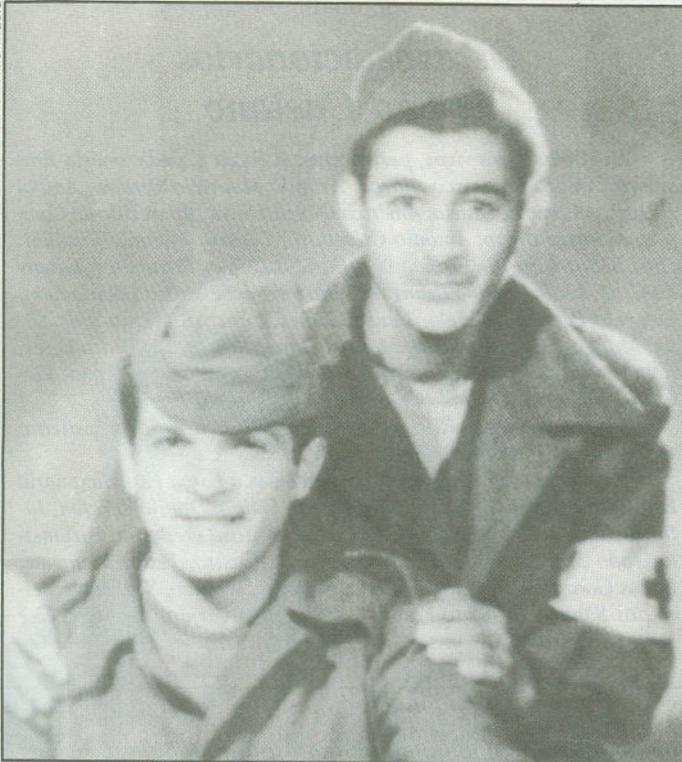
Antonio de Múcio, numa foto tirada no fronte, em 1944, com três companheiros da Força Expedicionária Brasileira.

Acervo Antonio de Múcio



Após a batalha de Monte Castello, os soldados brasileiros foram para a cidade de Montese, onde encontraram uma menina assustada que foi "batizada" de Nina. Cuidaram dela até o final da guerra, deixando-a aos cuidados de um colégio de frades. Na foto, batida na Itália em 1944, "Nina" com o soldado Antonio de Múcio e outros membros da FEB.

sua fumacinha branca e eu pensava: tomara que não exploda agora! Este pedacinho de madeira é parte do mastro da primeira bandeira brasileira hasteada na Itália. Ele faz parte de minha história. Sempre estive em postos avançados, fazendo parte de patrulhas, participando de combates. Felizmente, nunca me aconteceu nada grave. Morteiros explodiam perto de nós. Mas conseguíamos esconder-nos embaixo de tanques e outros abrigos improvisados. Porque falava alemão, certa vez fui convocado como intérprete no aprisionamento de alemães das tropas SS. Queríamos saber o que eles possuíam em suas linhas, quantos homens



Antonio de Múcio e o soldado Cardoso, na Itália, em foto de dezembro de 1944.

eram etc. E o alemão interrogado não falava. Resolvi dar-lhe uns sopapos. Ele disse o que queríamos saber. Mas eu fui logo dispensado do trabalho de intérprete por ser violento. Mas era para ficar nervoso, por que via as atrocidades que os alemães cometiam.

Baade retoma a narrativa:

— Pertenci ao Primeiro Regimento de Infantaria, de Caçapava. Nos treinamentos, aqui, era divertido. Lá, na Itália, a situação era muito diferente... Terminada a guerra, todos os combatentes de nosso regimento voltaram para Tortona, acantonados em prédios. Aguardávamos o retorno. Havia um bom vinho... Jamais gostei dos americanos, porque eram imponentes, olhando-nos por cima. Uma vez, mexeram com uma moça que estava comigo. Respondi em espanhol, dizendo que não era educado fazer aquilo. Não gostaram. Saiu uma verdadeira pancadaria, briga violenta. Voltei ao acampamento. Cansado, caí na primeira cama que encontrei. Naquele momento, senti uma picada nas costas. Não dei atenção alguma. Passei a mão sobre o lugar e senti uma ponta de aço fina. A enfermeira puxou a linha verde... era uma agulha com linha. Quando voltamos, fomos dispensados. E, como outros tantos, não estávamos preparados para a vida civil. Senti dificuldade para integrar-me na sociedade. Fui humilhado, porque não fui aceito em meu antigo emprego. Procurei trabalho em outros locais. Mas diziam que não me podiam aceitar porque estava doente, com neurose de guerra. Fiz tratamento no Hospital Militar. Lá faziam pouco de mim, por ser descendente de alemães. Não tive grandes chances, enquanto outros acabavam sendo beneficiados. Fiquei quatro anos procurando emprego até que a General Motors me aceitou. Ironia do destino: eu não gostava dos americanos e acabei trabalhando com eles, que me aceitaram. Trabalhei na GM durante quinze anos. Depois, acabei metido na política: trabalhei para o Jânio Quadros, que me prometeu ajudar. Mas não foi nada disso. Perdi o emprego, aposentaram-me pelo INPS devido a problemas neurológicos e reumatismo. Depois de tantos anos, ainda tenho aquela agulha entre o coração e o pulmão.

Haveria muitas outras histórias para registrar, lembranças perdidas, passagens que os combatentes preferem não recordar. As entrevistas mostram as marcas profundas que esses homens carregam ao longo da vida. Outros tantos poderiam enriquecer este texto. Aqui, contudo, fica uma amostragem pequena e uma homenagem grande aos que até hoje continuam combatendo na guerra da sobrevivência.

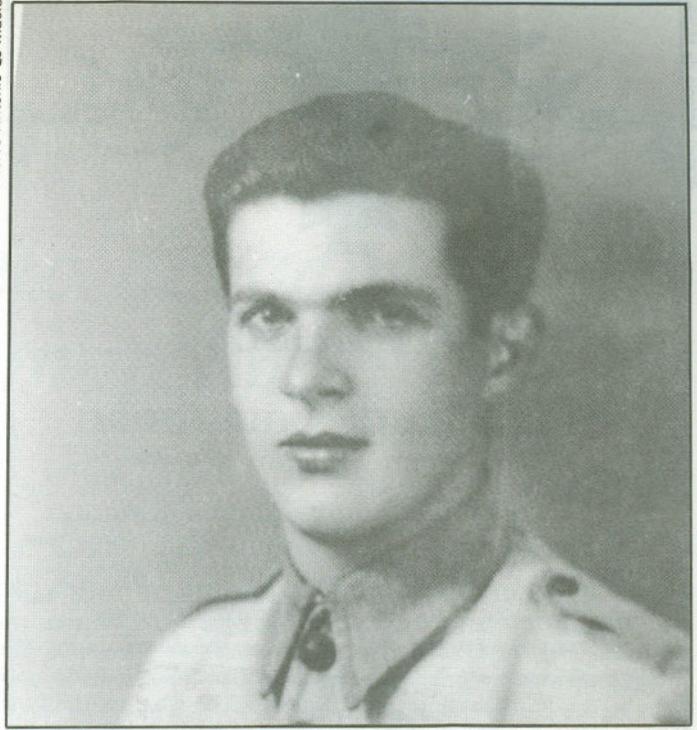


Foto de Antonio de Múcio, com o uniforme da Força Expedicionária Brasileira, durante a Segunda Guerra Mundial.



Certificado de reservista, expedido pela Força Expedicionária Brasileira, em agosto de 1945, comprovando que Antonio de Múcio serviu na Segunda Guerra Mundial, no 1º Batalhão de Saúde, entre outubro de 1944 e julho de 1945.



Os expedicionários de São Caetano

Ex-combatentes vivos, pertencentes à Força Expedicionária Brasileira: Amaro Francisco Alarça, Arlindo Maurício Pereira, Aníbal Ferrari, Antonio de Mucio, Américo Oliveira Silva, Aparecido de Campos, Althayre Broso, Antonio Crivellaro, Cezário Antonio Bortolini, Dias Bedore, Egydio Demambro, Eurides Gomes Fernandes, Eduardo Cruz, João Aguiar Elizon, José Bianchi, José Maria Lobato Atan, Licarião Pereira de Melo, Lauro Gomes, Lourival Marques da Silva, Manoel Elison da Silva, Manoel Gonçalves Zodra, Pedro Peres, Roberto Baade, Raimundo Veriano de Araújo, Salustiano Motta, Vicentorino Nicareto, Orlando João Forcine, Walter Fazzoni;

Ex-combatentes vivos, pertencentes à Força Aérea Brasileira: Orfeu Bertelli, Silvio Pinheiro André.

Ex-combatentes falecidos, pertencentes à Força Expedicionária Brasileira: Alexandre Marcossi, Alfredo Guido, Danilo Serafim, Júlio Fachini, José Clemeniano de Carvalho, José Frederico Furlanetto, João Morlan Martinez, José Rosa de Castro, Pedro Mainente, Lucas Gonzales, Rodolpho Kühne, Rosário D'Amico, Sérgio Monteiro dos Santos, Torquato Fratti, Gerval Bispo Varjão, Luiz Grecco e Roberto Bissule.

(*) Sívio José Buso é técnico em Saneamento Ambiental e pesquisador do Gipem (Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC).

Diploma da Medalha de Campanha conferida a Antonio de Múcio pelo Ministério da Guerra, em 1962, por ter participado de operações de guerra na Itália, como integrante da Força Expedicionária Brasileira.

Ucranianos, sete décadas de presença marcante

Aleksandar JOVANOVIC (*)

Ilustração de Jayme da Costa Patrão



O presente artigo tem como objetivo rastrear a presença ucraniana em São Caetano do Sul, a partir do começo do século, por intermédio de documentos que comprovem a existência de sociedades culturais e/ou beneficentes. Faltam dados precisos a respeito dos primeiros imigrantes ucranianos que chegaram à cidade e tudo indica que este trabalho seja, apenas, uma incursão incipiente e superficial que, de antemão, necessita de complementação aprofundada.

Para situar o problema da imigração ucraniana, portanto, o texto articula-se do seguinte modo: 1) apresenta um breve resumo histórico a respeito da Ucrânia, desde os seus primórdios; 2) discorre sobre alguns aspectos culturais; 3) historia, de modo sucinto, o processo migratório no Brasil; 4) discorre acerca das primeiras três entidades fundadas entre as duas Grandes Guerras; e 5) examina a Sociedade Brasileiro-Ucraniana Unificação (*Sobornist*), fundada no final dos anos 40, e que continua funcionando no Bairro Fundação.

A presença ucraniana na cidade é marcante, sobretudo pelo fato de o Município sediar duas igrejas ortodoxas (uma à rua Oriente; outra, à rua dos Ucranianos). O passado recente de São Caetano, no começo do século, mostra que havia estreitas vinculações entre as comunidades ucranianas existentes no então distrito, em bairros vizinhos de São Paulo e São Bernardo, a ponto de as divisas geográficas desempenharem papel desimportante e secundário. Ainda hoje, os ucranianos de credo católico (rito oriental) continuam freqüentando a igreja situada em Vila Bela, bairro vizinho pertencente ao Município de São Paulo.

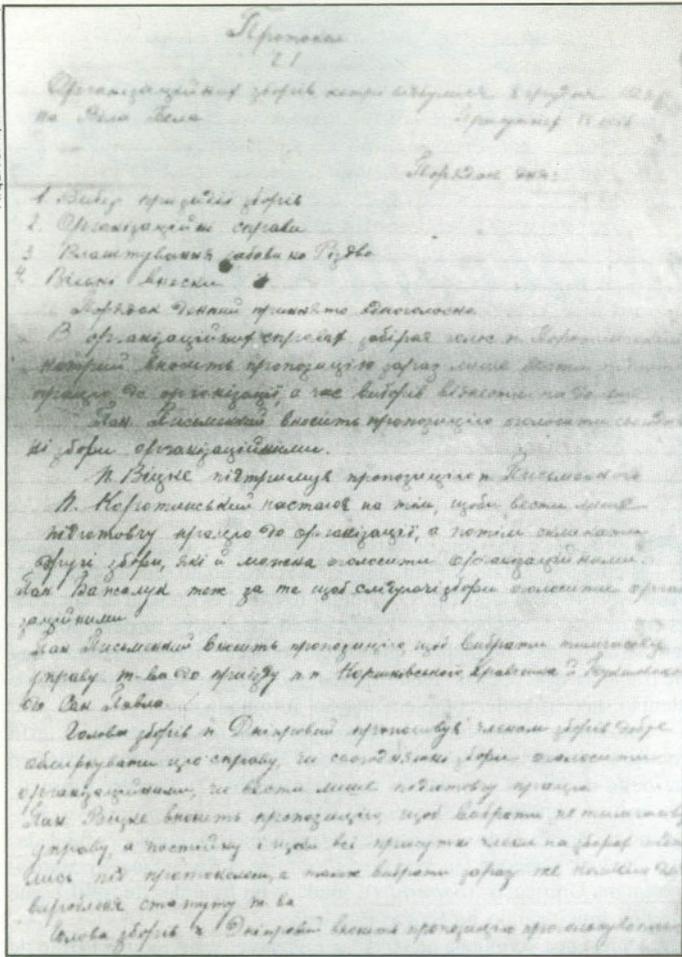
1. Resumo histórico(**)

1.1. Primórdios

A Ucrânia — a segunda maior e mais numerosa nação eslava da Europa — possui território de aproximadamente 600 mil km², tendo os seguintes limites: ao sul, os mares de Azov e Negro; a sudoeste, Hungria, Romênia, Tcheco-Eslováquia e Moldávia; ao norte, Polônia; ao norte, Rússia e Bielo-Rússia. São quase 50 milhões de ucranianos.

Dentro do ramo indo-europeu de povos (que hoje habita todo o Velho Continente, Península Índica e porções diversas da Ásia), existe um grupo numeroso chamado eslavo. Os eslavos aparecem no cenário da História no começo de nossa era, inseridos no contexto das grandes migrações de povos. Inicialmente, ocupam extensas faixas de terra entre o mar Negro e as florestas situadas além das estepes ucranianas. Depois, iniciam fluxos migratórios que os conduzem ao litoral dos mares Báltico, Adriático, Egeu e aos maciços alpinos. Entre os séculos 4 e 6, os eslavos começam a fundar pequenos estados efêmeros, nos territórios hoje compreendidos pela Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Tcheco-Eslováquia, parte oriental da atual Alemanha, Hungria, Iugoslávia, sul da Áustria, Bulgária, norte da Albânia e invadem a Grécia, chegando, inclusive, à ilha de Creta.

A primeira notícia de um estado eslavo data do século 7, junto aos Alpes. Comprimidos entre os Impérios Franco e Bizantino, os eslavos



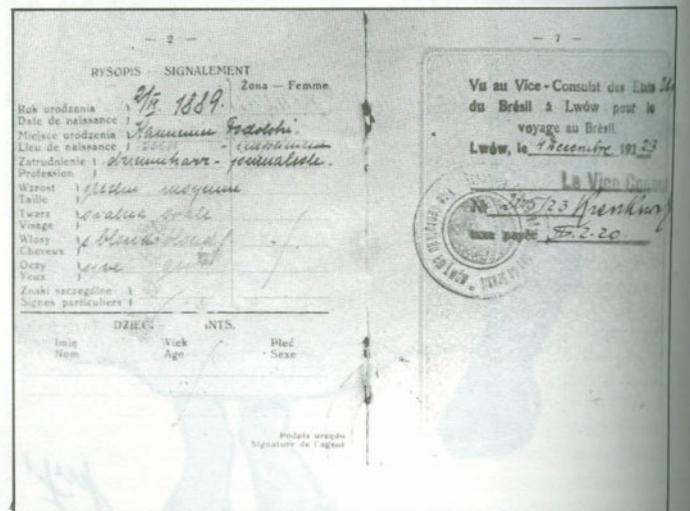
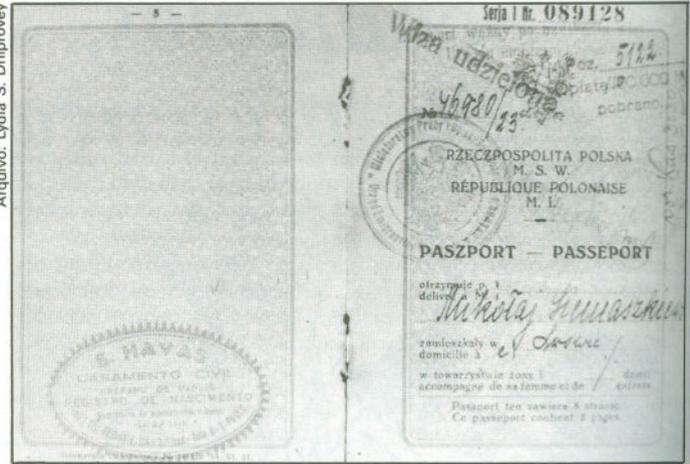
Fac-simile da primeira ata da primeira reunião, dos organizadores do *Ukrainski Narodni Soiúz* (União Popular Ucrainiana), realizada em 8 de dezembro de 1929. Era a primeira das três entidades sucessivas fundadas pelos imigrantes ucranianos, entre 1929 e 1933, em São Caetano do Sul

formam o primeiro grande estado oriental conhecido como *Rus Kievana*, por volta do século 9. Há diversas teorias a esse respeito(1); a mais difundida, narrada pela Crônica de Nestor(2) dá conta do fato de que guerreiros nórdicos, da Escandinávia, conhecidos sob o nome de *Varegues*, teriam penetrado pelos grandes rios até a costa do mar Negro e, em simbiose com a população eslava, teriam fundado o Estado kievano, cuja capital era a cidade de Kiev, antigo centro do reino dos kazares (povo nômade, de origem turca, que se perdeu nas brumas da História). O Estado kievano estendia-se numa larga porção territorial, dos montes Cárpatos ao norte do Cáucaso(3).

Em breve, a população eslava da *Rus kievana* integra o reino de Oleg (879-914), que alarga as fronteiras de seu estado até o rio Don, a leste, e sofre a influência da cultura bizantina. Sviatosláv, o Conquistador (964-972), chega a ameaçar, com suas tropas, a cidade de Constantinopla. Volodymyr, o Grande (979-1015), desposa a irmã do imperador bizantino, Ana, e converte-se ao cristianismo, que se torna a religião oficial do estado. A obra de Volodymyr tem continuidade durante o reino do filho, Iarosláv, o Sábio (1019-1054), que transforma Kiev numa grande metrópole, constrói igrejas, funda bibliotecas e estabelece a *Rússka Pravda*, o primeiro código de leis do mundo eslavo(4).

O cristianismo triunfa sob o reino de Volodymyr, mas o príncipe considerava importante a existência de padres que falassem a sua língua e Bizâncio não os podia fornecer, fato que conduz, devagar, à formação de uma igreja nacional, com clero autônomo e influência de Roma. É importante notar que a cristianização dos eslavos foi promovida por dois missionários bizantinos, Cirilo e Metódio, que, a convite do príncipe Rastislav, da Grande Morávia (precursora da moderna Tcheco-Eslóvaquia), traduzem as Escrituras para um dialeto eslavo da Mace-

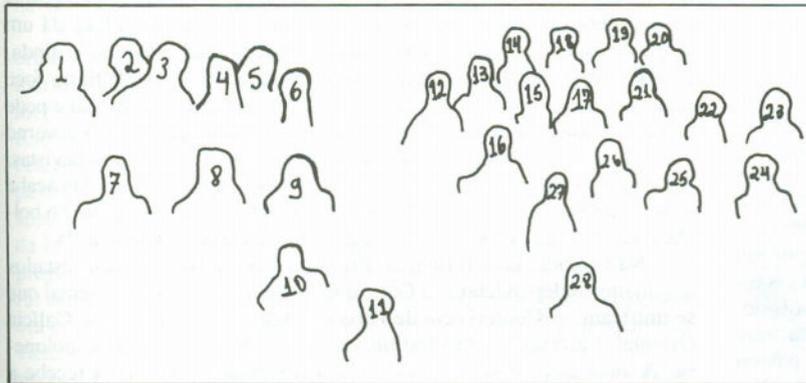
dônia e criam um sistema de escrita capaz de registrar os fonemas do idioma eslavo. Esse alfabeto passa a ser conhecido sob o nome de *cirílico* (homenagem ao missionário) e continua sendo empregado por russos, bielorrussos, ucranianos, búlgaros, macedônios e sérvios. A missão dos irmãos bizantinos tem profunda influência no mundo eslavo: o estado kievano torna-se um dos centros culturais da época, juntamente em Ohrid (hoje situado em território iugoslavo) e Preslav, na Bulgária (5). Bulgária (5).



Passaporte polonês de Mikola S. Dniprovey, emitido em 1923, com visto de entrada do Consulado dos Estados Unidos do Brasil, concedido na cidade de Lviv



Sociedade Vilna Ukraína: foto de 1º de novembro de 1933, tirada no salão da Rua Tiradentes, nº 5. Trata-se de uma comemoração referente à proclamação da independência da Ucrânia, em 1918, com a participação de boa parte da comunidade ucraniana de São Caetano do Sul



- | | |
|----------------------------|---------------------------|
| 1 – Nikola Polekh | 15 – Andriëi Volochtchúk |
| 2 – Gregório Porónnnikiv | 16 – Antin Khamiliák |
| 3 – André Matuz | 17 – Iurkó Vechnevetskey |
| 4 – Bazílio Tchupka | 18 – Dmitró Pastúkh |
| 5 – Pedro Khamuliák | 19 – ??? Korotensky |
| 6 – Mikhailo Stéfanyshyn | 20 – Volodymyr Voressky |
| 7 – Miquelina S. Dniprovev | 21 – Ivan Semenétz |
| 8 – Aquilina Khamuliák | 22 – Petró Sorókin |
| 9 – Ana Khamuliák | 23 – Vassili Khupka |
| 10 – Miguel Khamuliák | 24 – Oleksa Bajaluk |
| 11 – Ana Bajaluk | 25 – Ivan Detchók |
| 12 – Petró Kalaitchúk | 26 – Nicolau S. Dniprovev |
| 13 – Ossip Ostrensky | 27 – Nádia S. Dniprovev |
| 14 – Dmitró Nazarenko | 28 – Lydia S. Dniprovev |

Arquivo: Lydia S. Dniprovev



Grupo Amador de Teatro da sociedade Vilna Ukraína, em fotografia de 1934. Na legenda, em ucraniano, o cartaz indica: Amatérski Gurtók Töv. Vilna Ukraína, São Paulo, Brasil (Grupo Amador da Sociedade Ucrânia Livre, São Paulo, Brasil)

1 – Ivan Stutchko	9 – Ana Khamuliák
2 – Liquéria Stefanyszyn	10 – Antin Kaminsky
3 – Mikola Ivanóvitch	11 – Fialka Ostasiúk
4 – André Matuz	12 – Petró Kalaitchúk
5 – Teófilo Lutzki	13 – Iarosláv Kostiuúk
6 – Ana Stefanyszyn	14 – Ivan Burek
7 – Marússia Lutzki	15 – Anastássia Bajalúk
8 – Oksana Kostiuúk	16 – Vassil Khupka

1.2. Turbulências

O reinado de Iarosláv, o Sábio, dá lugar a um período de grandes instabilidades dentro da *Rus Kievana*, ameaçada por povos nômades das estepes. Outras populações eslavas começam a aglutinar-se em torno de Polótzk, mais ao norte, que se tornaria o centro histórico da nação bielorrussa, e em torno de Suzdal, futuro núcleo da nação russa.

O declínio do estado kievano começa em 1240, com a invasão tártaro-mongol. Mas em 1169, o príncipe Andriêi Bogoliúbski, de Suzdal, devasta Kiev, dando início ao deslocamento da vida cultural da Ucrânia para oeste, nas regiões conhecidas como Galícia e Volynia. A Galícia Oriental foi conquistada por Kiev, no século 10, e, durante o século 12, torna-se um principado autônomo, cuja capital era a cidade de Khálitch. Iarosláv Osmomysl (1152-1187) impulsiona o desenvolvimento da região. Contudo, as dissidências entre a nobreza local tiveram como consequência a anexação da Galícia pelo principado da Volynia, cujo apogeu ocorre sob o reinado de Daniel (1205-1264). Rei da Galícia-Volynia, Daniel torna-se um importante monarca europeu. Mas o avanço mongol coloca os ucranianos sob tutela asiática.

1.3. Avanço lituano-polonês

No final do século 14, com a conversão dos lituanos (povo indo-europeu de língua e costumes próximos aos dos eslavos) ao cristianismo, forma-se um poderoso estado lituano-polonês. Os ucranianos libertam-se do jugo mongol, mas suas terras são divididas: a Lituânia ocupa a Volynia; a Polônia anexa a Galícia, que se libertaria da tutela polonesa somente em 1772, quando foi atribuída à Austria (6), com consequência da partilha a que a Polônia foi submetida. A Volynia, por seu turno, configura-se como uma das mais antigas áreas ocupadas pelos eslavos: em 988, era representada pelo ducado da Lodoméria, depois dominado por Kiev. Em 1200, tornou-se independente. Foi disputada entre lituanos e poloneses; integrou a Polônia até o final do século 18; passou ao domínio russo, com as sucessivas partilhas da Polônia (1772, 1793, 1795). Em 1921, pelo Tratado de Riga, foi novamente dividida entre russos e poloneses. Foi anexada pela União Soviética, em 1939; invadida por Hitler em 1941, e retornou ao domínio soviético em 1945 (7).

Com a União de Lublín (1569), os poloneses anexam todas as terras ucranianas, submetendo-as a um acelerado processo de polonização. Os senhores feudais introduzem um sistema escravocrata até então desconhecido e o estado lituano-polonês sequer defende os ucranianos das invasões asiáticas sucessivas. Diante disso, o povo ucraniano começa a retirar-se para as estepes do baixo rio Dnipró, organizando, em 1552, uma fortaleza que seria conhecida sob o nome de *Zaporozjka Sitch*, sob a liderança de Ostáp Dachkévytch e Dymytri Baida-Vychnevétzky. Todo o poder dessa organização estatal concentrava-se nas mãos da assembleia dos Guerreiros. Era o estado dos cossacos, que organizava incursões militares em defesa de sua liberdade. É preciso, contudo, lembrar que o estado moscovita (russo) começa a expandir-se sob o reinado de Ivã, o Terrível (1530-1584), ameaçando o território ucraniano, entre outros.

No século seguinte, mais exatamente em 1648, sob a chefia de Bogdan Khmelnitzki, os ucranianos derrotam os poloneses e conseguem estabelecer a sua independência, que no entanto teria curta duração. Em 1654, Khmelnitzki conclui com a Rússia o Tratado de Pereiasláv, que deveria avaliar a independência ucraniana. O czar russo, no entanto, assina com os poloneses, em 1667, um tratado que resulta em nova partilha das terras ucranianas. No começo do século 18, durante a guerra russo-sueca, os ucranianos combatem ao lado dos escandinavos, mas são derrotados. A liquidação do estado ucraniano seria realizada meio século depois, durante o reinado de Catarina, a Grande (1729-1796), que expande o Império Russo. A partir de então, a Ucrânia torna-se parte da Rússia Imperial. No final do mesmo século, ocorre a partilha da Polônia, que coloca os ucranianos ocidentais sob domínio russo e austríaco(8). Com isso, a população das áreas ocidentais seria miscigenada, conforme indica Wachowicz(9), de tal modo que, no século passado, havia 88% de poloneses e 4% de ucranianos, na Galícia Ocidental, contra 58,8% de ucranianos e 27% de poloneses, na Galícia Oriental, o que dá a média de 46% de ucranianos e 43,5% de poloneses em ambas as Galícias.

1.4. Nacionalismo

No século passado, os levantes nacionalistas espalham-se por toda a Europa, mas os ucranianos não são bem sucedidos em suas tentativas de independência. Como resultado da derrota de Napoleão, em 1815, a Rússia obtém a posse da Bessarábia, ao passo que o império austríaco, a Bukovina e a Galícia. O movimento nacionalista ucraniano continua a desenvolver-se ao longo do século 19. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, as terras ucranianas foram cenário de grande devastação. Em março de 1917, a Revolução Russa derruba o governo do czar e os ucranianos formam um Parlamento próprio, dirigido por Mikhaïlo Khruchevsky (1866-1934). Em 23 de junho de 1917, a Ucrânia proclama sua independência, sendo presidida por Khruchevsky, tendo como primeiro-ministro Volodymyr Vinnichenko (1880-1951) e Simeon Petliúra (1879-1926), comandante das Forças Armadas. A proclamação efetiva da independência ocorre em janeiro de 1918, seguida de um acordo de paz com Alemanha e Austro-Hungria. O movimento comunista, contudo, captura Kiev e o governo independente ucraniano foge para Jitomir. Alemães e austríacos ocupam a Ucrânia e entram em conflito com o governo independente. Em abril do mesmo ano, Pavló Skoropadsky dá um golpe de estado e implanta uma ditadura na Ucrânia, dilacerada, ainda, pela guerra entre nacionalistas e bolchevistas. Em 1920, Petliúra foge para Kaminiétz Podólski com o restante de seu exército nacional e pede ajuda à Polônia. Em abril, conclui uma aliança militar com o governo de Varsóvia, que resulta no ataque a Kiev, ocupado pelos bolchevistas. Através do Tratado de Riga, em 1921, a independência da Ucrânia acaba sendo anulada, porque Khristian Rakovsky, representando o governo bolchevista de Kiev, concorda em ingressar na União Soviética(10).

Na verdade, com o final da Primeira Guerra, surgem dois estados ucranianos independentes: a Galícia Ocidental e a Ucrânia Oriental que se unificam. A Conferência de Paris outorga aos ucranianos da Galícia Oriental o direito à autodeterminação, embora sob dominação polonesa. A autodeterminação jamais foi concretizada. A Romênia recebe a Bukovina e a Bessarábia e a Tcheco-Eslováquia, a parte meridional, chamada Ucrânia Carpática. Os ucranianos continuaram divididos entre quatro países: União Soviética, Polônia, Romênia e Tcheco-Eslováquia(11).

Em setembro de 1938, a Alemanha nazista invade a Tcheco-Eslováquia e a Hungria, também fascista, anexa, em 1939, a Ucrânia Carpática. Pouco antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Stalin e Hitler assinam um pacto de não-agressão, que resulta numa simples partilha da Polônia entre alemães e soviéticos. Estes ocupam a Volynia e a Galícia Oriental. Assim, com exceção de Kholm e alguns distritos mais ao sul (na Polônia ocupada pelos alemães) e da Ucrânia Carpática (ocupada pelos húngaros), todos os ucranianos passam para a tutela soviética, já que a Romênia cedeu a Moscou a Bukovina e a Bessarábia.

Às vésperas da Segunda Guerra, Stefan Bandera organiza um movimento nacionalista ucraniano. Roman Chukhévitsh, mais conhecido como Tarás Tchuprinka, lidera outra ala nacionalista. Esses movimentos têm início na Polônia, depois de 1921, sob o comando de Evguen Konovaletz (1891-1938), que acaba sendo assassinado por um agente soviético, na Holanda. Konovaletz é sucedido por Andrei Malnyk na direção dos nacionalistas exilados. Bandera esperava auxílio alemão, durante a Segunda Guerra, para proclamar a independência da Ucrânia, mas tal fato não ocorre. Em julho de 1941, Iarosláv Stetsko lidera o recém-instaurado governo independente, sediado em Lviv, na esperança de lutar contra os soviéticos. Stetsko, Bandera e outros dirigentes ucranianos acabam sendo presos pelos alemães, que ocupam a Ucrânia. Em 1943, Chukhévitsh forma um Exército ucraniano, na Polónia. Permanece lutando até 1950, quando a União Soviética ocupa, de vez, a parte polonesa das terras ucranianas. Assim, com o final da Segunda Guerra, a União Soviética incorpora a Galícia e Volynia, Bessarábia, Bukovina e Ucrânia Carpática, colocando todos os ucranianos dentro da República Socialista Soviética da Ucrânia.

2. Dados culturais

2.1. Língua, literatura

Os ucranianos falam uma língua eslava do ramo oriental, ao qual pertencem, ainda, o russo e o bielorrusso. Quando Cirilo e Metódio evan-

gelizaram os eslavos, em 863, também estabeleceram as bases de uma língua literária que passou a ser conhecida sob o nome de eslavo eclesiástico. Este idioma tornou-se a língua litúrgica dos eslavos ortodoxos e, ao mesmo tempo, língua literária. As línguas literárias eslavas modernas, fundamentadas no idioma coloquial de cada povo, têm datas diversas de surgimento entre as várias nações desse grupo étnico-lingüístico. Cabe observar, por exemplo, que o eslavo eclesiástico permaneceu como língua literária entre os russos até o final do século 18, de modo que os poetas Aliexsánder S. Púchkin (1799-1837) e Mikhaíl Liérmontov (1814-1841) são considerados os criadores do moderno russo literário. As conseqüências da Revolução Francesa, na Europa, com o surgimento de fortes tendências nacionalistas, desencadeiam a afirmação cultural de muitos povos. Entre os bielo-russos, no início do século passado, Vientie Ronvinski lança os alicerces de um idioma literário ao traduzir a *Eneida*, de Virgílio, para o idioma popular, com base no trabalho realizado por I.P. Kotliarevski (1769-1838), em 1798, para o ucraniano. Na segunda metade da centúria, o jornalista revolucionário K. Kalinuski impulsiona a fixação da norma literária bielo-russa, que seria completada, na virada deste século, por Ianka Kupala e Iakub Kolas (12).

Depois do Grande Cisma da igreja cristã, no século 11, os eslavos ortodoxos empregam, cada vez mais, o eslavo eclesiástico como língua literária, mas em cada núcleo nacional elementos do idioma popular começam a penetrar com mais vigor na estrutura e no léxico do eslavo eclesiástico. Foi assim que os trabalhos produzidos em Kiev e outros centros culturais ucranianos passaram a receber influência da língua popular, conforme lembra Kovaliv (13). A pesquisadora soviética Jukóvskaia, por seu turno, observa que os textos religiosos produzidos, no final da Idade Média, estão repletos desses reflexos. Contudo, a Autora emprega o adjetivo *russo* para qualificar textos produzidos ora em território lingüístico ucraniano (Galícia e Volynia), ora em território bielo-russo, ora em território russo, propriamente dito (14). Outra pesquisadora soviética explica que, na passagem do século 13 para o 14, o texto religioso que passou a ser conhecido como Evangelho da Galícia, redigido em eslavo eclesiástico, também já permite entrever alguns traços da futura língua ucraniana (15).

Horálek (16), de outro lado, sublinha o fato de que entre os séculos 16 e 17 surge uma nova língua literária ucraniana, baseada no idioma coloquial, que também sofre influência ocidental, sobretudo através da Polónia. Era normal que tal impregnação ocorresse, uma vez que o Estado lituano-polonês dominava as terras ucranianas. Milosz, em sua monumental História da Literatura Polonesa, assevera, que entre o final da Idade Média e o século 16, uma das línguas literárias do Estado lituano-polonês era o *ruteno*, que, em verdade, representava o ancestral das modernas línguas bielo-russa e ucraniana. O ruteno, juntamente com o latim e o polonês, gozava de grande prestígio, já que o lituano acaba confinado à condição de língua do campesinato lituano, propriamente dito. Segundo Milosz, a antiga literatura ucraniana e o idioma conhecido como ruteno desempenharam importante papel, à época, naquele contexto histórico, social e cultural (17).

No final do século 18, a tradução de Virgílio, feita por Kotliarevski, emerge como marco fundamental no estabelecimento do ucraniano literário moderno. No século passado, o escritor Tarás Chevtchenko publica o longo poema *Kobzár* (1840), fixando, em definitivo, as estruturas do ucraniano literário. Ainda na centúria passada, Ivan Frankó tem papel de relevo como escritor empenhado no aperfeiçoamento do idioma (18). Há outros dados interessantes sobre influências culturais fora do território ucraniano (19).

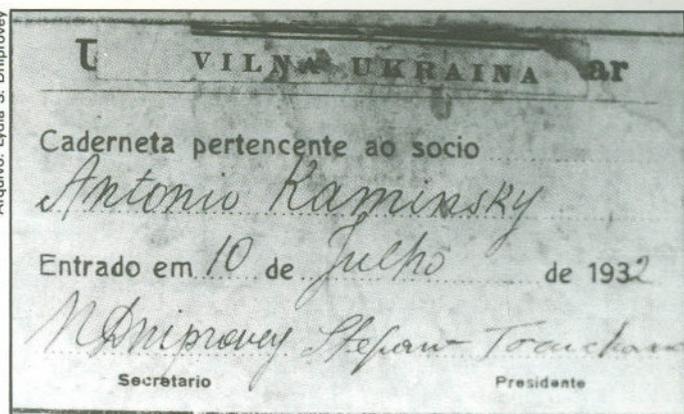
No século passado, um dos maiores nomes da intelectualidade ucraniana é Oleksandr Potebniá (1835-1891), lingüista e teórico da literatura, considerado verdadeiro precursor dos formalistas russos do século 20 (20). Seu trabalho, redigido em russo, intitulado *Iz zapíssok po rússkoi grammatikie* (Apontamentos sobre a gramática russa), é um texto que revela conhecimento enciclopédico.

2.2. Costumes

Quanto à cultura ucraniana, há traços interessantes, conforme observa Horbatiuk (21):

“Nascimento, batismo, casamento, morte e sepultamento são celebrados com rituais simbólicos próprios, a partir do cristianismo. Por exemplo, a apresentação do recém-nascido à comunidade e o banquete

Arquivo: Lydia S. Dniptrovey



Carteira de sócio de Antin Kaminski, datada de 1932, subscrita por M. Dniptrovey e S. Toruchanko. Há duas versões do documento: a primeira, em ucraniano, indica que, originalmente, a carteira havia sido emitida pela União Popular Ucraniana. No canto superior, há um carimbo com a nova denominação da entidade-Ucrânia Livre. A segunda versão, em português, identifica o sócio com o nome aportuguesado Antonio Kaminsky — mas também é possível verificar a transformação da carteira da União Popular Ucraniana em documento da Ucrânia Livre.

batismal”.

O Autor lembra, ainda, os paralelismos existentes entre diversas tradições ucranianas e as dos eslavos do sul (no caso, búlgaros, sérvios, croatas e macedônios). O canto abrange diversas variedades. O *kolo* é uma dança cerimonial, muito semelhante às danças do território iugoslavo; o *khopák*, *kozatchók* e a *kolomeika* são danças de roda. Outra arte folclórica bem desenvolvida é a dos ornamentos e costumes, como a pintura dos ovos de Páscoa (*pešanké*), bordados, complexos modelos de tecelagem e entalhação em madeira, trabalhos com miçangas, cerâmica etc. As roupas bordadas mostram influência do leste e do sul dos Bálcãs.

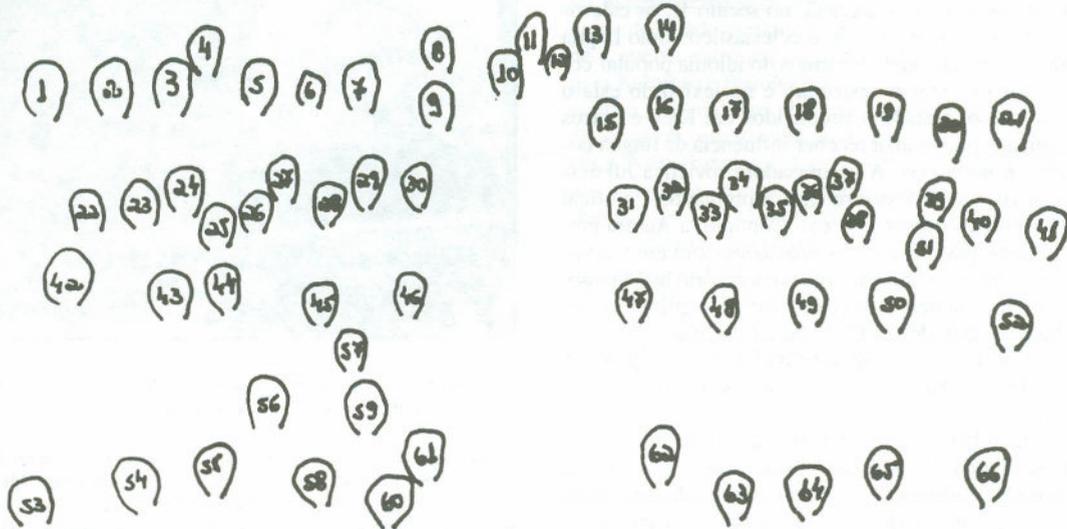
Os pratos nacionais são o *bórchitch* (sopa de caldo de beterraba picada); *khaluchki* (sopa de farinha de trigo com água, sem fermento, e massinha); *varémike* (pastéis recheados com batata, requeijão, repollo fervido e comidos com creme azedo, manteiga ou mel). Dentre as bebidas nacionais, figuram a *khorilka* (aguardente) e o *kvas* (feito com centeio azedo) (22).

3. Emigração/imigração

A emigração dos ucranianos, em grandes levas, remonta ao final do século passado, em função de vários fatores sócio-econômicos e políticos, sobretudo em face do retalhamento de suas terras e difíceis condições de vida. Burko (23) observa que três fases distintas podem ser encontradas no processo de emigração ucraniano: a primeira, no final do século, quando milhares de pessoas abandonam a sua terra, principalmente nas províncias ocidentais, então incorporadas ao Império Austro-Húngaro; a segunda, no final da Primeira Guerra, por motivos políticos, devido ao insucesso da independência proclamada pela Ucrânia; a terceira, após a Segunda Guerra. Observa o autor, ainda, a respeito da terceira fase de emigração:



Comemoração da proclamação da independência da Ucrânia, no salão da Rua Tiradentes, n.º 5, com participação maciça da comunidade ucraniana de São Caetano do Sul, em 1935



- | | | | |
|-------------------------|------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| 1 – Mikola Dniprovey | 18 – Mikola Polekh | 35 – Ana Semenétz | 51 – Liquería Stefanyszyn |
| 2 – Gregório Lepontchúk | 19 – Stefan Toruchanko | 36 – ? | 52 – Vasselevna Stefanyszyn |
| 3 – Petró Khamuliák | 20 – Petró Kalaitchúk | 37 – Maria Boitchúk | 53 – ? |
| 4 – ? | 21 – Basílio Tchupka | 38 – Helena Kaminska | 54 – Pedro Lutzki |
| 5 – Antin Kamninsky | 22 – Paraskeva Lutzki | 39 – ? | 55 – Oksana Kostiók |
| 6 – Valdomiro Kaminsky | 23 – Júlia Kaminsky | 40 – Katarina Tchupka | 56 – ? |
| 7 – ? | 24 – ? | 41 – Mikhailo Stefanyszyn | 57 – Miguel Khamuliák |
| 8 – Vassil Khupka | 25 – Marta Pavlechen | 42 – ? | 58 – ? |
| 9 – Teófilo Lutzki | 26 – Ana Pismenney | 43 – Sofia Manzuk | 59 – Ana Liquería |
| 10 – Iarosláv Kostiók | 27 – ? | 44 – ? | 60 – ? |
| 11 – ? | 28 – ? | 45 – Ana Khamuliák | 61 – Marússia Lutzki |
| 12 – Olga Kostiók | 29 – ? | 46 – Olga Bajaluk | 62 – Ana Bajalúk |
| 13 – Antin Khamuliák | 30 – Oleksa Bajalúk | 47 – Eudóxia Stráchna Pacova | 63 – Ivan Lutzki |
| 14 – ? | 31 – ? | 48 – ? | 64 – Maria Cliucica |
| 15 – Ivan Betchók | 32 – Gregório Cliucica | 49 – Aquilina Khamuliák | 65 – Olga Cliucica |
| 16 – Vassil Betchók | 33 – ? | 50 – Justina Cliucica | 66 – ? |
| 17 – Tomaz Khamuliák | 34 – Ivan Semenétz | | |

“O maior êxodo do povo ucraniano deu-se após a Segunda Guerra. Eram mais de 200 mil, entre operários, prisioneiros de guerra, refugiados políticos, soldados da primeira divisão ucraniana e de outras formações militares, que lutaram ao lado dos alemães...” (24).

A exemplo do que ocorreu com muitos outros imigrantes, de diversas nacionalidades (cujos países se encontravam sob ocupação estrangeira), também os ucranianos acabaram viajando com passaportes de origem diversa. Assim, os que saíram das províncias ocidentais (Galícia e Volynia) receberam passaportes do Império Austro-Húngaro; aqueles que abandonavam as regiões orientais recebiam passaportes da Rússia Imperial. Outros, ainda, refugiados em território polonês, nas primeiras décadas do século, acabavam saindo com documentos emitidos pela

Polônia. Com certeza, esse fato serviu para que os historiadores da imigração tivessem — e continuem tendo — dificuldades para identificar os primeiros grupos que chegaram ao Brasil, por exemplo. E não é caso exclusivo dos ucranianos; dificuldade idêntica apresenta-se em relação a muitos outros povos da Europa Central. Parece haver, contudo, concordância, de vários autores, no tocante ao fato de que 1895 tenha sido o ano em que se iniciou a imigração ucraniana no Brasil. Burko, entretanto, relata o depoimento do padre Rafael Krinitzky, que chegou a encontrar, em 1914, uma família ucraniana em São Paulo, cujo chefe teria chegado em 1872. Em 1876, outro grupo, oriundo dos Cárpatos Ocidentais, chegou a Curitiba, em companhia de algumas famílias de poloneses (25).

A imigração em massa verifica-se entre 1895 e 1896, quando chegam 5.500 pessoas, oriundas da Galícia. Desembarcaram no porto de Paranaguá, e fixam-se no planalto paranaense e no Estado de Santa Catarina, formando núcleos coloniais que até hoje deixaram claros vestígios. Entre 1897 e 1899, chegam ao Paraná 300 famílias, que se fixariam em São Paulo e no Rio Grande do Sul. No começo do século, o total de imigrantes decresce, mas às vésperas da Primeira Guerra ocorre um significativo aumento de populações oriundas da Galícia. Estes constituem novos núcleos coloniais no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Portanto, até 1914, o total de ucranianos presentes em terras brasileiras eleva-se para 45 mil pessoas. Os dados são, por vezes, contraditórios. Martins (26) afirma que o Paraná chegou a receber 47.730 poloneses e 19.272 ucranianos, entre 1871 e 1934. Horbatiuk, em seu alentado trabalho sobre a imigração ucraniana no Paraná, dá números atualizados e precisos (27), afirmando:

“Dos 153.000 ucranianos residentes no Brasil, em 1972, 130.000 viviam no Paraná, 14.000 em São Paulo, 5.000 em Santa Catarina, 3.000 no Rio Grande do Sul e 1.000 em outros Estados”.

O Autor afirma, também, que existem informações no sentido de que os ucranianos teriam chegado entre 1876 e 1891 ao Brasil, confirmando a hipótese de que a identificação era difícil, em parte, devido à questão dos passaportes. Horbatiuk precisa, ainda, que em 1891 chegou o primeiro contingente de 4.488 pessoas, que se fixaram em Luceña, Rio Claro e Eufrosina. Adiante, lembra que, em 1892, os ucranianos fundam um núcleo colonial em General Carneiro, com 120 habitantes, junto à estrada de Palmas, picada de tropeiros à época (28).

Com relação à chegada dos primeiros ucranianos a São Caetano do Sul, os dados são esparsos e imprecisos e necessitam de pesquisa mais profunda que, provavelmente, poderá ser enriquecida através de depoimentos de antigos imigrantes, seus descendentes e coleta de documentos diversos, conforme indicaremos adiante. É curioso notar, entretanto, que, em 1929, o *S. Caetano Jornal* registra apenas dois ucranianos, dado que se mostra inexato, em função dos critérios estatísticos falhos empregados na totalização (29) e, sobretudo, devido à documentação conservada a respeito das primeiras sociedades ucranianas do Município.

4. As primeiras sociedades

Os imigrantes que abandonaram a sua terra natal depois do fracasso da independência da Ucrânia, no início da década de 20, fundaram sua primeira entidade, em 8 de dezembro de 1929, na Vila Bela (Rua das Mimosas, 67), na residência de Mikola Chemachkévitch Dniprovey (30). Havia, segundo o livro de atas da sociedade, 18 pessoas presentes, para discutir a redação do estatuto e escolher a direção. Dniprovey foi eleito presidente por 16 votos. As três páginas da primeira ata fornecem pormenores a respeito do processo de votação e registram, ainda, o pronunciamento do recém-eleito, que agradeceu a indicação.

A segunda reunião do grupo de fundadores foi realizada em 22 de dezembro do mesmo ano, na Vila Bela, na presença de 19 pessoas. A

entidade passou a chamar-se *Ukrainski Narodni Soiúz* (União Popular Ucraniana). Em 6 de janeiro de 1930, 16 pessoas compareceram à Rua das Mimosas, 67, com o objetivo de votar os estatutos e, no dia 19 de janeiro, 19 sócios estiveram presentes à quarta reunião. É interessante notar que em nenhuma das quatro atas iniciais figura o endereço exato em que os encontros foram realizados (31). Entretanto, a quinta ata é explícita: a reunião convocada para 25 de janeiro ocorreu em São Caetano, diante de 18 pessoas. Os fundadores da União Popular Ucraniana não podem ser identificados, um a um. Mas uma coisa é certa: dez nomes constituem o núcleo inicial da sociedade: Dniprovey, Vitzkey, Pismenney, Khamuliák, Porónnikiv, Lutzki, Kadáisky, Bajalúk, Semenétz e Pavmók. Falta o registro das oito pessoas restantes que a ata de fundação indica terem estado presentes.

Há algumas observações importantes a fazer. Em primeiro lugar, tudo indica que a preparação dos trabalhos de fundação da entidade tenha antecedido o encontro inicial, embora não se tenha registro a esse respeito. Em segundo lugar, o *Diário Oficial* do Estado, em seu nº 1.194, de fevereiro de 1930, publica o registro da sociedade, cujos objetivos eram, entre outras coisas, auxiliar os sócios no desenvolvimento cultural e material, zelar pelos interesses da colônia ucraniana de São Paulo. O texto oficial informa, ainda, que para a consecução desses propósitos a entidade “poderá fundar bibliotecas, gabinetes de leitura, escolas, cursos profissionais e de educação, de línguas, escolas (jardins) de infância, asylos, editar livros, revistas e jornais, fundar tipographias e estabelecimentos commerciaes na base de cooperativas, caixas de crédito, tratar de auxílio médico, caixas de auxílios mútos, etc.” (32). A sede era a “Villa de São Caetano, Município de São Bernardo, Comarca da Capital de São Paulo”, embora a ação se estendesse por São Caetano, São Bernardo e arredores.

É Lydia S. Dniprovey, filha de Mikola Dniprovey, quem explica certas circunstâncias, lembrando que a comunidade ucraniana se reunia,



Passaporte polonês de Mikhalina Chemachkévitch (Dniprovey), emitido em 1923 na cidade de Lwów, com a observação, em polonês e francês, de que a portadora é originária do antigo Império Russo



Arquivo: Lydia S. Dniprovey



- 1 — Maria Haracetchukova
- 2 — Liguéria Toruchanko
- 3 — Ana Bajalúk
- 4 — Ana Toruchanko
- 5 — Anastácia Bajaluk
- 6 — Marússia Lutzki
- 7 — Olga Natália

Ano de 1934, Rua Tiradentes, n° 5: fotografia tirada defronte ao salão em que funcionava a sociedade *Vilna Ukraína*, com reuniões periódicas de seus associados



de início, na residência da família (33). Tudo indica que os encontros realizados em São Caetano tenham sido organizados na Rua Tiradentes, 5 (endereço que aparece, com frequência, em atas redigidas durante os anos 30) e na atual Rua Major Carlo Del Prete, 850, residência da família Stefanyszyn.

“Todos eram humildes e idealistas, a ponto de dividir o pão da mesa para pagar o aluguel. Mikola Dniprovev foi capitão do Exército ucraniano, em 1918. Nasceu em 1889, na cidade de Kaminiézt Podílski (Podolsk, em russo), mas fugiu para a Ucrânia Ocidental, mais tarde. Lutou como voluntário pela independência da Ucrânia. Casou-se em Lviv. Chegou ao Brasil em 1923, tendo-se mudado para a Vila Bela por volta de 1928” (34).

O destino da União Popular Ucraniana foi extremamente interessante, a julgar pelas atas dos grossos livros da entidade. Em 8 de janeiro de 1933, os sócios decidiram mudar-lhe a denominação para *Vilna Ukraína* (Ucrânia Livre), em reunião presenciada por 20 pessoas e presidida por Antin Kaminsky e secretariada por M. Dniprovev. Quatro anos mais tarde, em 25 de julho de 1937, uma assembléia-geral resolveu transformá-la em *Ukráinski Ossierédok* (Círculo Ucraniano), cujas atividades seriam encerradas em 1938. Apesar da alteração de nome, as primeiras sociedades ucranianas do Município (uma era continuação da outra) chegaram a ser bastante ativas, com a realização de comemorações de datas nacionais, organização de um coral e um grupo teatral. A partir de 1936, circulava em São Paulo o jornal ucraniano *Zoriá* (A Estrela), dirigido por Sebastião Schiffini, cujo redator era A. Korchinevsky. Segundo Lydia S. Dniprovev, seu pai, Mikola, chegou a trabalhar na confecção do periódico, cujo n° 26, referente a abril-junho de 1939, indica que se tratava do terceiro ano de circulação (35). Não há pormenores na única cópia descoberta do jornal, porque o endereço fornecido era uma caixa postal (n° 4.444), de São Paulo.

Nádia S. Dniprovev, irmã de Lydia, lembra que o envolvimento dos moradores das vilas Bela e Alpina, de São Paulo, com São Caetano era bastante intenso. Ela própria viajava de trem, via São Caetano, onde a família possuía amigos. Afinal, a cidade tornou-se o centro nervoso das atividades da comunidade de ucranianos do ABC paulista. Missas eram rezadas, em ucraniano, na Matriz Velha, no rito greco-católico, com permissão especial da Cúria Metropolitana (36). Somente décadas depois os ucranianos conseguiram construir suas igrejas, uma na Vila Bela, e duas, em São Caetano.

As primeiras atas da União Popular Ucraniana fornecem dezenas de sobrenomes de famílias, cujos destinos aguardam pesquisa longa e pormenorizada: Bajalúk, Pismenney, Vitzkey, Dniprovev, Khamuliák, Porónnikiv, Lutzki, Kadáisky, Semenétz, Pavmók, Kolotchúk, Nazarenko, Nesterúk, Lipovantchúk, Fivka, Tcherkéss, Sorókin, Iatzenko, Sviatuchenko, Butko, Lutziv, Levchúk, Ostriensky, Kukianik, Vichnievétzky, Primák, Múdrey, Pavliúkh, Klímenko, Mutchinsky, Nikorák, Fedorúk, Kossóvitch, Bitchik, Ivanóvitch, Dzibey, Maksimiúk, Bortnik...

Em 13 de fevereiro de 1938, o então rebatizado *Círculo Ucraniano* realiza mais uma reunião e as atas registram a data de nascimento de alguns dos dirigentes. Assim, temos: Stefan Toruchanko (1899); Mikhailo Stefanyszyn (1898), Petró Pawtyszyn (1900), Mikola Pismenney

(1898), Antin Kaminsky (1906) e José Wukjaniwskyi (1900). Outros pormenores a respeito dos sócios e dirigentes, tais como profissão, residência, total de membros na família, etc., são inexistentes. As atas das três sociedades que se sucederam em quase um decênio são ricas, contudo, em relatos a respeito de discussões de conteúdo político, contabilidade, advertências a diretores que deixaram de cumprir certas tarefas burocráticas e outras passagens referentes ao verdadeiro dia-a-dia das entidades.

O estatuto original, em ucraniano, da União Popular Ucraniana não foi localizado, mas é possível que tampouco tenha sido conservado. A sociedade que lhe dá continuidade, a partir de 8 de janeiro de 1933, determina em seu Estatuto (conservado também entre os pertences de M. Dniprovev) que apenas cidadãos de nacionalidade ucraniana, de ambos os sexos e maiores de 15 anos, poderiam associar-se. Há uma ressalva, entretanto, no Artigo 8º: sócios honorários poderiam ser admitidos, desde que prestassem serviços relevantes à sociedade, inobstante a nacionalidade.

O Estatuto é um extenso e bem articulado texto manuscrito, conservado num caderno de formato pequeno, com 74 páginas. Regulamen-



Fotografia do time de vôlei chamado Dnipró, mantido pela Sociedade Ucraniana Unificação, entre os anos de 1951 e 1962. O flagrante é de 1956. Em pé, da esquerda para a direita: E. Koroliúk, I. Podolian, Stefan Wólynec e I. Tkatch. Agachados, da esquerda para a direita: M. Kuzmenko, I. Iaskir e K. Trus.

ta a admissão de sócios, as obrigações e direitos dos associados; indica os órgãos diretivos da entidade, os deveres e responsabilidades de cada dirigente, etc. O documento registra o fato de que, desde 1933, a sociedade possuiria um Departamento Dramático (sic), dedicado à representação artística.

Entre as páginas 57-59 do Estatuto está inserido um documento intitulado "Linhas ideológicas básicas da Sociedade Ucrânia Livre", que demonstra, de forma inequívoca, que os dirigentes e associados não estavam apenas empenhados em reunir a comunidade ucraniana residente no Brasil e, em particular, em São Caetano: seus interesses estavam voltados para o desenrolar dos acontecimentos político-sociais na Ucrânia da época. Por isso, o texto, aprovado em 2 de julho de 1933, sublinha que os membros da *Ucrânia Livre* acreditavam que os reais interesses do povo ucraniano se resumem no estabelecimento de um país soberano, democrático e republicano (clara alusão à Rússia imperial e ao governo soviético, instalado no começo dos anos 20). Mais: a declaração revela que os redatores vêem como real perigo a possibilidade de os bolchevistas russos e a nobreza polonesa renovarem suas tentativas de estabelecer alguma forma de ditadura sobre a Ucrânia e ressalva estarem conscientes de que, ainda, rondava o perigo do fascismo sobre sua terra natal. Em menos de sete anos, os prognósticos seriam cumpridos, exceção à atuação da nobreza polonesa.

Os 77 artigos do Estatuto foram aprovados em 6 de janeiro de 1933, conforme revela o manuscrito; os 15 artigos relativos ao Departamento Dramático não contêm data. Seguem-se os textos referentes às "Linhas ideológicas básicas" e uma declaração, ambos com a mesma data e mais 30 artigos, aprovados em 10 de setembro de 1933, sobre o funcionamento das assembléias da entidade.

Até onde este autor pode julgar, os textos não contêm qualquer incorreção ortográfica ou sintática, prova de que os dirigentes da sociedade ucraniana conheciam muito bem o idioma literário e sabiam manejá-lo com maestria. De outro lado, o conteúdo dos textos revela evidente preparo intelectual, opiniões claras sobre o contexto sócio-político da época e um conhecimento transparente das condições históricas, presentes e passadas, de seu povo. Estes fatos reforçam as asserções de Oleg Szymanskyj, imigrante que chegou ao Brasil no final dos anos 40 e teve participação ativa na Sociedade Ucraniana Unificação, no sentido de que a primeira corrente imigratória presente em São Caetano se compunha de dois tipos básicos de pessoas: um grupo de ex-oficiais do Exército ucraniano e um grupo de trabalhadores que abandonaram as suas terras em decorrência das precárias condições de vida (37). Similares observações apenas dramatizam a necessidade de uma pesquisa bem articulada, que possa recolher o depoimento de familiares dos fundadores das primeiras sociedades, buscar outros documentos e rastrear a história de vida desses imigrantes. Tal constelação de elementos poderia fornecer um quadro bem mais nítido das atividades exercidas pelas três entidades que se sucederam em São Caetano, e cujos vestígios simplesmente desaparecem com a transcrição da última ata do *Ukraïnski Ossierédok*, em 9 de junho de 1938, lavrada por Mikhaïlo Stefanyszyn.

5. A Sociedade Unificação

Depois da Segunda Guerra, ocorre nova onda de imigração ucraniana, conforme apontamos acima. Em abril de 1947, chegam a São Caetano os primeiros integrantes dessa nova corrente migratória e começam logo a articular a fundação de uma entidade que os congregue, em companhia dos que já viviam na cidade e haviam dirigido a *União Popular Ucraniana*, a *Ucrânia Livre* e o *Círculo Ucraniano*. Ainda assim, a nova sociedade, que receberia o nome de *Sociedade Ucraniana Unificação*, seria registrada apenas em 1949 e sua existência teria duas etapas distintas: a primeira de 1949 a 1968, período em que somente aceitava cidadãos ucranianos como sócios; a partir de 1968, quando passou a admitir a afiliação de descendentes, nascidos no Brasil.

Existe, portanto, uma discrepância entre as datas ligadas ao início do funcionamento da *Unificação*. Curiosamente, o termo de abertura do livro de atas que abarca o período de janeiro de 1953 a fevereiro de 1976 reza, no trecho final: "(...) os estatutos se acham devidamente aprovados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na forma da lei" (38).

Oleg Szymanskyj, imigrante que chegou em 1947 e desempenhou papel de relevo na *Unificação*, lembra as razões de similar observação do termo de abertura:

Arquivo: Lydia S. Dniprovey



Mikola Pismenney, em uniforme de campanha, em 1920, durante a guerra na Ucrânia

Arquivo: Lydia S. Dniprovey



Ana e Mikola Pismenney, em foto de 1933, em São Caetano

"Quando a sociedade foi registrada, em 1949, era a única entidade estrangeira a funcionar no País, com autorização do presidente Eurico Gaspar Dutra. Havia um pormenor importante: quem conseguia autorização foi o padre Ióssif Skulski, que havia ido ao Rio de Janeiro e obtive a permissão, inobstante todos os percalços" (39).

O primeiro livro de atas, que registra os acontecimentos a partir de 1949, não foi localizado pelos próprios diretores da *Unificação*. Há, contudo, um pormenor interessante: do período inicial de funcionamento da entidade, restaram dois livros de atas paralelos: um, em ucraniano, referente ao período fevereiro de 1951/janeiro de 1952; outro, em português, que vai de janeiro de 1953 a fevereiro de 1976. A explicação seria o fato de que havia necessidade de manter registros em língua portuguesa, em virtude da permissão especial para o funcionamento da sociedade.

De qualquer modo, torna-se mais fácil rastrear a vida da *Unificação*, porque alguns fundadores continuam vivos e ativos e os registros são mais ricos do que os documentos preservados das sociedades existentes antes da Segunda Guerra. Apesar disso, a ausência do primeiro livro de atas — relativo ao período 1949-1951 — representa obstáculo evidente para descobrir os nomes dos fundadores da nova sociedade ucraniana. Szymanskyj (40) afirma que os protagonistas principais da fundação da Sociedade Ucraniana Unificação podem ser divididos em dois grupos: os velhos imigrantes, que tiveram atuação expressiva entre 1929-1938, tais como M. Pismenney, E. Vitzkey, M. Dniprovey e a família Stetanyszyn, os novos imigrantes, dentre os quais caberia citar Iwan Wolyneç, Wolodymyr Jila, Mikola Greluk, Ivan Kuchar, M. Barvinski e Ióssif Soroka, além do padre Ióssif Skulski.



Gabinete do prefeito de São Caetano, em 1954. Sentado, no centro: metropolita Ion Teodoróvitch, da Igreja Ucrâniana. Em pé, da esquerda para a direita: Vassil Postolián, Anacleto Campanella (prefeito) e Mikhailo Stefanyzyn



Documento da União dos Veteranos ucranianos, expedido em data desconhecida, comprovando, contudo, que Mikola Pismenney foi tenente-coronel do Exército Ucrâniano, no começo do século

As reuniões preparatórias para a fundação da Sociedade Unificação acabaram sendo realizadas na residência dos Stefanyzyn, à rua Major Carlo Del Prete, cenário que já havia sido utilizado antes da Segunda Guerra Mundial. No princípio, a sede da Unificação funcionou numa sala alugada à rua 28 de Julho, Bairro Fundação. Para reuniões mais amplas (assembléias gerais, apresentação de peças teatrais, bailes, etc.) um salão situado à rua Santa Catarina, no prédio da Cia. de Seguros Fortaleza, era alugado. Uma outra sede provisória teria funcionado à rua Perrella, também no Bairro Fundação. Entretanto, o livro de atas do período 1953/1976 (em português) registra outros locais também: a reunião de 25 de janeiro de 1953, uma assembléia-geral convocada para eleição da nova diretoria, foi realizada à rua Affonso Pena, 116, no Bairro Santa Paula; um ano mais tarde, a assembléia-geral teve como palco rua Santa Catarina, 97; em 30 de janeiro de 1955, nova assembléia-geral para eleição da diretoria foi realizada na sede do C.A. Botafogo, à rua Pitagueras, 202 (atual rua Major Carlo Del Prete.)

Depois, em 1956, nova assembléia-geral à rua Santa Catarina, 97, e entre os anos de 1957 e 1968, todas as assembléias tiveram como palco o número 303 da rua Pernambuco. Finalmente, em 1969, a eleição que reconduziu Miguel Danilowski à presidência da Unificação acabou sendo realizada na sede atual e definitiva da entidade, à rua Mariano Pamplona, 415, Bairro Fundação. A casa da rua Pernambuco havia sido adquirida pelos sócios, por volta de 1954, ou pouco mais tarde. Foi vendida depois. O terreno da rua Mariano Pamplona teria sido comprado por volta de 1963, o que significa que a construção da grande sede própria levaria uns seis anos.

Logo após a emancipação político-administrativa de São Caetano do Sul, os dois primeiros prefeitos do Município acabaram tendo contatos estreitos com a comunidade ucraniana. Isso pode ser verificado através de fotografias arquivadas pela Sociedade Unificação ou alguns de seus membros mais antigos e através de alguns documentos. Anacleto Campanella, segundo prefeito da cidade, promulgou, em 6 de outubro

de 1953, a Lei Municipal 369, mudando a denominação da rua Major Aderbal de Oliveira para rua dos Ucrânianos (Bairro Barcelona, na época apenas Vila Barcelona), local em que a comunidade começava a erigir a igreja ortodoxa autocéfala. Segundo Oleg Szymanskyj, Ângelo Raphael Pellegrino, primeiro prefeito do Município foi muito prestativo sempre quando os dirigentes da Unificação necessitavam de algum auxílio do Poder Público para realizar eventos (41). É interessante notar que Orlando de Souza, vereador na segunda legislatura, acabou sendo indicado para sócio-honorário da Unificação, conforme registra ata da assembléia-geral ordinária de 25 de janeiro de 1953, que elegeu Roman Konarski presidente da sociedade. O documento assegura que Souza era "grande amigo da colônia ucraniana de São Caetano do Sul" (42).

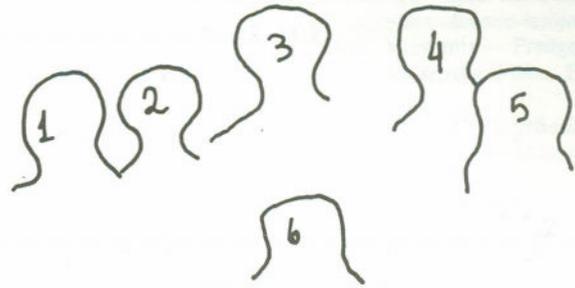
A nova onda de imigração trouxe alterações substanciais na atuação da comunidade ucraniana de São Caetano do Sul e bairros vizinhos da cidade de São Paulo. As provas são evidentes: a igreja católica, de rito oriental, que funciona à rua das Valenianas, na Vila Bela (São Paulo), começou a ser erigida a partir de 1951. Até então, as missas eram rezadas na Matriz Velha de São Caetano do Sul, com autorização especial da Cúria Metropolitana e em língua ucraniana. O primeiro padre a celebrar essas missas foi Ióssif Skulski (43), nascido em 1893, na cidade de Lviv. Ele chegou ao Brasil em 1946, estabeleceu-se em São Caetano e, em 1954, mudou-se para os Estados Unidos, onde faleceu em 1976. A igreja ortodoxa existente à rua Oriente (Bairro Santa Maria), denominada Gregoriana (uma divisão no interior da Igreja Ortodoxa Ucrâniana Autocéfala), também começou a ser construída no início dos anos 50, a exemplo da Igreja de São Volodymyr, situada à rua dos Ucrânianos, cujos padres, pela ordem, foram Petró Dobrenski, Mikhailo Khudanóvitch, Vassil Petrúk e Nicolau Milus, que ainda atualmente vem duas vezes por mês de Curitiba, para celebrar missas.

Também é verdade que muitos dos imigrantes aqui chegados entre 1947 e 1949 acabaram mudando do País, indo radicar-se nos Estados Unidos e Canadá, fator que diminuiu a presença de famílias ucranianas no Município. No começo, a Unificação devia congregar mais de 750 famílias; hoje, são duas centenas e meia de famílias ativas na entidade.

Quanto à direção da sociedade, as atas registram a alternância de antigos e novos imigrantes no comando: Edvard Vitzkey foi eleito presidente em 1952, seguido por Roman Konarski, em 1953, reeleito em 1956. Entre 1954 e 1956, Iwan Wolyneec dirigiu a entidade. Vitzkey volta à direção em 1957, seguido por Dmytró Bajluk (1958-1960). Em 1960, Wasyl Pawluczkwicz é eleito presidente, sucedido, em duas gestões (1961-1963) por Mykolaj Greluk. Em 1963, Vitzkey volta à presidência, para retornar em 1965. No intervalo, em 1964, Greluk havia sido reconduzido. Depois, a partir de 1966, Miguel Danilowski exerceu um longo mandato renovado. Hoje, seu filho, Eugênio Danilowski dirige a Unificação, cargo para o qual foi eleito em 1986, 1987, 1990 e 1991. Oleg Szymanskyj, por seu turno, dirigiu a entidade em 1977, 1978, 1979, 1984 e 1985; Volodymyr Skulski, em 1980; Waldemar Czuczman, em 1981, 1982, 1982 e 1983; e Ascold Symanskyj entre 1988 e 1990.

A Sociedade Unificação tem sido bastante ativa ao longo de suas quatro décadas de existência, promovendo não somente cerimônias internas, mas também exposições e outros eventos. É interessante, por exemplo, que em 9 de fevereiro de 1958, a entidade foi responsável pelas comemorações do 40º aniversário da proclamação da independência da Ucrânia, no Teatro Municipal de São Paulo. O evento, aberto às 18 horas, contou a presença da banda de música da Guarda Civil de São Paulo; o então deputado estadual André Franco Montoro fez a oração alusiva à data, seguido do engenheiro O. Barvinsky e de W. Skulsky. A parte artística consistiu na apresentação de números musicais de dança; a coreografia esteve a cargo de Olga Merinov e Natalia Zubrycka-Sakun era a regente da orquestra (44). Em 1968, o cardeal José Slipêi, arcebispo-mor dos ucranianos católicos, visitou São Paulo, tendo comparecido à Igreja Ucrâniana da rua das Valenianas, na Vila Bela (onde rezou missa) e à Igreja Ortodoxa Autocéfala, em São Caetano do Sul. Em 1988, o patriarca Mstislav, da Igreja Ortodoxa Ucrâniana, também compareceu ao templo existente na Rua dos Ucrânianos.

Hoje, a Sociedade Unificação possui um grupo folclórico, dirigido pelo eng.º Jorge Rybka; biblioteca com algumas centenas de volumes de livros em português e ucraniano; prosseguem as atividades sociais e, sobretudo, continua a apresentação do artesanato, folclore e música em



- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| 1 – Emília Simaskiévitich Dniprovey | 4 – Mikola Simaskiévitich Dniprovey |
| 2 – Petró Simaskiévitich Dniprovey | 5 – Kalisto Simaskiévitich Dniprovey |
| 3 – ? | 6 – Eugênia Simaskiévitich Dniprovey |

Família Dniprovey, em foto de 1899, aproximadamente, tirada em Kamiénétz Podolsk (Rússia Imperial). Nikola Dniprovey, que emigraria para o Brasil e fundaria as primeiras sociedades ucranianas de São Caetano do Sul e arredores, contava 10 anos de idade



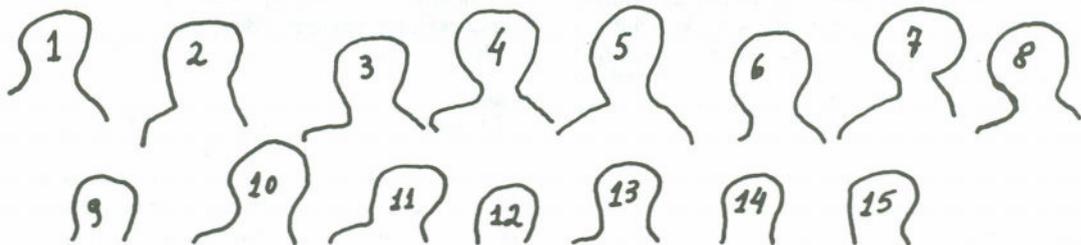
- | | |
|-------------------------|-----------------------|
| 1 – Teófilo Lutzki | 6 – Vassili Chupka |
| 2 – Petró Sorókin | 7 – André Matuz |
| 3 – Volodymyr Vorensky | 8 – Ossip Ostrensky |
| 4 – Michailo Stefanysyn | 9 – Stefan Toruchanko |
| 5 – Mikola Chuliák | 10 – ? Korotensky |



Ano de 1934, Rua Tiradentes, nº 5: fotografia de alguns membros da sociedade Vilna Ukraína que ali se reúniam



Grupo teatral da Sociedade Unificação, em foto de 1954, tirada na sede do antigo PSP (Partido Social Progressista), na Rua Santa Catarina, 97.



- | | | | | |
|---------------------|----------------------|------------------------|----------------------------|----------------------|
| 1 – Vassil Petruk | 4 – Stefan Petraniák | 7 – Dmitró Baliúk | 10 – Oleksander Deneszczuk | 13 – Maria Seredniák |
| 2 – Mikola Skirka | 5 – Ivan Kuzmenko | 8 – M. Kuzmenko | 11 – ? | 14 – Ana Petraniák |
| 3 – Konstantin Trus | 6 – Ivan Roik | 9 – Olga Polikhóvitich | 12 – Katerina Parachtchák | 15 – Eugen Koroliúk |



KARTA
REJESTRACYJNA REEMIGRACYJNA

Konsulat w

Rok rejestracji i Nr. arkusza rejestracyjnego

Nr. seria, data i miejsce wydania paszportu
9886/27 N: 109096 Kraków 2. r. y.

Nazwisko głowy rodziny
Stefanyszyn Michał

Wyznanie

Język ojczysty

Fach głowy rodziny

Ilość osób powracających w tem
mężczyzn kobiet

Kraj, z którego powracają

Podpis rejestrującego:

Pieczęć władz granicznych Pieczęć Konsulatu



— 2 —
RYSOPIS — SIGNALEMENT
Zona — Polon

Rok urodzenia 1900
Data de nascimento 12-6-1900
Miejsce urodzenia Pol. Lontaki
Lieu de naissance Pol. Lontaki
Zawód rolnik - agronome
Profession seleni - seleni
Wzrost swolski - swolski
Taille swolski - swolski
Wzrost swolski - swolski
Włosy blond - blond
Cheveux blond - blond
Oczy siwe - gris
Yeux siwe - gris
Zauki szczególne
Signes particuliers

DZIECI — ENFANTS
Imię Nom
Wiek Age
Płeć Sexe

2 maja 1927
MICHALSKI

Passaporte polonês de Mikhailo Stefanyszyn, emitido em 1927, com carimbo da Inspetoria Federal de Imigração Brasileira em Paranaguá, Paraná

exposições realizadas em diversos lugares do Estado. Foram mantidas, ainda, as comemorações internas, alusivas às datas históricas significativas do povo ucraniano. Os livros de atas da entidade já são redigidos, há alguns anos, em português, tornando a pesquisa mais permeável àquelas que não possuem domínio do idioma ucraniano, embora o conhecimento (ainda que passivo) dessa língua eslava seja fundamental para compreender a gênese das primeiras sociedades, surgidas no final dos anos 20, em São Caetano do Sul.

Agradecimentos

Cabe especial agradecimento às sras. Lydia e Nadia S. Dniprovey e ao sr. Oleg Szymanskyj, sem cuja presteza, atenção, dedicação e boa vontade este trabalho teria sido inviável. Lydia e Nadia Dniprovey fraquearam seus arquivos, fornecendo documentos importantes a respeito

das primeiras sociedades ucranianas de São Caetano do Sul, dispondo-se, inclusive, a fornecer material fotográfico identificado. Oleg Szymanskyj, por seu turno, identicamente prestativo, forneceu documentos, livros de atas e fotografias relativos à Sociedade Unificação.

Notas

(**) A transliteração de nomes próprios, do ucraniano para o português, não segue um critério uniforme neste trabalho por uma razão simples: muitos imigrantes conservaram, por exemplo, a grafia de seus nomes e sobrenomes de acordo com o sistema ortográfico do polonês; outros buscaram aportuguesá-los, empregando, contudo, métodos pouco claros. Portanto, em todos os casos em que o autor transpõe diretamente do ucraniano para o português nomes próprios, topônimos, títulos de obras e entidades, procura, na medida do possível, estabelecer um para-

lelismo entre a representação gráfica, em alfabeto latino, dos fonemas da língua ucraniana e os próprios fonemas. Assim, onde se escreve o dígrafo *kh*, ele representa um som aspirado e gutural; *y* representa, por sua vez, uma vogal central, próxima ao *e* fechado do português. Outras particularidades fonológicas do ucraniano precisaram ser desprezadas, como é o caso da palatização de consoantes. Em nomes e sobrenomes que adotaram o sistema ortográfico polonês, a correspondência para a leitura correta é a seguinte: *cz* = *tch*; *sz* = *ch*; *j* = *i*; *ch* = *kh* (consoante aspirada, como no inglês *horse*; *h* = *kh* (consoante aspirada, como no inglês *horse*); *c* = *tz*. No caso de nomes próprios e títulos de obras em russo, adotou-se o critério do apertuguesamento simples e aproximativo. Nomes e títulos de obras citados em tcheco mantêm a ortografia (em alfabeto latino) desse idioma eslavo: vale o mesmo critério para o húngaro (língua não-eslava, do grupo fino-ugriano). No item 5 da bibliografia, a citação de obra em macedônio adota como critério a transliteração do alfabeto cirílico dessa língua eslava com sinais diacríticos empregados de maneira similar àquela válida para a grafia do servo-croata.

- (1) VERNADSKY, Georges — *Essai sur les origines russes*. Traduit de l'anglais par Albert Colnat. Paris, Librairie A. Maisonneuve, 1959, *passim*;
- (2) *Povest vremennikh let* (po lavrentevskoi létopisi 1.377 goda). Moskva, Izd-vo Nauka, 1950, *passim*;
- (3) BAKAY, Kornél — *A magyar államalapítás*. Budapest, Gondolat, 1981, pp. 10 e ss.;
- (4) BURKO, Valdomiro — *A Imigração Ucraniana no Brasil*. Curitiba, s/ed., 1956, pp. 24-25;
- (5) KONESKI, Blaže — Ohridska knjižovna škola. In: *Korubin*, Ilija (org.) *Kliment Ohridski*. Studii. Skopje, Odbor za odbeleživanje na 1.100-godošnjata od doaganjeto na Kliment vo Ohrid, 1986, pp. 12 e ss.
- (6) MOURRE, Michel — *Dictionnaire d'histoire universelle*. Paris, Bordas, 1981, p. 632;
- (7) *idem, ibidem*, p. 1.680;
- (8) HORBATIUK, Paulo — *Imigração Ucraniana no Paraná*. União da Vitória: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras; Porto União: Uniporto, Gráfica Ed., Ltda., 1989, pp. 80 e ss.;
- (9) WACHOWICZ, Ruy C. — Conjuntura emigratória polonesa no século XIX. In: *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba, vol. I, 1970, pp. 25 e ss.
- (10) A Enciclopédia Ucraniana, editada em 1962, na Ucrânia Soviética, afirma que o governo de Skoropadsky e o próprio acordo de Brest-Litovsk, firmado em 1918 entre a Rússia, Alemanha e Áustria não passavam de uma "manobra imperialista que colocou um governo de marionetes, comandado pelo *khetman* P. Skoropadsky, para chefiar a Ucrânia Independente". *Ukrainska Radianska Entziklopedia*. Kiev, Akademia Nauk Ukrainkoi Radianskoi Sotzialistichnoi Respubliki, 1962, pp. 319 e ss.;
- (11) SIMPSON, G. W. — *Ucrânia* — um atlas de sua História e Geografia. Curitiba, Comitê Ucraniano-Brasileiro Pró-Festejos do Centenário do Paraná, 1953, *passim*;
- (12) HORÁLEK, Karel — *Uvod do studia slovanských jaziku*, Praha, Nakladatelství Československé Akademie Věd, 1962, pp. 334 e ss.;
- (13) KOVALIV, P. — *Istória ukraínskoi movi*. München, Ukraínski Vilni Universitet, 1948, pp. 13 e ss.;
- (14) JUKÓVSKAIA, L.P. — K voprosú o iújnoslaviánskom vliánii na rússkui písmienost (i Iítie Aníssi po spískám 1282-1632 gg.). In: *Demiánov, V. G. et V. F. Dubróvina* (org.) *Istória rússkovo iazyká*, Moskva, Izd-vo Nauka, 1982, pp. 277-78;
- (15) MÁLKOVA, O.V. — Paleograficheskoie opíssanie galítzko-volvynskoi rúkopissi. In: *Demiánov, V.G. et V. F. Dubróvina*, *op. cit.*, pp. 297 e ss.;
- (16) HORÁLEK, Karel — *Op. cit.*, p. 314;
- (17) MIŁOSZ, Czesław — *The History of Polish Literature*. 2nd edition. Los Angeles, University of California Press, 1983, pp. 109 e ss.;
- (18) BUZUK, P. — *Istória ukraínskoi movi*. Vstup. Fonetika. Morfológiua. München. Ukraínski Vilni Universitet, 1948, pp. 13 e ss.;
- (19) Merece registro o fato de que o monge ucraniano Mikhaïlo Kozatchinski (1699-1755) se torna um dos principais escritores da Sérvia, no

século 18, já que, a partir de 1733, passa a viver entre os sérvios estabelecidos na parte sul do Império Austríaco (atual norte-nordeste iugoslavo) e atua como professor do *Collegium slavono-latino carloviense*, em Sremski Kárlóvtzi. Vide: *Ercić, Vlastimir — Predgovor*. In: *Bajce-tić, Predrag et alii* — (org.) — *Počéci srpske drame*. Beograd, Nolit, 1987, pp. 5 e ss.;

- (20) FIZER, John — *Alexander A. Potebnja's Psycholinguistic Theory of Literature*. A metacritical inquiry. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1986, *passim*;
- (21) HORBATIUK, P. *op. cit.*, p. 73;
- (22) *idem, ibidem*, pp. 75 e ss.;
- (23) BURKO, Valdomiro — *op. cit.*, p. 39;
- (24) *idem, ibidem*, p. 40;
- (25) *idem, ibidem*, p. 47;
- (26) MARTINS, Wilson — *Um Brasil diferente*. São Paulo, Anhembi, 1955, pp. 77 e ss.;
- (27) HORBATIUK, P. — *op. cit.* p. 46;
- (28) *idem, ibidem*, pp. 48-49;
- (29) O *S. Caetano Jornal*, em sua edição de 24 de fevereiro de 1929, traz uma reportagem sob o título "A população de São Caetano", ilustrada com dados estatísticos. O texto objetiva analisar a composição étnica da população. O levantamento é atribuído ao então existente Partido Municipal e foi realizado em setembro do ano anterior. Informa o jornal, dirigido por R. Cyriaco de Carvalho, que os prédios urbanos do então distrito eram mais de dois mil e os habitantes, 20 mil. O texto fala em "surpresa das estatísticas em São Caetano" e indaga dos leitores: "Quem poderia dizer que S. Caetano possui mais hespanhóis que italianos, mais portugueses que alemães?". De acordo com os 646 nascimentos verificados no distrito, em 1928, havia apenas dois ucranianos. Com efeito, o critério estatístico é falho e duvidoso, na medida em que o levantamento do Partido Municipal rastreou, apenas, os nascimentos ocorridos no ano anterior, contrapondo a nacionalidades dos pais das crianças. Isso significa, evidentemente, que não se tratava de um censo populacional, cujo objetivo fosse espelhar a composição étnica da população. Apesar disso, trata-se de texto significativo para pesquisas posteriores, visto que o jornal aponta a existência de 40% de brasileiros, 17% de espanhóis, 16% de italianos, 10% de portugueses, 5,5% de alemães, 11,5% de "outras nacionalidades", entre as quais figuram 16 húngaros, 10 russos, 28 alemães, 8 romenos, 5 búlgaros, 4 sírios, 4 austríacos, 9 iugoslavos, 3 poloneses, etc. Vide: *S. Caetano Jornal*, 24 de fevereiro de 1929, p. 1;
- (30) O endereço foi fornecido pela sra. Lydia S. Dniprovey, em depoimento prestado ao autor, em agosto de 1991;
- (31) Ata de fundação do *Ukraínski Narodni Soiúz*: acervo da sra. Lydia S. Dniprovey. Texto redigido em ucraniano, aliás, com o livro todo;
- (32) *Diário Oficial*, nº 1.194, p. 4;
- (33) Depoimento da sra. Lydia S. Dniprovey;
- (34) *idem*;
- (35) *idem*;
- (36) Depoimento da sra. Nádia S. Dniprovey, ao autor, em agosto de 1991;
- (37) Depoimento do sr. Oleg Szymanskyj, ao autor, em setembro de 1991;
- (38) Livro de atas da Sociedade Ucraniana Unificação de São Caetano do Sul: janeiro de 1953 - fevereiro de 1976;
- (39) Depoimento do sr. Oleg Szymanskyj;
- (40) *idem*;
- (41) *idem*;
- (42) Livro de atas da Sociedade Ucraniana Unificação de São Caetano do Sul: janeiro de 1953 - fevereiro de 1976; pp. 2-3;
- (43) HANEIKO, Valdemiro - *Uma centelha de Luz*, Curitiba, Editora Kindra, 1985, p. 73;
- (44) Programa impresso do Teatro Municipal de São Paulo. Acervo da sra. Lydia S. Dniprovey;

(*) Aleksandar Jovanovic é jornalista, doutor em Linguística, professor da USP, tradutor e presidente da Sociedade Brasileira de Eslavística

Aqui nasceu a indústria automobilística brasileira (General Motors)

Arnaldo TREBILCOK (*)

26 de Janeiro de 1925. Na véspera, a cidade tinha celebrado seu 371º aniversário. No Pátio do Colégio, como de costume, o presidente do Estado de São Paulo e o prefeito da Capital marcaram presença no hasteamento da bandeira nacional e da bandeira das treze listras — cujo canto superior, vermelho como um pulsante coração, estampava o mapa do Brasil, enquadrado em estrelas douradas. As treze listras, brancas e pretas, simbolizavam, assim diziam os seus criadores, o moto-contínuo do Estado Paulista que, afirmavam, trabalhava sem pausa, dia e noite, no campo, nas oficinas, nos escritórios, nos clubes, dando vida ao mote que iria, pelos anos afora, timbrar o afã paulista: “São Paulo não pode parar”.

Naquele dia 26 algo de novo acontecia dentro da rotina de trabalho paulista. Num desprezioso edifício, pouco mais que um galpão, instalava-se o Escritório da Companhia Geral de Motores do Brasil, S.A. ou a General Motors of Brazil S.A. Entrava, assim, galhardamente a General Motors no fluxo de produção e trabalho do Brasil, em São Paulo, onde tudo que fosse indústria tivera início. Seu capital inicial foi de dois mil contos de réis, quantia bem elevada na ocasião. Como comparação de valores diremos que o prêmio maior da Loteria Federal, em 1925, era de 200 contos de réis. Vale ainda lembrar que o ganhador do primeiro prêmio, ao embolsar o dinheiro, tornava-se um homem rico...

Aquele edifício, em cujas dependências fabris pretendia a nova empresa montar vinte e cinco automóveis por dia, foi o primeiro passo. Pouco mais de dois anos depois, 24 de setembro de 1929, a General Motors iniciava a construção de sua primeira “fábrica de automóveis”, num terreno de 42 mil m², em São Caetano: surgia a *celulla mater* da indústria automobilística brasileira. A nova fábrica, inaugurada em 12 de agosto de 1930, foi, sem dúvida alguma, a pioneira na fabricação de automóveis e veículos no Brasil.

O programa de produção da General Motors era ambicioso e ousado. Pretendia a nova empresa, como meta inicial, atingir 3.000 veículos, entre caminhões e automóveis, por ano...

Seu sucesso foi tal e a demanda por seus veículos tão auspiciosa que a empresa se viu quase empurrada para programas mais amplos e metas mais elevadas. A progressão de sua produção foi a alavanca que moveu a instalação da nova fábrica em São Caetano.

Vejamos os números da produção nos primeiros anos:

	1925	1926	1927	1928	1929	1930
caminhões....	767	5863	9547	11991	10937	1952
automóveis...	2011	7689	8091	12222	6555	1405

A progressão na venda de veículos, especialmente automóveis, entre 1925 e 1929, reforçou e sancionou o ímpeto de expansão da General

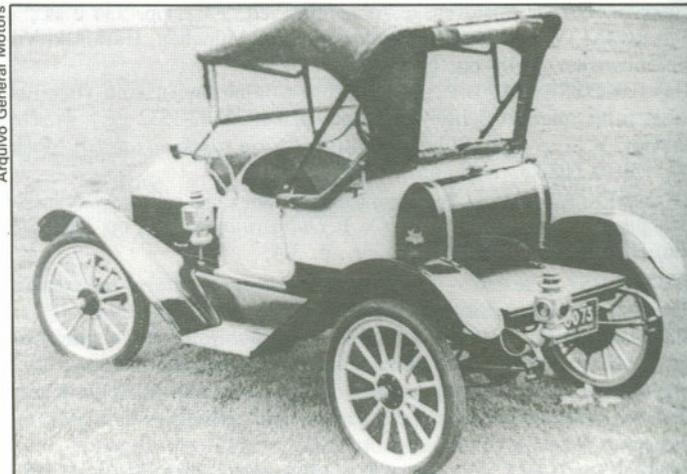
Motors, cristalizado na nova fábrica, em São Caetano, que iniciou sua produção em meados de 1930. Note-se que a tremenda queda na quantidade de veículos comercializados em 1930, comparada ao ano anterior, foi consequência da quebra da economia americana no tenebroso *black friday* de setembro de 1929. O *crack* das bolsas e a diluição da riqueza dos americanos tiveram uma repercussão violenta e dolorosa em todo mundo. E, no Brasil, não foi menor...

1930 foi um ano crucial e tremendamente difícil para a General Motors, para São Caetano, para o Brasil... Além da quebra americana, o Brasil sofreu a punhalada cruel do golpe de 1930, que presenteou o País com uma miragem, resplandecente em lantejoulas, de tempos melhores, de liberdade, de nacionalismo de papelão, de independência econômica inatingível e impossível, por inexistente.

Além de fustigada pelas dificuldades financeiras advindas da quebra americana, viu-se a General Motors, pioneira e iniciadora da indústria automobilística brasileira e com elas todas as empresas, estrangeiras e nacionais, cerceadas, monitoradas, fiscalizadas, encurraladas pelos novos donos do País, a legiferar em centenas de decretos, portarias, normas e tudo mais...

A General Motors, entretanto, resistiu aos dois tufões, o de fora e o de dentro, e São Caetano pôde continuar alardeando, orgulhosa, a primazia da indústria automobilística brasileira.

É verdade que a Ford começou a vender automóveis, no Brasil, algum tempo antes da General Motors mas, desde o primeiro momento,



O Little Four, um dos primeiros Chevrolets, com capacidade de 20 cavalos-vapor

houve uma diferença fundamental no *modus operandi* das duas empresas. A Ford trazia dos Estados Unidos automóveis totalmente montados, em enormes caixotes de pinho, com somente os pára-lamas e as rodas separadas, para melhor se ajustarem a containers adequados aos bocaportos dos cargueiros. Já a General Motors, desde o primeiro instante iniciou a importação de veículos CKD (*completely knock-down* — totalmente desmontados), que eram remontados na Av. Presidente Wilson e, depois, em São Caetano, já a eles agregados alguns componentes “brasileiros” feitos em madeira ou tecidos, para revestimentos e estofados. A proporção destes elementos nacionais foi aumentando e cresceu até atingir, lá por 1950, algo em torno de 30% do conjunto.

Estrela maior, automóvel mais desejado e mais vendido, pontificou o Chevrolet. General Motors e Chevrolet passaram a uma simbiose harmônica. E por que um automóvel ostentava um nome tão fonético e estranho? Por que um nome tão gaulês para um automóvel americano? Um certo piloto de provas, lá por 1908, suíço de trinta anos, deixava seu país para pilotar carros Buick nos Estados Unidos. Este suíço era o Sr. Louis Chevrolet que, em 1909, montava em Detroit, numa pequena oficina, a Chevrolet Motor Company of Michigan, absorvida em sua totalidade pela General Motors, em 1918, quando Chevrolet se tornou sinônimo de automóvel.

Aqui, a partir de 1925, a popularidade do Chevrolet foi tamanha e sua aceitação tão grande que o nome Chevrolet invadiu o folclore brasileiro. Não eram poucos os senhores bem postos de São Paulo que ordenavam a seus empregados: “... João, tira o Chevrolet da garagem...” Ou: “... José, hoje lave bem o Chevrolet, que o quero bem limpo à noite para ir à Opera...” Surgiu até uma frase bem matreira, usada pelos jovens *transviados* dos anos dourados: “... quem não tem cão, caça com gato... e quem não tem gato, caça com Chevrolet...” E assim Chevrolet tornou-se pelos anos afora, permanentemente atrelado ao automóvel e à General Motors. Louis Chevrolet foi, portanto, pela ação pioneira da General Motors, o estípite da indústria automobilística brasileira, uma espécie de pré-avô, respeitado e homenageado não por flores em seu túmulo, mas por seu nome imortalizado nas frentes e laterais dos carros da General Motors...

Superado o aperto financeiro causado pela quebra americana, a General Motors, definitivamente instalada em São Caetano, projetou sua expansão que a levaria a fabricar veículos no Brasil, importando apenas aquelas partes que a nascente indústria mecânica brasileira não poderia produzir, por falta de maquinário adequado e, principalmente, de mão-de-obra qualificada. A fim de capitalizar quanto necessitava, buscou lançar suas ações à Bolsa, querendo oferecer ao investidor brasileiro a chance de tornar-se acionista da filial brasileira do que já surgia como maior grupo produtor dos Estados Unidos. Não conseguiu seu intento. Por simples portaria ou por decreto do Governo Provisório, foi vetado negociar em Bolsa ações das empresas estrangeiras: General Motors, Ford, Light e outras. Temia o ditador, nacionalista encardido, criador de um nacionalismo feudal, xenófobo, artificial, que as ações de empresas estrangeiras, compradas por brasileiros, a quem seriam distribuídos os dividendos, pudessem (assim divagava o caudilho), servir de “ponta-de-lança” para os estrangeiros dominarem o Brasil, explorando o povo, sugando o País, levando-o talvez de regresso ao colonialismo.

Tratou a GM de reformular seus planos e seguir adiante, ainda importando os veículos CKD e montando-os na nova fábrica, em São Caetano. Em 1934, recuperada a economia americana e melhorando o mercado brasileiro, a produção retomou seu ímpeto inicial e o número de automóveis montados foi crescendo, baseada a preferência do com-

prador brasileiro na excelente performance e qualidade do Chevrolet, especialmente nos modelos Pavão e Cabeça de Cavallo, que seduziam os consumidores, tornando-se modelos fechados, de carroceria plena, a coqueluche das primeiras senhoritas que se aventuravam a guiar as “máquinas perigosas” dos anos 30.

A produção de automóveis foi aumentando. Vejamos:

Automóveis produzidos em S. Caetano pela G.M: 1930-39

1930.....	1.405	1935.....	3.670
1931.....	1.382	1936.....	4.198
1932.....	388 (rev. paul.)	1937.....	4.683
1933.....	1.092	1938.....	4.584
1934.....	2.198	1939.....	5.584

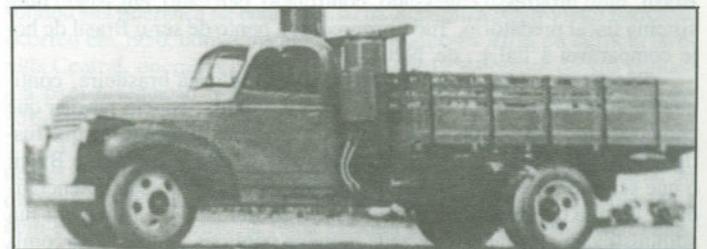
Execrada pela administração, amada pelo povo, a General Motors seguiu produzindo seus veículos dentro dos melhores padrões de qualidade. Ao brasileiro era oferecido o mesmo Chevrolet que o americano usava, tendo algumas de suas peças, feixes de molas e suspensão, reforçadas para maior conforto e duração ao rodar pelas estradas do Brasil, todas ainda socadas em terra batida.

E não foi somente na produção de automóveis que a General Motors, firmemente fincada em São Caetano — o lar do Chevrolet — foi pioneira. Em 1939, ao romper a Segunda Guerra Mundial, a General Motors criou duas coisas novas: a Guarda Interna, equivalente à Segurança de hoje, homens treinados, atentos e solícitos, sem armas durante o dia, armados de revólveres à noite, guardavam o patrimônio da empresa, dando também proteção aos operários e funcionários; outra iniciativa: o “crachá” individual, ficha de metal redonda ou ovalada, numerada, que todos os que lá trabalhavam obrigatoriamente penduravam à cinta ou à lapela. Serviam essas identidades para que o funcionário e operário pudessem, e somente eles, usufruir tranquilamente os serviços sociais da GM: refeitório, ambulatório, salão de jogos e leitura. Tais fichas eram devolvidas ao apontador, quando o empregado saía ao fim de sua jornada ou turno, no portão ao tomar o ônibus que a General Motors fretava para levá-lo em casa.

Num vasto terreno, ao lado da fábrica, foi montado o General Motors Sport Club, com pista de atletismo, reduzido campo de futebol e pequeno ginásio.

1942 viu uma drástica diminuição na produção de automóveis pela General Motors. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, toda a indústria mecânica americana foi convertida para a produção de veículos, armas e equipamentos bélicos. Cessaram os pitorescos lançamentos de novos modelos a cada ano. Os tanques, os carros blindados, os jeeps

Arquivo General Motors



Entre 1942 e 1945, durante o período da Segunda Guerra Mundial, os veículos movidos a gasogênio (gás produzido pela queima de carvão)



A fundação da General Motors do Brasil, em 26 de janeiro de 1925

substituíram os automóveis e caminhões. Até os tratores tiveram sua produção reduzida. Ainda assim, a General Motors produziu, em São Caetano, 1.342 automóveis em 1942, e 351 em 1943.

A importação de gasolina parou. A General Motors ofereceu ao mercado brasileiro carros movidos a gasogênio, com estranhos e "monstruosos" recipientes montados à ré, onde o carvão queimado inicialmente a álcool, produzia um gás fedorento e poluente, que movia e corroía os motores... Gasolina não havia, pelo menos para o público em geral. A administração, monopolizadora dos combustíveis, somente fornecia gasolina para os aviões, não muitos ainda, e para os carros oficiais que, naturalmente, não podiam deixar a pé os ilustres funcionários, tão carentes de transporte seguro, confortável e individual, no afã de bem desempenhar suas imprescindíveis funções, tão úteis ao País...

A Guerra passou. A ditadura passou. As crises passaram, como tudo passa. Outros tempos vieram, outros governantes, alguns um pouquinho mais arejados e a indústria automobilística brasileira surgiu, explodindo como tudo explode no Brasil, e mais de uma quinzena de fabricantes apareceram a disputar avidamente um mercado sequioso por automóveis, crescendo desordenadamente, como tudo cresce no Brasil.

E a General Motors entrou firme na produção vertical de veículos *made in Brazil*. Mais uma vez São Caetano produziu o primeiro automóvel classe "A", brasileiro em 85% de seu peso. Surgiu o Opala. Opala, nome composto pelas letras iniciais de Opel, o automóvel popular que a GM produzia na Alemanha e a sigla Ala, final de Impala, automóvel de linha média fabricado pela General Motors nos Estados Unidos. Impala, sinônimo de uma espécie de gazela africana, considerado o animal mais rápido do mundo. Simbolicamente, Opala brasileiro embutia a quadratura sólida alemã e a veloz arrancada da gazela africana. E a General Motors seguiu, sólida em São Caetano, já com seu novo nome pirogravado para a eternidade: São Caetano do Sul (embora encravada na região Centro-Oeste e não no Sul).

Tratada, junto com todas as demais grandes empresas transacionais pela administração e pelos sindicalistas extremados, como inimiga do Brasil, exploradoras das riquezas pátrias, segue a General Motors seu caminho, aparando golpes, absorvendo pancadas, buscando aprimorar seus produtos:

- Opala — 1969
- Chevette — 1972
- Monza — 1982
- Kadett — 1989



O Opala 1969, primeiro veículo de passageiros produzido pela General Motors

E, em São Caetano, a produção acumulada de automóveis subiu, dos 2.778 em 1925 aos 3.904.312, em 1990. E os 2.778 de 1925 eram todos importados, enquanto dos 3.904.312 de 1990, cerca de 70% foram produzidos no Brasil.

Esta foi a contribuição de São Caetano e da General Motors para a grandeza do Brasil. Foi assim que a General Motors, em São Caetano, "explorou o povo brasileiro", como dizem os mais ativos e pseudolíderes de um sindicalismo espúrio, artificial, montado, forçado por um ditador que procurava a constituição de uma máquina política da qual planejava servir-se em seu projeto de eternizar-se no poder.



Anos 30:
a produção de veículos
comerciais e ônibus
da General Motors



Progrediu a General Motors, progrediu São Caetano, progrediu o Brasil, num progresso engessado, controlado, cerceado, engastado num sistema fiscal predatório. Tudo progrediu, a ponto de ser o Brasil de hoje comparável à Itália... de 1920.

São Caetano, berço da indústria automobilística brasileira, continua se orgulhando em hospedar a General Motors, aquela fábrica que começou em 1930, alguns meses antes do primeiro grande tufão que fustigou o Brasil. Tufão que teria destruído o país todo, não fosse o Brasil o que sempre foi e será: Gulliver em seus recursos, em sua potencialidade, em sua operosidade, em seu Estado de São Paulo; Lilliput em sua administração, em muitos de seus homens públicos, em seus carcomidos, mofinos, incompetentes, arrogantes e comilões governantes, que tudo falam e pouco dizem, destruindo muito.

Em frente General Motors. Cresce São Caetano. Na certeza de que outros tempos virão. Não pode estar longe o dia em que o País voltará às suas raízes, devolvendo ao cidadão o que lhe é mais caro e precioso: a cidadania completa, limpa, límpida e honesta. Então, São Caetano e a General Motors brilharão mais intensamente no firmamento produtivo do Brasil, em São Caetano, Estado de São Paulo, berço da indústria automobilística brasileira.

(*) Arnaldo Trebilcock, brasileiro, estudou na Europa e terminou seus cursos numa universidade italiana. Foi redator-chefe da Tribuna das Estâncias e publicou os artigos de fundo da Tribuna Latina. Doutor em Ciências Comerciais, atua como agente-geral para o Brasil de empresas fabricantes de maquinário e equipamentos para indústrias petrolíferas, petroquímicas e farmacêuticas

Villares e a História

Adroaldo UBERTI e José Menino de MIRANDA (*)

Paralelo à virada do século, o Brasil viveu uma grande mudança no rumo de sua história. Nessa época, São Paulo que se punha a traçar os rumos da economia com o ciclo do café, começa a viver os primeiros passos em direção à industrialização, cuja efetiva realização, entretanto, veio a acentuar-se somente em meados deste século.

Desse início de século vem também a história da Villares num processo de evolução constante, da montagem e conservação de elevadores à tecnologia dos microprocessadores; das primeiras e rudimentares fundições às grandes usinas automatizadas com as quais contamos hoje.

Vislumbrando sempre o desenvolvimento industrial, a Villares, em meados do século, buscou uma nova região para se expandir, tendo em vista que a área com a qual contava, no bairro do Cambucí, em São Paulo, já não conseguia atender mais às suas necessidades que, ao iniciar-se a década de 1940, começavam a migrar mais intensamente para a siderurgia, uma antiga vocação já pressentida por volta de 1926.

Reunindo as condições que buscavam os pioneiros dirigentes de Villares e vivendo, também, a sua tendência de expansão, São Caetano do Sul foi a cidade escolhida, quase ao mesmo tempo em que a população sancaetanense se engajava politicamente pela sua emancipação. Foi graças a esse casamento feliz que o grupo siderúrgico das empresas Villares, contando com quatro usinas, é o que é hoje.

Elevadores Atlas, o começo

O começo da urbanização brasileira, no início do século, indiscutivelmente está relacionado à industrialização. Em 1918, a cidade de São Paulo, por exemplo, que se havia expandido com base na agricultura e exportação do café, contava com poucos prédios de alguns pavimentos. Começava, então, a urbanização e apareciam os primeiros automóveis importados. Estava nascendo, também, o mercado para um novo produto — os elevadores.

O retrato atual das empresas Villares mostra liderança de mercado, experiência de 70 anos e várias filiais pelo exterior. Entretanto, o início foi em uma pequena oficina, com dois sócios, em 10 de janeiro de 1918. A empresa, que tinha como atividade montar elevadores com peças importadas da Inglaterra, teve início com uma sociedade de engenheiros — os ingleses Frederick James Pirie e Alfred M. Lowsby. Mais tarde, em 1920, o brasileiro Carlos Dumont Villares, engenheiro formado na Suíça, associou-se à empresa em substituição a Lowsby. O nome da firma passou a ser Pirie, Villares & Cia que mudaria outras vezes ao longo de sua história, até resultar, hoje, na Divisão Elevadores de Indústrias Villares S.A.

A morte prematura do jovem engenheiro Carlos, causada por acidente de motocicleta, em 1922, mudou novamente, em curto período, os rumos da sociedade que ainda se iniciava. Nesse mesmo ano, o irmão de Carlos, Luiz Dumont Villares, concluiu seu curso de Engenharia na Suíça e foi convidado a participar nas atividades da empresa.

Esse fato inesperado veio mudar também os planos futuros do recém-formado, que pensava em fixar-se nos Estados Unidos. Ele decidiu retornar ao Brasil imediatamente e começou a trabalhar como engenheiro na empresa do irmão. No ano seguinte, em 1923, passou a sócio e, a partir de então, aumentou sua influência de tal forma que ela passou a



Acervo Histórico Villares

Família Dumont Villares, Cidade do Porto, Portugal, 1909. Da esquerda para a direita, sentados (primeira fila): Alberto, o avô Carlos, Luiz, a avó Gabriela, Noêmia e Gabriela. Da esquerda para a direita, em pé: Ricardo, Carlos, Carmem, Sophia e Alfredo.

ser decisiva nos rumos da jovem organização.

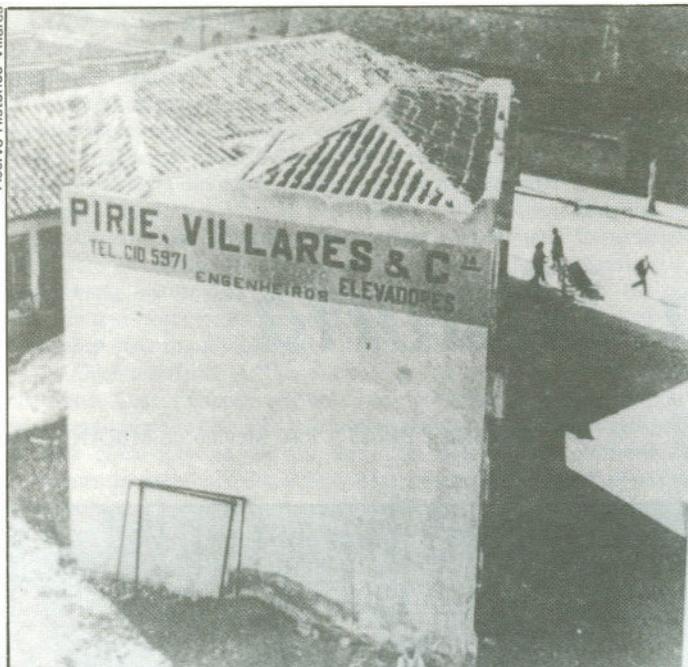
Uma das primeiras adversidades que enfrentou foi a situação de pós-guerra, que dificultava a importação de componentes indispensáveis à manutenção e reparo dos elevadores. Os dois sócios decidiram fabricá-los aqui mesmo, com tecnologia que desenvolveram e aperfeiçoaram e com o respaldo da assistência técnica contratada no exterior.

Encomendaram ao Liceu de Artes e Ofícios (SP) as primeiras cabinas e portas dos elevadores. Implantaram, também, a produção das guias e comandos elétricos dentro da própria companhia.

O pioneiro Luiz viajou aos Estados Unidos, para assimilar as novas técnicas introduzidas nos elevadores daquele país. Voltou com contratos que autorizavam a transferência de tecnologia da Westinghouse Electric Company e que permitiam o acesso aos modelos e sistemas já desenvolvidos pela matriz norte-americana.

Essa transferência de tecnologia, sua rápida adaptação e seu aperfeiçoamento trouxeram à empresa o primeiro grande fruto logo em 1928. No Rio de Janeiro, foi aberta concorrência, nesse ano, para instalação de elevadores de alta velocidade no edifício A Noite, o mais alto do Brasil na época. A Pirie Villares & Cia ganhou a disputa e, com isso, consolidou sua liderança na então capital da República. Outro feito marcante ocorreu em 1956, com a instalação de elevadores Atlas no edifício Avenida Central, operados pelo comando Mark IV e dotados de Voz Fantasma para orientação dos passageiros, dispositivo que despertou muita curiosidade e gerou diversas reportagens.

A criação de uma fundição própria, em 1926, para alguns componentes dos elevadores, serviu para delinear uma vocação empresarial de diversificar atividades. A fundição de peças na empresa, uma das mais bem equipadas do País, já tinha elevado prestígio em 1932. São Paulo levantou-se contra o governo federal, clamando pela prometida Constituição. A fábrica de elevadores foi, então, requisitada pelo governo esta-



O começo das empresas Villares, em 1923, no Vale do Anhangabaú (São Paulo), ainda com o seu antigo nome: Pirie, Villares & Cia.

dual a municiar os soldados constitucionalistas carentes de armamento bélico adequado. A fundição Villares adaptou-se rapidamente e sua linha de produção fabricou carcaças para petardos fundidos que também fizeram história — as bombardas paulistas.

A empresa cresceu e isso exigiu uma produção maior de componentes para seus elevadores e máquinas, à medida que se intensificavam as construções de prédios mais altos nas cidades brasileiras. Chegou o ponto em que fornecedores habituais já não conseguiam mais fazer as entregas a tempo, em função das grandes encomendas, e sequer conseguiam manter qualidade para atender aos padrões Villares. Essa situação levou o arrojado engenheiro Luiz, em 1936, à produção própria de peças fundidas de aço, sempre contando com a colaboração de pessoal qualificado.

Nessa época, o galpão do Cambuci (bairro paulistano onde até hoje estão as raízes da Villares) teve de ser ampliado e foi dado um passo decisivo com a importação do primeiro forno elétrico, da Suíça, o que permitiu maior controle nas peças fundidas para uso em elevadores. Logo, a nova fundição passou a suprir também as necessidades de terceiros, além do uso próprio, abrangendo um segmento de mercado ainda inexplorado pela companhia.

Cabe destacar, a essa altura dos acontecimentos, a eficiente cooperação da Escola Politécnica (SP), que desenvolveu aços de alta liga em atividades lado a lado com a Villares. Já nessa fase, os aços saídos da fundição de elevadores eram competitivos em nível internacional. Atividades novas no Brasil, como a fabricação nacional de ferramentas, até então importadas, surgiram graças à produção desses aços.

O começo da II Guerra Mundial, na Europa, trouxe novos desafios para a Villares. O engenheiro Luiz retornou aos Estados Unidos, para tentar resolver problemas de fornecimento e pesquisar novos componentes e tecnologia, visando modernizar os elevadores. Constatou que até a Westinghouse estava comprometida com os esforços de guerra. Impossibilitado de encomendar novos materiais, fez acordos e obteve projetos da Westinghouse que o habilitaram a buscar soluções imediatas para atender às necessidades da Pirie, Villares & Cia., declarada de utilidade militar pelo presidente Getúlio Vargas, que visitou pessoalmente a empresa, em São Paulo, e requisitou sua produção para as Forças Armadas.

Cápsulas de bombas, pesando aproximadamente 50 kg, foram então fundidas pela Villares para serem lançadas pelos aviões de caça da recém-criada Força Aérea Brasileira (FAB) que atuou nos campos de batalha europeus. O espaço do Cambuci acabou se tornando pequeno para atender à crescente demanda. Outro terreno maior foi comprado

em São Caetano do Sul e transferidas a forjaria e a fundição de peças de elevadores. Essa expansão resultou, ainda em 1944, na criação de outra empresa Aços Villares S.A. — que absorveu a produção de fundidos de ferro e aço para elevadores.

2. Vocação para a siderurgia

O primeiro passo para a diversificação das empresas Villares ocorreu ainda em 1926. Nessa data, a firma Pirie, Villares & Cia. decidiu pela instalação de uma fundição para as peças e componentes de elevadores. Foi a forma encontrada para vencer as crescentes dificuldades na importação desses materiais. Sendo a fundição o primeiro passo do homem no caminho da siderurgia, aflorava naquela época a vocação da Villares para a atividade siderúrgica.

Circunstâncias históricas criaram uma necessidade e o pioneiro Luiz Dumont Villares se encarregou de encontrar os caminhos para o atendimento dessa necessidade, guiado pelo seu espírito empreendedor.

Alguns anos após as atividades iniciais em sua própria fundição de ferro, a Villares já fundia as primeiras peças de aço, e partia para o passo seguinte na expansão do setor siderúrgico em 1939, com a importação de um forno elétrico a arco, de fabricação suíça. A primeira corrida de aço aconteceu no bairro do Cambuci, no mesmo dia em que a Europa entrava na II Guerra Mundial, em 1º de setembro de 1939.

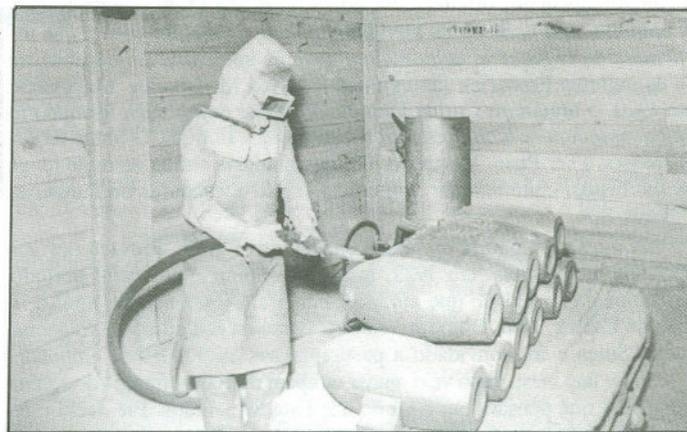
Apoiada pelo aumento da capacidade de fusão do novo forno, a Villares entrou, em 1941, no mercado de aços ferramenta. O produto escasseara no mercado interno, cujas importações ficaram dificultadas pelo envolvimento dos países europeus no conflito mundial. A partir de então, outros segmentos consumidores de aços especiais começaram a ser atendidos, entre eles o segmento de aços inoxidáveis, com larga aplicação nas áreas alimentar e química.

A primeira empresa siderúrgica das empresas Villares — Aços Villares entrou, em 1941, no mercado de aços-ferramenta. O produto escasso de qualidade e tecnologia nos setores de fundição e forjaria, ambos nascidos dentro da fábrica de Elevadores Atlas. No ano de 1945, os setores de metalurgia e forjaria de Elevadores Atlas foram transferidos para a nova usina, localizada em São Caetano do Sul.

A Aços Villares intensificou seu desenvolvimento tecnológico com a evolução de sua capacitação industrial, transferindo a produção de ferro e aço do Cambuci para São Caetano do Sul. Na nova usina, o metal líquido passou a ser gerado por dois fornos elétricos a arco e um forno elétrico a indução para a produção de aço, e dois “cubilots” para a produção de ferro fundido.

Com a implantação, em 1947, de um laminador tipo trio, ampliado gradualmente com um maior número de gaiolas, projetadas e construídas em Elevadores Atlas, novos produtos passaram a ser elaborados, entre os quais barras laminadas de aços especiais de alta liga. Os cilindros de laminação em aço e ferro fundido ligados entraram para a linha de produtos. As importações iam sendo substituídas e a capacitação para a produção de aços especiais, com níveis crescentes de qualidade, aumentava.

Na década de 50, engenheiros e técnicos de Aços Villares, median-



Anos 40: limpeza executada nas carcaças de bombas fundidas pela Villares. O processo consistia em jateamento de areia. A encomenda atendia ao Ministério da Aeronáutica, durante a II Guerra Mundial.



Anos 40: cada lote de carcaças fabricado pela Villares era inspecionado por oficiais da Força Aérea Brasileira, que aprovavam a remessa. Depois, as carcaças eram carregadas com explosivos lançados nos campos europeus pela aviação brasileira.

te contratos de assistência técnica, estagiaram nas melhores usinas de aços na Europa, especialmente na Alemanha e Áustria. Com essa política de desenvolvimento tecnológico, os processos metalúrgicos foram gradativamente aperfeiçoados e atualizados.

Sempre atenta às necessidades de mercado, a Aços Villares ampliou constantemente a capacidade de produção da sua usina e passou a fornecer aços especiais também para as indústrias mecânicas, estaleiros navais e nascente indústria automobilística. O atendimento à necessidade de produzir peças maiores, em especial barras e cilindros, foi solucionado com uma nova forjaria e a aquisição de uma prensa com duas mil toneladas de capacidade. O primeiro laminador trio, instalado em 1947, e que fora produzido com tecnologia própria, ficou pequeno demais. A laminação de lingotes maiores, até 800 kg, justificou a instalação do novo laminador 600 mm, no ano de 1960, até hoje em atividade.

A partir de 1957, novos planos de investimentos foram realizados para a instalação de mais três fornos elétricos a arco, respectivamente em 1957, 1961 e 1974, equipamentos que complementaram a capacidade de produção da usina de São Caetano do Sul.

Sempre atentos ao desenvolvimento da siderurgia mundial e às exigências de mercado, a Aços Villares deu mais um passo de pioneirismo. Tratou-se da instalação do primeiro equipamento para desgaseificação a vácuo de aço líquido fora da Suécia, e quinto no mundo, em 1969. Esse processo de refino contribuiu definitivamente na conquista da liderança de qualidade dos aços produzidos pela Villares.

Nos primeiros anos da década de 70, grandes projetos estavam sendo encaminhados, em especial pelo governo brasileiro. Entre eles, usinas hidrelétricas, ferrovias e rodovias. Nessa época, o espaço útil da usina, apesar de sua respeitável área inicialmente disponível, já estava totalmente ocupado. Não comportava novos planos de expansão.

O mercado consumidor de aços especiais continuava crescendo e surgia a necessidade da produção nacional de forjados e fundidos de grande porte, que viessem eliminar a dependência externa e contribuir para o saldo da balança comercial brasileira. Começou, então, em 1975, um novo capítulo da siderurgia brasileira: a criação da Vibasa — Villares Indústrias de Base SA.

3. Vibasa, a maior da América do Sul

O bairro do Cambuci tem muitas histórias para contar. Ali começou, em 1926, a expansão da Villares, que ainda mantém firmes raízes à Rua Alexandre Levi, 202.

O nascimento da Vibasa — Villares Indústrias de Base SA — também tem sua origem relacionada com essa localidade; nos seus escritórios, em 1975, formou-se uma comissão de engenheiros e técnicos especializados, que receberam como incumbência estudar a viabilidade de implantação de uma nova usina.

A criação oficial da Vibasa exigiu ainda a contratação dos serviços, em 1976, de uma empresa especializada para o gerenciamento do projeto, a Logos Engenharia. O cronograma de obras foi rigorosamente cumprido, tendo consumido quase quatro anos até que as primeiras áreas

de produção entrassem em operação. A Vibasa situa-se entre as maiores usinas siderúrgicas de aços especiais do mundo, cujo terreno ocupa uma área de 3,3 milhões de metros quadrados, suficiente para implantação futura de instalações com capacidade de produzir até um milhão de toneladas/ano.

A definição do local mais apropriado para implantação da Vibasa (segunda usina do Grupo siderúrgico) atendeu a uma série de pré-requisitos, entre eles: facilidade de acesso para o transporte rodoviário, abundância de água captável, infra-estrutura médico-hospitalar, ensino secundário e superior com múltiplas opções e acesso direto a linhas de distribuição elétrica de alta tensão.

Após cuidadoso levantamento, a opção recaiu sobre o Município de Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba, com distância aproximada de 160 km da primeira usina, a de Aços Villares. O fator proximidade com São Caetano do Sul foi considerado principalmente pela importância da viabilidade do intercâmbio de recursos industriais e técnicos, assim como eventuais transferências de linhas de produtos.

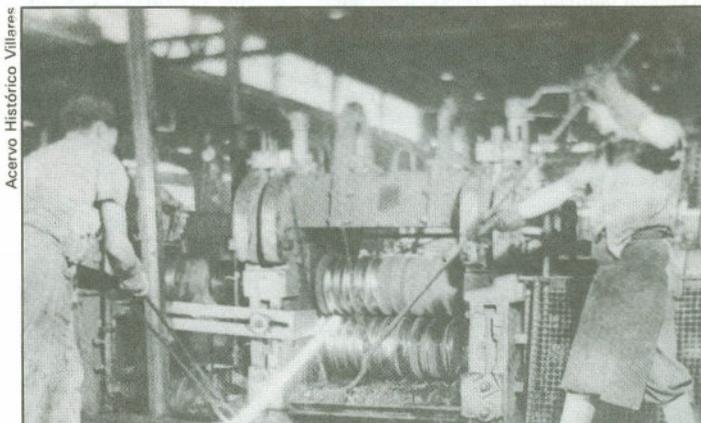
A execução das obras seguiu um plano e minucioso cronograma que abrangeu os setores de fundição de ferro e aço, forjaria, usinagem leve e pesada e aciarria, tendo todas as áreas entrado em operação na data programada.

A capacidade instalada foi projetada para atender a uma produção de barras laminadas e forjadas de aços especiais, peças fundidas e forjadas com peso acabado de até 180 toneladas. A usina produz bobinas de fio máquina, que podem atingir 1,7 toneladas, e cilindros de laminação de ferro e de aço até 150 toneladas de peso acabado.

Quando a usina de Aços Villares recebeu a sua prensa de 2 mil toneladas, em 1960, o equipamento representou um marco extraordinário naquela época. Em 1979, praticamente 20 anos mais tarde, outro marco extraordinário, uma prensa com capacidade de 6.300/8.000 toneladas, realizou as primeiras operações na forjaria da Vibasa, presenciadas pelo pioneiro das empresas, o engenheiro Luiz Dumont Villares. Esta prensa permite o forjamento de lingotes de até 300 toneladas. Ainda em 1979, em 15 de outubro, foi fundido o primeiro cubo de rotor destinado à usina hidrelétrica de Itaipu.

No dia 7 de novembro de 1980, foi inaugurada oficialmente a maior usina de aços especiais da América do Sul. A solenidade contou com a presença do presidente da República, João Baptista Figueiredo, que acionou a sirene da forjaria, ladeado pelo engenheiro Paulo Diederichsen Villares. O acontecimento foi manchete nos principais meios de comunicação do País aquela semana. O grande ausente, recentemente falecido, foi o engenheiro Luiz Dumont Villares, mas em homenagem ao seu espírito empreendedor e pioneirismo, a usina foi batizada com o seu nome. Desde o início de suas operações, ainda na Elevadores Atlas, a atividade siderúrgica das empresas Villares esteve sempre atenta aos desenvolvimentos do setor, implantando novas técnicas e processos metalúrgicos, em permanente pioneirismo.

Três estágios marcaram esta busca constante da evolução tecnológica: o primeiro, na década de 50, visou a transferência de tecnologia



Década de 40: o primeiro laminador trio, na Usina de Aços Villares, em São Caetano. Note-se o sistema ainda operado pelos metalúrgicos para ajeitar as barras no laminador.

básica através de contratos de amplo escopo; o segundo, já na década de 70, objetivou a otimização do binômio produção/custos, bem como a contratação de tecnologias específicas aos problemas reais e bem identificados.

Atualmente, o Grupo Siderúrgico vive seu terceiro estágio, iniciado em 1976, que tem como característica a busca de *know-how* próprio, que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. Suas atividades visam a melhoria tecnológica, melhor controle metalúrgico e desenvolvimento de novos processos de produção, além da melhoria constante da qualidade dos produtos. Tudo isso, sem descuidar do desenvolvimento de novos produtos em função de oportunidades de mercado.

Atualmente, o Grupo Siderúrgico possui capacitação tecnológica e industrial para atender os mais importantes setores da economia nacional e do mercado internacional, através de uma gama diversificada de produtos siderúrgicos de alta tecnologia agregada.

4. Aços Villares e o meio ambiente

A atuação de Villares sempre esteve voltada para o bem-estar da comunidade em que atua. A preocupação relativa ao controle ambiental tem sido uma constante ao longo de sua história. Da mesma forma que no passado, hoje a Villares continua investindo em equipamentos anti-polluição e sistemas de tratamento de seus efluentes visando sempre a preservação do meio ambiente.

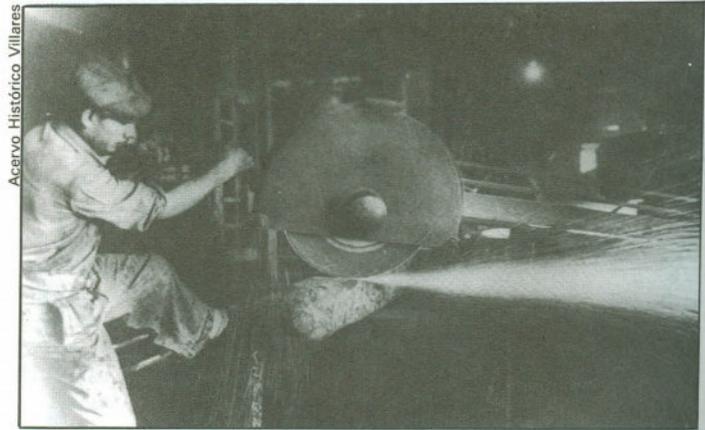
Aços Villares, que tem sua história intimamente enraizada na comunidade de São Caetano do Sul, além de representar cerca de 2.000 empregos para os seus habitantes, vem adotando as mais modernas tecnologias ambientais em favor da população.

Nos últimos 10 anos, a Villares já investiu mais de US\$ 44 milhões em sistemas controladores de poluição. Deste valor, US\$ 27 milhões foram gastos em sistemas de controle atmosférico, distribuídos em suas 4 usinas siderúrgicas. Especificamente em Aços Villares S.A. foram aplicados os seguintes valores, de 1982 a 1991 — sistema de captação de particulados dos fornos elétricos a arco: US\$ 2,720 milhões; — sistema de captação de partículas da recuperação e preparação de areias: US\$ 1,300 milhão; — substituição de óleo combustível pela energia elétrica US\$ 200 mil; — sistema de captação de gases e pós provenientes do corte de sucata US\$ 202 mil; — sistema de captação de pós provenientes do forno ASEA/SKF e de oxícorde US\$ 604 mil. Controle de poluição de água: — sistemas de tratamento para neutralização de efluentes ácidos US\$ 360 mil; — sistema de recirculação de água industrial US\$ 2,000 mil.

Novos projetos estão em andamento, e atualmente está sendo destinado US\$ 1,8 milhão para a manutenção dos sistemas já implantados. Vale ressaltar que, a partir de novembro/91, a Aços Villares estará iniciando a substituição de óleo combustível de alto teor de enxofre por gás natural, processo esse que consumirá o total de US\$ 5,0 milhões para conversão das instalações.

5. Um grupo diversificado

As empresas Villares incorporaram, em junho de 1988, a Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida SA, situada em Sorocaba (SP), a 90 km da capital paulista, que passou a ser a terceira usina siderúrgica das em-



Anos 40: operador da usina esmerilhando uma peça, depois da fundição em lingoteira.

presas. A N.S. Aparecida foi fundada em abril de 1937, embora sua origem tenha começado ano antes, com uma ferraria que fabricava ferramentas agrícolas. Passou a atuar como uma siderúrgica a partir de 1937, tendo completado, em 1987, seu cinquentenário.

No início de outubro, a siderúrgica passou a denominar-se Aços Ipanema (Villares) S/A, a razão social aprovada pela sua assembléia de acionistas e fundamentada no fato de a empresa estar situada em região de grande significado para a siderurgia brasileira: em Sorocaba está o sítio histórico de Ipanema, a primeira fabricante paulista de ferro de alto-forno, que chegou a produzir, em 1878, perto de 800 toneladas de gusa por ano.

Situada em Mogi das Cruzes, a Aços Anhangüera passou a fazer parte das empresas Villares em 21 de dezembro de 1989, quando foi comprada do grupo Caemi — Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração. Fundada em julho de 1962, o projeto inicial previa uma produção de apenas 72.000 toneladas/ano. Recebendo contínuos investimentos, a partir de 1983 a Aços Anhangüera elevou sua produção para 360.000 t/ano.

Atualmente, as empresas Villares contam com quatro usinas siderúrgicas no Estado de São Paulo: — Aços Villares S.A., localizada no município de São Caetano do Sul; — Villares Indústrias de Base S.A. — Vibasa — situada em Pindamonhangaba; — Aços Ipanema (Villares) S.A., no Município de Sorocaba; — Aços Anhangüera (Villares) S.A., em Mogi das Cruzes.

6. Aço: tecnologia acumulada

O Grupo Siderúrgico tem larga experiência e tecnologia acumulada na produção de laminados não planos e barras forjadas de aços ligados.

A fronteira de 5% de elementos de adição ao ferro, habitualmente, é considerada como a marca divisória entre aços de alta-liga e aços de baixa-liga, respectivamente. Entre as duas usinas Villares — São Caetano do Sul e Pindamonhangaba — a primeira é a mais antiga e sua história tem sido marcada cada vez mais pela produção de aços de alta liga; nos últimos anos têm sido produzidas também ligas de níquel, atendendo a solicitações de alta nobreza e/ou severidade. A Vibasa, de Pindamonhangaba, mais moderna e dotada de equipamentos projetados para a produção de grandes volumes, teve sua concepção voltada para a produção competitiva de aços de baixa liga e aços-carbono destinados à construção mecânica.

A subdivisão de produção entre as duas usinas não segue um rígido critério. Mas a possibilidade de complementação aumenta a flexibilidade e a capacidade de atendimento do mercado pelo Grupo Siderúrgico, considerado como um conjunto.

Processo de aciaria: as duas últimas décadas têm registrado um grande avanço tecnológico na área de elaboração e refino de aços e ligas especiais em Aços Villares. Esse avanço pode ser explicado, em parte, pelas crescentes exigências de mercado relativamente à melhoria da qualidade para os produtos tradicionais e às necessidades de consumo de novos materiais.

Além disso, a partir do momento em que a política empresarial passou a ser direcionada estrategicamente no sentido de desenvolver sua própria tecnologia, a formação de núcleos de desenvolvimento em diversas



Anos 40: vista interna da Usina de Aços Villares, em São Caetano Sul.

áreas da empresa veio fomentar ainda mais este avanço.

Após a consolidação de sua posição no mercado como tradicional fornecedora de aços para construção mecânica e de outros aços especiais, a implantação da estação de refino Asea-SKF foi o marco que impulsionou todo o trabalho desenvolvido nos anos seguintes visando lograr a auto-suficiência tecnológica em processos de aciaria.

Esse forno panela, posto em marcha no final da década de 60 constitui-se como a primeira unidade em todo o mundo jamais comercializada fora da Suécia; serviu para inaugurar no Brasil uma nova era, a da metalurgia de panela. A partir desta pioneira unidade a Villares alcançou a obtenção dos seguintes resultados:

— aços com baixos teores de hidrogênio, minimizando os tempos de tratamento destinados a evitar o surgimento de defeitos em peças forjadas;

— aços com baixo conteúdo de inclusões não metálicas, resultando em produtos com melhores propriedades mecânicas;

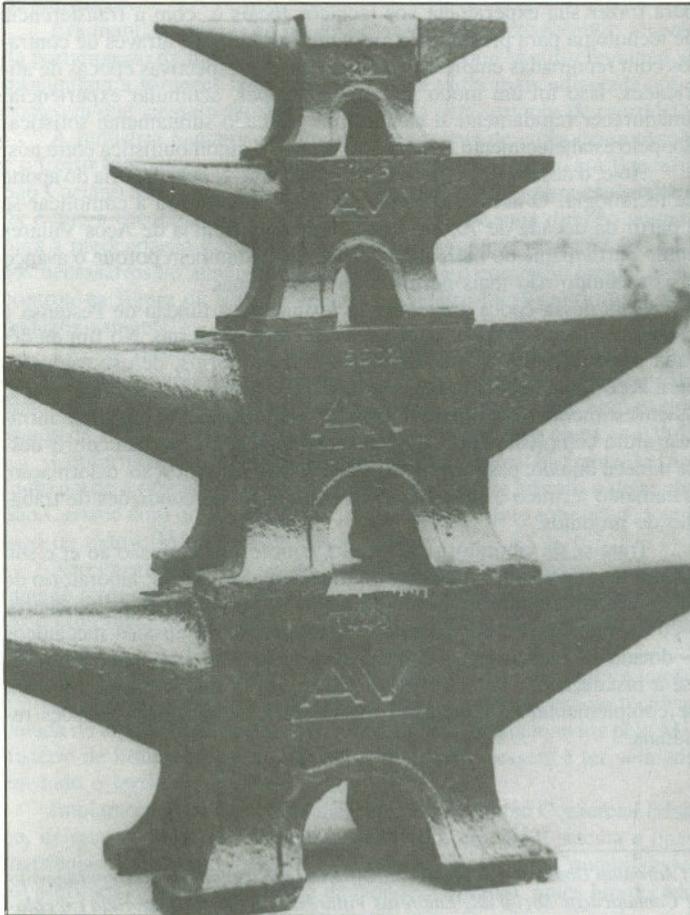
— estreitamento das faixas de variação na composição química graças às melhores condições de controle de processamento. Conseqüentemente, assegurou-se maior reprodutibilidade das propriedades de aços produzidos pela Villares;

— maior produtividade da aciaria, em função da transferência para a unidade Asea-SKF de algumas operações antes realizadas nos fornos elétricos a arco.

Em fins dos anos 70 e princípios de 80, foi desenvolvido o processo Vácuo-Argônio-Cálcio (VAC), que constituiu o primeiro processo brasileiro de metalurgia de panela, baseado em injeção profunda de siliceto de cálcio, tendo o argônio como gás de transporte.

Esse processo, combinado com o refino na estação Asea-SKF, permitiu um aprimoramento apreciável na qualidade dos aços-ferramenta para o trabalho a quente produzidas em Aços Villares, tomando como base a melhoria das propriedades mecânicas, em razão da obtenção de

Acervo Histórico Villares



As bigornas de aço foram um dos produtos iniciais fabricados pela Usina de São Caetano. É possível notar, em destaque, as letras AV, identificando a marca Aços Villares.

Acervo Histórico Villares



Vista aérea da fábrica Villares, em São Caetano, circa 1950. No primeiro plano, a linha do trem e na fachada o letreiro com os dizeres Fundação de Aço, ainda com o logotipo de Elevadores Atlas. Atrás da fundição, a vista sinuosa do rio, ainda, não retificado em seu leito.

baixíssimos níveis de inclusões não metálicas e de teores de enxofre. Além disso, foi possível reduzir consideravelmente a anisotropia das propriedades mecânicas, em função da modificação da natureza e da morfologia das inclusões remanescentes no aço líquido, após o tratamento.

Com tais resultados, o processo VAC passou a ser utilizado na fabricação de outros aços da linha de produção na Aços Villares, como aços-ferramenta para o trabalho a frio. Para resolver o problema do inevitável aumento do teor de hidrogênio, no decorrer do processo para injeção de siliceto de cálcio, foi desenvolvido posteriormente processo VAC-duplo vácuo, quando se optou pelo estabelecimento de uma técnica especial de desgaseificação de aços completamente acalmados.

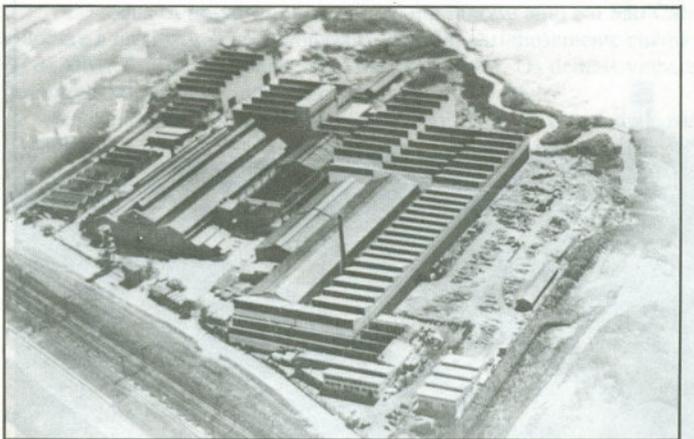
Posteriormente, no período de 1983-84, contando com financiamento parcial da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), foi desenvolvido — com pleno êxito e pela primeira vez no Brasil — um processo de metalurgia de panela, empregando arames tubulares contendo siliceto e cálcio.

Cabe destacar o fato de que, até essa época, as informações registradas na literatura técnica internacional asseguravam que o arame não produziria os mesmos resultados como injeção profunda de siliceto de cálcio através de argônio. Porém, o domínio da tecnologia de processamento dominado pela Villares veio permitir que lograsse alcançar resultados idênticos. Este processo, na empresa, recebeu a denominação de Processo VAC-aramé.

Aperfeiçoamentos também ocorreram na tecnologia de fabricação de aços-válvulas, com a adoção de processos de refino secundário e o desenvolvimento de técnicas que conduziram a produtos dotados de melhor forjabilidade.

No segmento de aços inoxidáveis, a Villares vem aperfeiçoando con-

Acervo Histórico Villares



Anos 50: vista aérea da Villares, em São Caetano. A fachada já ostenta o novo logotipo e a empresa está identificada como Aços Villares S.A. À direita, o novo galpão, sinal do crescimento da siderurgia.



São Caetano do Sul, 1955: festa de Natal para funcionários e seus familiares no interior da Villares. O passeio de trenzinho atraiu uma multidão de crianças. A tradição se repete, todos os anos.

tinuamente seus métodos de fabricação, procurando desenvolver processos alternativos que resultem nos mesmos benefícios que os obtidos através de processos tradicionais de refino fora do forno elétrico.

Esses esforços resultaram, em fins do ano 86, no desenvolvimento de um novo processo — com absoluto êxito — e que se encontra presentemente em sua fase de otimização, ficando sua divulgação para um momento oportuno, em futuro próximo.

Registre-se, finalmente, o desenvolvimento de aços rápidos dotados de elevada plasticidade, bem como a tecnologia de fabricação de ligas especiais, particularmente as ligas de níquel — desenvolvidas num processo de equipe, conjuntamente com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Aços Villares. Porém, todos esses resultados dificilmente seriam alcançados em sua plenitude, se Aços Villares não tivesse dedicado uma atenção especial ao desenvolvimento de uma boa tecnologia de lingotamento.

Sistemas de garantia da qualidade

Todos os produtos siderúrgicos Villares têm destaque pela qualidade. Os sistemas de produção trabalham com apoio de sistemas independentes, até hierarquicamente, de qualidade.

Os laboratórios dos Departamentos de Garantia da Qualidade têm os mais modernos recursos de análise química, ensaios metalográficos mecânicos. Todos os roteiros de fabricação incluem pontos de controle definidos em conjunto pelos departamentos de Engenharia e de Qualidade, para garantia de atendimento de especificações internas e externas.

As inspeções de linha podem realizar diversos tipos de ensaios destrutivos e não-destrutivos, de modo a garantir desde sanidade interna até isenção de defeitos dimensionais. As linhas de inspeção já possuem equipamentos automáticos ou semi-automáticos de grande confiabilidade.



Obras de retificação em São Caetano do Sul, em 5 de março de 1957. Ao fundo, o trabalho das dragas e algumas casas existentes à época.



Produtos siderúrgicos da Usina de Aços Villares, em foto de 23 de junho de 1960. Em destaque, os vários tipos e formatos de barras e perfis.

de, por exemplo, para observação de defeitos superficiais em laminados. A partir de 1985, iniciou-se programa de normalização para cobrir todas as operações, como apoio aos sistemas de Garantia da Qualidade.

Em 1986, iniciou-se a implantação do Controle Estatístico de Processos, ora em fase de difusão para todos os setores de produção e de apoio. Com tradição estabelecida nos mercados interno e externo, os sistemas de qualidade têm sido reconhecidos formalmente por Sociedades Classificadoras, pela TUV alemã e por auditorias de vários clientes.

Pesquisa e desenvolvimento

Historicamente, Aços Villares passou por todas as fases de um processo de formação de estoque de tecnologia. Dependendo, inicialmente, de apoio externo, com a contratação de alguma mão-de-obra estrangeira para trazer sua experiência aos técnicos locais e, com a transferência de tecnologia para processos e produtos particulares, através de contratos com renomadas empresas estrangeiras nas respectivas épocas de atividades. Isso foi um modo de queimar etapas, acumular experiência, amadurecer rapidamente e atender um mercado subitamente sofisticado, pelo estabelecimento das indústrias naval e automobilística entre nós.

Hoje, o desenvolvimento interno é responsável pela maioria do aporte de tecnologia. O acesso à tecnologia externa começou a complicar-se a partir da década de 70, em função da concorrência de Aços Villares como participante do mercado internacional e também porque o avanço já conseguido não mais permitia queimar etapas.

Data dessa época a decisão de formalizar a função de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), para apoio ao esforço interno. No fim da década passada já havia investimentos em laboratórios, de uso exclusivo para P&D, contando com o apoio da Finep. Como uma segunda etapa, os investimentos culminaram com o estabelecimento de uma infraestrutura completa para pesquisas metalúrgicas que podem cobrir desde o metal líquido, passando por lingotamento e solidificação, deformação, tratamento térmico e superficial, até simulação de condições de trabalho de produtos.

Trata-se de laboratórios de fusão, com fornos de fusão ao ar e sob vácuo; laboratório de simulação de tratamentos térmicos; laboratório de dilatométrica; laboratório metalográfico — incluindo microscópio eletrônico de varredura e microsonda; e laboratório de ensaios mecânicos — dotado de fluência e possibilidade de testes a altas temperaturas. Prevê-se a instalação de laboratórios de raios X, em futuro próximo, a fim de complementar o laboratório metalográfico e pesquisar tensões residuais.

(*) Adroaldo Uberti e José Menino de Miranda são jornalistas do Departamento de Comunicação Social das Empresas Villares. O artigo foi elaborado em colaboração com o Departamento de Administração da Produção/Engenharia Industrial da Aços Villares. As fotos pertencem ao Acervo Histórico Villares, dirigido por Mitiko Yabagata.

Meio século de História

Sônia Maria Franco XAVIER (*)

Com o intuito de trazer para a cidade a pesquisa histórica no campo de sua formação básica, buscamos depoimentos de pessoas que receberam sua formação educativa no atual instituto de Ensino São Caetano. Por que essa escola? Porque no ano de 1992 ela estará completando 50 anos de atividade ininterrupta.

Três pessoas se uniram — Celso Marchesan, Vicente Bastos e Alberto Ferreira da Silva —, no ano de 1942, para fundar, em São Caetano do Sul, um curso secundário comercial, no período noturno.

Celso Marchesan, vindo da cidade de Jaú, no interior de São Paulo, veio para São Caetano trabalhar na Indústria Santana Souza Ltda. que se localizava onde está hoje a ZF, ou seja, na Avenida Goiás.

Essa indústria possuía cotas de uma escola de preparação de mão-de-obra para escritório, que funcionava onde está o Instituto de Ensino São Caetano. A escola atravessava grandes dificuldades financeiras, de falta de alunos e de regulamentação de seus cursos junto à Secretaria de Educação.

Era mantida através de 60 cotas, por uma sociedade civil, através da participação da indústria e comércio locais, que se subscreviam e se propunham a fornecer instrução primária e outra mais adiantada até o ponto em que viessem suprir a mão-de-obra para serviços de escritório.

A Indústria Santana era uma das detentoras de cotas dessa escola e o Celso Marchesan, figura de visão, também sócio da Casa Bancária São Caetano S/A., percebeu a necessidade de mão-de-obra especializada e que a escola só não prosperava por falta de uma direção voltada para a preocupação básica de educar e proporcionar realmente os cursos necessários ao atendimento da indústria e o comércio locais, e encontrou na figura de Vicente Bastos o parceiro ideal para organizá-la pedagogicamente.

Vicente Bastos, que lecionava em colégios de São Paulo, aceitou o desafio de assumir uma escola falida e tentar reerguê-la. Contava para tanto com a colaboração de Alberto Ferreira da Silva, que era um dos donos da Indústria Santana e seria o responsável pela parte contábil.

Conforme depoimento de Vicente Bastos, que está à frente do Instituto desde a fundação, acima de qualquer interesse pairava o de servir São Caetano com uma escola séria, de ensino eficiente e modelar, a serviço de todo o Município de São Caetano.

Não existiam cursos secundários na cidade e os jovens da época, quando terminavam os estudos primários, precisavam recorrer às escolas do Ipiranga, Mooca, Brás e do bairro da Luz para prosseguirem em seus estudos.

Os três decidiram que, em vez de cursos avulsos, de curta duração e precária formação de mão-de-obra, fundar-se-ia uma escola técnica, dotada de cursos regulamentados, autorizados e inspecionados pelo Ministério de Educação e Cultura, cujos diplomas viessem a ter validade em todo o território nacional.

Implantou-se, então, como marco inicial, o Curso Comercial Básico, de quatro séries anuais, tendo alcançado, em 1943, setenta e duas matrículas. Esse curso, também chamado de Técnico de Contabilidade, foi a primeira escola secundária da cidade. O prédio, antes hipotecado ao Banco Lar Brasileiro, possuía quatro salas de aula e três salas para serviços administrativos, na parte térrea da loja de móveis dos Irmãos Kogan.



Festa da Primavera de 1948, promovida pelos alunos do Curso Básico Comercial, no Esporte Clube São Caetano, à rua Perrella

Aos poucos, foi sendo adaptado e, com o progresso da escola, nascia a Escola Técnica de Comércio de São Caetano. A denominação Instituto de Ensino de São Caetano do Sul proveio da diversificação de seus cursos. Em 1944, foram criados os cursos primário e pré-primário. No ano de 1947, foram criados os cursos de Contabilidade e o Ginasial e, em 1952, os cursos Clássico e o Científico. Em 1966, os cursos Normal (Magistério) e de Química. Em 1968, os cursos de Eletrônica e Secretariado e, recentemente, o de Processamento de Dados.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas, entre elas a falta de mão-de-obra local. Professores das diversas disciplinas vinham de São Paulo para lecionar em São Caetano do Sul.

Uma das alunas que terminou o curso secundário no ano de 1952 fez o seguinte comentário:

“De todos os nossos professores, só um morava aqui em São Caetano: era a professora que lecionava Geografia, carinhosamente chamada de Dna. Terezinha (Tereza da Costa Guanciale). Os demais vinham de outros Municípios, mais precisamente de São Paulo”.

Se, de um lado, existiam dificuldades, por outro, havia a grande necessidade dos moradores de continuar seus estudos, e isto só era possível para quem saía da cidade. Os poucos horários, tanto dos trens como dos ônibus, impediam isso, e a cidade aguardava ansiosa uma boa escola. Foi o que se deu.

O entusiasmo e a procura pelos cursos, desde o início, foram sempre muito grandes, lembrando-se, ainda, o fato de que a escola iniciou com curso noturno. Houve, inclusive, uma diversidade de faixa etária nos cursos, pois aquela era a oportunidade que as pessoas encontravam para se aprimorarem e conseguirem progredir em suas atividades. Há cinquenta anos, era a única oferta de cursos técnicos na cidade e, como tal, foi muito procurada.

O professor Vicente Bastos fez o seguinte comentário ao Jornal de São Caetano, em 1948: “O ensino no Brasil foi sempre muito verbalístico. Desde o início, as escolas procuram desenvolver o estudante para

as letras, para as artes. Com o aparecimento das indústrias, o estudante brasileiro não está preparado para o serviço nas firmas. Daí a necessidade da implantação de cursos profissionalizantes em nível secundário”.

Dentro da história desta instituição, uma figura merece ser ressaltada — Vicente Bastos — que, cuidando da parte pedagógica desde a fundação de escola, ainda hoje atua, como exemplo a ser seguido pelos alunos. Vicente Bastos, nasceu em Alagoinha, na Bahia, no dia 5 de abril de 1917, cidade onde cursou o primário. Veio para o interior de São Paulo, (São Carlos), onde continuou os estudos. Fez o curso pré-jurídico, que hoje não existe mais, e iniciou o curso de Direito no Largo São Francisco, tendo desistido por perceber que sua vocação era mesmo o magistério. Recebeu autorização e iniciou seu trabalho de mestre no ano de 1939, no Colégio Paulistano, lecionando nas cadeiras de Português e Inglês. A partir do ano de 1942, passou a dedicar todo o seu tempo ao ensino na cidade.

Centro Estudantino de Cultura (CEC)

Como já salientamos, no início o entusiasmo dos alunos era muito grande e prova disto foi o criação do CEC (Centro Estudantino de Cultura), a mais antiga entidade estudantil de São Caetano.

Era um órgão representativo dos alunos com o objetivo de promover, extracurricularmente, o interesse pelas atividades culturais, sociais e esportivas, tendo sempre como ponto básico o fortalecimento dos laços de amizade e solidariedade entre os alunos do estabelecimento.

Muitas foram as iniciativas de suas diretorias: a criação da imprensa estudantil, a promoção de competições esportivas, campeonatos internos e externos de bola-ao-cesto, futebol e xadrez; a fanfarra da escola que teve a orientação de Paulo Marchesan. Promoveu eventos sociais, como bailes de formatura, de primavera e também conferências.

De todas essas atividades, talvez a mais importante tenha sido a imprensa estudantina, que se fez conhecer através de um pequeno jornal composto de forma rudimentar, na primeira gestão da chapa Rui Barbosa, sob a presidência de Hernani de Syllos Lima e Augusto Constanzi, no ano de 1946. Numa segunda fase, já no ano de 1948, surge o *Revelador*, agora mimeografado. Fato pitoresco é contado pelos seus dirigentes sobre o seu início.

A chapa Rui Barbosa, vencendo as eleições do Grêmio, decidiu pela compra de um mimeógrafo, para ampliar a produção do jornal *O Revelador*. Vendo-se em dificuldade para pagar a prestação de um mês, o Grêmio, com grande habilidade, resolveu aproveitar um torneio esportivo na quadra da escola, num 7 de setembro. Anunciaram, amplamente,



Desfile em 7 de setembro de 1949, na rua 28 de Julho, com destaque para os alunos da Escola Técnica de Comércio: Ao fundo, a Matriz Velha

a competição e, no dia, quando começaram a aparecer os primeiros espectadores, o portão estava convenientemente guarnecido por um guardada que exigia o pagamento de um cruzeiro. Dessa forma, foi pago o mimeógrafo. Nesse período, o jornal era composto de seis páginas, totalmente ocupadas, sem nenhum patrocínio. (O Museu Municipal possui um exemplar dessa época, de número 4, ano de 1950).

Em 1952, começou a impressão da chamada nova fase do jornal, com novo formato gráfico, mas, em essência, como diziam os autores no primeiro exemplar, continuava sendo o mesmo *O Revelador* que os veteranos conheciam. Com grandes dificuldades, principalmente para a montagem, pois os linotipos eram feitos no bairro Tatuapé e eram trazidos para serem impressos na tipografia Carioca. O jornal era mensal, abrangendo temas gerais, assuntos locais, acontecimentos sociais, cultura, música, esporte, humor, curiosidades e notícias da escola.

Foram diretores do jornal: Hernani Syllos Lima, Augusto de Constanzi, João Semenoff, Antonio Russo, Antonio de Marchi, Oswaldo Dario, Júlio Zanetti, Ivo Fattore, René Crepaldi e Antônio Porfírio de Andrade. Foi secretária do Grêmio Estudantino, Ofélia Barile, a primeira mulher a formar-se contadora na cidade.

Primeiro número de nova fase de impressão do jornal saiu em agosto de 1952, sendo diretores João Semenoff e Antonio Porfírio de Andrade. O editorial agradecia aos que, com sua ajuda, possibilitaram a concretização do periódico: Anacleto Campanella, Oswaldo Samuel Massei, Antonio Caparroz Guevara, Fernandes Piva, Luiz Rodrigues Neves, Luiz Goberstein.

Sustentado intelectualmente por uma juventude vibrante, *O Revelador* deixava transparecer esse entusiasmo, como se pode verificar no artigo de Nicolau Delic sobre a evolução cultural de São Caetano, na época, que transcrevemos:

“Cérebro para o Príncipe

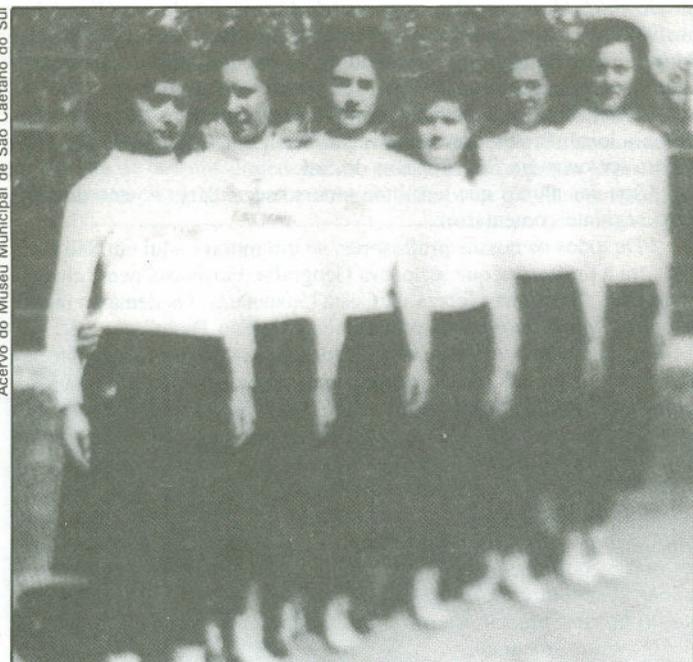
Se verificarmos o que éramos, quanto à cultura há 10 anos, fatalmente notaremos grandes transformações.

Em tempos idos, São Caetano já era considerado um dos maiores aglomerados de indústrias da América Latina. E ainda o é.

Não obstante manteve-se até aquela época na mais completa obscuridade no que dizia respeito à cultura.

A par do imenso poderio industrial, contrastava um descaso quase que absoluto pela educação, pela cultura, pelo aprendizado.

A causa principal dessa anomalia residia na ausência total de escolas, onde pudessem os jovens de nossa cidade desenvolver seu espírito e fundamentá-lo com os sólidos ensinamentos que somente uma escola pode proporcionar.



Alunas da Escola Técnica de Comércio de São Caetano, em 1949. Da esquerda para a direita: Yara Pereira da Silva, Edna Benatti, Neide Capelli, Aline Perpétua Gaeta, Dirce Tossetti e Terezinha Gallo

Encerrando o curso primário, cessavam para a maioria de nossos jovens as obrigações escolares. Quem quisesse e pudesse ampliar seus poucos conhecimentos, era forçado a recorrer a escolas da Capital ou municípios vizinhos. Em São Caetano não poderia fazê-lo.

Crescia, assim, o *Príncipe*, e desenvolvia-se assumindo uma potência titânica, projetando-se, cada vez mais, no conceito nacional.

Mas crescia sem cérebro. Seu progresso era o resultado da necessidade imperativa de se suprir nosso mercado interno, progresso esse facilitado enormemente por uma privilegiada situação às margens de uma importantíssima via férrea.

Novos tempos, nova gente, e eis que sente o adolescente *Príncipe* a necessidade de fortalecer-se, intelectual e mentalmente.

Deu o brado de revolta à submissão mental em que se via submerso.

Temos escolas. Já temos técnicos aqui formados. São Caetano do Sul já não é tão-somente uma forja essencialmente industrial. Já produz seus próprios valores mentais e intelectuais.

Já tem o seu Cérebro. Salve!"

Ainda nesse número revela-se a pujança e as aspirações do Grêmio, um artigo de Alberto Custódio, que também transcrevemos:

"Unamo-nos pois..."

Um grupo de bravos conduz, agora, os gloriosos destinos do Centro Estudantino de Cultura.

Suas aspirações são análogas às de um ávaro, porém seu fim é bem diverso. Enquanto as deste são mesquinhas e demonstram apocamento, as deles são algo de nobre, imensuráveis, demonstrando que são rapazes de fibra e possuidores de um espírito dinâmico e progressista.

Batalhadores incansáveis, lutam com toda sorte de dificuldades que vencem à medida do possível, tendo como ideal o de elevar o nome do Centro Estudantino de Cultura cada vez mais alto, até chegarem ao apogeu, e, não vê-lo unânime, esperando por milagres, que porventura possam surgir.

Porém, de nada vale essa chama de esperança que os envolve, se não contarem com o nosso apoio que é imprescindível.

É bem verdade que muitos de nós lutamos com dificuldades de caráter financeiro, mal podendo pagar os nossos estudos. Contudo, isto não apresenta uma barreira intransponível, pois que, contando com um pouquinho de boa vontade por parte de cada um, ela será facilmente galgada.

Sou novato na escola em relação aos que aqui cursam há cinco ou seis anos. Porém, sou conhecedor do árduo trabalho praticado pelos ex-



Foto de 1950, no pátio da Escola Técnica de Comércio de São Caetano. As porta-bandeiras são Gertrudes Emma Krischke (à esquerda) e Cecília D'Agostinho (à direita)

-diretores do GEC, que tudo fizeram pelo seu engrandecimento, embora esses trabalhos não fossem coroados de pleno êxito a que fizeram jus, eles jamais serão esquecidos por nós, e serão sempre lembrados com carinho e gratidão.

Com maior número de associados, entretanto, esses problemas que têm afligido os ex-diretores e que ainda, infelizmente, afligem os atuais, seriam facilmente resolvidos, transformando em autênticas realidades o que hoje não passa apenas de um belo sonho.

Quão bom seria podermos contar com uma ampla Biblioteca, uma sala de espetáculos que serviria também como salão de baile ou transformada em uma sala de conferências, entre outros divertimentos, o quadro de futebol, bola ao cesto, Pingue-Pongue etc.

O Revelador, este querido mensário, prosseguiria na divulgação dos pensamentos externados pelos sócios, contando com sua página de humorismo, notas sociais, secção esportiva, naturalmente com outro aspecto mais elegante e moderno, embora já seja respeitável.

"A união faz a força"! Unamo-nos pois, colegas. Façamos de nosso Grêmio um ídolo, para que seja imitado e invejado, Grêmio digno de nós, os estudantes da Esc. Tec. de Comércio de São Caetano."

Em sua trajetória, *O Revelador* mostrou, ainda inúmeros assuntos que indicaram o despertar de uma consciência política e social no meio estudantil. Tivemos oportunidade de ler sobre a soberania nacional e o petróleo, assunto momentosos da época. Discutia-se também a fome e a sede no Nordeste, a liberdade de imprensa e a Educação Sexual nas escolas. Havia reportagens sobre música, muito bem elaboradas por Luiz Goberstein.

Em quase todos os exemplares, encontramos uma crônica de análi-



Desfile dos alunos do Curso Básico Comercial, em 1949, na Avenida Conde Francisco Matarazzo. Ao fundo, o prédio do Externato Santo Antônio e a rua Manoel Coelho, com o prédio do Banco de São Paulo

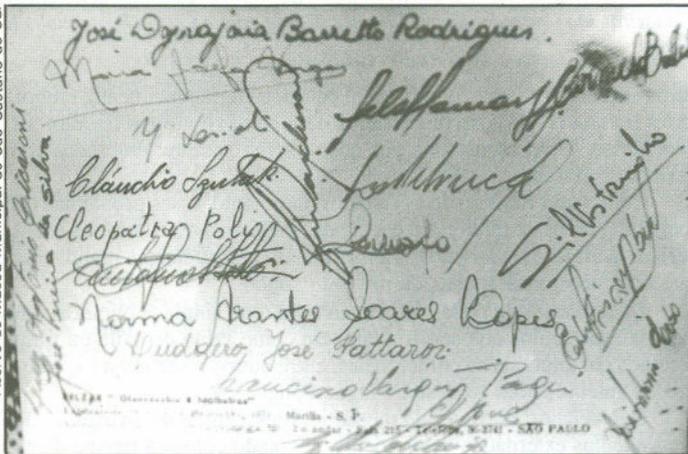


Desfile em 7 de setembro de 1950, defronte à Cas: Vincenzi, na esquina da avenida Goiás com a rua Amazonas. À frente da Escola Técnica de Comércio, Dalva Cassoni, Gertrudes Emma Krischke, Jaira Amengal, Júlia Azevedo Alves e Ivone (?)



- 1 – Sargento da PM que fazia a orientação cívica do grupo
- 2 – Ismael (?)
- 3 – João Antonio Haibi
- 4 – Marcos Numa
- 5 – Paulo Marchesan, músico responsável pelo bom ritmo da fanfarra

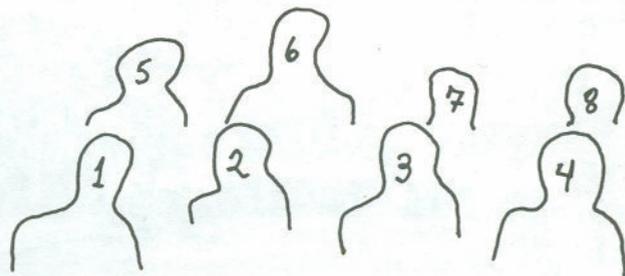
Foto dos anos 50, com alunos da Escola Técnica participando da fanfarra em rua do Município



Turma de formandos de 1962, com as respectivas assinaturas dos alunos do Instituto de Ensino de São Caetano do Sul



- | | | |
|------------------------------|--|---------------------------------|
| 01 – Maria Josefa Vargas | 08 – Prof. José Dyrājaia Barreto Rodriguês | 14 – Cláudio Szulak |
| 02 – Cleopatra Poli | 09 – José Petrucci | 15 – Emilio Froes de Abreu |
| 03 – João Alberto Lopes Sanz | 10 – Paulo Marchesan | 16 – Francisco Vargas |
| 04 – José Pereira da Silva | 11 – Celso Coliri Camargo | 17 – Wanderley da Silva |
| 05 – Antonio José Testa | 12 – Nelson Savioli | 18 – Luiz Antonio Cicaroni |
| 06 – Ludgero José Patarro | 13 – José Antonio Cobo | 19 – Gilberto Manzo |
| 07 – João Tarcísio Mariani | | 20 – Norma Arantes Soares Lopes |



- | | |
|--|--|
| 01 – Lúcia Aparecida Gasparini, secretária | 05 – João Baptista Valero, diretor esportivo |
| 02 – Rubens da Costa Patrão, presidente | 06 – Celson Waldimir Marchesan, diretor |
| 03 – Luiz Colognese, vice-presidente | 07 – Vicente Bastos, diretor |
| 04 – Ofélia Barile, tesoureira | 08 – João Duque Filho, bibliotecário |

Grêmio Estudantino de Cultura: a segunda diretoria, em 1944, anexa à Escola Técnica de Comércio de São Caetano do Sul (doação de Rubens da Costa Patrão)



Fanfarrã da Escola Técnica de Comércio São Caetano, em 1950

se do cotidiano, muitas vezes introspectiva, assinada com o pseudônimo de *Olho de Espia*. Tratava-se do futuro advogado e político, Antonio Russo.

A partir do terceiro número, o jornal do CEC passou a contar com patrocinadores, tais como: Banco de São Caetano do Sul; Livraria e Papelaria Ao Carioca; Marcenaria São Caetano (Anastácio P. Espósito); Esporte São Paulo (Guilherme Giovanelli); Relojoaria Vitória; Organização Cardoso (modas); Gráfica Globo; Floricultura São Caetano; Agência Automóveis São Caetano do Sul (Dirceu Luiz); Relojoaria Giorgetti; Alfaiataria Luiz (Luiz Goberstein); Dr. A. Tamen (Cir. dentista); Posto Santo Antônio (H.M. Catrip); Tapeçaria São Caetano; Casa Cruzamélia (Alípio da Cruz); Auto-Escola Souza; Calçados Floreal; Ao esporte Maracanã (Carlos Putini); Foto Estúdio Nitto; Merceria Feira Universal; Relá Filho — Contabilidade; Restaurante Sinhá-Maria; Eletro-Rádio Guarani (Francisco Baptista dos Santos); Café Jambo; Alfaiataria Imperial (Luca Mancini) e, Bar Ponto-Chic Boa Viagem.

Esse apoio maciço demonstrava já a credibilidade na força estudantil emergente em São Caetano do Sul. Na década de 50, o Colégio Estadual Cel. Bonifácio de Carvalho, segunda escola de nível médio da cidade, fundou também o seu grêmio estudantil, o Grêmio Estudantil 28 de Julho.

O Baile da Primavera

Esse era o baile mais esperado da época. Acontecia na sede social do Esporte Clube São Caetano e contava, sempre, com a presença de várias autoridades municipais.

Havia um concurso em que eram escolhidas, entre as alunas, a Rainha e as Princesas da Primavera, através de votos dados às candidatas por sua beleza, graciosidade e simpatia.

Verificando jornais antigos, encontramos as seguintes notas:

No ano de 1948, grande baile é realizado na cidade e são escolhi-

VOTE NA CHAPA RUI BARBOSA

A CHAPA "RUI BARBOSA" dirige-se aos alunos desta escola, apresentando o seu programa de ação que promete cumprir, caso seja eleita para diretoria do Centro Estudantino de Cultura.

- 1.º - Executar uma campanha social fornecendo assim as finanças do Grêmio, em benefício de seus associados.
- 2.º - Exposição e seleção de sua Biblioteca.
- 3.º - Criação de um Dep. Cultural, que promoverá concursos, conferências e festas de caráter educacional.
- 4.º - Maior incentivo aos esportes mediante campeonatos entre classes interno e campeonatos externo de todos os esportes que atualmente se pratica no Grêmio.
- 5.º - Fazer campanha para realizar a grande aspiração de nossos alunos, a fundação de um Jornal Estudantil.
- 6.º - Assegurar direitos de livre usufruto das vantagens do C. E. C. para todos os seus associados, sem distinção de sexo ou idade.
- 7.º - Garantir integral de expressão de ideias aos associados em reuniões do C. E. C.
- 8.º - Apoiar todas as reivindicações da maioria de seus associados em reuniões.
- 9.º - Manter e desenvolver a solidariedade entre seus associados a fim de que todos possam estudar e aprender através moral e intelectual, nobre e iluminado ambiente que gloriosos futuro.
- 10 - Garantir aos seus alunos o direito de Grêmio com todos os meios sem limites financeiros.
- 11 - Promover um concurso de talentos.

DIRETORIA

Presidente *HERNANI DE SYLLOS LIMA*

Vice - Presidente *Júlio Azevedo*

Secretario Geral *Rene Crespião*

1.º Secretario *João Correia*

1.º Tesoureiro *Francisco Calveira Fernandes*

2.º Tesoureiro *Albino Antonio Polidoro*

1.º Diretor Esportivo *Pedro Araújo*

2.º Diretor Esportivo *Antonio Porfírio de Andrade*

1.º Bibliotecario *Geisla Eugénia Lima*

2.º Bibliotecario *Aline Perpétua Gaeta*

Comissão de Festas: *Adriano Elias, Angélica Barbieri, João Antonio, Carlos Alberto, Altono Euzébio*

Representantes de Classes:

Primeiro Grupo (Internos)	1.º Site
Adriano Guedes	2.º -
Estácio Figueira	2.º - 8
Therézinha de Jesus Guallo	2.º -
Edwardo Maria Miguel	4.º -
Angela Polidoro	1.º Grupo
Inday Gubel Falcão	1.º -
Lucyelly Jansen	2.º -

Representante Geral de Curso Diurno
Altono Euzébio Filho

São Caetano do Sul, 20 de Jul de 1948

A COMISSÃO

Programa da Chapa Rui Barbosa, que concorria à direção do Centro Estudantino de Cultura, tendo como candidato a presidente Hernani de Syllos Lima (doação de Rubens da Costa Patrão ao Museu de São Caetano do Sul)

das como rainha, a srt^a Madalena Colaia e, para princesas, foram eleitas as srt^{as}. Maria Duarte e Aline Perpétua Gaeta. Saudando a rainha e princesas eleitas, discursou o deputado Gabriel Migliore.

No ano seguinte, com o mesmo entusiasmo, foram promovidos o concurso e o Baile da Primavera, daquela feita no salão do Clube Comercial. Foram eleitas: rainha, a srt^a Walkiria Itri, e princesas, Trinidad Rodrigues e Dalva Cossoni.

Em 1951, foi eleita rainha da Primavera a srt^a Maria Chapira e como princesas as srt^{as} Lázara Aparecida Cardieri e Nice Pereira da Silva. Essa festa, coroada de êxito, contou com a presença do prefeito municipal, Ângelo Raphael Pellegrino.

Em 1952, foram eleitas a srt^a Wilma Rocca, como rainha e como princesas Niura M. Domenici e Cleusa Correa. Com o salão do Comercial lotado e animado pela Orquestra Copacabana, transcorreu o baile de forma tão brilhante quanto das vezes anteriores.

A estrela solitária, marco inicial do ensino secundário e profissionalizante da cidade, hoje faz parte de uma constelação.

São Caetano conta, atualmente, com uma rede de ensino invejável, desde o nível primário até os cursos superiores, com um índice de analfabetismo dos menores do Brasil. Nessa plêiade, ainda brilha intensamente o Instituto de Ensino.

Nota

(**) Agradeço a colaboração de Vicente Bastos, Antonio Porfírio de Andrade, Neide Bálamo, Júlia Alves Montessanti e Aline Perpétua Gaeta Sacucci.

CHAPA "RENOVAÇÃO"

Apresenta sua constituição para a Diretoria do Centro Estudantino de Cultura em 1.949



Rui Barbosa
1.º SECRETARIO



Dales Cassari



José Paschoat



Elza Silveira
SECRETARIA GERAL



Francisco de Almeida Claro
2.º SECRETARIO



Isa José Jorge Sabbe
1.º SECRETARIO



JOSÉ GOMES



João de Almeida Gerardo
2.º SECRETARIO



André Luiz Netto
COMISSÃO DE FESTAS



Matilde Elena Petroni



Ivo Fattori



Malvez Campos

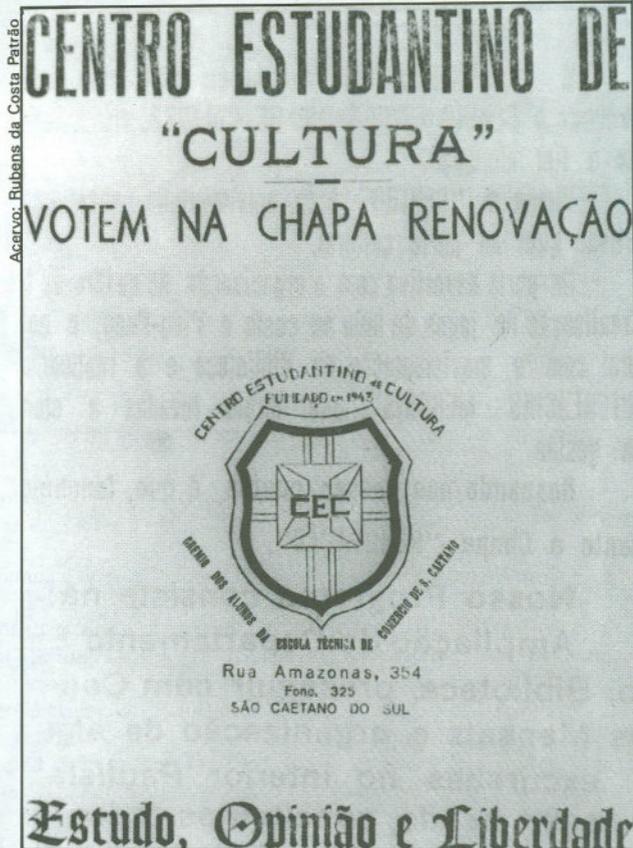
Em 1.948 Renovação criou, e 1
Em 1.949 Renovação solidificou

Cartaz de propaganda eleitoral da Chapa Renovação, do Centro Estudantino de Cultura, de 1949, encabeçado por José Gomes (doação de Rubens da Costa Patrão ao Museu de São Caetano do Sul)



Distintivo do Centro Estudantino de Cultura, fundado em 1943

Impresso da Chapa Renovação, cujo lema era *Estudo, Opinião e Liberdade* (doação de Rubens da Costa Patrão ao Museu de São Caetano do Sul)



(* Sônia Maria Franco Xavier, professora de Filosofia e História, dirige o Museu Municipal de São Caetano do Sul e integra o Grupo Independente de Pesquisadores de Memória do ABC

Recordar é viver

Rubens da Costa PATRÃO(*)

O Grêmio da Escola Técnica de Comércio de São Caetano do Sul surgiu em 1943, sob o nome de Centro Estudantino de Cultura (CEC). Havia uns cinqüenta ou sessenta alunos na escola, mas nem todos eram sócios da entidade. Por isso, o Grêmio deu os primeiros passos com muitas dificuldades, porque a intenção era reunir o maior número possível de sócios e criar condições para que eles tivessem lazer paralelo aos estudos realizados à noite. O primeiro presidente foi Albino Coelho, do Curso Comercial Básico.

Em 1944, surgiu uma nova diretoria, sob a presidência de Miguel (?). Em virtude de seu asfatamento, por motivos de saúde, substituí-o, depois de ter sido eleito por uma assembléia. A nova diretoria ficou assim constituída: presidente, Rubens da Costa Patrão; vice-presidente, Luiz Colognese; secretária, Lúcia Aparecida Gasparini; tesoureira, Ophélia Barile; diretor esportivo, João Baptista Valero; bibliotecário, João Duque Filho.

A nova diretoria procurou empenhar-se o máximo: reorganizou a biblioteca, promoveu passeios no sítio dos Bariles, em São Ber-

nardo do Campo, e promoveu uma luta para que os sócios do Centro tivessem direito a pagar meia entrada no Cine Central.

Numa das reuniões mensais, foi discutido o emblema do CEC: várias sugestões foram apresentadas, mas prevaleceu a proposta de Rubens da Costa Patrão, que acabou sendo adotada. O emblema oficial foi colocado em todos os documentos que o Centro Estudantino de Cultura emitiu daí para frente. Outro passo importante da diretoria desse período foi a construção da quadra de basquete, com ajuda financeira da Escola Técnica, cujos diretores Vicente Bastos e Celso Marchesan — muito colaboravam com o grêmio, cedendo salas para reuniões, etc. Com a quadra de basquete surgiram campeonatos internos dos alunos-sócios e formação de equipe para disputar torneios com colégios de São Paulo. O vôlei acabou sendo introduzido na mesma época. As diretorias seguintes sempre trabalharam para o fortalecimento do CEC, o que se refletiu, inclusive, nos jornais que chegavam a noticiar os eventos promovidos pelos estudantes.

(* Rubens da Costa Patrão é contador, foi funcionário dos Laboratórios Wander e hoje desenvolve atividades profissionais em São Paulo

De volta à velha fábrica

Ademir MÉDICI (*)

1. Introdução

“Em algum lugar do passado” havia o campo do *Trupica*. E aquele 26 de abril de 1991 bem que poderia ser o passado. Uma sexta-feira morna e aberta. E lá se foram todos para algum lugar tão próximo porém distante do tempo: as velhas instalações das Indústrias Matarazzo, no Bairro da Fundação, ex-bairro da Ponte, o antigo Barra Funda, a ex-colônia dos imigrantes italianos, a antiga sede da Fazenda dos Beneditinos que elegeram Caetano o santo do lugar.

Um dos desafios era encontrar o leito da antiga Rui Barbosa. Outro era penetrar na fábrica de *rayon*. O terceiro, descobrir como estavam os escritórios luxuosos, de escadas de mármore. O quarto: resistir às emoções. Elvira Buso Previatto disfarçou os sentimentos do seu jeito, sorrindo muito, gargalhando até. Orlando De Paula fez contas: “Trabalhei aqui 36 anos, nove meses e 20 dias. Mesmo depois da aposentadoria, fiquei mais nove anos.”

Nestor Marconato, num de seus últimos dias de firma — logo depois também se aposentaria —, pediu o testemunho de dona Elvira: “Não sei se a senhora lembra, mas o conde Matarazzo dizia que a Água Branca era o braço direito e aqui, São Caetano, era a espinha dorsal da empresa.”

Como falar da Matarazzo sem citar o conde?

— Ele vinha com o carro dele, com um enfermeiro ou enfermeiras, porque ele não tinha muita saúde. E vinha na minha casa. Era simples. Todo santo dia que ele vinha para São Caetano, a primeira visita era na minha casa. Vinha buscar meu pai. Meu pai levava ele pra ver tudo o que ele queria — recordou dona Elvira.

— Religiosamente, toda terça-feira ele estava aqui. Às 7h, o mais tardar às 7h30 — testemunhou Nestor Marconato.

Naquela sexta-feira, 26 de abril de 1991, o “dia da volta a algum lugar do passado”, estivera com Marconato, logo cedo, na fábrica, um outro Matarazzo, o velho Chiquinho.

2. A Rua Rui Barbosa

O sociólogo José de Souza Martins, que tem dado um corte científico na apresentação da história de São Caetano, insistindo sempre no resgate da memória dos que chama de protagonistas dessa história, costuma falar nos fragmentos descobertos. Na importância de ir juntando esses fragmentos, compreendendo-os, utilizando-os com critérios no escrever das memórias.

O caso da Rua Rui Barbosa pode ser um bom exemplo de que, a partir do depoimento oral, é possível entender como se monta o grande quebra-cabeças de uma cidade industrializada como São Caetano.

Da rua existem muitas testemunhas hoje no Bairro Fundação. Antigos operários que lembram da rua, de seus personagens, de suas casas, da proximidade com a fábrica e da sua transformação em mais um segmento da própria fábrica. A Matarazzo comprou a rua, a Matarazzo ficou com todas as casas, as pessoas saíram dali. Muitas atravessaram o rio, foram morar no alto da Vila Bela, a terra dos *bichos d'água* (ape-

lido dos lituanos e outros europeus que elegeram a Vila Bela assim que chegaram ao Brasil) e a São Paulo, logo depois do término da Primeira Grande Guerra.

Os depoimentos são esses. Mas, e a rua? Quais são as informações administrativas, jurídicas de uma rua pública que virou patrimônio do império dos Matarazzo? Onde buscar o oficial para explicar o oral?

De “volta ao passado”, é como se alguém passasse a contar uma história: era uma vez uma rua chamada Rui Barbosa...

3. 1913

Alfredo Luiz Fláquer, coronel da antiga Guarda Nacional, irmão do senador e médico José Luiz Fláquer, o Dr. Fláquer, investido na condição de prefeito de São Bernardo, assinava a Lei nº 161, de 27 de outubro de 1913. Através da lei, ficava denominada Ruy Barbosa a rua que ligava a Rua Mariano Pamplona com a ponte do rio Tamanduaté.

São Bernardo era o nome genérico de toda a região que hoje forma o ABC paulista. O ABC era o Município de São Bernardo. São Caetano era um dos bairros desse Município.

4. 1939

O advogado Décio de Toledo Leite, prefeito-interventor de Santo André, baixa o Ato nº 319, de 12 de janeiro de 1939, revertendo à classe dos bens patrimoniais o leito da Rua Ruy Barbosa, compreendido desde a rua sem denominação até a Rua Mariano Pamplona, com a área de 2.681 metros quadrados representada em tinta amarela numa planta anexada ao ato. Era privatizada uma rua.

O ato dizia mais: podia a Prefeitura autorizar a permuta daquele leito com a Indústrias Reunidas F. Matarazzo. Receberia em troca leito de sete ruas projetadas e mais uma praça destinada a jardim, com a área de 16.036 metros quadrados, todas situadas em São Caetano, mesmo.

Naquele 1939, Santo André era o nome genérico de toda a região do ABC. São Bernardo perdera esse privilégio. São Caetano, que havia chegado a distrito em 1916, agora estava rebaixado à condição de 2ª zona de Santo André. Pertencia a Santo André.

5. 1949

O engenheiro Ângelo Raphael Pellegrino, prefeito de São Caetano do Sul, assina a Lei nº 52, de 24 de novembro de 1949, dando o nome de Rua Ruy Barbosa à área limitada pela Avenida Senador Roberto Simonsen e Ruas Espírito Santo, Conceição e São Paulo. Da lei: as placas terão as inscrições: “Rua Ruy Barbosa — 1849-1923”.

1949. No ano anterior, São Caetano havia, através de plebiscito realizado em 24 de outubro de 1948, sido elevado à condição de Município autônomo, separando-se de Santo André. A instalação do novo Município ocorrera no início de 1949. Coube ao primeiro prefeito, Pellegrino, resgatar a homenagem da cidade à figura nacional de Rui Barbosa. Seu nome, dantes emprestado a uma rua que virara área industrial da Matarazzo, acabou cruzando os trilhos da estrada de ferro para ser perpetuado no Bairro Santo Antonio.



Pátios internos da Matarazzo. Ali ficava o cemitério da Fazenda dos Beneditinos. Depois, foi implantada a sede do Núcleo Colonial de São Caetano. Mais tarde, foi campo do Tropic e, por fim, sede das Indústrias Reunidas F. Matarazzo. Ao fundo, a torre da igreja do Bairro da Fundação (Matriz Velha).

6. 6 de dezembro de 1933

Naquele dia, o prefeito-interventor de São Bernardo, o médico Felício Laurito, visitou São Caetano e esteve com o conde Matarazzo. Foi uma visita feita à fábrica de seda vegetal, Visco Seda, e que se estendeu às unidades de formicida e de desinfetantes. Uma visita de relações públicas, de estreitamento das relações entre a iniciativa privada e o poder público municipal.

Na Europa, Mussolini dominava a política italiana. E o conde contou ao prefeito-interventor que ele próprio estivera com o *duce Mussolini*. Convidou-o, até, a vir a São Paulo ver como se produzia o fio de seda, superior a qualquer outro da Europa ou dos Estados Unidos.

Quatro dias após a visita do prefeito-interventor ao conde-industrial admirador do Mussolini, a notícia saiu no semanário *Folha do Povo*, que circulava na região.

Era 1933.

A pequena Elvira estava deixando a Matarazzo, por causa do casamento com Mário Previatto.

Orlando De Paula morava na Rua Rui Barbosa, ainda não permutada com a Matarazzo.

7. A rua, como era a rua?

Orlando De Paula reencontrou-se com Elvira Buso Previatto na visita à velha Matarazzo desativada na tarde de 26 de abril de 1991. Lembrou-se de Elvira. Falou de sua mãe, Helena. Da Dina, da Olívia, do Luiz (o Didjo), do João, do Guido (“ele morreu outro dia”), do An-

tonio (o Toni).

Orlando De Paula se aproximava dos 70 anos de idade. Toda uma vida dedicada à Matarazzo. Trabalhou 16 anos no pátio de lenha e o resto na celulose, na oficina:

— Quando a celulose fechou, fiquei mais três anos na fábrica, tomando conta dos gatos, dos cachorros. Às vezes, saía para comprar alguma coisa que precisasse.

A celulose era uma unidade ligada à *rayon*. Fornecia matéria-prima para a unidade. Pegava o eucalipto, moía e fazia o papel-celulose. E o papel seguia para a *rayon*, onde era utilizado para desenvolver o fio de *rayon*.

Tudo isso Orlando De Paula conheceu. Ele nasceu na Rua Rui Barbosa. Seu pai veio de Jaguariúna. Tinha caminhão e cuidava das suas mais de 20 vacas de leite. Mas o leite não tinha valor. Todos tinham sua vaquinha nos pastos das várzeas próximas. Farelo era comprado no Artêmio. Buscava-se cevada na Antártica. E Orlando De Paula nasceu na Rua Rui Barbosa, em março de 1921.

Em 1939, quando a rua virou propriedade da Matarazzo, Orlando De Paula trabalhava na unidade de louças. E sempre dava um jeito de dar uma escapada até onde está hoje a Vila Gerti para roubar uva. Uva que podia ser das chácaras dos Fiorottis.

A sua rua, a Rui Barbosa, vinha sair quase na igreja. Orlando De Paula vai recordando: ali moravam o Carmine Perrella, havia uma vendinha na esquina, depois o Casagrandi, o pai do Tcheco, o Salvador



Helena Previatto, Elvira Buso Previatto e Jayme da Costa Patrão

(apelido Vinagrão, dono de uma oficina mecânica), o Pula-Brejo, o Passarela, o Dante, o Pinato, o Mário (sogro do Simão), o Viola, o Carme Chesquin, dona Ana e os Paula, a última casa lá embaixo.

Tinha os Barile, dona Almira portuguesa, os Buso, Zé Pereira, o Maneco Costa. O Maneco plantava cana-de-açúcar, que a molecada gostava de roubar para fazer garapa. Então o Maneco ameaçava:

— Se me roubar cana e for homem, eu encaro peito a peito; se for moleque, eu corto a perna.

Orlando De Paula, menino, roubava das canas do Maneco Costa. Tudo na Rua Rui Barbosa.

8. Um mapa

Depois da visita à Matarazzo, três ou quatro meses depois, Orlando De Paula preparou um mapa com detalhes da rua Rui Barbosa e cercanias. Um ou outro detalhe a mais do que ele deixou gravado quando da visita à fábrica. A citação do ribeirão dos Meninos, do rio Tamanduateí, da Rua da Formicida. E de várias outras famílias. Um mapa que está integrando o livro *São Caetano, San Gaetan*, que trata da formação de cada bairro e loteamento da cidade.

9. Pamplona

Na visita de 26 de abril, o artista plástico e membro do Gipem, Jayme da Costa Patrão, localizou as velhas instalações da fábrica Mariano Pamplona, muito próximas aos trilhos da estrada de ferro.

— O Matarazzo aproveitou esses pavilhões antigos para depois construir. Veja: a construção feita pelo Matarazzo é diferente da estrutura feita pelo Pamplona. Tudo faz crer que essas são ruínas da Mariano Pamplona.

Ruínas da Pamplona... mas hoje tudo é ruína aqui nas unidades da Matarazzo, tudo.

10. A seção de rayon

Da velha seção, resistem as paredes. O teto desabou. Há goteiras por toda a parte. A última vez que entrou ali, lembra dona Elvira, foi pouco antes de casar, em 1933. Trabalhava em turma, revezando-se em três turnos. Trabalhava nas sedas, com os cones, às vezes com parafina.

Parava o fuso com o joelho, ligava a linha, soltava e ia embora. Saudades das colegas: Ramona, Irene Falchina, Augusta Romano, Rosa Chinaglia. Rosa.

— Eu vi a Rosa ontem.

O chefe de dona Elvira era da família dos Ferrero. Morava na Rua Amazonas. Lembranças do Pula-Brejo, do Sossega-Leão, colegas das fábricas. E das chefes, dona Angelina, uma italiana, dona Roseta, dona Fioreta.

Saudades, até, dos fios. O fio 300, o fio 100, o fio 80. O fio seda. Lembranças do carnaval.

11. Carnaval

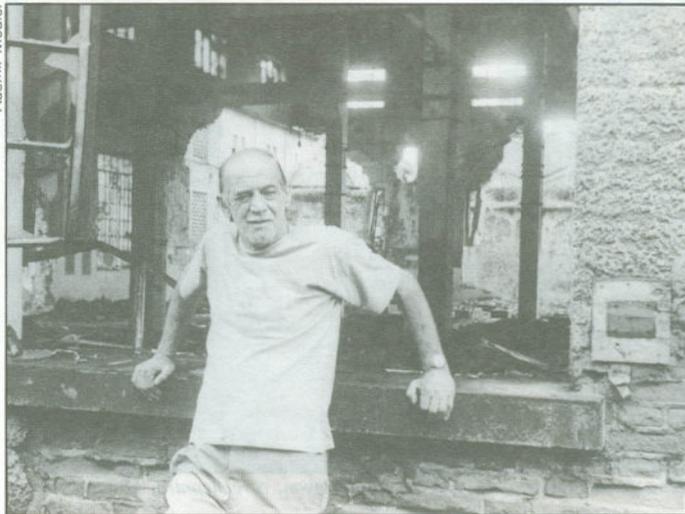
Rosa era a chefe da seção; Cavassani o chefe da portaria.

Naquele carnaval, a ordem era trabalhar. As moças se reuniram. E decidiram:

— Olha, a gente vem trabalhar no Dia de Carnaval. Mas, da meia-



O grupo à porta do Escritório Central semi-arruinado



Orlando de Paula, 36 anos, nove meses e 20 dias de Matarazzo



Arqueóloga Margarida Andreatta (à esquerda) e Elvira Buso Previatto



Elvira Buso Previatto chega à Seção de Rayon: o reencontro, 58 anos depois

-noite às cinco da manhã, a gente pára, para ir ao baile.

Pararam. Pularam no salão. Na volta, os chefes reclamaram.

— E no serviço mesmo a gente continuou cantando e fazendo fuzarca.

O salão era o do São Caetano EC, na Rua da Matriz, hoje a 28 de Julho.

12. As festas

As festas da Fundação antiga, dos tempos da Barra Funda. Com queima de fogos. O São Caetano depois mudaria para a Rua Perrella. Ao longo da Rua da Matriz tinha os Santarelli, os Garbelotto, os Morcelli, os Marcucci, os Lorenzini (Antônio e Eduardo).

13. Acaba a rayon

A seção fechou em dezembro de 1977. E o pavilhão ficou assim, abandonado.

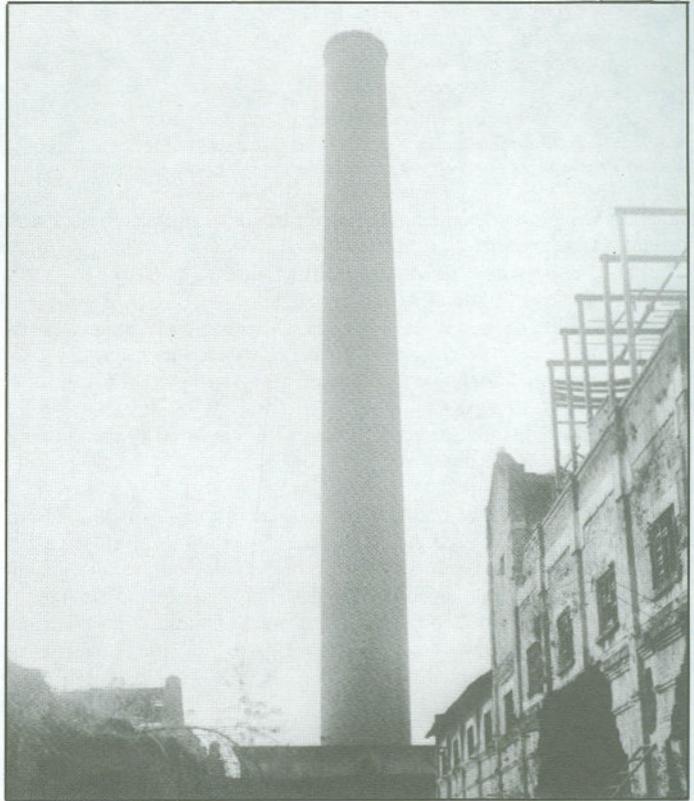
14. O escritório central

O sociólogo José Roberto Gianello, do Gipem, na visita à Matarazzo, entra no velho escritório central.

— Nenhum cenógrafo faria um cenário tão real e tão surrealista. Naquele abandono todo, sobressaem-se as escadarias de mármore que levam ao segundo pavimento.

Era ali que saía o pagamento. O Novaes, no Departamento Pessoal. Era 1928, 1929.

Dona Elvira lembra de um rebaixamento de salário:



Era uma vez uma grande fábrica...hoje restam apenas escombros

— A gente vinha receber e quebrava o pau com o Novaes. A gente ganhava 200 réis. O que era? E ele ainda baixava.

Na fachada escrito em cima que é... a Diretoria Técnica, da fábrica *rayon*.

Das caldeiras o chefe era o Massarolo. O Picossi, na parte mecânica. Oscar Vieira, diretor administrativo, o posto mais alto. O Dr. Silva, na celulose. Depois, veio o Espalok. O Viramontes ficou pouco. Fechou com o Nicolai.

Alfio Cavassani era o mecânico da *rayon*.

15. As negociações do conde

Um dia o conde chegou pro italiano Henrique De Paula, pai do Orlando, e anunciou:

— Vou comprar aqui. Você quer vender?

O velho Henrique respondeu:

— Quanto você dá?

— Quanto você quer?

— Sessenta contos.

— Você tá louco?

Depois o conde morreu. Era 1937. Henrique De Paula perdeu a esperança de vender sua propriedade à Matarazzo, na Rua Rui Barbosa. Depois de uns meses foi procurado pelo conde Chiquinho. Que aceitou comprar a propriedade pelos 60 contos pedidos.

Era o fim da Rua Rui Barbosa.

16. De trem

Um dia, o conde Matarazzo viajou para a Itália. De São Paulo a Santos foi de trem. E o trem parou na curva da Matarazzo, logo depois

da estação — provavelmente no mesmo ponto que parara o trem quando da chegada dos primeiros italianos, em 1877.

A turma do Lázio, naquele dia, homenageou o velho conde.

17. Final

Na visita de 26 de abril de 1991 às instalações quase fantasmas da Matarazzo, o passeio está chegando ao fim. As pessoas adiantam o passo rumo à portaria. Orlando De Paula fica um pouco atrás. Está, agora, sozinho atrás da igreja da Fundação. Às suas costas, a estrada de ferro.

— Aqui era o campo do *Trupica*.

O São Caetano era da Apea. O *Trupica* mais amador. Disputava com o Monte Alegre, o Teuto, o Vila Alpina. Tinha um ótimo segundo quadro: Vitorino Viola, o goleiro; Tchesco e Tchesquinho; Pires, Aurélio Poli e Castanheira; Gabiulo, Caganeira, Buso, Afonso e Passarela.

Orlando De Paula está sobre o campo, talvez o velho cemitério da Fazenda dos Beneditinos. Talvez o futuro shopping-center. Talvez. Estamos em “algum lugar do passado”. Logo estaremos “de volta para o futuro”.

Participaram da visita: dona Elvira, sua filha Helena, *seo* Orlando, *seo* Nestor, *seo* Joaquim, Rubens Gonçalves, arqueóloga Margarida Andreatta e os integrantes do Gipem: Jayme da Costa Patrão, José Roberto Gianello, Silvio Buso, Cecília Raveli Correia e João Carlos Muciacitto.

(*) Ademir Médici é jornalista, membro do Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC, autor de vários livros sobre a História local e responde pela coluna Grande ABC Memória, no Diário do Grande ABC

Cenas do Bairro da Ponte (1920-1940)

(depoimentos de Duílio Giorgetti, Mero M. Basso (Miro) e Amabile Piccolo Basso)

Oscar GARBELOTTO (*)

1. O espaço geográfico do bairro

Já nos velhos traçados que mostram o antigo território do Tijuçu, percebe-se, nitidamente, o espaço ocupado pelo Bairro da Fundação: a ponta angulosa formada pelos rios Tamanduateí e dos Meninos, na divisa com o território do Município de São Paulo. Na outra divisa, a estrada de ferro.

Quase no centro geográfico, ao redor da pequena capela dedicada a São Caetano, nasceu a cidade. Ali foi o berço em que se instalaram os primeiros colonos italianos aqui aportados em 28 de julho de 1877. Com eles, surgiram os primeiros movimentos sociais organizados, as primeiras casas ordenadas, as atividades produtivas diversificadas: era o início da cidade.

A atual designação de Bairro da Fundação apenas lhe foi dada pelo prefeito Ângelo Raphael Pellegrino, pela Lei nº 135, de 15 de dezembro de 1950, como homenagem ao passado histórico. Antes, a denominação oficial era de Bairro da Ponte(1).

A *ponte* lembrada no nome anterior era a que liga o bairro à rua Ibitirama, de muita importância para a localidade. Afinal, pelo atual bairro (e muito antes da construção da estrada de ferro e do *novo Caminho do Mar*) transitavam todos os que precisassem alcançar São Paulo. A atual rua Ibitirama - a "estrada velha São Caetano", no dizer dos antigos, ou mais precisamente "caminho do Tijuçu" — fora o caminho que, vindo do mar, passava pela antiga vila de Santo André da Borda do Campo... e ia dar onde os jesuítas construíram sua capela, em 1554 (2), na então Vila de São Paulo.

Segundo estudos realizados e documentos datados entre 1564 e 1623 (3), esse caminho levava ao mar e passava pelo Tijuçu e tinha início numa ponte situada "ao pé da Vila de São Paulo", conhecida, também, como ponte da Tabatingüera. Ficava na atual rua Tabatingüera, cujo traçado se preserva (4).

Curiosa era a denominação que alguns davam ao bairro, sem que se saiba, até o momento, o origem: *Barra Funda*. Lembro-me de que alguns a usavam até em tom pejorativo...

Nicola Perrella descreveu poeticamente São Caetano, o seu "São Caetano de ontem": "Ao longe, percebia-se o ranger do carro de boi. Traziam lenha para as olarias e os coleiros sabiam distingui-los um do outro pelo estridente cantarolar de seus rodames... Ao lado dos caminhos dos carros de boi, viam-se enormes figueiras, de copadas largas... Pescava-se também peixes de boa qualidade, como traíras, lambaris, tubaranas, bagres... Os nosso rios, embora não caudalosos, eram piscosos... A fauna era rica em animais selvagens e aves de espécies diversas" (5).

Amabile e Miro Basso descrevem o rio Tamanduateí como "pouco profundo, em muitos pontos com água só até o joelho, permitindo muitas brincadeiras. A água límpida era propícia para que crianças e jovens

nadassem nos pontos mais profundos. A areia quase branca do fundo era extraída por barqueiro que tinha seu *porto* na pequena ponte de madeira que ligava o bairro à Vila Bela. Era 1929, antes que as indústrias ribeirinhas lançassem seus poluentes, destruindo a rica fauna do então belo rio... Na mesma época, as nuvens de fumaça branca que saíam dos fornos das olarias, resultado da queima exclusiva de madeira, dominava a paisagem. Os altos chaminés que cortavam os céus do Bairro da Ponte, a partir das indústrias Matarazzo, não tinham sido construídos ainda".

2. Os meios de transporte e as ligações com São Paulo

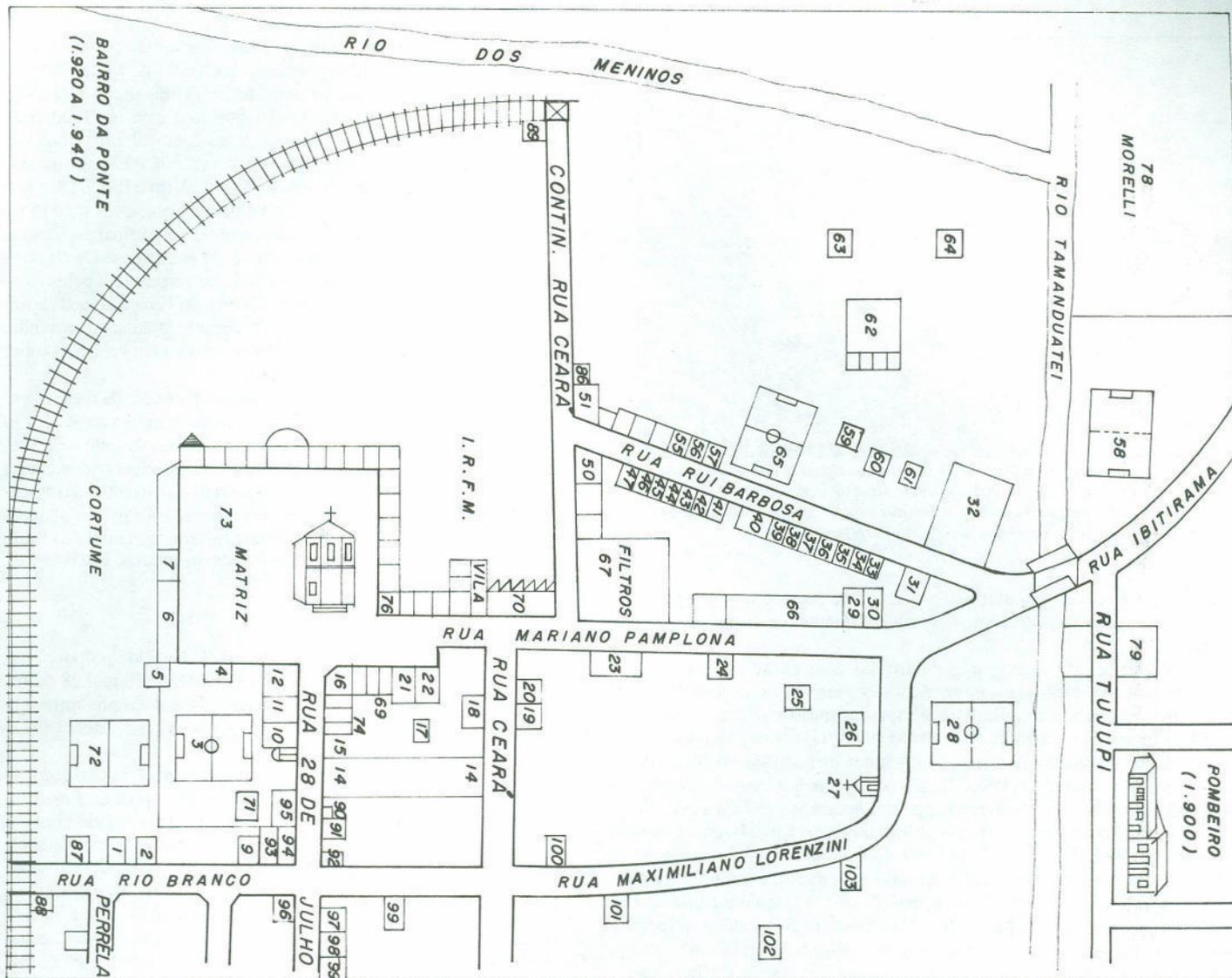
Embora delimitado geograficamente com o Município de São Paulo pelo rio Tamanduateí (existia um marco divisório do lado de São Paulo, à esquerda, logo após a velha ponte de madeira que permitia a passagem sobre o leito do rio), os poucos moradores da Vila Bela (hoje, subdistrito de Vila Prudente) dependiam exclusivamente de São Caetano.

Logo após o rio, na rua da Olaria (depois, rua da Fábrica, e hoje rua Tujupi) existia uma olaria, uma pequena colônia de cinco casas e a fábrica de casimira, todas pertencentes a Silvério Perrella. Essa rua e mais algumas casas esparsas eram a Vila Bela. Seus moradores tinham, na verdade, inteira integração com o Bairro da Ponte, e em nenhum momento se julgavam moradores da capital, mas sim de São Caetano. Esse sentimento verifica-se ainda hoje entre muitas famílias antigas da região como os Bassos, Bims, De Menis, Piccolo, Suttos, Rossis, Morets, entre outros.

O trabalho, o comércio, a escola (apenas para alguns), o lazer mais sofisticado e tantas outras coisas, era preciso ir buscar em São Paulo. Evidente que o meio mais tradicional era a estrada de ferro, que proporcionava trens em vários horários, mas não até altas horas da noite. Os que trabalhavam em São Paulo, embarcavam nas primeiras composições, ainda bem cedo, procurando estações como o Brás, Luz e Barra Funda, particularmente.

É Duílio Giorgetti quem relata: "Por volta de 1930, um bom grupo de jovens (ele próprio com 15 anos) subia no trem das 6h01 e viajava confortavelmente até a estação da Barra Funda, onde descia para alcançar a fábrica Matarazzo. Naquele tempo, os trens não sofriam de superlotação como hoje e os horários eram rigorosos na SPR (São Paulo Railway)." Ele recorda ainda de alguns companheiros de viagem: Albino Martorelli, Américo Dea, Vitorino Viola (trabalhava na oficina mecânica), Francisco Martinho, José Notteon, Luiz Mantovani, Batista Mantovani e Francisco Tegon, este encarregado do Almoarifado Central da Matarazzo, no largo da Pompéia. Duílio trabalhava na fábrica de correias. Todos eram moradores do Bairro da Ponte e da Vila Bela.

A região comercial mais procurada era aquela situada nas imediações da estação do Brás como as Casas Pirani, Imperial e outras, que permitiam fácil acesso ao trem. O Mercado Municipal era mais procurado pelos comerciantes locais, particularmente pelos proprietários de

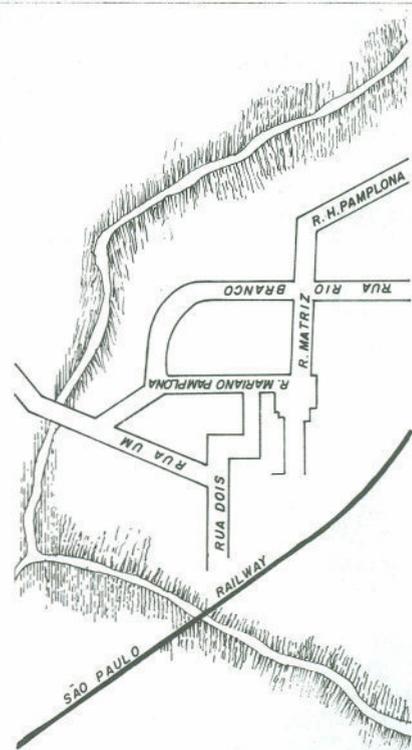


ALGUNS MORADORES DO BAIRRO DA PONTE

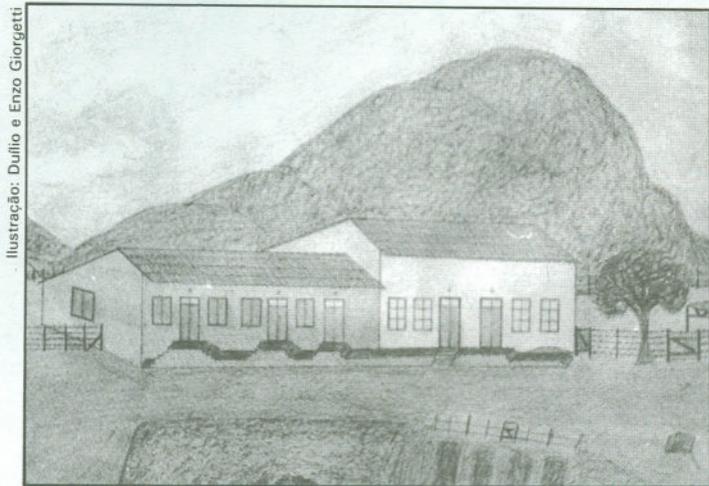
- | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| 0 32 SEDE DO TROPICA | 58 10 CAMPO DO TROPICA |
| 1 42 SEDE DO TROPICA (ABACATEIRO) | 59 FERDINANDO PERRELLA |
| 2 PIERO THOME | 60 MANÉ CANGAIA |
| 3 CAMPO DO S.C.S.C. | 61 ANTONIO BARILLE |
| 4 ARQUIBANCADA DO S.C.S.C. | 62 OLARIA DO ANTONIO BARILLE |
| 5 NICO (ESPANHOL) | 63 SILVIO BUSO |
| 6 ARMAZEM - I.R.F.M. | 64 PRIMO PORTUGUES |
| 7 PORTÃO DO CORTUME | 65 25 CAMPO DO TROPICA |
| 8 DR. CICCILIO | 66 GIACOMO GARBELOTTO |
| 9 ÚLTIMA SEDE DO LAZIO | 67 FILTROS I.R.F.M. |
| 10 DEPOSITO DA BRANNA | 68 GUARITA DA S.P.R. |
| 11 GIUSEPPE CAPUANO | 69 CASINHAS DO ATILIO SANTARELLI |
| 12 BAR DO JOAO PERRELLA (JUÁ) | 70 ARMAZENS I.R.F.M. |
| 13 IGREJA DA FUNDAÇÃO | 71 LUIZ SORVETEIRO |
| 14 DEPOSITO DA ANTARCTICA | 72 35 CAMPO DO LAZIO |
| 15 PARANA (JOÃO BRAIDO) | 73 PCA ERMELINDO MATARAZZO |
| 16 VENDA DO ATILIO SANTARELLI | 74 CASINHAS DO CARMELIN |
| 17 CASINHA DO TONI (VERDUREIRO) | 76 ESCOLA MISTA |
| 18 PRIMO DALCIN | 78 MORRO MORELLI |
| 19 VITALINO DE NARDI | 79 OLARIAS SILVERIO PERRELLA |
| 20 MINGO (DOMINGOS NETTI) | 80 POMBEIRO CONSTRUÍDO EM 1.900 |
| 21 PADARIA MACHEGIANA | 81 MARCO DA DIVISA S.P. |
| 22 ANGELO SCARPARO | 82 RUA IBITIRAMA |
| 23 BOTEON | 90 FABRICA DE LOUÇA |
| 24 (MOMI) GIROLAMO CESCHIN | 86 CASA DO PAOLIN (NEGRINHO) |
| 25 JACOBO DALCIN | 87 RUIZ (ESPANHOL) |
| 26 PIERO DE NARDI | 88 CANDIDO PICCOLO |
| 27 CAPELLINA | 89 FAMILIA CAVASSANI |
| 28 CAMPO DO BRASIL F.C. | 90 JULIO MARCUCCI |
| 29 BAR DO PICCOLO | 91 SEDE DO SAO CAETANO E.C. |
| 30 1ª SEDE DO TROPICA | 92 MAXIMILIANO LORENZINI |
| 31 (RUCUCHO) DE PAULA | 93 ARTHEMIO LORENZINI |
| 32 CHACARA DO JOAO PORTUGUES | 94 BAR DO MOMI |
| 33 COSMOS BARILLE | 95 LUIZ FIOROTTI |
| 34 SALVADORI (PAVUNA) | 96 JOSE LORENZINI |
| 35 VIOLA | 97 BENEDITO MORETTI |
| 36 ANTONIO SPINELI | 98 CASA DOS PADRES ESTIGMATINOS |
| 37 JOAO PASSARELA | 99 LUIZ MARELLI |
| 38 ORCI | 100 CAETANO GARBELOTTI |
| 39 MANTOVANI | 101 VICTORIO DAL'MAS |
| 40 VITALI DIETRI | 102 OLARIA DOS PERRELLA |
| 41 LEONARDO FERRARI | 103 FAMILIA PERRELLA |
| 42 FAMILIA GIORGETTI | |
| 43 VICENTE RUSSO | |
| 44 PIM | |
| 45 CASAGRANDE | |
| 46 BINO | |
| 47 ZE MARIA | |
| 48 VENDA DO CARMENIN PERRELLA | |
| 49 MIGUEL PERRELLA | |
| 50 2ª SEDE DO TROPICA | |
| 51 MIGUEL PERRELLA | |
| 52 2ª SEDE DO TROPICA | |
| 53 CARMINE REDONDO | |
| 54 FAMIL. CERACHIANE | |

O bairro da Ponte e alguns de seus moradores na visão de Dullio e Enzo Giorgetti.

Período de 1920 a 1940.



O Bairro da Ponte em 1914 (detalhe da Planta Geral da Cidade de São Paulo da Comissão Geográfica e Geológica, reproduzida em Raízes nº 4, p. 20). A rua Um veio a denominar-se rua Rui Barbosa.



Pombeiro ou Subúrbio eram as denominações desta típica colônia, composta de cinco casas geminadas. Construção de 1900, situava-se na elevação da rua da Olaria (mais tarde, rua da Fábrica e atual rua Tujupi), dominando a paisagem pelo lado da Vila Bela. Pertencia a Silvério Perrella.

vendas, denominação popular dos armazéns de secos e molhados, enfim, os que vendiam alimentos — verdadeiramente, os supermercados da época.

Em ocasiões diferentes, mas dentro das duas décadas abordadas, são lembrados os donos de *vendas*: Atilio Santarelli, os irmãos Eduardo e Arthemio Lorenzini e Júlio Marcucci, todos situados na rua da Matriz (atual 28 de Julho) e Carmine Perrella, na rua Rui Barbosa, esquina com a *rua morta*. Geralmente, esses comerciantes dirigiam-se ao Mercado Municipal do Parque Dom Pedro II com seus pequenos caminhões, obedecendo ao único caminho terrestre para a época: a rua Ibitirama, via *Riva Rossa*, Vila Prudente, estação do Ipiranga, rua Silva Bueno e Avenida do Estado. O Ford *bigode* de Eduardo Lorenzini era conhecido no bairro. Afinal, era um dos poucos automóveis em São Caetano... A estrada hoje conhecida como Comandante Taylor, e que constitui agora o acesso rodoviário principal de São Caetano para São Paulo, oferecia passagem muito precária e era pouquíssimo utilizada. Alguns lembram, com muita saudade, das boas casas comerciais que o pessoal de São Caetano freqüentava naqueles tempos: *casa dos dois mil réis*.

4. Os bons tempos dos bondes

Diante da inexistência de ônibus e os poucos horários de trens para São Paulo, os locais tinham alguns expedientes para atingir os seus objetivos. É Mero Basso (o Miro), 77 anos, quem conta: "Em 1930, estava na Escola Profissional e Industrial do Brás, situada à avenida Celso Garcia, próxima à rua Piratininga, e minha condução na ida e volta era o trem. Mas, em outras oportunidades, ora por falta de horários ou outros motivos, o pessoal preferia ir a pé até o Largo da Vila Prudente e lá apanhava o bonde até a Praça da Sé. Outras vezes, o percurso a pé era feito até o Sacomã, onde se tomava o bonde *Fábrica*, com ponto final também na Praça da Sé. O trajeto dos bondes era praticamente o mesmo, a partir da rua Silva Bueno, rua Tabor, avenida Dom Pedro I, rua da Independência, Largo do Cambuci, rua dos Lavapés, rua da Glória, até alcançar a Sé."

5. Os transportes e os passeios noturnos em São Paulo

Curioso é notar que o mesmo percurso, no sentido contrário, era o tributo pago pelos jovens que se aventuravam, particularmente ainda na década de 20, a fazer seus passeios e programas na noite paulistana.

Germano Miazzi, 83 anos, um ardente admirador de óperas, operetas e *dramas*, era assíduo freqüentador das Companhias de Revista, como as denomina. Em seu relato(6), destaca que os jovens de sua amizade tinham predileção especial por aquele tipo de programa. Todos pertenciam ao São Caetano E.C. e, aos domingos, quando não tinham de jogar futebol para o Juvenil do São Caetano ou para o Brasil, tomavam o trem das 20h00 — o último para São Paulo —, a fim de assistirem às

peças teatrais, de revista, óperas ou operetas, no Cassino Antártica, na rua do Anhangabaú, ou no Teatro Santana, na rua 24 de Maio. Este era mais indicado para as operetas, geralmente com companhias estrangeiras. Assistiam, sempre, à segunda sessão, que começava às 21h00, mais ou menos, e durava cerca de duas horas. Seus companheiros mais freqüentes eram Benvenuto Tomé (amigo inseparável e que não perdia uma única oportunidade), Reinaldo Lodi, João Perrella Neto e Felice D' Agostini. Terminado o espetáculo, tomavam o último bonde, que saía da Praça da Sé, às 00h40 de segunda-feira, desciam no ponto final — Sacomã ou Largo da Vila Prudente — e vinham a pé até suas casas. Do Sacomã até São Caetano existia uma pequena estrada que serpenteava pelos campos ali existente no local conhecido como Morro do Penteadado, onde aproximadamente hoje se situa, o Hospital Heliópolis. Não sentiam medo, explica, porque estavam sempre em grupo e vinham conversando sobre as coisas agradáveis que tinham visto.

Vários grupos de São Caetano costumavam proceder da mesma maneira e, de modo especial, os jovens que atuavam e cuidavam do teatro do São Caetano. E.C. Germano Miazzi cita Arthur Garbelotto e Ferruccio Manilli como dois diretores e atores do clube que mais se dedicavam a essa atividade; incumbiam-se de ver os espetáculos num autêntico aprendizado para, depois, ensaiar e proporcionar peças teatrais aos afeccionados do clube. Não raro, até nas noites durante a semana, iam a São Paulo para assistir aos programas levados nos principais teatros. Era o ano de 1926, mais ou menos...

6. A vida social e esportiva

Apesar da pobreza, do trabalho duro e difícil, a vida proporcionava alguns prazeres. O primeiro clube, na rua da Matriz (atual 28 de Julho), tinha sido fundado em 1º de maio de 1914 e mantinha um salão para bailes e dramas (nome que se dava às peças teatrais), desde 1922: era o São Caetano E.C.

O futebol, aos domingos, também movimentava o bairro todo. O *Tropica Mas Não Cai*, que posteriormente adotou o nome de Lazio em homenagem ao famoso clube italiano homônimo, foi fundado também em 1º de maio, mas de 1930, e mantinha em excelente time de futebol. Sua rivalidade com o E.C. Brasil, composto por jovens considerados mais ricos, motivava grandes disputas. Os jovens do Lazio consideravam-se pobres, e talvez o fossem, apesar de não existirem famílias tipicamente ricas na época. A questão era mais tradição: junto com o São Caetano E.C., o Brasil era quase composto por jovens de famílias tradicionais da cidade, filhos e netos dos fundadores e outros que aqui chegaram ainda no século passado. Os do Lazio, em sua maioria, eram jovens italianos que aqui chegaram após a Primeira Guerra Mundial, quase todos moradores da rua Rui Barbosa, da rua Mariano Pamplona e das poucas casas da Vila Bela.

O São Caetano E.C., o primeiro da cidade, era, por assim dizer, a elite da cidade, ao lado do Ideal. Clube importante, com sede social,



A esquerda, o casal Mero Mario Basso e Amabile Piccolo Basso, no dia de seu casamento, em 1938. Ao centro, o motorista do táxi que aparece na foto, o Tete (um dos poucos da estação de São Caetano) e, à direita, Ângelo Piccolo, irmão da noiva e competente instrutor de física do Lazio. A foto foi tirada na frente do Museu do Ipiranga, no passeio que os noivos fizeram após o casamento.

que apresentava ótimos festivais com um corpo de teatro próprio e futebol de primeira linha. Filiado à APEA (Associação Paulista de Esportes Amadores), que antecedeu à Federação Paulista de Futebol, seu quadro de futebol foi campeão do Interior em 1928, com jogadores que se tornaram profissionais após o feito.

7. As festas religiosas

Palco de grandes festas populares, muitas comandadas pela Sociedade Beneficente Príncipe di Napoli, como a grande festa de julho de 1927, que marcou as comemorações do cinquentenário da fundação da cidade, o largo da Matriz (hoje, Praça Comendador Ermelino Matarazzo), engalanava-se toda e, da mesma forma, as ruas adjacentes (rua da Matriz e Mariano Pamplona), sobretudo nas festas do padroeiro São Caetano. Às cerimônias religiosas, comandadas pelos padres João Pelanda e Alexandre Grigolli, seguiam-se alegres e participativas quer messes.

Eis alguns lances da *Festa do Padroeiro*, desenhados por Nicola Perrella(7): “São Caetano engalanava-se. Era gente que descia do morro, era povo que vinha de todos os recantos... de outras regiões. Nossas ruas... pareciam mais soberbas... com arcos de bambu e bandeirinhas multicores... Pipeiros... tijoleiros e todos os homens das olarias ali estavam... poucos lembravam de suas profissões, ali estavam com seus instrumentos musicais. Eram duas bandas musicais que esses homens completavam. Em volta do coreto, um amontoado de coisas para o leilão, eram prendas de toda a sorte, até alguns leilões, cabritos, frangos, e mesmo um bezerro”.

Não somente o padroeiro, São Caetano, era celebrado no dia 7 de agosto. Segundo depoimentos dos antigos e mesmo de Nicola Perrella, comemorava-se, e muito, o dia dos três santos do mês de junho: Santo Antônio, São João e São Pedro. Foto de 1908, tirada da frente da Matriz Velha, mostra a saída de uma procissão em louvor a Santo Antônio. E notam-se, ainda, ruas enfeitadas com bambus e barracas armadas, tal como descreveu o autor de *Entre as torbas de S. Caetano*. Com toda certeza, as festas juninas prolongavam-se por considerável tempo, em algumas ocasiões.

Miro Basso recorda-se muito bem da alegria de participar das festas juninas proporcionadas pela Igreja de São Caetano. Marcaram suas lembranças os fogos de artifício, que encerravam os festejos: “Ao final da quermesse, numa noite de domingo, o povo dirigia-se a local previamente designado pela comissão de festejos, para assistir aos mestres dos fogos — os Albanesis —, que tinham fábrica nos altos do bairro de São João Clímaco, e proporcionavam formidável espetáculo pirotécnico”. Recorda-se, também, de alguns locais dos fogos: o campo do Brasil (onde se situa hoje a Vila Matarazzo), e o descampado defronte à fábrica dos Bariles, na rua Heloísa Pamplona. Outra importante opção de lazer no bairro era o Cine Central, na atual rua Perrella, o único da cidade, que começou a funcionar em 1922.



Largo da Matriz (atual Praça Com. Ermelino Matarazzo), em 1927, por ocasião da inauguração da lápide de mármore em homenagem aos fundadores de S. Caetano. À esquerda, no fundo, aparece a entrada do cortume e, à direita, atrás do palanque, o portão da Visco-Seda, ambas fábricas das I.R.F. Matarazzo. (Reprodução do álbum do 50º Aniversário de Fundação de S. Caetano, 1927, de Roberto Capri)

8. Os entrevistados e suas lembranças

Duflío Giorgetti nasceu em 5 de novembro de 1915, no conjunto de casas que chama de *Pombeiro*. Filho de Ferdinando e Maria Giorgetti, ambos italianos, que chegaram a São Caetano em 1915. Miro Mário Basso é nascido em New Jersey, Estados Unidos, em 27 de novembro de 1914, filho de Giacommo e Cláudia Basso, ambos italianos do Vêneto. Veio para São Caetano com 14 anos de idade, em 1928, indo residir na então estrada velha de São Caetano, hoje rua Ibitirama, logo depois da divisa, numa casa de Guerino Moretti, construída em 1927. Sua mulher, Amabile Piccolo Basso, nascida em 14 de novembro de 1919, em Nervese della Battaglia, província de Treviso, na Itália, veio para São Caetano em 1921, indo residir também no Pombeiro.

Em seus depoimentos, os três ressaltam com maior ênfase a pequena região próxima à confluência dos rios Tamanduatéf e dos Meninos, por força natural de suas afinidades com o local. Dão destaque às ruas Rui Barbosa e Mariano Pamplona e à *rua morta*, sem denominação oficial que, juntamente com a Rui Barbosa, foi incorporada pelas Indústrias Matarazzo, em 1939. Tal rua era um quase-prolongamento da atual rua Ceará e ia da rua Mariano Pamplona até a estrada de ferro, onde existia uma cancela que permitia passagem até o rio dos Meninos, local predileto para as donas de casa lavarem roupas da família, conforme lembraram em diferentes oportunidades, Thereza Piccolo Garbelotto e Elvira Paulillo Braido, parentes e vizinhas, que se deslocavam da rua da Matriz — onde moravam — para o árduo e diário trabalho destinado às donas de casa.

Duflío Giorgetti, usando de todas a memória, traçou verdadeira planta da região aqui reproduzida(8) com minúcias destacadas pelo próprio autor do desenho. Enfatiza o nome dos moradores da rua Rui Barbosa, casa por casa, local em que morou de 1920 a 1925, em casa alugada a Miguel Perrella. Miro Basso e sua esposa Amabile viram a planta e confirmaram as informações nela contidas. Ajudaram a completá-la até.

9. A rua Rui Barbosa

Vale a pena retornar ao passado, seguindo o passeio imaginário de Duflío, Miro e Amabile. Retornam de algum lugar e vêm do largo da Matriz, pela rua Mariano Pamplona, em direção ao rio Tamanduatéf. Prosseguem rumo à rua Rui Barbosa, que ganhou essa denominação em 913. Antes era rua nº 1. Afamada, porém, ao que parece, a rua passou ser, graças à intensa atividade que italianos vindos para São Caetano n busca de trabalho, oprimiram ao local.

Riqueza? Nenhuma. Seus moradores eram gente muito simples, operários em sua maioria.

“O leito da rua, como todos os demais em São Caetano, era de terra batida e, em alguns lugares, transformava-se em lama nos dias de chuva.



Coleção Mero M. Basso

Mero Mário Basso, o Miro, filho de imigrantes italianos, nascido nos Estados, em 1914. Veio para a Vila Bela, em 1928, local em que reside até hoje. A foto é de 1932, data de sua formatura na Escola Profissional e Industrial, no Brás.



Rua da Matriz (atual 28 de Julho), esquina com a rua Rio Branco (atual rua Maximiliano Lorenzini). Em primeiro plano, na esquina, a residência de Maximiliano Lorenzini. A porta de entrada era onde aparece, na foto, uma jovem com criança no colo. As restantes eram casas comerciais. Em segundo plano, à esquerda, o prédio do São Caetano E.C., inaugurado em 1922. Diante do poste, na rua de terra, cartaz que anunciava os filmes do Cine Central, de propriedade de Maximiliano. (Reprodução do álbum do 50º aniversário de Fundação de São Caetano, 1927, de Roberto Capri)

Era em declive, em direção ao rio Tamanduateí, e possuía algumas calçadas em frente às portas das casas. Sua largura era normal, sem árvores, sendo que no lado esquerdo de quem descia era praticamente um descampado, apenas ocupado por umas poucas casas e outras bem afastadas do leito da rua. Até a casa dos Ferraris (identificada como a de nº 41 no mapa), todas eram geminadas e foram construídas pela Indústria Pamplona, para abrigar seus empregados. Depois foram adquiridas pelas Indústrias Matarazzo. Depois da residência dos Ferraris, as casas eram particulares e havia recuo entre elas.” A descrição é de Duílio Giorgetti.

Os três personagens caminham pelo leito, também de terra, da rua Mariano Pamplona, até encontrar os filtros das Indústrias Reunidas Matarazzo. Eram filtros utilizados para melhorar as águas dos rios Tamanduateí e dos Meninos, que seriam utilizadas na lavagem da seda. Viram à esquerda na *rua morta* que, depois de ligeira curva, iria terminar no rio dos Meninos, após passar pela cancela da SPR, a estrada de ferro inglesa. Poucos eram os moradores da *rua morta*: apenas do lado direito, porque à esquerda tudo era da Matarazzo. Lembrem-se da *vendinha* de Carmine Perrella, o Carminin, bem na esquina da rua Rui Barbosa (50), depois comprada por Cândido Piccolo. Era lá que os moradores da rua faziam seus “fiados”, suas compras...

Do outro lado, na esquina (51), ficava a casa de Miguel Perrella. Nos fundos, a casa do Paolin *Negrinho*, o alegre e simpático Paulo, ainda hoje morador da Vila Bela, e sua mãe, Inácia (86). Agora, os três vão descendo a rua Rui Barbosa, relembando os moradores do lado direito, a começar por Zé Maria (47), o eterno juiz de futebol dos jogos do *Tropica* e suas constantes discussões com Aurélio Pol, que o acusava de apitar sempre contra o clube (por medo de apanhar). Na verdade, afirmava-se, o Zé Maria apanhava mesmo.

A seguir, a casa de Gino (46), dos Casagrandes (45), com David e Tereza Casagrande e seus filhos Narciso e *Nani*, a casa de Pim (44), consertador de guarda-chuvas, e de Vicente Russo, italiano da Calábria que chegou em 1932, vindo de São José do Rio Pardo, em busca de trabalho (43).

Agora Duílio pára mais tempo para lembrar de sua própria casa (42), onde morou durante cinco anos. Continuam a rota e lembram da casa de Leonardo Ferrari (41), depois a de Vitali Dietri (40), o montador de cenário no palco do Lazio e seu irmão *Cesco*, seguida pela casa dos Mantovanis (39), dos Orsis (38), o chefe-pintor da Matarazzo. João Passarella morava no 37; Antonio Spinelli, no 36, era o “mágico”, famoso até por suas apresentações no Lazio; Palmó Viola, no 35. No número 34, residia Salvador “Pavuna”, tocador de violino que, anos depois, ad-

quiriu o bar de Cândido Piccolo (29), na rua Mariano Pamplona. O estranho apelido — “Pavuna” tem explicação: era o nome de sua música predileta, sempre lembrada ao som do violino. À lembrança do bar de Piccolo, os três depoentes recordam um fato importante para os moradores da rua Rui Barbosa: a fundação do *Tropica*, em 1º de maio de 1930, nos fundos daquele bar, local que se tornou sua primeira sede, assinalada por Duílio sob o número 30 da rua Mariano Pamplona, bem em frente ao atual posto de gasolina dos Perrellas.

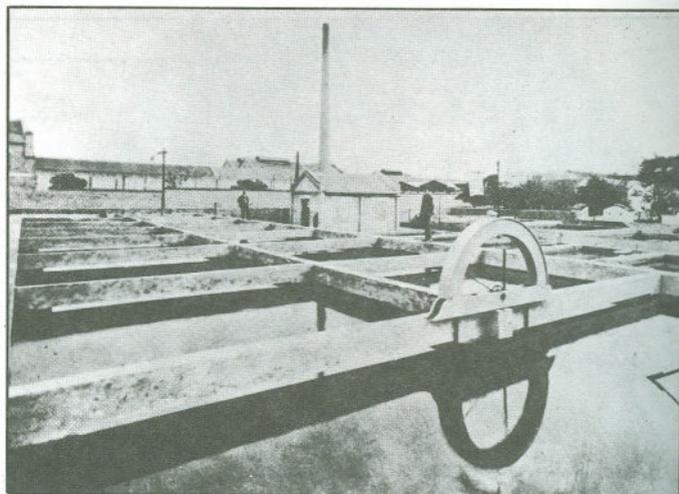
As últimas casas do lado direito da rua são lembradas como moradias de Cosmo Barile (33) e, finalmente, de Henrique *Ricucho*, o calabrês, e Páscoa Tibério de Paula, sua mulher, que para ali vieram em 1925, oriundos de Jaguariúna (31).

Agora atravessam a rua e passam a subi-la, encontrando a grande chácara do João Português (32), que ocupava extensa área, até às margens do Tamanduateí. João ou Joaquim? Fica a dúvida... Mais afastado do leito da rua, encontram a casa de Ferdinando Perrella (59), motorista de praça, de Mané *Cangaia* (60), de Antonio Barile (61) — uma casa grande, enorme —, a olaria de Antonio Barile (62). A casa do conhecido *Caneca*, Silvio Buso, homem dotado de humor incomum, alegre, expansivo, o construtor sempre aguardado com ansiedade nos carnavais (63). Finalmente, entre as moradias que ficavam mais próximas ao rio dos Meninos, a de Primo Português (64).

Retomando o leito da rua, os três visitantes encontram a casa de Serachiani (57) e a de Carmine Redondo (56). Esta última abrigou a segunda sede do *Tropica* (55), depois que a entidade deixou os fundos do bar de Piccolo, numa demonstração de ascensão do clube, que o levaria, em poucos anos, à condição de um dos principais da cidade, quando já instalado à rua Rio Branco (9). A respeito da evolução do *Tropica* para Lazio, Duílio, seu irmão Enzo e Miro deixaram registrada toda uma grande e saudosa história. A planta de Duílio e Enzo Giogetti localiza o primeiro campo de futebol do *Tropica* além do rio, na rua Ibitirama (58), e o segundo, à rua Rui Barbosa (65). Nesse particular, Miro discorda: “Aquele lado do rio era uma várzea que não oferecia condições para o futebol. O primeiro campo foi mesmo na rua Rui Barbosa. Lembrome do grande trabalho que deu para nivelar o campo, à noite, após o trabalho, com pás, picaretas, carrinhos de mão. Noites e noites de trabalho de todos os membros do clube, que fizeram surgir o que se chamava de campo de cimento armado, tal a dureza da terra que não apresentava um único talo de grama”. Para Miro, o segundo campo foi o da *abacateira*, identificado por Giorgetti com número 72, próximo à estrada de ferro, atrás do estádio do São Caetano E. C. (3), que fazia frente para a rua da Matriz.

10. A rua Mariano Pamplona

Ainda dentro do contexto social que unia as famílias da rua Rui Bar-



I.R. Fancisco Matarazzo — filtros para água do rio dos Meninos usada para a lavagem dos fios de nylon. Ao fundo, à direita, algumas casas da rua Rui Barbosa. (Reprodução do álbum do 50º Aniversário de Fundação de São Caetano, 1927, de Roberto Capri)

bosa, situavam-se algumas outras famílias lembradas pelos depoentes. Ao lado dos filtros da Matarazzo morava Giacomino Garbelotto, seu filho Francisco (Keko) Garbelotto (66), Girolamo Ceschin (Momi), fundador e presidente do *Tropica* por duas vezes, barítono de voz agradável, sucesso em qualquer encontro face aos dotes musicais. Momi deixou seu nome numa cantina que, durante décadas, foi ponto de encontro em São Caetano — a Cantina do Momi —, na rua 28 de Julho, sucedida, mais tarde, pelos irmãos Garbelotto. Momi construiu a casa 24 da planta, e ali morou. Logo depois, a família Botteon, na esquina com a rua Ceará (23). O velho Botteon, diz Duflio, era quem ia buscar o conde Matarazzo na estação de São Caetano e o conduzia, de charrete coberta, pelas ruas do bairro, até à fábrica. Era hábito do conde distribuir moedas à criançada, quando a charrete alcançava a rua 28 de Julho, próximo da portaria da fábrica. Era uma festa para as crianças, que o acompanhavam, correndo. Nesse momento, Botteon até diminuía a velocidade do cavalo. Giacomino Dalcin, o *Polvera*, residia em casa afastada da rua (25). Tinha uma grande chácara e muitas árvores frutíferas. Morava sozinho e mantinha um longa barba. Sua aparência e solidão eram motivos suficientes para impor grande medo aos mais jovens. “O pavor, no entanto, não era tão grande que impedisse as crianças de roubar as deliciosas peras d’água que Dalcin cultivava”, lembra Duflio.

Subindo em direção à igreja, depois da vila de casas mantidas para os empregados da Matarazzo, existia a Escola Mista (76) e, na frente, no alargamento da rua, morava a família de Ângelo Scarparo (21), tendo ao lado a Padaria Marchigiana que, mais tarde, mudaria para a rua He-loísa Pamplona, para um belíssimo prédio próprio (21). No mesmo quarteirão, Atilio Santarelli mantinha pequena vila de casas (69) e uma venda, na esquina, bem defronte à igreja (16) que, posteriormente, pertenceu também a Eduardo Lorenzini.

II. O Largo da Matriz

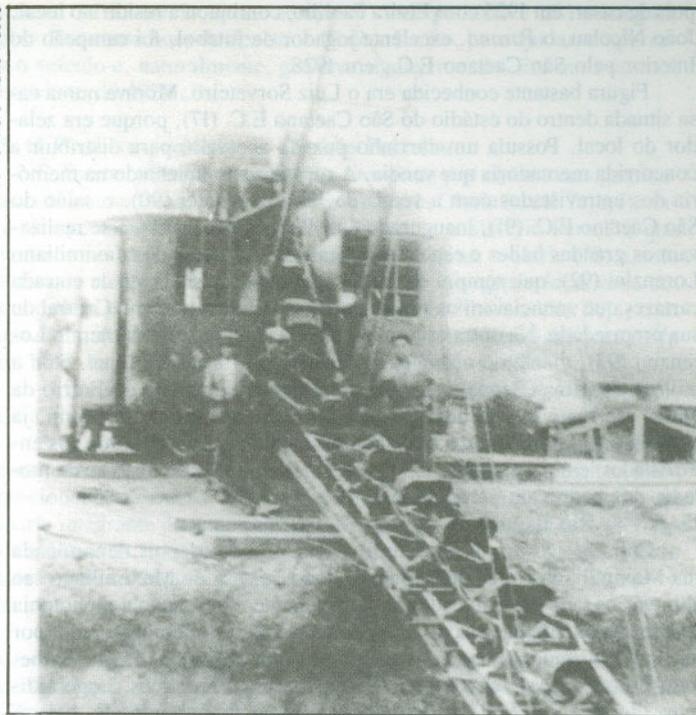
O largo era, por assim dizer, o palco principal da vida de São Caetano naquela época. Para ali convergiam quase todos os trabalhadores das inúmeras indústrias do grupo Matarazzo. O bairro, e até mesmo a cidade, dependia, em grande parte, da economia gerada pelo trabalho proporcionando pelas fábricas. A igreja, por sua vez, particularmente após a criação da Paróquia de São Caetano, em 31 de março de 1924 (sob a direção do padre João Pelanda, seguido pelo padre Alexandre Grigolli) era um indiscutível pólo de aglutinação do povo. Todos os domingos, nas festas religiosas e nas querêmissas organizadas pelos grupos religiosos, o local tornava-se intensamente movimentado.

Não bastasse isso, o largo era muito ocupado por residências, todas pertencentes à indústria, onde residiam altos funcionários italianos, trazidos para os principais postos. Os três depoentes lembram de muitos



Matriz de São Caetano, em 1927. A direita, destaca-se a vila de casas que pertencia às IRFM, com frente para a rua Mariano Pamplona. À esquerda, em primeiro plano, as três portas de entrada do bar de João Perrella, o *Juá* (Reprodução do álbum do 50º aniversário de Fundação de São Caetano, 1927, de Roberto Capri)

Acervo Mero Mario Basso



As várzeas do rio Tamanduaté e do ribeirão dos Meninos, no Bairro da Ponte, sempre sofreram enchentes. Não tão graves como as de 1930 (data da foto). Era comum, durante as cheias, a construção de barcos para navegar nas lagoas que se formavam. Ernesto Ceschin era um dos hábeis construtores. Tudo indica que a primeira obra contra as cheias, registrada por Mero Mario Basso, morador da Vila Bela, tenha sido essa, próxima à ponte da rua Ibitirama. Ao fundo, a colônia de Silvério Perrella e três casas situadas à rua das Petúncias (atual Gradaú)

deles, ressaltando que parte acabou se integrando à vida da cidade, constituindo família e aqui permanecendo, como é o caso dos Luccinis, dos irmãos Picossi, os Messaros, Bredas, Menegolos, Infantis, Colombos, De Muras, Fenarollis, Ricardos, Pavonis, Angelinas, Fiorinas, Mister Puz, Guiandas, Rapuanos, Pedros, Massarolos, de João Vitorino e outros.

A casa mais importante do largo era ocupada pelo principal responsável pelas indústrias do grupo local, o dr. Ciccillo (8). Para completar, o largo ainda possuía um armazém das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (6), o portão do curtime do grupo (7) e as canchas de bocha de Joá (João Perrella) com seu bar, bem na esquina da Rua 28 de Julho (12).

12. A rua 28 de Julho

Anteriormente denominada rua da Matriz, a rua 28 de Julho era considerada a principal do núcleo colonial e da São Caetano das primeiras décadas do século. Por isso mesmo, recebeu o nome da data de fundação do Município. Secundada pelas atuais ruas Rio Branco, Maximiliano Lorenzini e Mariano Pamplona, compunha o que seria o centro dos lotes urbanos da antiga colônia. A partir daí, foi surgindo a cidade.

Nossos entrevistados, ainda no retorno imaginário a um passado longínquo, também puderam destacar algumas imagens marcantes da rua 28 de Julho: depois de deixarem o bar do Joá e a venda dos Santarellis, seguem em direção à casa de Giuseppe Capuano; depois o bar e depósito de bebidas da família Morselli (10), revendedores dos produtos Brahma. No mesmo lado da rua, o campo de futebol do São Caetano E.C. (3), um belo estádio, com arquibancadas de madeira coberta, palco indiscutível de grandes momentos para o futebol local. A portaria do estádio ficava bem defronte à grande casa da família de Antonio Garbelotto, fundador, em 1914, de uma distribuidora de bebidas Antártica (14), que ocupava parte da gleba que a família obteve no núcleo colonial, em 1877. Em extenso terreno, da rua 28 de Julho à rua Ceará, o mesmo negócio continua sendo mantido pela família. Antonio foi músico da banda da Società de Mutuo Soccorso Principe di Napoli.

Ao lado da casa dos Garbelottos, a residência de Giovanni Baido (15), casado com Tereza Garbelotto. Seu filho, João Nicolau Baido, de-

pois de casar, em 1925 com Elvira Paolillo, continuou a residir no local. João Nicolau, o *Paraná*, excelente jogador de futebol, foi campeão do Interior pelo São Caetano E.C., em 1928.

Figura bastante conhecida era o Luiz Sorveteiro. Morava numa casa situada dentro do estádio do São Caetano E.C. (17), porque era zelador do local. Possuía um carrinho puxado a cavalo, para distribuir a concorrida mercadoria que vendia. A rua vai se completando na memória dos entrevistados com a venda de Júlio Marcucci (90), o salão do São Caetano E.C. (91), inaugurado em 1922 — local em que se realizavam os grandes bailes e espetáculos teatrais —, a casa de Maximiliano Lorenzini (92), que sempre ostentava em cada lado da porta de entrada cartazes que anunciavam os filmes a serem exibidos no Cine Central de sua propriedade. Na outra esquina, mais uma venda: a de Arthemio Lorenzini (93), diante do açougue de José (Beppi) Lorenzini que, com a mulher, Josefina (Beppa), atendia diariamente à clientela do Bairro da Ponte. Defronte à sede do São Caetano E.C., a Cantina do Momi, já mencionada acima (94) e a casa da família de Luiz Fiorotti (96). Os entrevistados lembram, ainda, das casas de Benedito Moretti (97) e da moradia dos padres da paróquia (98).

13. A rua Rio Branco

Começa agora a descida da rua Rio Branco (depois denominada rua Maximiliano Lorenzini). Bem ao lado da casa de Maximiliano: ao alto, vários janelões colocados simetricamente, quebrando a monotonia da enorme parede da casa do dono do Cine Central, demonstrando, por fora, toda a grandeza da casa cuidada por dona Marieta (Maria Garbelotto Lorenzini), sempre dedicada aos afazeres domésticos. Logo à direita, Luiz Martorelli, o *Gijo* (99), figura importante do bairro, praticamente um porta-voz de todas as reivindicações dos moradores. Com a esposa Pina, sempre pronta a “consertar”, com suas massagens, as contusões de quem quer que fosse. Os jovens futebolistas invariavelmente passavam pela técnica perfeita de dona Pina: um pouco de óleo de cozinha e dedos fortes...

O quintal de Maximiliano ocupava todo o quarteirão do trecho até à rua Ceará. Depois desta rua, à esquerda, ficava Caetano Garbelotti Filho, que cuidava da olaria de Silvério Perrella (100). A direita da rua, a suntuosa mansão de Victório Dal'Mas e sua mulher, Antonia Braido (101). Dal'Mas era um próspero industrial do ramo químico que, anos mais tarde, iria construir um arrojado projeto arquitetônico para a época: o Prédio Vitória, à rua Baraldi. Na curva da rua, a família Perrella (103). Praticamente todos moravam em torno da produtiva olaria que mantiveram até os anos 50 (102). Defronte aos Perrellas, o casarão de Pedro De Nardi, um dos mais antigos prédios da cidade, que ainda resiste ao progresso e hoje abriga o Museu Histórico Municipal (26). Bem ao lado, a capela erguida pela família De Nardi (27), justificando a devoção cristã que tinha. Encerrando a volta pelas ruas do bairro, os entrevistados param diante do campo do Brasil F.C., palco de tantas e tantas disputas, recordações juvenis... Vitórias e derrotas: Lazio vs. Brasil; os “pobres” contra os “granfinos”. Ou a figura de Luiz Giorgetti, diz Miro, que atirava ao ar sua palheta a cada gol de seu clube, o Lazio.

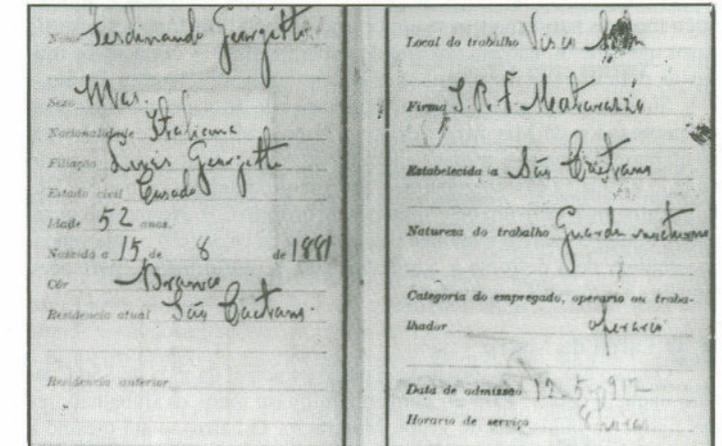
13. A ponte, as enchentes e as cavas

Agora a travessia da ponte sobre o rio Tamanduateí, em direção à Vila Bela. Miro observa, porém, que nas enchentes “o rio de águas límpidas tornava-se turvo, as águas superavam as margens e espriavam-se por todos os lados”. As *cavas* (buracos deixados pelos oleiros quando extraíam barro) enchiam-se e tudo se transformava numa única e imensa lagoa. Assim, ficava toda a área em que hoje se encontra o São Caetano E.C. e o CREI Fundação. Pouco adiante, perto da estrada de ferro, na confluência dos rios Tamanduateí e dos Meninos, de ambos os lados, o grande lago, que se repetia a perder de vista, em direção ao Ipiranga.

“Era uma festa para a molecada — confirma Duílio — porque a ponte era de madeira, pintada com piche, com mureta de proteção e das muretas as crianças mergulhavam dentro das águas barrentas”. O “esporte” só era possível durante as cheias, porque o rio era raso. Duílio lembra dos “nadadores” do Tamanduateí: Albino Martorelli, Francisco Botteon, Luiz Bim, Francisco e Luiz Vitale, Valdomiro Quinaglia, Eugênio Fiorotti, Antonio Pires e Giovanni Rossi.

14. A Riva Rossa, tormento dos carroceiros e motoristas

Os velhos italianos chamavam de *Riva Rossa* à ladeira íngreme, em curva acentuada, de terra vermelha e muito lisa, situada na atual rua



Ferdinando Giorgetti, pai de Duílio e Enzo, ingressou como guarda-noturno nas IRFM, em 12 de maio de 1917. Ali permaneceu como porteiro até a data de sua morte. Severo em seu trabalho na portaria, afirma-se que, certa vez, chegou a barrar o próprio conde Matiarazzo...

Ibitirama, logo após a divisa de São Caetano. Muito falada pelos antigos, foi perdendo a fama nos anos 50, quando a rua foi calçada com paralelepípedos. Nicola Perrella refere-se a ela com muito carinho: “Riva-rossa, quantas recordações, se todos aqueles homens pudessem vir dizer tudo o que por ali se passou naquele tempo; a subida dessa estrada era íngreme, os animais escorregavam ao transpô-la no tempo das chuvas, mas sempre venciam. Era por ali também que vinha quase toda a maquinária para a nossa indústria; era por ali que nossos homens cavalgavam às vezes em direção à cidade de São Paulo; era a riva-rossa de nome imorredouro” (8).

Miro Basso e a esposa, Amabile, além de Duílio, confirmam as grandes dificuldades e apuros dos que precisavam transitar de carro ou de carroça pela *Riva Rossa* nos dias de chuva. Mil histórias eram contadas a respeito; algumas até chegam a fazer parte do folclore local.

A preferida de Tadeu D'Agostini, o *Dêo*, contada com jeito típico, enquanto assentava tijolos na construção das casas da família Garbelotto, na rua 28 de Julho, por volta de 1958: “Em dia de muita chuva, seguia um padre com sua charrete para a Vila Prudente. Ao chegar à *Riva Rossa*, o cavalo parou. Nada de subir. A cada tentativa, escorregava e descia mais. E o padre tinha pressa. Mas a *Riva Rossa*, em dias de chuva, era tomada pelo Capeta, como diziam os mais irônicos. E nada fazia o cavalo do padre avançar. Bastante alterado pela situação, o padre deixa escapar uma sonora blasfêmia: *Porco!* (uma grande *bestêmia*, como diziam os italianos). Diante disso, o animal começou a subir rapidamente a ladeira, colocando charrete e padre no caminho certo. Estranhando a rápida reação do animal, o padre teria olhado para o céu, exclamando: *Quando le ghe vol, le ghe vol proprio!* (Quando ele quer, ele quer mesmo!). Afinal, nenhuma oração tinha dado certo antes...”

“Não tínhamos lazer algum — lembram Duílio e Miro — e tudo saía da imaginação de cada um. Por isso, as brincadeiras nas ruas, nos



Os irmãos Duílio e Enzo Giorgetti, autores do desenho do *Pombeiro* e de muitas passagens do presente artigo, em foto sem data

rios, nos lagos. Uma delas era ficar sentado sobre a mureta de madeira da ponte, e ficar apostando nos carros que passavam. Alguns eram Ford, outros Chevrolet, as duas únicas marcas existentes. Como numa corrida, ficávamos apostando nos carros que iriam passar primeiro. No começo, um era Ford, depois passava a ser Chevrolet...".

Caminhões, raros. O Ford *bigode* de Lorenzini, ou dos irmãos Copini, moradores do atual bairro da Cerâmica, que por lá passavam para buscar barro em Guarulhos, levando-o para a Cerâmica São Caetano; tinham dois caminhões. Duílio lembra também a Mário Pedroso, morador da Vila Bela (rua dos Ciclamés), que carregava seu caminhão de tijolos na olaria de Silvério Perrella, na atual rua Tujupi (79).

— Pagava cem mil réis o milheiro — ri Duílio, quando a lembrança do preço lhe aflora na mente. E recorda de outra brincadeira — não tão inocente — que os meninos faziam na *Riva Rossa*: “Subir ali de carro era sempre problema devido à terra vermelha, lisa e sempre úmida. Ficávamos escondidos no mato, às margens da estrada. Quando percebíamos a aproximação de um carro, jogávamos água nos lugares mais

críticos. Aí acontecia: quase sempre o carro patinava e não conseguia subir. Era nossa hora de aparecer. Todo o bando, para ajudar, empurrava o veículo e, naturalmente, ganhava algum trocado. Era mais ou menos o ano de 1925...”

15. O Pombeiro, colônia de Silvério Perrella

O *Pombeiro* era uma habitação composta por cinco casas geminadas, situada numa elevação existente na rua da Olaria (atual Tujupi), entre as ruas Gradaú e das Ipoméias. Pertencia a Silvério Perrella, que mantinha na mesma rua duas unidades produtivas: a olaria (79) e uma fábrica de casimira (não anotada na planta de Giorgetti), localizada um pouco além da rua das Ipoméias. Praticamente, ali era a Vila Bela, com suas casas esparsas, seguindo morro acima. A habitação foi construída em 1900. Era visível até das escadas da estação da SPR.

— Daquele lugar, as casas mais pareciam vagões de trem; por isso, nós a chamávamos de subúrbio, comenta Miro.

O certo é que a lembrança da habitação calou fundo, particularmente em Amabile e Duílio. Este lá nasceu em 1915. Começa, um tanto emocionado, a dizer: “Quero falar um pouco do *Pombeiro*, porque ele é parte integrante daquele povo, do *Tropica*, daquelas famílias de italianos e filhos de italianos”. E seu relato foi a própria seqüência de tudo quanto aqui se falou e do que mais ainda se falará sobre o *Tropica*, o Lazio...

“Talvez pela ótima localização” — continua — era muito bonita até. Foram as seguintes famílias que, na minha época, moravam lá: da esquerda para a direita, Cândido Piccolo, Caniato, Quinaglia, Giorgetti e Fiorotti. Depois vieram os Bim, Vitale e Aurelio Pol, entre outros. O casarão foi comprado muitos anos depois pelos irmãos Corona e demolido em seguida, para a construção de casas individuais hoje existentes.”

Suas lembranças são intensas e não se furta em recordar de alguns amigos que já se foram: “Lembro-me bem quando Arthur Garbelotto, muito conhecido também pelas suas atuações como ator no S. Caetano E.C., passava em frente ao *Pombeiro* para namorar a Therezinha (Thereza Piccolo, sua esposa em 1928), com a sua indefectível palheta e o seu habitual sorriso. Vinha sempre com o Napoleão Mietti, o sapateiro, que namorava outra moradora do local, a Maria Rossi”.

Amabile Piccolo Basso, por sua vez, chegou a S. Caetano em 1921, vinda da Itália, após breve estada em fazenda no interior. Tinha dois anos quando chegou ao *Pombeiro*, ali ficando por alguns anos, até seu pai construir casa na rua Gradaú, a poucos metros do local. Quando jovem, trabalhou na olaria do Silvério Perrella —: “Batia tijolos e levava-os para o forno. Quando completo, o encarregado dos fornos, Caetano Garbelotti, incumbia-se do cozimento”. Duílio cita outros empregados: Toni Catina, Malatesta e Nicola *Manhabarro*.

Lembram da figura de Silvério Perrella, que desfrutava de grande prestígio em S. Caetano. Andava quase sempre de terno e chapéu pretos. Sua fábrica de casimira, próspera ao que sabem, mais ou menos em 1929 ou 1930, coincidindo com a grave crise econômica que ocorreu, fechou graças ao grande “calote” dos comerciantes da rua 25 de Março, seus principais compradores. Esta última informação, segundo Miro, teria ouvido, na época, de Fiori De Nardi.

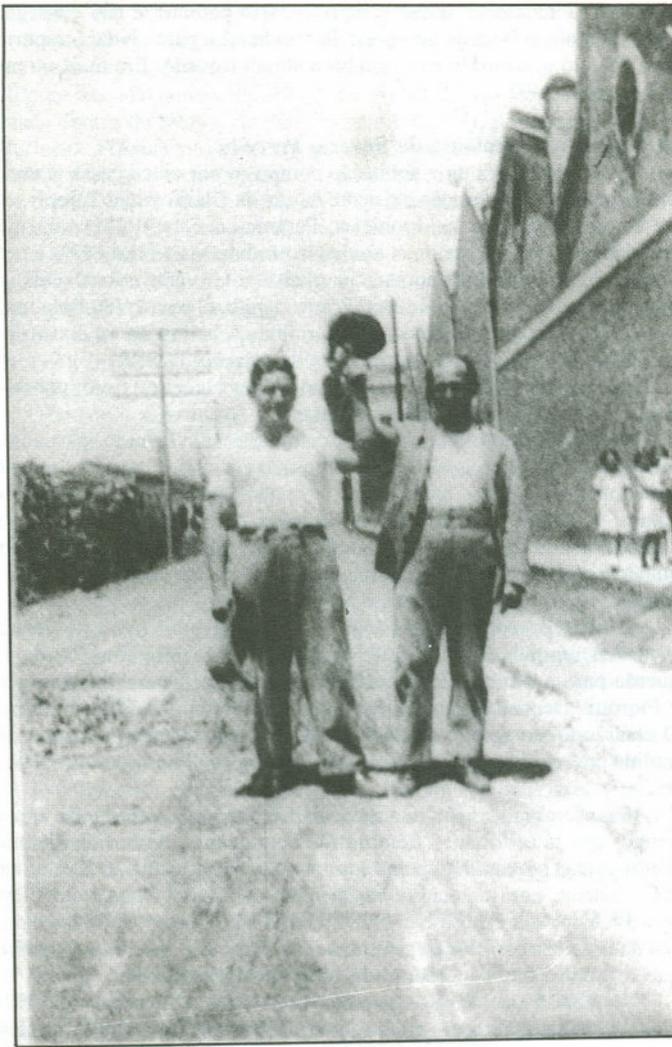
16. Final

Já caía a noite, quando demos por terminados os depoimentos em meio de muita alegria. Ouvimos almas abertas, vimos olhos felizes em poder contar, recontar um passado tão distante...

Tomamos mais um café e comemos mais sum *crostoli* que Amabile carinhosamente preparara para a ocasião. Subimos no carro, na rua Tujupi, e tomamos o rumo para casa, percorrendo as mesmas ruas do antigo bairro. Pena! Já não há mais rua Rui Barbosa, nem *rua morta*...

Antes de chegar à velha Igreja Matriz, paramos o carro. Fechamos os olhos e, na mente, vieram claras as imagens de jovens senhoras, algumas grávidas, indo a caminho do rio, levando cestos de roupas em cima de carriolas, seguidas de barulhentas crianças que faziam da rotina um passeio.

Imagens de velhos senhores conversando em voz alta, num puro vêneto, mas compreensível para todos. Imagens de jovens sentados na esquina da Mariano Pamplona, falando entusiasmados do novo “time”



e seus gols. Senhoras nas cercas, conversando animadamente sobre as próximas festas na igreja...

Mais do que nunca compreendi a alegria de Miro, Amabile e Duílio. Eles aproveitaram, sempre, seu dia. No poderoso jogo da vida, eles continuam a contribuir com seus versos. Versos, fruto do que são: gente de boa índole e corações heróicos, enfraquecidos pelo tempo, mas fortes na vontade de lutar, procurar, achar e não ceder.

Notas

- (1) Lei Municipal 135, de 15 de dezembro de 1950;
- (2) Martins, José de Souza — *Raízes*, 3: 12;
- (3) *Idem*, *Raízes*, 5: 7;
- (4) *Idem*, *ib.*, p. 7
- (5) Perrella, Nicola — *Entre as torbas de S. Caetano*. São Paulo, Ed. Alarico, 1960, pp. 55-57.
- (6) Miazzi, Germano - depoimento prestado à Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul;
- (7) Perrella, Nicola, *op. cit.*, p. 66;
- (8) Todos os números citados, doravante, entre parênteses, referem-se ao mapa do Bairro da Ponte traçado por Duílio Giorgetti.

(*) Oscar Garbelotto, é advogado e professor universitário. Ocupou na Administração Pública os cargos de Diretor do Departamento de Educação e Cultura e Diretor do Instituto Municipal de Ensino Superior. Dedicou-se também ao estudo e à pesquisa da História de São Caetano do Sul. Descende de um dos fundadores da cidade: Antonio Garbelotto.

Girolamo Ceschim, o *Momi*, (esquerda), com Lourenço Zuffo, na rua Mariano Pamplona, em 1929. O chão era de terra batida. A foto foi tirada na altura da rua Ceará. À direita, os pavilhões das IRFM e, ao fundo, as velhas casas do Armazém Santarelli.

Amargas lembranças

Antonio de ANDRADE(*)

“Quase nada sei, mas desconfio de muita coisa”
(Guimarães Rosa)

A sensação imediata que nos transmite a leitura do livro de memórias do sindicalista e militante político da região, Armando Mazzo (1), é a similaridade, na trajetória de sua vida, com a de outros tantos heróis anônimos, que o implacável tempo e a intolerância política, cuidaram de relegar ao ostracismo e ao anonimato. Atualmente, graças ao trabalho paciente e persistente, de memorialistas e pesquisadores (2), esses personagens estão sendo resgatados, surgindo depoimentos, artigos, livros, documentos e, mais do que tudo, o repensar de uma história, marcada pela intransigência e perversidade do poder e de seus detentores.

É o outro lado da História. É a saga dos perdedores, dos que foram relegados aos porões da civilidade. É a memória da maioria, das grandes massas oprimidas e marginalizadas, meros reprodutores do lucro e das inquietudes do sistema econômico. São os anti-heróis da pátria. Nomes que não estão perpetuados em bustos, praças, escolas, ruas e avenidas. Em defesa da dignidade e da cidadania, doaram suas vidas. Em troca receberam, além do escárnio social, prisões, torturas, exílios, quando não a morte. É fundamental que se radicalize a memória, adotando a concepção da Marx (que me perdoem os afoitos coveiros do socialismo) para o termo radicalizar: “Buscar as raízes das coisas.”

Inevitável a comparação de algumas passagens do livro de Mazzo, com o já clássico *Anarquista, Graças a Deus* de Zélia Gattai que, como explicitou seu marido Jorge Amado, “recria o tempo e uma realidade, mostra a evolução social e a árdua luta de um grupo humano de extraordinária vitalidade, de imbatível firmeza, povo indomável” (3).

Curiosamente, em diversos momentos, os relatos e *causos* de Mazzo e Zélia se cruzam. Atente-se, por exemplo, à deliciosa narrativa com que ambos descrevem o bucólico ambiente paulistano do início deste século, onde passaram a infância: as ruas, as casas, os personagens, as brincadeiras, cantigas de roda, os vizinhos, os bondes da Light. Hábitos e costumes de uma itálica São Paulo, pontuada de figuras fascinantes, como o napolitano vendedor de batata-doce assada, perpetuada na memória de Mazzo:

“Patata dulce,
Assata al forno,
Doce, bene dulce.
Manja, Manja,
Filholo mio,
Que ti fá bene”

E não era São Caetano, então Distrito do Município de São Bernardo, o bucólico lugar onde Zélia sonhava ir passear de trem e lá encontrar os primos, a ponto de — ansiosa — não dormir na véspera do passeio? A mesma São Bernardo, onde Mazzo iniciou seu aprendizado de marceneiro, nas fábricas de móveis. Quem leu *Anarquistas...*, deve lembrar do impacto na cidade de São Paulo, quando da realização de uma luta de boxe, entre o campeão italiano, Ermínio Spalla, e o desafiante brasileiro, Benedito dos Santos. Lendo Mazzo, descobrimos que, graças a essa luta, acabou ganhando uns bons trocados, recolhendo apostas junto aos motoristas da “Garage Gray”, lá na Brigadeiro Luís Antônio, não muito longe da casa de Zélia na Alameda Santos.

Tantas coincidências, tantas proximidades, pensamentos semelhantes e trajetórias paralelas. Assim, no futuro, o menino aprendiz de marceneiro tornar-se-ia o primeiro deputado estadual, eleito pelos votos dos moradores do ABC. Pouco antes, o marido de Zélia, o escritor Jorge Amado, seria eleito deputado à Assembléia Constituinte de 1946. Ambos eleitos pela legenda do PCB (Partido Comunista do Brasil). Ambos cassados em 1947, nos estertores de uma tumultuada e breve experiência democrática vivida entre 1945 a 1947.

A partir de então, a trajetória de ambos segue por caminhos diversos. Zélia acompanha Jorge Amado em uma escalada triunfal de sucessos literários, de reconhecimento internacional, e a ruptura com o PCB, logo após a cassação, Mazzo, fiel ao Partido e aos seus rígidos dogmas,

Acervo: Família Mazzo



Armando Mazzo, aos três anos, quando morava em Santana, Capital

seguiria trajetória, árdua e dolorosa, na defesa de uma ideologia marcada, perseguida, proibida. No decorrer de meio século de lutas amargaria inúmeras decepções, como as quatro cassações de que foi vítima: como deputado, como prefeito eleito por Santo André, pelos militares em 1964 e, finalmente, pelo próprio partido, ao qual dedicou a vida; sem direito a justificativa ou apelação.

Para entender Mazzo, sua trajetória e infortúnio é necessário um corte na História recente do Brasil, principalmente a partir dos anos 30, e entender seus reflexos na região. Uma História que os livros didáticos e os currículos escolares não contemplam.

Mazzo, o Brasil e o ABC

Mazzo nasceu no bairro de Santana, em 1913, os avós paternos, como a maior parcela de imigrantes que vieram para o ABC, eram originários de Treviso. O pai foi funcionário bem situado, na hierarquia da Light, até que uma descarga elétrica o inutilizou para o trabalho. Em 1921, mudam-se para São Bernardo e Mazzo, aos 8 anos de idade, passa a enfrentar uma jornada diária de 10 horas de trabalho, como aprendiz de marceneiro.

O primeiro contato com a crueldade da situação econômica da época ocorre durante a grande recessão de 1929. Desempregado, é obrigado a roubar abóboras para alimentar os familiares. Nesta época, toma contato com os primeiros relatos das modificações que estavam ocorrendo na União Soviética desde a Revolução de 1917. Lê *A Mãe*, de Gorki, e *O Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. Quando estoura a “Revolução Constitucionalista” de 1932, encontrava-se trabalhando na fábrica de José Pelosini e envolve-se no primeiro incidente trabalhista de sua vida. Pelosini reúne os trabalhadores e conchama-os ao alistamento militar, ao lado das tropas paulistas. Até oferece uma recompensa em dinheiro. É interrompido por um operário que grita: “Nós vamos, se você mandar o seu filho.” O operário é despedido.

No dia seguinte, Mazzo comanda a paralisação da firma, exigindo a volta do companheiro. É também demitido. Logo a seguir, e por motivo semelhante, ocorre sua primeira prisão. Interrompe o discurso de um bispo de São Paulo que, no Largo da Matriz de São Bernardo, estimulava as famílias a enviar seus filhos à luta. Mazzo aparteia: “E o senhor, vai mandar seus filhos?” A prisão é imediata. Ambos os episódios demonstram a apatia e desconfiança com que o operariado via a Revolução de 1932, tentativa infrutífera das oligarquias paulistas em recuperar o po-

der e prestígio perdido para Vargas em 1930.

A partir de 1930 o Brasil estava entrando no chamado “*Ciclo de Vargas*”, que duraria até o final de 1945. Vindo no bojo de uma revolução de concepção liberal, reformista e modernizadora, Vargas acenava com profundas alterações nas instituições, dando fim à aligárquica política “*do café com leite*” que, desde o evento da República, rezeva-se no poder. As promessas jamais se concretizariam e o País mergulharia no caudilhismo e numa implacável ditadura, de cunho nazifacista reforçada em 1937, juntamente com um arremedo de Constituição: a “*Polaca*” que, entre outras arbitrariedades, colocou um fim nas atividades legislativas. Governadores e prefeitos (nomeados por Vargas) tornaram-se detentores de um poder despótico e ilimitado. Os raros opositores amargaram o sabor das prisões, jornais de oposição foram fechados e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) cuidou de cercear qualquer tentativa de pensamento e vida inteligente no País.

Em São Bernardo — então o único município do ABC — o prefeito Felício Laurito — é substituído por Décio de Toledo Leite, colocado no cargo pelo governador-interventor Adhemar de Barros. Entre outras novidades do Estado Novo, foi feita uma arbitrária renovação do quadro territorial brasileiro e a região trocou de nome. A partir de 30 de novembro de 1938, passa a chamar-se de Santo André. São Bernardo, São Caetano, Mauá, Ribeirão Pires e o Alto da Serra (Paranapiacaba) passam a constituir distritos e subdistritos de Santo André. No todo, a população estava ao redor de 80.000 habitantes, uns 20.000 eram operários e, sob o olhar atento da polícia política, os sindicatos vão-se organizando. Armando Mazzo, dentro do possível, está atuando junto aos sindicatos locais. Primeiro, junto ao dos marceneiros, do qual foi fundador e, depois, junto ao dos metalúrgicos, ao qual aderiu quando passou a trabalhar na Laminação Nacional de Metais, em Utinga.

Em 1940, assume um novo prefeito interventor — José Carvalho Sobrinho — vindo de Botucatu e que, por mais de sete anos, ficaria no cargo, notabilizando-se entre outros atos discricionários, por uma inusitada tentativa de privatizar o sistema de abastecimento de água do Município, o que lhe valeu cerrada oposição do semanário *O Imparcial*, que acabaria sendo fechado por ordem do DIP.

Com a participação do Brasil nos campos de batalha da Europa, a política de Vargas, claramente moldada nos princípios que os expedicionários foram lá fora combater, apresentava-se totalmente contraditória e iria agravar-se com o final da guerra e o retorno dos militares. A permanência de Vargas no poder, ao longo de 15 anos, se por um lado mostrara-se confortável às elites e novas oligarquias, por outro lado, ao jogar na clandestinidade toda e qualquer forma de oposição, criara as condições propícias para um cuidadoso esforço de conscientização e organização dos afastados do poder, em especial o proletariado, classe social significativamente numérica no final da guerra. A influência anarquista que predominou, aproximadamente até a Revolução de 1930, estava agora substituída por um trabalho, extremamente organizado, dos comunistas junto ao operariado. As células de atuação comunistas multiplicavam-se pelos bairros e fábricas. Por sua clandestinidade, passaram ignoradas pelas oligarquias, acostumadas a manter a organização proletária como um simples caso de polícia. Em breve, amargariam o sabor deste erro de avaliação.

Ameaçado de perder o poder, Vargas, adota posturas democráticas, entre elas uma nova legislação eleitoral, possibilitando a inscrição, sem qualquer restrição, de partidos políticos. Surgem, em decorrência, diversos partidos representando as mais diversas tendências e interesses dos diversos segmentos da sociedade. Quatro grandes forças iriam destacar-se, com reflexo direto no quadro político do ABC:

1 — O PSD (Partido Social-Democrático), expressão do círculo de interesses e de influências mais próximos a Vargas. Agregava, além de familiares e amigos próximos, funcionários do alto escalão governamental, políticos das mais diversas tendências, beneficiários dos *tranquilos* e rendosos anos da ditadura. Entre nós, a expressão mais marcante neste sentido, era a de Carvalho Sobrinho, prefeito-interventor naquele período. Aliados ao PSD estavam ainda, os sempre influentes *coronéis*, grandes proprietários de terra no interior do País e *administradores* das eleições em suas áreas de influência. Aparentemente derrotados na Revolução de 30, com o passar dos anos, em especial no Estado Novo, acabaram os coronéis descobindo em Vargas o aliado ideal à manutenção de sua



Armando Mazzo, nos anos 30, com aproximadamente 20 anos

SEUS PROBLEMAS

SANTO ANDRÉ — 1 DE NOVEMBRO DE 1947

ANO I N.º 1

Os candidatos de Prestes apresentam o seu Projeto de Programa Mínimo

1.ª Defesa das Constituições Federal e Estadual e dos Mandatos dos Parlamentares do Povo, assim como luta ininterrupta contra a chamada Lei de Segurança Nacional;

LUTA

2.ª Pela ampla liberdade Sindical e pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil (C.T.B.);

3.ª Contra a Carestia e o Câmbio Negro;

4.ª Pela baixa dos preços das passagens dos ônibus e tróleus de subúrbio;

5.ª Pelo aumento de trens nos subúrbios de Santo André e extensão dos mesmos até Pararasulzabaz;

6.ª Pela remodelação do Serviço Postal e pela criação de Agências nos bairros afastados e populosos;

7.ª Pela ampliação do Serviço Telefônico no Município;

8.ª Pelo estímulo ao pequeno industrial com a facilidade do crédito;

9.ª Pela regulamentação e rebaixamento das taxas e impostos que incidam sobre o pequeno comércio;

10.ª Pela autonomia do Distrito de São Caetano e sua elevação a Município;

11.ª Para que a terra seja utilizada para a produção agrícola, assim como a produção agrícola no nosso Município;

12.ª Pela extensão de eletrificação nos bairros e iluminação das ruas;

APLICAÇÃO

1.ª Calçamento das estradas principais do Município das ruas centrais dos bairros pela conservação permanente das demais estradas e ruas e abertura de estradas;

2.ª Extensão da rede de água e esgoto em Santo André e São Caetano;

3.ª Pela construção de um mercado municipal e outro em São Caetano, bem como feiras livres nos Distritos;

4.ª Construção de dois hospitais com maternidade que correspondam às necessidades do povo do Município, um em Santo André e outro em São Caetano; e criação de ambulatórios médicos nos distritos e bairros;

5.ª Medidas práticas para resolver o problema da habitação para a isenção de imposto e taxas para a construção de casas populares aos trabalhadores, na base da planta padrão a ser adotada pela municipalidade;

6.ª Construção de um jardim público na primeira zona (Santo André) e outro em São Caetano, ambos no centro da cidade, com a desapropriação de terrenos e com a isso necessário;

7.ª Imediata criação de escolas em todo o Município (Distritos e Bairros) pela reparação e conservação dos prédios das escolas existentes e pela adoção do passe escolar na base de 50 por cento de desconto de transporte;

8.ª Construção de uma praça de esporte, de parques infantis e amparo aos clubes esportivos e recreativos da cidade;

9.ª Construção do Paço Municipal;

10.ª Construção de um cemitério que venha a servir aos seguintes bairros: Camilópolis, Utinga, Parque das Nações, Santa Teresinha, e adjacências;

11.ª Pela criação de uma Biblioteca Pública Municipal e um salão de conferências;

12.ª Por facilidades de amparo aos pequenos lavandeiros do Município com o fim de fomentar o cultivo das áreas próximas dos centros populosos, bem como a desapropriação de terras e arrendamento pela municipalidade, aos que vivem das culturas populosas, bem como a distribuição de sementes, instrumentos agrícolas e adubos;

Santo André e seus problemas: exemplar único de divulgação do projeto de Programa Mínimo dos candidatos de Prestes. No item 10 das propostas de luta, a autonomia do Distrito de São Caetano e sua elevação a Município.

influência e poder;

2 — A UDN (União Democrática Nacional), porta-voz dos interesses da nova elite empresarial e financeira, altamente favorecida pelo momento de crescimento que o País atravessava. Agrupava intelectuais e políticos, defensores do liberalismo econômico e da não-ingerência do Estado em seus negócios, a menos aqueles de seu peculiar interesse: subsídios, protecionismo, linhas especiais de financiamento, garantia de preços mínimos, controle sobre os sindicatos e salário o mais mínimo possível. Apesar de tudo, pregavam a moralização dos quadros públicos e a redução do aparelho burocrático do Estado. Apoiavam a UDN diversos ex-tenentistas, que não aderiram nem a Vargas nem a Prestes, e intelectuais que, embora não defendessem o ideário liberal, estavam desiludidos com o centralismo autoritário e dogmático do Partido Comunista. Outro segmento importante era o dos grandes proprietários de jornais como Roberto Marinho, Júlio de Mesquita e Assis Chateaubriand, que monopolizavam a formação da opinião pública, em especial, a da classe média. O grande dilema, que acompanharia a UDN, ao longo de sua história, era o total distanciamento entre suas idéias e adesão de um segmento social, numericamente significativo, que transformasse em votos as suas propostas. As classes médias urbanas deveriam, na ótica dos udenistas, constituir essa base de sustentação. Ledo engano. Constitui o mais impenetrável enigma, que nem os mais diligentes políticos sociais conseguem interpretar, o caráter heterogêneo e inconstante do comportamento político (se é que ele existe) da classe média brasileira. Dessa maneira, sobrou à UDN um único caminho para chegar ao poder: o golpismo. Daí sua histórica aproximação aos quadros militares aos quais recorria constantemente para que intervissem na “salvaguarda das instituições”. Quando em 1964 os militares resolveram assumir o poder, dispensaram a intermediação e acabaram com os partidos políticos, inclusive a UDN;

3 — O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) surgiu nas entranhas do Ministério do Trabalho, agregando os burocratas trabalhistas e os sindicalistas *chapa-branca*, os chamados *pelegos*, incumbidos da espinhosa missão de neutralizar o assédio comunista junto aos sindicatos e organizações dos trabalhadores. Pretendia ser o PTB a cunha política de Vargas, o instrumento de penetração junto ao operariado e que, acreditava, traria o respaldo popular que ao mesmo tempo desarticulasse o golpismo da UDN; contrabalançasse a presença organizada dos comunistas e o livrasse da incômoda proximidade, das posturas conservadoras e oportunistas das oligarquias latifundiárias. Surgem, então, medidas simpáticas aos interesses da classe trabalhadora e que constituíam bandeiras de luta dos comunistas: regulamentação da jornada de trabalho, férias remuneradas, estabilidade no emprego, regulamentação da aposentadoria, etc. e,

4 — A outra força política de expressão era constituída pelo PCB (Partido Comunista do Brasil), fundado em 1922 e que, em 1945, pela primeira vez, apresentava-se na legalidade. Na verdade o PCB recebera, em setembro de 1945, apenas um registro provisório. Posteriormente, em maio de 1946, esse registro seria cassado com a alegação de tratar-se de agremiação *antidemocrática* filiada ao Partido Comunista da União Soviética, portanto em desacordo com a Constituição. Uma característica interessante do PCB era o fato de constituir um fator de agregação das diversas facções políticas; todas eram contrárias ao PCB. Acostumados à perseguição, clandestinidade e longa permanência nos cárceres, os comunistas desenvolveram um rígido sistema de disciplina, organização e hierarquia que, no curto período de legalidade, seria de grande valia, rendendo enormes dividendos políticos. Sem qualquer dúvida era o único partido estabelecido e organizado em nível nacional. Por menor que fosse a localidade, situada nos recantos mais distantes do País, lá estavam um militante e uma pequena célula em funcionamento.

Luís Carlos Prestes, o legendário *Cavaleiro da Esperança*, líder incontestável dos comunistas, é anistiado por Getúlio, após permanecer quase 10 anos na prisão, amargando, entre outros momentos, a morte de sua companheira Olga Benário, enviada a um campo de concentração nazista por ordem de Vargas. Desde 1935, os comunistas vinham sendo implacavelmente perseguidos, resultado de uma precipitada rebelião militar, classificada por Mazzo como uma “quartelada idealista, pequeno-burguesa e distante das massas”. A violenta repressão atingiu inclusive São Caetano, onde dois militantes foram presos e executados: o sapateiro Francisco Marques e o gráfico Manoel Medeiros.

Em julho de 1945, já em liberdade, Prestes lança uma surpreendente campanha, abertamente constituísta, sob o slogan: “Constituinte com Getúlio”. O fato surpreende os militantes em pelo menos dois aspectos: tiveram que, rapidamente, reposicionar seu pensamento em re-



Comício de Armando Mazzo e os candidatos de Prestes, em Utinga, Santo André, durante a campanha eleitoral de 1947, rumo à Prefeitura e à Câmara Municipal

lação a Getúlio Vargas e apoiar uma campanha contrária às regras eleitorais que determinava, para dezembro de 1945, a eleição direta para o cargo de presidente da República. Prestes seguia, à risca, as orientações vindas de Moscou para que se evitasse o confronto e se buscassem alianças, suficientemente sólidas, com os setores burgueses progressistas. A aliança com Vargas era o reflexo dessa situação e a forma, vista por Prestes para barrar o golpe de direita que a UDN e setores militares preparavam. Nas bases, essa orientação foi desgastante, criando diversas dissensões, principalmente junto aos setores da classe média e intelectuais engajados na militância.

Ao mesmo tempo, o PTB mobiliza seus quadros para uma campanha igualmente continuista, o *Queremismo*, aos gritos de: "Queremos Getúlio". Em breve comunistas e trabalhistas ganhavam as ruas, numa ação conjunta, pela permanência de Vargas no poder.

A um mês da eleição, o quadro político apresentava-se bastante conturbado, com os candidatos pelo PSD (General Dutra) e UDN (Brigadeiro Eduardo Gomes) em plena campanha pelo País, enquanto comunistas e trabalhistas tomavam as ruas com o *Queremismo*. Vargas acena francamente com medidas nacionalistas (é da época o início da luta pelo monopólio do petróleo, riquezas do subsolo, energia, etc.). O golpe conservador aconteceu em 29 de outubro de 1945, porém é mantido o calendário eleitoral. O PCB, para não ficar alijado da disputa, vê-se obrigado a lançar candidato próprio à presidência, mesmo sem qualquer perspectiva de vitória. O eng^o Yedo Fiuza, que sequer pertencia aos quadros do partido é indicado. Prestes é indicado ao Senado e seria eleito com o maior número de votos entre todos os concorrentes. Por São Paulo, o candidato o senador pelo PCB seria o pintor Cândido Portinari que não conseguiu ser eleito. Entre os deputados federais o PCB elegeu 14 representantes, com destaque para o escritor Jorge Amado, eleito por São Paulo. Em Santo André o candidato Fiuza consegue 30% dos votos, perdendo apenas para Dutra, que seria o novo presidente da República. Na votação por legenda, o PCB ficaria em segundo lugar. (6.834 votos) em Santo André, somente perdendo para a legenda do PTB (10.532 votos). Somando os votos, que poderiam ser classificados como de esquerda (PCB + PTB), chegava-se a um valor surpreendente: 70% dos votos apurados. Um evidente sinal de alerta para as elites locais e presságio do que estaria por vir nas duas eleições marcadas: a estadual (governador e deputados), prevista para janeiro de 1947, e a municipal

SHDL - São Bernardo do Campo

O MUNICIPIO	
ANO I	São Caetano, 22 de Novembro de 1947
N.º 2	
Resultado das eleições no Município de Santo André, segundo dados oficiais que nos foram fornecidos:	
PARA PREFEITO:	
ARMANDO MAZZO	6.483
ANTONIO FLAQUER	4.924
ICARO SIDOW	2.533
LUIZ MEIRA	2.476
NILTON SILVA	1.367
ANTONIO BRAGA	1.222
ARI DORIA	599
LEGENDA	
P. S. T.	4.932 - 7 = sobra 13
P. S. P.	3.700 - 5 = " 5
P. T. B.	2.796 - 4 = " 4
P. D. C.	1.961 - 2 = " 3
U. D. N.	1.816 - 2 = " 2
P. T. N.	1.696 - 2 = " 2
P. S. B.	1.068 - 1 = " 1
P. S. D.	950 - 1 = " 2

Manifesto publicado no jornal o Município, em 22 de novembro de 1947 defendendo a posse de Armando Mazzo e João Sanches e convidando para "o grandioso baile em homenagem aos vereadores João Sanches e Antonio Nogueira, ambos eleitos por São Caetano".

(prefeito e vereadores), para novembro do mesmo ano.

Ao aproximar-se a data das eleições estaduais, a força do PCB é visível por todos o País, muito mais nos centros industriais. Sua militância era estimada em 200.000 elementos. Editava diversos jornais, inclusive dois diários de distribuição nacional: *Imprensa Popular*, no Rio de Janeiro, e *Hoje*, em São Paulo.

Em Santo André, o PCB alugara uma casa no começo da Avenida Industrial, bem próxima à estação ferroviária. Nesse local, onde circulava enorme quantidade de trabalhadores humildes, desenvolve amplo trabalho de formação de quadros, as chamadas "células" que irão se multiplicar pelas fábricas, sindicatos, organizações populares, escolas e, principalmente, na esquecida e empobrecida periferia, que não parava de crescer e sofria toda a espécie de desprezo e indiferença por parte do Poder Público. O nome de Mazzo, como candidato a deputado estadual, começa a surgir exatamente junto a esses segmentos populares, conscientes do poder que representavam, em face do grande contingente eleitoral que passavam a constituir. A candidatura de Mazzo não era bem vista pelos burocratas do Comitê Central do Partido, em especial por Arruda Câmara, que desprezava e temia o espontaneísmo das massas em relação ao candidato-operário. Para Arruda, o papel do comunista era conduzir as massas e não ser conduzida por elas. O apoio popular porém, era de tal intensidade que a candidatura se consolida, levando Mazzo a receber quase 50% dos votos dos eleitores do ABC. Assim, o humilde marceneiro, despojado de instrução, a não ser aquela aprendida na dureza da vida, chegava à Assembléia Legislativa, tornando-se o primeiro deputado eleito pela região. Ainda mais, integrava a lista dos 10 deputados mais votados em todo Estado de São Paulo. Nomes famosos da política local foram derrotados, contando escassos votos como: Armando de Arruda Pereira, José Flaquer e o prefeito-interventor Carvalho Sobrinho, que somariam modestos 425 votos.

SHDL - São Bernardo do Campo

MANIFESTO

A "Comissão pró Candidatura João Sanches", finda a campanha eleitoral, que culminou com a eleição de uma bancada majoritária de candidatos de Prestes e do deputado Armando Mazzo, para prefeito municipal, dirige-se a todos que a honraram com o seu apoio moral e material para agradecer, em nome de todos os que se batem pelo progresso e bem estar do município.

Após a pugna eleitoral, uma nova e ingente tarefa se apresenta frente a todos os democratas. É preciso concretizar a vitória popular em nosso município, com a organização do povo em torno de seu prefeito, a fim de possibilitar ao mesmo uma administração progressista e eficiente, pois é sabido que será impossível ao prefeito governar bem, sem o apoio e colaboração popular. Além disso, fóra do âmbito estritamente municipal, outra tarefa urge que todo o nosso povo realize. É a resistência organizada contra todos aqueles que pretendem cassar os mandatos dos legítimos representantes do povo. A cassação dos mandatos significaria um golpe tremendo em nossa Constituição, seria arrancar do parlamento os mais intransigentes defensores dos direitos e reivindicações de nosso povo.

Finalizando apelamos ao povo que compareça no próximo sábado, dia 29, ao grandioso baile em homenagem aos vereadores João Sanches e Antonio Nogueira.

"A COMISSÃO PRÓ CANDIDATURA JOÃO SANCHES".

O resultado final das eleições de 9 de novembro de 1947, no jornal o Município de São Caetano

Para o cargo de governador foi eleito o ex-interventor no governo, Adhemar de Barros, em esdrúxula composição entre seu pequeno partido o PSP (Partido Social-Progressista) e o PCB. Graças a um persistente trabalho, junto aos prefeitos e vereadores do Interior do Estado, favorecidos ao tempo de sua interventoria e, o apoio dos comunistas nos centros industrializados, conseguiu Adhemar derrotar três candidatos de grande peso: Hugo Borghi (PTB); Mário Tavares (PSD) e Antonio de Almeida Prado (UDN). De quebra, vingava-se da oligarquia paulista, responsável por seu afastamento em 1941 e que negou-lhe apoio quando se apresentou como candidato ao governo. Para tais setores e para o próprio Vargas, Adhemar era carta descartada no quadro político. Nova derrota das elites. No ABC, a vitória da chapa comunista-adhemarista foi arrasadora, totalizando 60% dos votos. Além de Mazzo, 11 comunistas foram eleitos para a Assembléia Legislativa. Novo sinal, indicando o que estaria por vir nas eleições municipais que se aproximavam.

Para Adhemar, a situação política era extremamente delicada, pois derrotara os candidatos de Dutra, de Getúlio e, ainda por cima, um digno representante de uma família quatrocentona, um Almeida Prado. Isso tudo sem contar o explícito apoio dos comunistas, que iriam compartilhar o poder no Estado mais importante da federação.

Setores conservadores poderosos (industriais, militares, o clero, a imprensa udenista) passam a pressionar Dutra e boatos de intervenção federal em São Paulo circulam abertamente. Ao mesmo tempo, Dutra esquece dos preceitos constitucionais e dá início à repressão aos comunistas. A CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil) é fechada e substituída pela CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). Em mais de 400 sindicatos ocorre a intervenção, com a substituição dos dirigentes por pelegos. Em Santo André, toda a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos é substituída por seguranças da Laminação Nacional de Metais. Esperto, Adhemar aproveita o clima político, rompe os acordos políticos e parte para a repressão aos antigos aliados. Em 20 de outubro de 1947, Dutra rompe relações com a União Soviética e o PCB é colocado na ilegalidade. Em 29 de outubro, todos os deputados e o senador Prestes têm o mandato cassado. Mazzo encontrava-se licenciado do cargo, substituído pelo suplente, o internacionalmente famoso físico Mário Schemberg. Encontrava-se o marceneiro cuidando dos preparativos de sua campanha eleitoral à Prefeitura de Santo André.

A Caminho da Prefeitura

Cassada a legenda do PCB, Mazzo e companheiros de chapa vão buscar refúgio num inexpressivo partido, que em nível nacional pre-

tendia ser para Dutra o mesmo que o PTB para Vargas. Era o PST (Partido Social-Trabalhista) que, anteriormente, com o nome de Partido Proletário do Brasil, preparava-se para disputar sua primeira eleição. A chapa de Mazzo foi apresentada ao Tribunal Regional Eleitoral e o registro aceito, embora outras legendas apresentassem recurso em contrário, por ser o candidato a prefeito reconhecidamente comunista. O TRE manteve a decisão e a campanha dos *candidatos de Prestes* ganhou as ruas do ABC. A candidatura de Mazzo vinha respaldada de amplo consenso entre as inúmeras células do partido na Região, estimada pelo jornal *Hoje* em 19 (sendo 11 em São Caetano e 8 em Santo André). Os militantes, sem contar os simpatizantes e auxiliares, era estimados em mil.

“Nem parecia uma campanha eleitoral”, afirma Mazzo em seu livro. “Foi uma bela e grande festa popular. Os comícios-relâmpago, as cantorias nas praças, as visitas às portas de fábricas e aos bairros, a propaganda nos trens — tudo isso era muito alegre.”

Um jornal — *Santo André e seus problemas* — foi preparado e amplamente divulgado, levando à população as propostas do programa mínimo dos candidatos de Prestes. Diversas iniciativas, inovadoras para a época, estavam ali definidas: construção de um mercado municipal; construção do hospital municipal e maternidade; construção de casas populares; escolas em todos os bairros; adoção do passe escolar; criação da biblioteca pública e a construção do Paço Municipal. Um compromisso, inédito por partir de um candidato a Prefeito, chamava atenção e aparecia no *Programa Mínimo*: Autonomia do Distrito de São Caetano e sua elevação a Município. Essa postura, evidentemente, era reflexo dos sinais de descontentamento da população de São Caetano e de pleno conhecimento da militância local. Outras medidas, de relevância para a economia municipal, eram propostas: estímulo ao pequeno industrial, rebaixamento dos impostos que incidiam sobre o pequeno comércio e a legalização da posse da terra destinada ao cultivo, a fim de aumentar a produção agrícola no Município. Enfim, não se tratava de uma simples aventura política; apresentavam-se os candidatos comunistas com uma consistente plataforma de governo. Aliás, a única entre os sete nomes que entraram na disputa.

Do outro lado, os políticos conservadores apresentavam-se atolados no quadro mais confuso possível. Sem proposta, digladiavam-se por causa de nomes e interesses, sem qualquer avaliação da nova situação sócio-política que se apresentava, após oito anos da ditadura do Estado Novo. Desde o início de 1947, despontava a candidatura de Antonio Flaquer, figura conhecida na política local, tendo, inclusive, em 1936, exercido o cargo de presidente da Câmara Municipal. A pretensão de *Tonico* Flaquer era a de conseguir sair candidato pela legenda do PSP, do governador Adhemar de Barros, agora depurada da incômoda presença dos comunistas. A legenda, entretanto, ficaria com um íntimo colaborador do governador (Antonio Braga) que nas urnas seria o sexto colocado. Flaquer sairia candidato pelo pequeno PDC (Partido Democrático Cristão) levando como cacife a tradição da família Flaquer no Município.

O médico e pesquisador da história local, Octaviano A. Gaiarsa, eleito naquele pleito vereador pela UDN, vinha alertando, segundo seu depoimento, quanto ao necessário e imperativo congraçamento das correntes moderadas e de direita(...) diante de números e tendências que predominavam gritantemente até no cenário nacional e especialmente no âmbito municipal (4).

Na imprensa local, noticiava-se que o ex-interventor Carvalho Sobrinho manobrava junto às autoridades federais no Rio de Janeiro no sentido de Santo André ser transformada em *base militar*, evitando, dessa forma, a realização de eleições. Na edição de 24 de agosto de 1947, o *Jornal de São Caetano* denuncia a manobra em matéria intitulada “Golpe contra o Município” e cita, como fonte, notícia publicada em *O Globo*.

Indecisões e manobras à parte, era realidade que os segmentos que poderiam contrapor-se a Mazzo anteviam o desastroso resultado que as urnas iriam lhes reservar. Novamente recorremos ao texto de Octaviano Gaiarsa para a descrição do quadro eleitoral: “O PTB e o PTN vinham alimentando e sustentando uma candidatura local para o cargo de prefeito(...) Na convenção de outubro, manejados por figura política de projeção fora de Santo André, os convencionais optaram por uma candidatura desconhecida até aquela data, sendo aliado o concorrente que já se preparava há vários meses. A UDN(...) não querendo lançar candidato próprio(...) preferiu acompanhar o engenheiro Luís Meira, já apontado pelo



Lembrança da cerimônia de posse de Armando Mazzo na Prefeitura de Santo André, em 1º de janeiro de 1948: a posse que não aconteceu

PSP, há alguns meses. O apoio da UDN não consolidou, dentro do PSP, a candidatura do engenheiro. Foi lançado outro candidato que, sucessivamente, foi substituído por outro de menor receptividade. Diante dos fatos, a UDN e dissidências do PTB e PTN, aliadas a outros elementos do PSP, lançaram manifesto excluindo-se das consequências maléficas de uma política que estava arrastando o Município para agitações prejudiciais à ordem e segurança do Município”.

Na edição de 26 de outubro de 1947, trata do assunto o *Jornal de São Caetano*, afirmando que “oito candidatos se apresentam, inclusive duas aves de arribação, o que significa meio caminho andado para a vitória de Armando Mazzo que, se consumada, seria o estopim para um movimento reacionário”.

Faltando uma semana para o pleito, volta o jornal ao assunto, ao analisar o perfil dos diversos candidatos, deixando evidente sua preferência por Flaquer. Com referência a Mazzo, lança uma dúvida que muito em breve se transformaria em polêmica realidade. Alertava o jornal para a possibilidade de a direção nacional do PST cancelar o registro da candidatura de Mazzo e companheiros. Para o *Jornal de São Caetano*, tal fato seria muito natural, pois “o PST nasceu para apoiar Dutra e combater o comunismo e o seu presidente, senador Vitorino Freire, já declarou aos jornais que está tratando do cancelamento do registro de todos os comunistas inscritos sob a legenda do PST”.

Efetivamente, em 6 de novembro (três dias antes da eleição), o presidente do PST entrou com representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral para que não se considerassem os atos do diretório no Estado de São Paulo, haja vista não estarem aprovados pelo diretório Central.

Como a representação nada afirmava em relação aos candidatos propriamente ditos, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) manteve o registro, ficando os concorrentes, se eleitos, na pendência da decisão posterior do TSE. Realizada a eleição, em 9 de novembro, a vitória de Mazzo e companheiros foi ampla. Além do cargo de prefeito, os comunistas ficaram com 13 das 31 vagas ao cargo de vereador. Dos 13 vereadores eleitos, quatro eram candidatos por São Caetano: João Sanches, morador no Bairro Monte Alegre e apoiado por segmentos da colônia espanhola; Augusto Corsato, representante dos operários da fábrica de louças *Adelina*; José Benedito de Oliveira, operário metalúrgico; e Antonio Fabiano Nogueira Júnior, trabalhador no comércio do Bairro Monte Alegre.

O quadro final apresentou o seguinte resultado:

- 1º Armando Mazzo (PST) — 6.483 votos (33,1%);
- 2º Antonio Flaquer (PDC) — 4.924 votos (25,1%);
- 3º Icaro Sidow (PTB) — 2.533 votos (12,9%);
- 4º Luiz Meira (UDN) — 2.476 votos (12,6%);
- 5º Nilton Silva (PRP) — 1.367 votos (7,0%);
- 6º Antonio Braga (PSP) — 1.222 votos (6,2%);
- 7º Ari Dória (PSB) — 599 votos (3,0%)

Armando Mazzo e os 13 vereadores do PST foram diplomados pelo TRE em 19 de novembro de 1947. A posse estava marcada para 1º de janeiro de 1948. Teriam, agora, pela frente quarenta dias dramáticos de lutas contra as diversas facções que, derrotadas, finalmente se uniam para evitar que a posse acontecesse.

Em 18 de novembro o jornal *Classe Operária*, editado no Rio de Janeiro, alertava no sentido de que a vitória de Mazzo “tem que ser assegurada pela mobilização das massas em apoio ao seu prefeito (...) Para isso tornar-se necessário continuar, com energia cada vez maior, na luta em defesa da Constituição, em defesa dos mandatos parlamentares, contra as investidas dos que querem ver nossa pátria reduzida à miserável colônia do imperialismo ianque”.

Na edição de 22 de novembro o jornal *O Município* publica manifesto da comissão pró-candidatura João Sanches, alertando para a necessidade de mobilização popular para a concretização da vitória e “a resistência organizada contra todos aqueles que pretendem cassar os mandatos dos legítimos representantes do povo”.

A imprensa praticamente silenciou sobre o assunto nos momentos críticos que antecederam o dia da posse. Em *O Município*, de 6 de dezembro, aparece um texto alertando para o fato de que “a Ford, após o resultado das eleições, resolveu sustar seus planos de instalar-se no Município” e acrescentava que havia “a possibilidade de o governo federal declarar Santo André zona estratégica, em face da instalação de uma grande refinaria e destilaria de petróleo, em terrenos já adquiridos

nas circunvizinhanças de Capuava”.

A defesa mais contundente dos eleitos, contudo, viria por parte do *Jornal de São Caetano*, órgão fundado em 28 de julho de 1946 com o objetivo primordial de lutar pela autonomia de São Caetano. Embora não comungasse com as princípios ideológicos dos candidatos eleitos, expressava, com coerência e firmeza, sua posição pelo respeito à Constituição e às regras eleitorais. Nessa coerência, em defesa dos princípios democráticos, é evidente a presença do sempre lembrado jornalista Valter Thomé.

Em 30 de novembro o JSC publica editorial sob o título: “Conformem-se os ineptos e ambiciosos”. Nesse artigo, destaca-se o seguinte trecho:

“A vontade do povo deve ser respeitada, mesmo que desgraçadamente ela se incline para o comunismo. Porque se tal acontecer, estar-se-á negando aos que sufragaram os candidatos comunistas o direito de voto, assegurado a todos os brasileiros, indistintamente pela Constituição Brasileira”. Na mesma edição, enfatiza que “as eleições foram livres e honestas, não devendo ninguém anular a escolha do deputado comunista (...) Os políticos locais devem saber perder, concordando que ninguém pode falar mais alto que o resultado das urnas”.

Essa corajosa postura do *Jornal de São Caetano* traria, no futuro, problemas políticos para os simpatizantes da autonomia. Acusados de envolvimento com comunistas, tiveram que prestar depoimento junto ao DOPS, em São Paulo, em 7 de abril de 1948. A manchete da edição de 30 de novembro de 1947, do *Jornal de São Caetano*, reflete o clima que estava sendo armado na cidade:

“Santo André tomada de assalto — O Prefeito Maluf à frente da desordem.” Refere-se a matéria ao fato de que “Santo André apresentava-se como cidade em tempo de guerra no sábado e domingo passados. Cavalariados e tiras recrutados em São Paulo apossaram-se da cidade para impedir a passeata de regozijo e protesto dos marxistas. Curiso e comicamente, quiseram sustar a passeata não permitindo que ninguém ficasse parado nas ruas. Quer dizer: obrigavam o povo todo a passear, quando só os comunistas queriam fazer isso.” A mesma edição noticia a prisão do jornalista Zvi Strauch do jornal *Hoje* e a agressão sofrida pelo redator do jornal *O Município*, Severino Alves Guimarães, opositor do prefeito Alfredo Maluf. Para o *Jornal de São Caetano*, o atual prefeito era um caso de vocação errada: “Ele deveria ser delegado de polícia, e não prefeito. E delegado de má qualidade.” Curiosamente, logo a seguir, assumindo o cargo de vereador, Alfredo Maluf iria participar intensamente da causa autonomista.

Às vésperas da posse, em 14 de dezembro, o *Jornal de São Caetano* volta à carga, com dois textos em defesa da ordem constitucional. O primeiro sob título “O Parlamento não pode sucumbir” atenta o jornal para que “Só os ingênuos poderão acreditar que a incursão ditatorial do atual governo se restrinja à cassação dos mandatos comunistas. Esse atentado nada mais representará que um elo na corrente de atos antidemocráticos da gestão do General Dutra, pois cesteiro que faz um cesto, faz um cento”. No segundo, sob o título “Os eleitos devem ser empossa-



Mazzo discursa junto aos trabalhadores da Matarazzo no Bairro da Fundação, em São Caetano do Sul. A foto é de setembro de 1954. Após o discurso, Mazzo seria preso juntamente com os jornalistas presentes ao ato

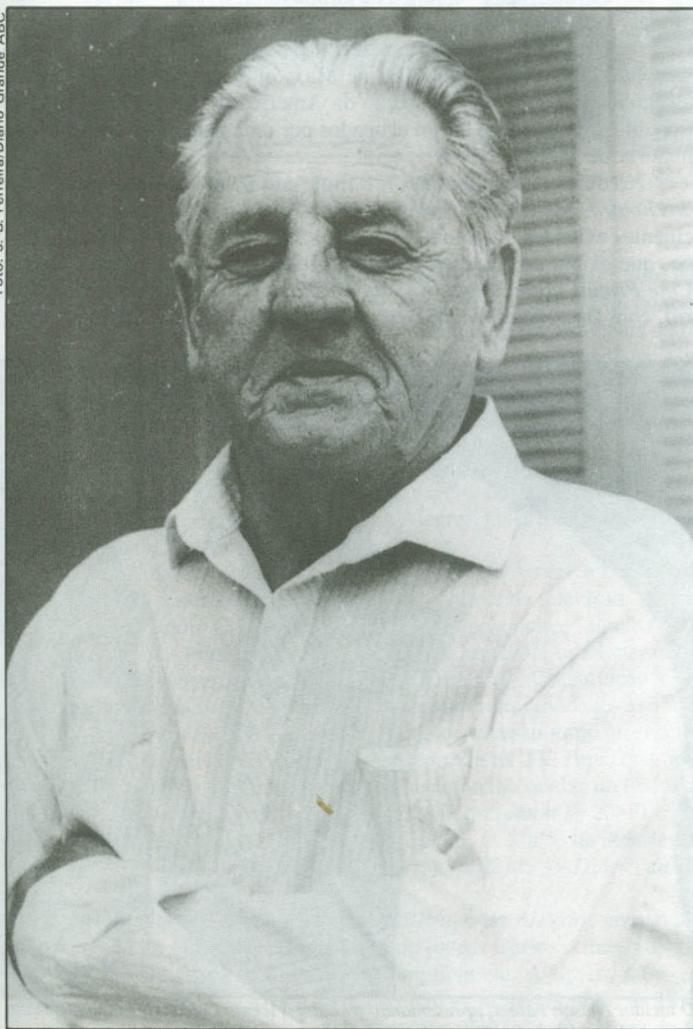
dos”. lembrava que “seria não apenas injusto, mas indecoroso que, derrotados no Tribunal, o Sr. Mazzo e seus vereadores, fosse automaticamente resolvido o caso, com a ascensão dos imediatamente mais votados”.

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral, em relação à polêmica criada quanto à legalidade ou não da inscrição da chapa comunista, viria apenas na véspera da posse em 31 de dezembro, quando, como descreveu o *Jornal de São Caetano* na edição de 11 de janeiro de 1948, estavam sendo feitos os preparativos “para receber condignamente o ano de 1948”.

A decisão do TSE foi polêmica, o resultado da votação foi de 4 votos contra 2, pela “inexistência do registro dos candidatos” dando provimento aos recursos interpostos pelo PST, PSP e PDC, este último favorecido pela decisão, já que não se tratando de anulação da eleição, assumiria o segundo colocado, Antonio Flaquer, detentor de 25% dos votos.

Dessa decisão recorreram diversos partidos, entre eles o PSD, UDN e PSB, exigindo uma nova eleição. Amparado na legislação eleitoral, o TRE pronunciou-se pela manutenção dos resultados, argumentando que para tanto seria preciso que a nulidade atingisse mais da metade da votação.

Decidida a anulação dos votos dos *candidatos de Prestes* e recalculados os quocientes de cada partido, caberia a São Caetano ter 10 representantes na Câmara Municipal: Armelindo Franchini, João Relá e Antonio Dardis Neto pelo PSP; João Dal’Mas, Lauro Garcia e Odilon Conceição pelo PDC; Verino Segundo Ferrari pelo PTB; Anacleto Campanella pela UDN. Geraldo Benincasa pelo PTN, e Eduardo Ferrero pelo PSD.



Armando Mazzo em 1989, aos 76 anos, fotografado em sua casa em Poá

O primeiro dia do ano de 1948 não foi dos mais festivos para Santo André. Na Câmara Municipal era dada posse a Antonio Flaquer e aos vereadores. Do lado de fora, a situação era confusa e intranquila. Segundo o *Jornal de São Caetano*, de 11 de janeiro, Mazzo e companheiros, recebidos com gritos de apoio dos populares, tentaram entrar no recinto, mas foram impedidos pela polícia. Choques começaram a ocorrer. Com a utilização de jatos d’água, a Rua Coronel Alfredo Flaquer foi evacuada. A imprensa de São Paulo, em suas edições de 3 de janeiro noticiara os acontecimentos. A *Folha da Manhã* mencionou a explosão de bombas. O *Estado de S. Paulo* citou a ocorrência de tiros e a prisão de diversas pessoas, todas encaminhadas ao DOPS. Mazzo, em seu livro, fala da presença de mais de mil pessoas nos protestos, mas reconhece: “Falhamos em não ter mobilizado o povo”. Mazzo conseguiu escapar, mas seria preso em breve.

Para ele e seus companheiros, só restava o retorno à clandestinidade. Alguns abandonaram definitivamente a política. Outros procuraram refúgio em outros Estados. Mazzo, ao contrário, manteria sua fidelidade aos princípios comunistas até o final da vida, em 15 de maio de 1990.

Amargou, no Partido, tarefas de menor importância; esteve estudando em países socialistas, e manteve sérias divergências com algumas lideranças importantes do Partido. Finalmente, foi afastado de seu cargo no Comitê Central, praticamente a antecipação de uma futura expulsão. Privado dos minguados cruzeiros, fornecidos pelo Partido, é obrigado a sobreviver em pequenos empregos, inclusive como jornalista em São Paulo.

Em meados de 1984, é localizado pelo jornalista e pesquisador Ademir Médici, morando em uma modesta construção na periferia de Poá, ao lado da esposa e antiga militante, Aurora. Em 1986, vamos encontrar seu nome, e o de Aurora, num contundente documento, apelando pela unificação das diversas facções comunistas em um único Partido. A chama dos velhos militantes continuava acesa. O Partido agonizava, pulverizado em facções e incapaz de atrair novos simpatizantes, fruto dos longos anos de repressão externa e interna, do centralismo das decisões, do culto à personalidade dos dirigentes e uma incrível capacidade de cometer equívocos nos momentos políticos decisivos.

O sonho de Mazzo não vingou naquele momento. Mas também não morreu. O ideal libertário e igualitário é inerente ao ser humano. Enquanto persistir a desigualdade, estará viva a chama que indica o caminho, dá esperança e sentido ao homem. Aquele episódio em Santo André deixou registrada amargas lembranças e uma cruel lição.

Naquele singular momento de nossa História recente, naquele espasmo de democracia, até ao mais humilde operário foi assegurada a liberdade de participação no jogo político. Havia, entretanto, um único senão: não podiam vencer.

Notas

- (1) Mazzo, Armando — *Memórias de um militante político e sindical no ABC*, São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal, 1991.
- (2) A elaboração deste artigo somente foi possível graças à colaboração do jornalista e pesquisador Ademir Médici, que, generosamente, nos permitiu a utilização de documentos e informações acumulados ao longo de vários anos para uma futura edição referente a Armando Mazzo e à eleição municipal de 9 de novembro de 1947.
- (3) Gattai, Zélia — *Anarquistas, graças a Deus*, Rio, Editora Record, 1979.
- (4) Gaiarsa, Octaviano A. — *A cidade que dormiu três séculos*, Santo André, Prefeitura Municipal, 1968.

(*) Antonio de Andrade, natural de São Caetano do Sul, é formado em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul. É pós-graduado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, e em Administração Pública, pela Universidade de Manchester, Inglaterra. Possui Mestrado em Comunicação Social pelo Instituto Metodista de Ensino Superior, exerce atividades profissionais na Cetesb. É membro do Grupo Independente de Pesquisas da Memória do Grande ABC e do Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

ZYR-41, Rádio Cacique

Valdenízio PETROLI (*)

Acervo Carlos Cyrillo Neto



O índio era o símbolo da rádio de São Caetano do Sul

■ ■ Senhoras e senhores, neste exato momento encontram-se na entrada do auditório da ZYR-41, Rádio Cacique de São Caetano do Sul, o ilustre deputado Ulysses Guimarães, que se faz acompanhar do sr. Alcides Cyrillo, diretor-presidente desta emissora, do prefeito Oswaldo Samuel Massei e do presidente da Câmara Municipal, vereador Concetto Constantino, além de várias autoridades civis, militares, eclesiásticas e inúmeros convidados..."

Com essa fala de abertura, o conhecido locutor das Emissoras Cacique, Ferraz Franco, dava início às solenidades de inauguração da Rádio Cacique de São Caetano. A solenidade fazia parte do calendário de festejos dos 81 anos da chegada dos primeiros imigrantes italianos e 10 anos de emancipação política. Era o dia 28 de julho de 1958, uma segunda-feira, feriado municipal. Contudo, a emissora do *Índio* já vinha funcionando em caráter experimental, desde o dia 29 de julho daquele ano. (1)

O auditório localizava-se no segundo andar do prédio situado na Rua Santa Catarina, 97, bem no centro da cidade. Na parte fronteira foi descerrada um placa de bronze dando o nome do deputado Ulysses Guimarães ao auditório. O diretor do Jornal de São Caetano, jornalista Walter Thomé, que estava presente registrou, o acontecimento, relatando que o gesto de Alcides Cyrillo, "de mandar colocar o nome daquele ilustre deputado federal no auditório da rádio, teve por fim homenageá-lo pela nobre conduta de homem público". Segundo o advogado Carlos Cyrillo Neto, filho de Alcides Cyrillo, o deputado Ulysses Guimarães era considerado patrono das Rádios Caciques, porque, quando presidente do Congresso Nacional, conseguiu junto à Comissão Técnica de Rádio as concessões das emissoras. (2).

O homenageado discursou e referiu-se ao aniversário da cidade e ao papel de "importância que o Município desempenha nos cenários industrial, comercial e econômico de São Paulo e do Brasil". O prefeito

Oswaldo Massei, por sua vez, declarou sentir-se orgulhoso "em ver agora completado, com a instalação de uma rádioemissora, o quarto poder no Município, representado pela imprensa". Os vereadores Silas Rodrigues, João Anhê, Nilo Ribeiro de Figueredo e Antonio Bovolenta assistiram a tudo, ao lado do deputado Ulysses Guimarães.

A transmissão da festa de inauguração foi iniciada às 19h, interrompida 30 minutos depois para dar lugar à transmissão do programa governamental *A Voz do Brasil*, pela Agência Nacional, diretamente da Capital Federal, Rio de Janeiro. Porém, os presentes permaneceram no local, onde foi servido um coquetel. Meia hora depois, iniciava-se o *Big Show* de inauguração, no auditório do Cine Max.

Para evitar filas e tumultos de última hora, a *Rádio Cacique* antecipou a venda de ingressos para o *Big Show*, que custavam 50 cruzeiros para lugares numerados e 20 cruzeiros para os sem números, respectivamente. Os 2.190 lugares do Cine Max, que se orgulhava de possuir a segunda maior tela de projeção da América do Sul (depois do Cine República, na Capital) foram ocupados por uma platéia feminina, na sua maioria de jovens.

No dia anterior (domingo), o filme cartaz no Cine Max foi *A casa dos homens marcados* e *Sonho do Zorro*. o *Cine Max* era um dos quatro cinemas existentes em São Caetano do Sul. Os demais eram: *Cine Urca*, que exibiu os filmes *Fantasma do General* e *Emboscada Sinistra*; *Cine Primax* com *Sangue Ardente* e *Chama de Calcutá*; e *Cine Victória*, com *De Pernas pro ar*, com a dupla Ankito-Grande Otelo e, ainda,

Acervo Carlos Cyrillo Neto



O locutor Nelson Palma, apresentando o cantor Vicente Celestino — que fez muito sucesso com a música *Tornei-me um êbrio*, cujo tema chegou a ser novela do Canal 5, Organização Victor Costa —, em foto dos anos 50.



Ângela Maria, apelidada pelo ex-presidente Getúlio Vargas de **Pequena Sapoti**, era presença obrigatória nos shows de aniversário da Rádio Cacique, como nesta foto, sem data.

Renata Fronzi, Renato Restier, Darcy Costa, Emilinha Borda, Caubi Peixoto e Nelson Gonçalves, dirigido por Victor Lima o evento foi concorrido porque; afinal, naquela noite se apresentaram os principais astros da rádiofonía paulista e brasileira, como Cauby Peixoto, Ivon Cury, Cinderela, Trio Tropical, Carlos Galhardo, Duo Guarujá, Neide Pereira e Míriam Celeste. Foram apresentados, também, artistas de São Caetano, como Rubens Torosian, Irmãos Dompierri, Carmem Garcia e Suzana Camargo. Estava presente, ainda, Maria Aparecida Alves, radio-atriz da *Rádio Piratininga*, Orlando Gazetti, ator e comediante de *Rádio Independência* e o cronista artístico Enrique Alegret. Os artistas foram acompanhados pelo conjunto *Imperial de Ritmos*.

Tânia Amaral, a primeira Misse Televisão da América Latina, que se encontrava afastada há alguns tempo do rádio e da televisão, atendeu ao convite da Rádio Cacique e interpretou, naquela noite, “algumas consagradas páginas musicais de seu repertório”. Em 1958, funcionavam em São Paulo três canais de televisão: TV-3 (Tupi), TV-5 (Organização Victor Costa) e TV-7 (Record). As emissoras iniciavam suas atividades às 17h00, geralmente com desenhos, sendo os de maior sucesso junto às crianças o *Pica-Pau*. A maior audiência era concentrada na TV Tupi, que apresentava às 19h45 o *Repórter Esso* — “a testemunha ocular da história”.

No dia 28 de julho de 1958, a TV Tupi apresentou às 20h10 o programa *Circo Bom Bril*; às 20h45, *Dom Camilo*; às 21h15, *Varietades Sadias*; às 21h35 — *Grande Teatro Windsor*, e às 23h15 — *Diário de São paulo na TV*.

O Canal 5 apresentava às 20h00 a *Praça da Alegria*, comandada por Manoel da Nóbrega, com a dupla de jovens Carlos Alberto da Nóbrega e Ronald Golias e Canarinho, Simplício etc. A seguir, a programação era: às 20h25 — *Artigo do dia*; 20h30 — *Katina Banieri*; às 21h00, *A noite é de Garbo*; às 22h45, *Sem Censura*; às 22h10, *Em nome da lei*; e às 22h35, *Telejornal União*.



Em 1958, Cauby Peixoto foi a principal atração da festa de inauguração da Rádio Cacique. Ele retornaria à cidade em 1964, realizando num só dia três shows nos Cines Urca, Max e Primax.



Começo dos anos 60: entrega do Troféu Cacique, no antigo Cine Max, prêmio instituído pela Rádio Cacique. O apresentador oficial da premiação era João Anhô, titular do programa *Cacique nos Esportes*. Aos fundos, o gerente João Nunes d'Almeida.

A Televisão Record, fundada em 27 de setembro de 1953, a segunda emissora a entrar em funcionamento no Brasil, apresentava, às 20h05, *Ivon Cury*; às 20h30, *Cirandinha*; às 21h00, *Ford na TV*; às 21h40, *Sob a Luz dos Refletores*; às 22h30, *Bolada Aymoré*; e às 22h45, Última Edição.

O show foi transmitido pela Rádio Cacique de São Caetano do Sul, em rede, com as suas co-irmãs de Sorocaba, Taubaté e Santos, pelo animador Enzo de Almeida Passos, e João Nunes, sendo que a parte comercial foi anunciada pelos locutores J. Carvalho e Nelson Palma. Toda a coordenação ficou sob a responsabilidade João Nunes e Mário Porfírio Rodrigues, presidente da Comissão Municipal de Festejos, em 1958.

O semanário *News Seller* (atual Diário do Grande ABC) — que surgiu dois meses antes da inauguração da Rádio Cacique — deu o seguinte destaque ao show: “Um dos aspectos pitorescos da bizzarria foi oferecido pelas chamadas macacas de auditório. Essas senhoritas (engraçadinhas), que se assemelham bastante às modernas *play girls*, no afã de fazer estardalhaço e abraçar seus ídolos, em dado momento tentaram, inclusive, atravessar o compartimento reservado à imprensa e que dava acesso aos camarins dos artistas. No entanto, foram contidas pelos guardas, e tudo correu na santa paz de Deus”.

Em 1958, *A Era do Rádio*, as principais emissoras de rádio que funcionavam em São Paulo eram Bandeirantes, Piratininga, Cometa, Record, Nacional, Panamericana, Nove de Julho e Gazeta.

Acervo V. Petrolli

CARNAVAL SENSACIONAL A PARTIR DO PROXIMO SABADO NA

RADIO CACIQUE

(Rua Santa Catarina 97, 2.º andar)
SOIRÉES COLOSSAIS nos dias 27, 28, 29 de fevereiro e 1.º de março.
Matinéas infantis, nos dias 28 de fevereiro e 1.º de março

O MENOR PREÇO DA CIDADE, PARA O MAIOR CARNAVAL DE TODOS OS TEMPOS

(Convites pelo Fone: 42-2044)

O Carnaval “Cacique” será o maior da cidade

ANIMAÇÃO DA ORQUESTRA DO RUBENS, Troféu “Cacique”, como o melhor conjunto do ABC

Propaganda dos carnavais populares, publicada pelo Jornal do Lar, em 20 de fevereiro de 1960.

Num estudo comparativo, o rádio foi o veículo de comunicação de massa que mais se desenvolveu no Brasil: de 1923 a 1930, existiam 13 emissoras; de 1931 a 1940, 56; de 1941 a 1950, 255; de 1951 a 1958; 189; e de 1957 a 1960; 169 emissoras. Nesse último período, das 169 emissoras existentes, quatro já estavam funcionando no Grande ABC. (4)

O professor Mauro Almeida, da PUC de Pernambuco, em seu trabalho “A Comunicação de Massa no Brasil”, ressalta que “a melhor época do rádio brasileiro se deu na década dos 50, quando realizava um *broadcasting* moderno, com a utilização de enormes casts de cantores, músicos, rádio-teatro, etc”. Na região, as emissoras procediam da mesma forma com a realização de programas de auditório e grandes shows públicos. Entre todas as emissoras da região, a Rádio Cacique de São Caetano foi aquela que mais shows realizou, utilizando-se para isso do Ginásio de Esportes do Lauro Gomes ou da Concha Acústica, no centro da cidade.

Contudo, com o advento da televisão, o rádio sofreu um grande declínio, porém reagiu nos anos 70, através de uma programação mais bem cuidada e mais coerente com o gosto do ouvinte: “Tal comportamento pode ser comprovado através do fato de que, em 1960, a média de rádio-receptores desligados era de 74%, enquanto em 1965 essa média havia caído para 40%”. Nos dias atuais, o rádio continua sendo o mais popular meio de comunicação. Os programas de auditório — o carro-mestre — foram substituídos pela dinâmica do radiojornalismo. (5)

No Grande ABC funcionavam, em 1958, além da Rádio Cacique, mais três emissoras: Rádio Clube de Santo André (ZYZ-73, 1.440K), Rádio Emissora ABC (ZYR-82, 1.590K) e Rádio Independência (ZYW-5). A Rádio Clube entrou em funcionamento, oficialmente, no dia 8 de abril de 1953, durante os festejos do IV Centenário da fundação de Santo André da Borda do Campo. A sua instalação e funcionamento em caráter provisório teve início em agosto de 1951. A concessão era do deputado estadual Gabriel Migliori (PTB), que vendeu a emissora

Acervo João Anhê

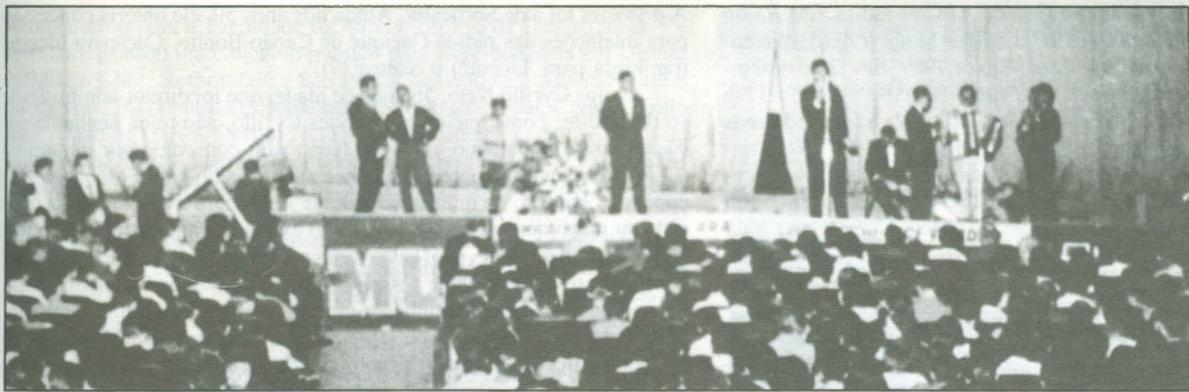


O programa Cacique nos Esportes teve início dias antes da inauguração oficial da Rádio Cacique. Diversos locutores famosos passaram pelo programa. Na foto, aparecem, da direita para a esquerda, João Bresciani, Nelson Robles, João Anhê, (?)

Arquivo



O jornalista Walter Thomé acompanhou a instalação da Cacique



Um dos shows da Rádio Cacique, no Cine Urca, em foto sem data.

para o jovem locutor da rádio Panamericana Oswaldo Gimenez, que se tornaria, depois, prefeito de Santo André e deputado federal pelo PTB. Gabriel Migliori foi um grande batalhador pela autonomia de São Caetano do Sul, tornando-se um dos líderes autonomistas.

A Rádio Emissora ABC começou a operar em setembro de 1954, em Santo André, de propriedade de Luiz Quentel, que mais tarde a venderia para os atuais donos, Newton Spíndola e Antonio Constantino. A Rádio Independência (atual *Nova Diário*) entrou em funcionamento no dia 31 de maio de 1954. A emissora foi transferida da cidade de Capivari, interior de São Paulo, para São Bernardo do Campo, pelo proprietário Milton Guindetti. Em 1961, foi vendida para Nelson Arruda, e tornou-se a 28ª rádio da rede de Emissoras Unidas. Foi adquirida pelo Grupo *Diário do Grande ABC*, em 1969.



Jota Carvalho e Armando Lopes, apresentadores dos programas dominicais *Clube Lilim Mirim* e *A Caminho do Estrelato*, em foto sem data.

Das rádios AM a Rádio Cacique foi a última a instalar-se no Grande ABC. Daí a justificativa do seu slogan: "A caçula do Triângulo do ABC". A frase "Triângulo do ABC" era usada pelas indústrias, comércio e imprensa, na década de 50 e início dos anos 60, para identificar a região. A iniciativa de uso dessa expressão, pela primeira vez, é creditado ao jornalista Paulo Zingg, fundador do jornal *Folha do Povo*.



No final dos anos 60, o responsável pela programação era José Astolphi e a programadora, Norma Takayama, como mostra a documentação da emissora, que funcionava 24 horas por dia.



A atriz francesa Jacqueline Mirna era a principal atração da TV Excelsior, nos anos 60. Aqui ela aparece de braços dados com Mário Ferreira e Alcydes Cyrilo. Aparecem, ainda, Benedito da Costa Júnior (tio de Alcydes) e a secretária da rádio (?)



A dupla Carlos Alberto da Nóbrega e Ronald de Gólias, que faziam sucesso nos programas *Manoel da Nóbrega* (Rádio Nacional) e *A Praça é Nossa* (Canal 5), em foto dos anos 50.

Atualmente, estão instaladas no Grande ABC as rádios AM *Rádio Clube (740)*, Nova Diário (1.300), *ABC (1.570)* e *Maúá (1.490)*, que entrou em funcionamento no dia 8 de dezembro de 1989. Em 12 de dezembro de 1982, entrou no ar a *Grande ABC FM Stereo (99,3)* que, no dia 21 de agosto de 1988, transformou-se na *Scala 99 FM*, transferindo seus estúdios de Santo André para São Paulo. A *Rádio ABC FM (97,7)* iniciou suas atividades em outubro de 1983, e hoje é conhecida apenas como *97 FM*, pertencente ao mesmo grupo da *Rádio Emissoras ABC*. Em caráter experimental, funcionam na região a *TV ABC — UHF — Canal 40* (em Santo André) e *TV São Caetano do Sul — UHF — Canal 45*.



Acervo V. Petrolli

Com o apoio de Adhemar de Barros, Mário Ferreira tentou eleger-se deputado estadual, como mostra a foto-propaganda.

O que é o rádio? Com esse título, o jovem jornalista Guido Fidelis, que assinava a coluna “Rádio e Televisão”, no *News Seller*, em 1958, tentou explicar: “Segundo o humorista Vicente de Castro, o rádio é: — para o marido, o prolongamento, dentro de casa, da agitação trepidante do trabalho; — para a esposa, um ótimo pretexto para discussões; — para a vovó, a confirmação diária de sua vitalidade, quando noticiam a morte de algum conhecido; — para a cozinheira, o motivo de 90 por cento das quebras de pratos; — para a solteirona, a forma rápida de saber dos casamentos alheios; — para o dono de um bar, uma economia; — e, para as mocinhas, momentos de deleite”. (6) (Sic) O filme *Na Era do Rádio*, com Woody Allen, lançado em 1987 no Brasil, é a melhor leitura para entender o comportamento dos ouvintes nos anos 40 e 50 e dos quais os do Grande ABC não eram diferentes.

ZYR-41 de São Roque

O prefixo da Rádio Cacique foi transferido da cidade de São Roque para São Caetano do sul. A rádio iniciou suas atividades em 4 de julho de 1951, na frequência de 680 kHz, com prefixo ZYR-41, anunciando-se como Rádio Cacique de São Roque.

A concessão dessa emissora foi a segunda obtida por Alcides Cyrillo.

A primeira foi a de Sorocaba. Ainda nos anos 50, ele obteria concessão para instalações das rádios Cacique de Capão Bonito, Caçapava (depois transferida para Taubaté) e Santos (7).

Carlos Cyrillo Neto, 56 anos de idade, que foi diretor administrativo das rádios, conta que o pai, Alcides Cyrillo, não tinha nenhuma vocação para o radialismo, mas que havia sido convecido por um amigo (Orlando Bismara) a obter uma concessão de rádio para Sorocaba. “Na época, a obtenção de uma concessão de rádio para uma cidade do Interior era mais fácil, porque a instalação exigia um alto custo, muito trabalho e praticamente não havia retorno financeiro”, comenta Carlos Cyrillo, acrescentando que a Rádio Cacique de Santos foi a mais rentável, porque a cidade dispunha de um bom comércio e muita indústria. O gerente era o locutor José Gomes, que chegou a ser eleito prefeito de Santos, devido à grande penetração daquela rádio. Alcides Cyrillo nasceu em São paulo, em 6 de julho de 1910, e faleceu no dia 16 de outubro de 1982. Foi criado em Sorocaba e aos 14 anos veio residir em São

Arquivo

SERVIÇO DE PUBLICIDADE
“VIAUTONOMISTA”
José Astolpho
 RESPONSÁVEL
 R. Manoel Coelho, 69 - Fone. 42-2322 - S. Caetano do Sul

NÃO ADIANTA ANUNCIAR AS OFERTAS DE IRMÃOS DEL REY PARA ESTA SEMANA.
 O MAIS ACERTADO É VISITAR UMA DAS SUAS LOJAS E VER COM SEUS OLHOS OS PREÇOS MAIS BAIXOS DA PRAÇA E PELO PRAZO MAIS LONGO.
 IRMÃOS DEL REY & CIA. LTDA.—GENERAL GLICERIO, 61—SANTO ANDRÉ E MARECHAL DEODORO, 820, EM SÃO BERNARDO DO CAMPO.

se preocupa!
 NÃO DISCUTA!...
 O QUE É QUE ESTÁ FALTANDO EM SUA CASA? MEIM?

EM FOGÃO?
 UMA GELEDEIRA?
 UM TELEVISOR?

PAQUEIRO? LAVADORA? CHUVEIRO? LOUÇA? CRISTAIS? SEJA QUAL FOR O ARTIGO, NÃO DISCUTA E NÃO BRIGUE!... VÁ CORRENDO A UMA DAS LOJAS DE IRMÃOS DEL REY & CIA. LTDA., VER SUA GRANDE REMARCAÇÃO DE PREÇOS, TUDO A PREÇOS MAIS BAIXOS E A LONGO PRAZO!
 GENERAL GLICERIO, 61, EM SANTO ANDRÉ
 MARECHAL DEODORO, 820, EM SÃO BERNARDO DO CAMPO.

GUERRA AOS PREÇOS ALTOS!...
 VÁ VER A GRANDE REMARCAÇÃO DE PREÇOS DE IRMÃOS DEL REY & CIA. LTDA. NAS LOJAS DE IRMÃOS DEL REY & CIA. LTDA., V.S. ENCONTRARÁ ARTIGOS DOMÉSTICOS EM GERAL PELOS PREÇOS MAIS BAIXOS DA PRAÇA E A LONGO PRAZO.
 COMPRE DE TUDO COM MAIS FACILIDADE EM UMA DAS LOJAS DE IRMÃOS DEL REY & CIA. LTDA. ---RUA GENERAL GLICERIO, 61, EM SANTO ANDRÉ ---MARECHAL DEODORO, 820, EM SÃO BERNARDO DO CAMPO.

Lauda com anúncios da Publicidade Viautonomista, dirigida por José e Astolpho, que mantinha um serviço de alto-falantes no centro de São Caetano do Sul.



Acervo V. Petrolli

Anualmente, a Indústria Sulamericana de Metais (ISAM) homenageava os profissionais da Rádio Cacique.

As solenidades aconteciam no auditório, com a presença de vários convidados. Na foto, sem data certa, da esquerda para a direita: José Carlos Marques, Nelson Robles, Odilon de Souza Melo, (?), José Astolpho, Mário Prado, (?), Galvão, André Justo Mascotto, J. Alves, (?), Norma Takayama, (?), Alberto do Carmo Araújo (Giba) e Fausto Polesi.

Paulo. Entrou para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde foi aprovado; prestou um concurso público para livre-docência em Direito Judiciário Civil. Retornando a São Paulo, dedicou-se à advocacia até o fim da vida. Foi deputado estadual pelo PSD, do qual o pai, Carlos Cyrillo Júnior (avô de Carlos Cyrillo Neto), fora presidente nacional, além de Ministro da Justiça do governo Juscelino Kubistchek, deputado federal, presidente do Congresso Nacional e embaixador do Brasil em Bruxelas.

Carlos Cyrillo Neto conta que ele e o pai nunca tiveram vocação política como o avô, e muito menos para o radialismo. Quem deu todo o dinamismo às emissoras Cacique foi Mário Ferreira, que era publicitário e radialista. Era o supervisor de toda a rede, e a transferência da Rádio Cacique em São Roque para São Caetano aconteceu por insistência dele, junto a Alcides Cyrillo, que não conseguiu uma nova concessão. “Nessa época Mário Ferreira residia em São Caetano e convenceu meu pai que nessa cidade a rádio seria mais rentável”, relata Carlos que, em 1956, esteve nos Estados Unidos e comprou diversos equipamentos para as rádios.

As instalações da Caçula

A torre da antena e os transmissores foram instalados na Estrada das Lágrimas, no Bairro Maúa, em terreno da Municipalidade, onde está localizada hoje o Viveiro de Plantas da Prefeitura. A rádio operava



Imprensa e autoridades da região no auditório da Rua Santa Catarina, em foto sem data.

em 1.330 quilociclos, com boa captação na Grande São Paulo. Os estúdios situavam-se na Rua Santa Catarina, 97, onde funcionava também o Departamento Comercial.

José Astolphi, ex-presidente do Diretório do PSP em São Caetano do Sul e proprietário do escritório de publicidade e corretagem *Via Autonomista*, foi quem arrumou o imóvel para a instalação da Rádio Cacique, na Rua Santa Catarina, 97. “Ali funcionava a sede do PSP e do Grêmio Recreativo 14 de Julho, e como essas entidades estavam com os aluguéis atrasados, resolvemos transferir a locação, a pedido do sr. Alcides Cyrillo, para a rádio, o porque era um ponto central”, conta Astolphi, afirmando que o grêmio promovia bailes e festas em fins-de-semana e, uma vez por mês, os lituanos faziam os seus encontros dançantes. Chegamos a comprar um piano da *marca Schwartz*, que depois desapareceu misteriosamente. Quem teria ficado com o piano? — indaga Astolphi, que mantinha no centro de São Caetano um serviço de alto-falantes, instalado sobre o prédio de Alfredo Rodrigues, defronte à estação de trem. Astolphi, que ajudou Gabriel Migliori a instalar a Rádio Clube de Santo André, tornar-se-ia o maior produtor da Rádio Cacique e manteve o seu programa *Triângulo Social* por mais de trinta anos, intercalado nas duas emissoras.

O auditório com 400 poltronas era reservado para os programas de audiência menor como *Noite Sertaneja* e *Sinfonia do Congo*, apresentados por Ferraz Franco ou, ainda, *Alegria na Taba*, com direção e animação de João Nunes, e participação de Nelson Palma.

Os programas de maior audiência aconteciam no auditório do Cine Urca (depois Lido), com 1.200 lugares, na Rua Manoel Coelho. Um desses programas era o de Enzo de Almeida Passos, animador da Rádio

Acervo V. Petrolli

Procure ouvir estes programas da Rádio Cacique 1.330 KLCS.

TELEFONE MÁGICO De Segunda a Sábado das 10 às 12 horas	RÁDIO BAILE 41 Todos os domingos das 20 às 22 horas. Um programa José Astolphi	CONVERSANDO COM O PREFEITO Toda Sexta-feira às 20 hrs
TRIÂNGULO SOCIAL Diariamente das 17.30 às 18.30	A DISCOTECA E' SUA Das 13 às 17 horas diariamente	CALOUROS AO TELEFON Aos domingos às 19 hs.
A VOZ DO POVO Um programa João Nunes Segundas-feiras às 20 horas	CACIQUE NOS ESPORTES Das 18.30 às 19 horas Diariamente	FALANDO SOBRE POLÍTICA Apresentando Eddie Augusto da Silva, Redator-Chefe de Jornal do Lar As Quartas-feiras às 22 hs
APOSTE DISCANO Um programa Mario Ferreira Todos os domingos às 11 hs.		

LEMBRE-SE — Entre uma música e outra existem apenas dois textos comerciais perfazendo um minuto de propaganda, por tres de musica.

RÁDIO CACIQUE DE SÃO CAETANO DO SUL
1.330 Kles. Sob a direção de João Nunes e Mario Ferreira.

O Jornal do Lar divulgava a programação semanal, destacando os principais programas, horários e apresentadores, como mostra o fac-símile.

Bandeirantes, que acontecia às segundas-feiras, das 20 às 22h00, com a presença de artistas da capital.

No Cine Urca também, às quinta-feiras, havia o programa *Grandes Audições Palhinha*, da apresentadora Manolita Mejias, que trazia cantores e bailado espanhol, destacando Amália Sanchez, Erácia de Espanha, as Irmãs Nanci e Neide Martin e, ainda, Manolo Menezes.

A música espanhola estava presente também num programa de estúdio chamado *Assim canta Espanha*, apresentado por Iza de Luna, de segunda a sábado, a partir das 14h00. A apresentadora, que ganhou dois prêmios na Rádio de Madri, dedicava-se também à Literatura e ao Jornalismo.

O programa *Cacique nos Esportes*, de segunda a sexta-feira, das 18h30 às 19h00, era um programa de estúdio, com reportagem e entrevistas ao vivo. Teve início dias antes da inauguração oficial da rádio — na fase experimental — e era apresentado por João Anhô e J. Carvalho, com a colaboração de Mário Luiz Tegão e Raphael Guilherme. Posteriormente, o programa teve a participação de esportistas e locutores como: Salvador Silva, João da Costa Faria, Nelson Rotles, João Bresciani, J. Alves, Ivo Zuntini, Flávio Prado, (Jovem Pan) Dárcio Arruda (Bandeirantes), Rubens Pavão, Fred Júnior, Vicente de Paula dos Santos, Carlos Nascimento (hoje Rede Globo), Luiz Romão Zanella, Nelson Perdigão, Oswaldo Lavrado, Carlos Neves, Luiz Roberto Dobriev e Alberto do Carmo Araújo (Giba) — atualmente no Jornal de São Caetano e Rádio Emissora ABC, depois de passar pelas redações do *News Seller*

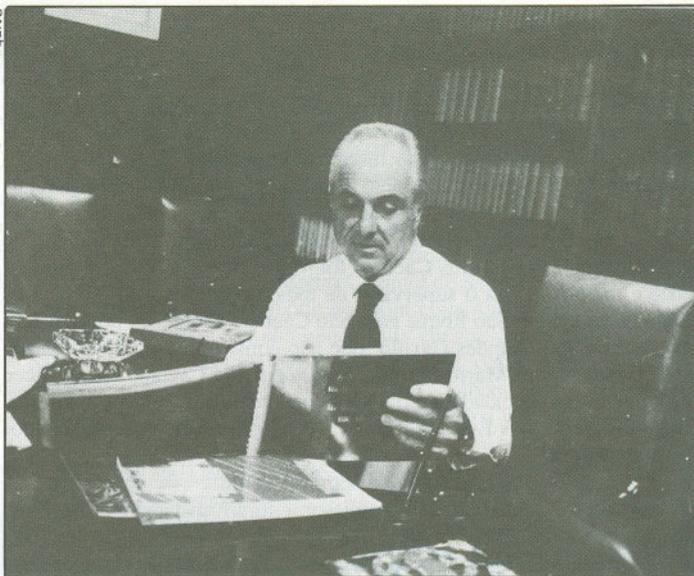
Acervo Carlos Cyrillo Neto



Na festa do 4º aniversário da Rádio Cacique, em 1962, o jovem humorista Chico Anyisio foi a principal atração do show realizado no Cine Urca.



Com a música *Me dá um dinheiro aí*, Moacir Franco ficou conhecido do público brasileiro. Em 1965, ele visitou o estúdio da Cacique e estava acompanhado por Silvio Panzarella.



Carlos Cyrilo Neto



A multidão compareceu ao show do 5º aniversário da Rádio Cacique. Grandes nomes da música popular brasileira estiveram presentes.

Esportivo, *Jornal do Lar*, *Folha Metropolitana*, *O Repórter*, e *Gazeta Esportiva*.

Outro dois programas de sucessos eram o *Clube Lili Mirim*, (aos domingos das 18h00 às 19h00) e, em seguida, até às 20h00, o programa *A caminho do Estrelato*, ambos apresentados por Armando Lopes e J. Carvalho. No primeiro partipavam crianças (canto, instrumental, música e humorismo), enquanto o outro era dedicado às pessoas que já estavam se profissionalizando.

Armando Lopes lançou também o semanário *Arauto do Pentágono*, com circulação na região e a revista *Lince*. Entre inúmeras atividades, Armando Lopes era proprietário da Lilim Publicidade, e mantinha um veículo com alto-falante, percorrendo as ruas da cidade.

Jornal do Lar

João Nunes d'Almeida foi o primeiro gerente da Rádio Cacique de São Caetano, sendo auxiliado por Jota Carvalho e Nelson Palma, que vieram da Rádio Cacique de Taubaté. Jota Carvalho, cujo nome verdadeiro é José Tinto Carvalho, iniciou suas atividades na Rádio Difusora de Taubaté, com Cid Moreira e Hebe Camargo e, logo depois, integrou a equipe da Rádio Cacique, onde permaneceu até 1964. Desde 1969, Jota Carvalho dirige a Rádio Clube de Itararé e a Assessoria de Imprensa daquela cidade.(8)

No dia em que a Rádio Cacique de São Caetano completou um ano

de atividades, foi lançado o *Jornal do Lar*, tendo como diretores proprietários Mário Ferreira e João Nunes d'Almeida; diretor responsável Antonio Amaral e redatores Eddie Augusto Silva, João Baptista de Toledo e Raphael Guilherme. A redação e administração ficavam no mesmo endereço da emissora.(9)

Além do jornal, Mário Ferreira e João Nunes D'Almeida tornaram-se arrendatários da emissora e várias promoções foram realizadas, sendo a principal a entrega do Troféu Cacique, que premiava os melhores artistas e técnicos de rádio e tv do ano (uma espécie de Troféu Roquete Pinto). O acasalamento do *Jornal do Lar* com Rádio Cacique São Caetano teve curta duração: durante a gestão de João Nunes — que ficou responsável pela rádio — não foram tão bem, mas deu para manter o prestígio, o conceito da emissora e um faturamento regular.

Após as eleições municipais de 1960, João Baptista de Toledo passou a dirigir o jornal sozinho e eles desfizeram a dobradinha: Mário Ferreira passou a dirigir a Rádio Cacique, que ganhou nova feição. O auditório foi totalmente remodelado e embelezado. A técnica foi reaparelhada. O corpo de locutores foi recomposto, foi contratado uma discotecária e vários programas novos montados, tais como *Recordar é viver*, com Jota Carvalho; *Noturno Romântico*, com Nelson Palma; *Espanha em Bossa Nova*, com Iza de Luna; programas de disque-jôquei, com Cid Luiz Jardim e Álvaro Soares. A programação de auditório voltou com mais vigor e prestígio. Assim é que o *Calouros Bossa Nova* e *Calouros*

Bossa Velha, o *Cacique Entre as Estrelas e Degraus da Fama*, foram criados para atrair os ouvintes aos sábados no auditório Ulysses Guimarães. O *Grande Jornal Falado Cacique* fazia sucesso na região.

Telefone Mágico — era o programa apresentado diariamente das 10h00 às 12h00 por Odila Lupi. As músicas de maiores sucesso eram: “Banho de Lua”, com Celi Campelo; “Não Voltarei a amar” com Johnny Ray; “Marcianita”, com Sérgio Murilo; “Billy Boy”, com Jimmy Isle; “Marina”, com Leni Eversong; “Meu Perfil”, com Nelson Gonçalves; Os irmãos Celi e Tony Campelo foram lançados pela Rádio Cacique de Taubaté e, constantemente, participavam dos programas da Rádio Cacique de São Caetano do Sul. Eles eram considerados os “afilhados” dessas emissoras.

Com essa reestruturação, a Rádio Cacique teve um grande sucesso junto ao público, ao mesmo tempo em que Mário Ferreira pensou em descentralizar os estúdios para os bairros Barcelona, São José e Nova Gerti. No início de 1962, inaugurou um estúdio no bairro do Ipiranga, São Paulo, com transmissão de programas que eram realizados no Cisplatina Futebol Clube, como *Fazenda do Teixeira* e *Atrações Cacique*. Todas essas iniciativas justificavam-se porque Mário Ferreira seria candidato a deputado estadual, nas eleições de 1962, pelo Partido Libertador. Ele não ganhou as eleições, e abandonou a idéia de abrir sub-sedes da rádio nos bairros.

Todas as atividades das rádios giravam em torno de Mário Ferreira, que gozava de inteira confiança de Alcydes Cyrillo e de seu filho Carlos Cyrillo Neto. “Ele era para nós o braço direito”, conta Carlos, acrescentando que, num determinado momento, Mário Ferreira começou a apresentar problemas de ordem psicológicos, chegando a ser internado duas vezes no Sanatório da Bela Vista, em São Paulo. “Certo

dia por volta das 10h00, ele telefonou para mim e disse que estava tudo bem, e que precisava conversar comigo”, lembra Carlos Cyrillo, aduzindo! “Segundo consta, ele saiu do escritório da Cacique, na Rua 24 de Maio, e quando se dirigia para o meu escritório na rua São Bento, atirou-se do Viaduto do Chá”. Mário Ferreira faleceu em 1966.

Carlos Cyrillo Neto conta que a doença psicológica de Mário Ferreira foi uma coisa muito rápida, pois fisicamente ele estava muito bem. “Sua morte foi uma tragédia para nós, pois ficamos, de uma hora para outra, sem aquele homem de confiança e como eu e meu pai éramos apenas advogados, de momento não encontramos ninguém que pudesse dirigir toda a rede”.

Diante das circunstâncias, em pouco menos de dois anos, Alcides Cyrillo desfez-se das rádios. Primeiramente, vendeu sua cota das rádios de Sorocaba para Orlando Bismara; a de Taubaté, para Ulysses Ferreira, que possuía uma rede de 40 emissoras; a de Santos, para o Grupo DCI — Diário Comércio e Indústria e, por fim, a de São Caetano, para Dom Luigi Másculo, bispo da Igreja Católica Brasileira. Mais tarde, a rádio foi transferida para Paulo M. de Abreu, da Rede Difusora Brasil Ltda., que ainda mantém escritório em São Caetano do Sul. Em meados de 1983, os estúdios da rádio foram transferidos para a Vila Guilherme São Paulo, e a antiga emissora Cacique passou a denominar-se Super Rádio Tupi, operando em 1.150 KHz.

(*) Valdenício Petrolli, jornalista e advogado, obteve o título de Mestre em Comunicação Social. É professor da Faculdade de Ciências Administrativas e Faculdade Odontologia (IMS); membro do Gipem (Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do Grande ABC), SOS Carlos Gomes e Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.

Meu amigo inesquecível

Jayme da Costa PATRÃO (*)

“Ter um amigo que vem de longe, muito longe, não será, por acaso, uma ventura?”
(Confúcio)

Morando no bairro do Brás (em São Paulo) e preocupado com a efervescência da pseudo-revolução getulista de 1930, depois de atravessarmos, em 1924, a rebelião armada do general Isidoro Dias Lopes, meu pai houve por bem procurar um lugar mais tranquilo para fixar residência e foi, então, que viemos morar em São Caetano.

Minha família era composta de Roberto, meu pai; minha mãe Rosália — filha de espanhóis — eu, Jairo, com 10 anos de idade; minha irmã, Doralice, dois anos mais nova. Meu irmão Raul, nascido em São Caetano, veio solidificar mais ainda as raízes que nos fixaram definitivamente a esta pequena e acolhedora cidade, distrito do Município de São Bernardo.

A revolução de 1924, terrível acontecimento que enlutou muitas famílias e destruiu muitos lares, marcou de maneira indelével uma luta fratricida e desigual que ainda hoje é lembrada com horror e pesar pelo povo paulista. (1)

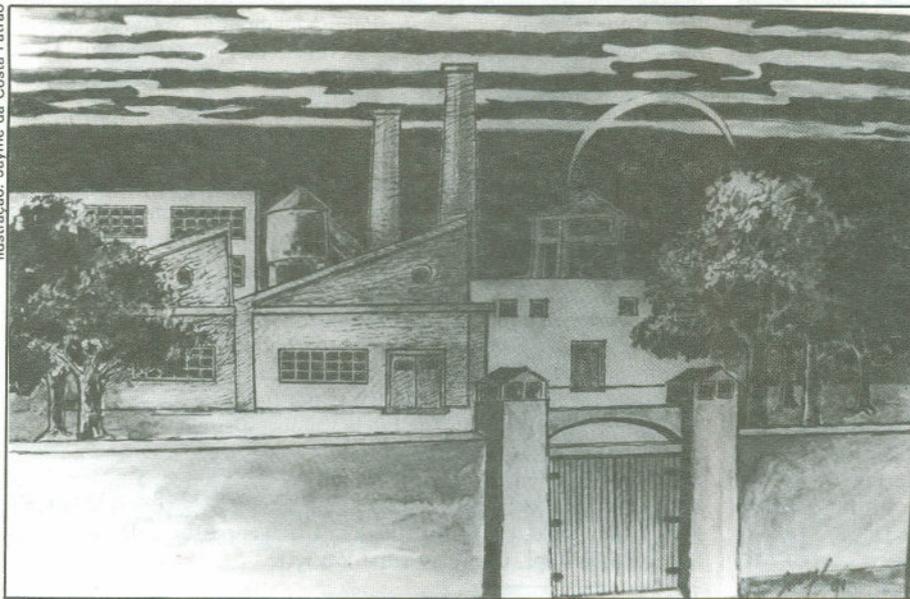
A revolução do Isodoro — como era chamada, — durou 23 intermináveis dias. Inúmeras granadas incendiárias, atiradas pelos legalistas, haviam atingido vários quarteirões de casas dos diversos bairros da Capital. O alvo, segundo a teoria do comando governista, deveria estender-

-se por toda a cidade de São Paulo onde se achavam as tropas rebeldes. A população civil era a mais sacrificada pelos bombardeios indiscriminados de obuses dos terríveis canhões 75 e 105, enquanto metralhadoras leves e pesadas sacrificavam impiedosamente centenas de civis mulheres e crianças. O desespero foi geral. Arruaceiros e baderneiros, com a aquiescência dos revolucionários, promoveram saques por vários bairros da capital.

No Brás, muitas firmas foram saqueadas, inclusive armazéns de gêneros alimentícios nos quais o povo sabia existir alimentos depositados. Na rua Monsenhor Andrade, onde se achava o moinho de trigo da firma Indústrias Matarazzo, e na rua 25 de Março, depósito do trigo da mesma indústria, foram completamente saqueadas. De modo igual, sofreu saques a fábrica de Bolachas Duchon.

Um dos maiores saques foi nos armazéns da Cia. Puglisi, de onde levaram tudo o que podiam, fazendo uso até de carroças para transportar gêneros de todas as espécies. Outros saques, em menor vulto, foram praticados sempre em nome da desordem e da baderna. (2)

A moradia que meu pai comprou, e na qual, fez pequenos reparos, era ampla, ensolarada e com agradável varanda à sua volta. No quintal



Fábrica de tecidos de algodão Maria Zélia, falida, desativada e transformada em terrífico presídio político-social

espaçoso, uns canteiros de terra fértil e negra viriam abastecer o nosso lar com hortaliças frescas e alguns poucos legumes. Atrás dos canteiros das verduras com pequeno pomar com algumas árvores frutíferas que faziam o paraíso dos passarinhos e pássaros maiores. Em pouco tempo, minha mãe, com suas próprias mãos, havia formado um formoso jardim com flores diversas e gramado em torno da nossa casa.

Pela manhã, era gostoso ouvir, com sol cedo e radiante, o chilrear dos pássaros madrugadores e dos bem-te-vis se cumprimentando: Os bem-te-vis do meu pomar cantavam — bem-te-viii... os pássaros dos pomares vizinhos — respondiam bem-te-vi. Era um verdadeiro festival da passarinhada que cantava alegre, — e por aí cantava a manhã toda.

Os nossos vizinhos mais próximos também habitavam casas bonitas, construídas em grandes áreas de terrenos. Fiz logo amizade com o Paulinho e o Carlos, com idade de oito e nove anos, respectivamente, filhos de um casal de portugueses, vizinhos da nossa casa. Vizinhos que aparentavam certo conforto financeiro. Viemos a saber, mais tarde, que a família dispunha de alguns bens de raiz rendendo em Portugal.

Meu pai era construtor de profissão. Trabalhava na capital, no bairro na Vila Mariana, em uma grande companhia que construía prédios altos. Para os padrões da época, minha família vivia relativamente bem.

O senhor Carvalho, (José Carvalho), pai dos meus novos amiguinhos, era gerente em uma firma na rua Paula Souza, no mercado; importadora de vinhos, azeites e bacalhaus etc., vindos diretamente do velho Portugal. O senhor Carvalho e meu pai, à tardinha, quase noite, viajavam de volta do trabalho pelo subúrbio da SPR. Da estação da estrada de ferro, os dois recém-amigos caminhavam até seus lares em animadas conversas sobre os acontecimentos diários ou comentavam as notícias divulgadas pelos jornais da tarde.

Eu e minha irmã, já banhados e penteados e com os nossos pés calçados em sandálias ou chinelos, aguardávamos impacientes, no portão do jardim, a chegada do nosso pai que sempre nos trazia revistas infantis, doces ou chocolates. Aí ouvíamos nossa mãe que, sorrindo bondosa, sentenciava: Comer doces ou chocolates, só para depois da janta!... não antes. Era uma alegria imensa a chegada de meu pai ao nosso lar. Minha família, dentro de tanta felicidade, já quase havia esquecido os horrores das revoluções militares do passado, não tão distante.

Quando mudamos para São Caetano, o nosso bairro não tinha calçamento nem guias nas ruas. A terra firme era arenosa, com padriscos finos que causaria inveja, muitos anos mais tarde, ao asfalto negro e irregular aplicado às pressas, de afogadilho, para impedir, por questões puramente políticas, que o distrito de São Caetano viesse a ser o Município de São Caetano do Sul — autônomo... — Mas o que é que estou escrevendo, gente! — Afinal, esta crônica é uma reminiscência da minha juventude ou desabafo de um rabugento e rançoso autonomista? Naquele começo da década de trinta, uns poucos postes da Light iluminavam,

à noite, de maneira deficiente, trechos esparsos de ruas. Em geral, naqueles idos, a iluminação toda da cidadezinha de São Caetano era de péssima qualidade.

Voltando a falar sobre os nossos novos vizinhos, a uns cem metros, mais ou menos, da propriedade do senhor Carvalho morava o gordo *seu* Sancho (Francisco Sanches) com a mulher, “dona” Maria do Rosário — espanhóis, sem filhos, há uma vintena de anos radicados no Brasil e há cinco, somente, em São Caetano. O *seu* Sancho — de acordo com o que gracejava meu pai — era um negociante da *indústria pesada*. Comprava e vendia “ferro velho e metais”, usando para transportar a “carga pesada” um barulhento e trepidante *fordinho de bigode* que andava a quarenta quilômetros por hora, sempre carregado, pesando muito, quase quebrando as molas do pobre e eficiente caminhãozinho.

Conforme a oportunidade, o velho Sancho comprava e vendia de tudo: portas e janelas usadas, madeiras, latas velhas e qualquer sucata que, na revenda, lhe pudesse dar algum ganho, (como dizia o espanhol do ferro-velho, “modestamente”: — lucrar um *lucrocito demás* —).

Felizmente, apesar do gênio um tanto explosivo do amigo “ferro-velho”, ele era compreensivo e praticava a política da boa vizinhança e toda aquela sucata comprada pelo *seu* Sancho não incomodava ninguém. A compra feita pelo sucateiro era encaminhada e amontoada num terreno na Vila Prosperidade, em espaçoso galpão que servia como depósito.

O grande drama de nosso amigo espanhol era quando chovia forte e o rio Tamanduateí transbordava do seu leito alagando tudo: ninguém entrava e ninguém saía do depósito do sucateiro, que se lamuriava, em altos brados, responsabilizando e xingando Deus e o governo no seu arrevizado linguajar *portunhol*.

No fundo, no fundo, o *seu* Sancho era um bom praça — como dizia meu pai —. Alegre e divertido o “homem da sucata” constituía-se, no bairro nosso, numa figura folclórica bastante apreciada. Ele sempre dizia, com certo orgulho, que o grande Miguel de Cervantes-se havia inspirado nele para construir o famoso personagem Sancho Pança. Todos os que se achassem próximo dele riam, porque o homenzinho era pândego mesmo! Batia com satisfação na barriga gorda ao dizer com altivez o seu apelido.

Já dona Rosário era bem mais comedida; mais tranqüila. Não era de muito falar. Excelente pessoa; estava sempre disposta a atender e a auxiliar o próximo. Grande mulher.

Não havia ninguém que não gostasse da dona Rosário, que além de outras boas qualidades, tinha o mérito de ser uma dedicada e competente parteira. Certa tarde de um domingo de verão, morno e pachorrento, meu pai e o *seu* Carvalho jogavam uma partida de malhas, na calçada, defronte à nossa casa, quando, (sem que os jogadores e mais um magote de curiosos e alegres vizinhos que torciam e se divertiam com o péssi-

mo rendimento das malhas jogadas percebessem a presença do velho Sancho, que se fazia acompanhar de um estranho), logo viemos a saber que se tratava de um patrício e inquilino recente do espanhol do “ferro-velho”.

Éramos cinco ou seis companheiros vizinhos e colegas do Grupo Escolar “Senador Flaquer” que brincávamos e chutávamos a nova bola de couro cru e câmara de ar, no meio da rua, sem trânsito, àquela hora da tarde. O meu amigo Carlos, dono da bola, parou o jogo para melhor ouvirmos as apresentações do novo integrante do grupo dos adultos e, aí, ficamos sabendo tratar-se do sr. Plácido que, há cinco anos, viera da Espanha. Era operário especializado em altos-fornos e trabalhava na Cia Mecânica e Importadora como feitor de turma nas oficinas da fundição de ferro.

O sr. Plácido Hernandez López (era o nome dele todo) nascido em uma cidade perto de Cadiz, na região de Andaluzia, sudoeste da Espanha, era o nosso novo apresentado.

Aos vinte anos de idade, moço e cheio de idealismo, Plácido Hernandez López saiu de sua terra natal e foi para o extremo norte da Espanha e, em Bilbao, conheceu e conviveu com artistas, poetas e operários intelectualizados. Alguns chegados de Barcelona, promoviam reuniões políticas secretas. O reinado de Afonso XIII estava se degradingando aos poucos e, quando Primo de Rivera, apoiado pelo rei, depôs o parlamento espanhol e tornou-se ditador da Espanha, é que começou a caminhar tudo de mal a pior. Quando começaram as perseguições políticas, ninguém mais se sentia seguro e, quando o regime do terror começou a *caça às bruxas*, Plácido resolveu sair do país e, através do Golfo da Gasconha, em navio de carga, zarpou com destino ao Brasil.

Juntamente com outros patrícios aqui chegados, quase na mesma época Plácido veio para o Estado de São Paulo, e São Caetano foi a cidade escolhida para trabalhar. A Companhia Mecânica Importadora do Grupo Conde Siciliano estava em grande atividade e oferecia emprego para todos os que quisessem trabalhar. O grupo de trabalhadores espanhóis recém-chegado se juntara a outros contratados vindos da Argentina (alguns lituanos, poloneses e uns poucos ucranianos). Os ucranianos, operários da Cia. Mecânica, provisoriamente acomodavam-se em casa de parentes e amigos já radicados em São Caetano.

“... Plácido Hernandez López saiu de sua terra natal e foi para o extremo norte da Espanha e, em Bilbao, conheceu e conviveu...”

A colônia ucraniana contava com umas cinqüenta famílias espalhadas pelo **Morro Pelado** (hoje, os Bairros Santa Paula e Vila Barcelona). Os lituanos e alguns poloneses, em menor número, foram morar na Vila Bela e nas baixadas da rua Ibitirama.

Os espanhóis passaram a residir em pensões ou quartos alugados, em cortiços próximos ao local do trabalho. Os argentinos ocupavam a hospedaria de um certo sr. Petroni, proprietário de um hotelzinho com três andares — contando o andar térreo (3).

O nosso recém-amigo, sr. Plácido, ao chegar da sua Espanha e trabalhando firme na Cia Mecânica Importadora, tomou hospedagem no hotelzinho, do sr. Petroni que já nessa ocasião estava sendo ocupado, também, por alguns poucos caixeiros itinerantes, vindos de outras regiões do país para negociarem suas mercadorias nesta cidade, e demoravam-se uns poucos dias somente.

Os trabalhadores argentinos formavam um grupo fechado. Vindos, quase todos, da mesma província, alguns aparentados entre si, andavam sempre juntos, rindo alto, fazendo algazarra ou cantando melodias nostálgicas. Freqüentavam, com certa assiduidade, uns botequins nas ruas Perrella ou Heloísa Pamplona.

Alguns eram casados na Argentina e suas mulheres agurdavam uma oportunidade e chamada para se juntarem a seus maridos.

Pablo Ruiz Gonzalez, argentino — portenho —, era o líder desse grupo de operários da mecânica. Pablo Ruiz era casado com uma brasileira e tinha duas filhas com idades de 6 e 8 anos, e a família morava com os pais da mulher dele, em uma casa no bairro do Monte Alegre.

Uma noite, cada quinze dias, quando o grupo não trabalhava no turno das 22 às 6 horas da manhã, Pablo, seus patrícios e mais dois ou três espanhóis, antigos colegas de trabalho do líder e mais uns poucos lituanos radicados em São Caetano há uma década, **se mandavam** para

o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, já agora perfeitamente regulamentado pela nova legislação sindical (4).

Terminavam as reuniões do sindicato às 22 horas, horário esse que propiciava a volta com o último trem de subúrbio da estação de São Bernardo (atual Santo André). Os sindicalizados de São Caetano, em alegres gargalhadas, fazendo alarido, comentando, em altas vozes, os acontecimentos da reunião, desciam na estação da estrada de ferro e se encaminhavam para as suas respectivas residências para o devido repouso, retemperando forças para o trabalho duro do dia seguinte.

Todas estas informações sobre o trabalho e sobre os trabalhadores da Cia. Mecânica foram obtidas por meu pai, no decorrer dos bate-papos com o velho Sancho que, apesar de sempre ter sido sucateiro na vida, entendia de tudo sobre os trabalhadores da Companhia Mecânica Importadora. O sr. Plácido era um homem muito discreto; um tanto caladão, mas cortês.

Quando da apresentação ao grupo, naquela tarde de domingo, notei que o meu pai, ao apresentar-se e apertar a mão do novo amigo, ambos trocaram um olhar expressivo e conivente. Sorriam — e aí percebi que devia haver algo em comum entre os dois. Meu pai desde mocinho freqüentava, às quintas-feiras à noite, uma Loja Maçônica situada no Brás, à rua Miller (se não me falha a memória) e alguns dos irmãos maçons, residentes no Brás, eram espanhóis, com idéias um tanto anárquicas.

“Os lituanos e alguns poloneses, em menor número, foram morar na Vila Bela e nas baixadas da Ibitirama”

Ainda contado pelo homem do “ferro-velho” (sem que meu pai perguntasse) veio a saber que o patrício e inquilino era homem de boa índole e rígida formação moral e certa posição política em sua terra natal.

Meu pai teve a oportunidade de constatar que o nosso novo amigo era realmente pessoa preparada, instruída e aquilatou, pela qualidade dos seus livros (editados em castelhano e francês), o seu gosto apurado pela leitura de filósofos clássicos e pensadores modernos.

No seu quartinho, alugado ao *seu* Sancho, além da cama de solteiro e de uma mesa com duas cadeiras e um banquinho e mais um pequeno armário com cabides para guardar roupas, — também alugados pelo sucateiro — os pertences do sr. Plácido eram um baú (cujo conteúdo o velho Sancho não conseguiu bisbilhotar; portanto, ninguém sabia qual o grande segredo do baú) e uma estante com cadernos e livros.

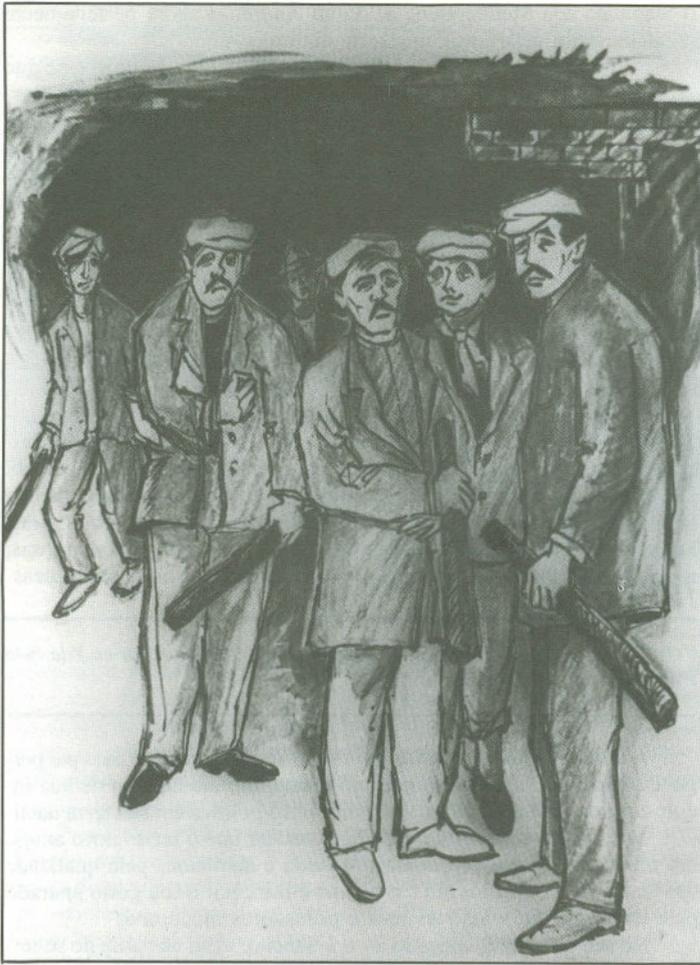
A mesa, atalhada, ficava próxima à janela, onde o pensionista tomava as suas refeições preparadas e fornecidas pela bondosa dona Rosário e onde ele também alimentava o espírito, estudando e escrevendo nos momentos de folga do trabalho. Intrigado e excessivamente curioso, o velho Sancho nunca conseguiu descobrir sobre o que o sr. Plácido tanto escrevia em francês.

Algumas vezes, quando o meu pai, a serviço da firma onde trabalhava, ia à Praça do Correio, o nosso amigo solicitava-lhe, de maneira muito reservada, para que cartas e envelopes volumosos e de cor parda, endereçadas a Bilbao, na Espanha, fossem colocadas na caixa do Correio Geral.

Minha mãe, sabedora desta inocente atividade, alertava meu pai para que tivesse cuidado.

— Não há nada a temer — respondia meu pai, tentando tranquilizá-la e, querendo tranquilizar a si próprio, argumentava: — As correspondências são enviadas sem endereço do remetente e, quando extraviadas, perdem-se sem maiores conseqüências.

O tio Plácido, — dois anos se passaram e o nosso amigo espanhol havia ganhado a nossa simpatia e, conseqüentemente, a condição de ser chamado *tio*, tratamento esse o que o fazia muito feliz (pois o *tio* Plácido, quando o seu horário de trabalho o permitia, procurava o meu pai, em nossa casa, para conversarem sobre acontecimentos diários e, como ambos tinham muitos pensamentos comuns entre si, falavam, entre outras coisas, sobre política, e política internacional) lendo nos jornais o noticiário vindo da sua terra, não se conformava e protestava veementemente contra o rumo que havia tomado a política da sua querida Espanha. O país havia ficado livre do malfadado Miguel Primo de Rivera Y Orbaneja e há mais de ano que o senhor Afonso XIII já não era mais



Paredistas diante dos portões de entrada da Companhia Mecânica

rei. A pobre e claudicante república espanhola caminhava capengando, sem muito futuro e o desenrolar dos acontecimentos era preocupante.

O nosso novo *tio* detinha-se, por vezes, pensativo e com o semblante triste. Sua voz era agradável e ele se expressa num linguajar calmo e sonoro.

Nossa família falava e compreendia a língua castelhana; daí a afinidade com o *tio*. Minha avó materna, falecida um ano antes de irmos para São Caetano, sempre morou conosco e nunca se preocupou muito em mudar a sua linguagem; falava a sua madre-língua e era um encanto ouvir o seu castelhano e a sua bonita maneira de falar. (Ah! que saudade de *mil abuela* — Que saudade!)

Já se passaram dois anos que morávamos em São Caetano. Por vezes, meu pai convidava o *tio* Plácido para participar do nosso almoço de domingo. Normalmente, ele nos presenteava com *mimos*. Dos presentes do *tio* Plácido os que mais apreciava eram os livros. Através deles, eu que terminara o curso primário e já assistia às aulas no Ginásio Estadual do Parque D. Pedro II, na Capital, aprendi a amar os livros recebidos: eram bons e bastante instrutivos.

Minha mãe sempre admoestava com certa brandura o *tio* Plácido para que não gastasse seu dinheiro com presentes.

— São os meus únicos sobrinhos, senhora! — retrucava respeitoso o nosso novo *tio* — e para mim *es un placer*.

Foi através do *tio* Plácido que me familiarizei com Dom Cervantes (Miguel de Cervantes Y Saavedra) — Participei, atentamente, das aventuras de Dom Quixote de La Mancha e seu *imponente* cavalo Rocinante em luta singular com os infernais moinhos de vento. Sancho Pança e a ilustríssima dama Dona Dulcinéia del Tolosa, nessa ocasião, me foram apresentados, também! Encantei-me e combati mouros infieis ao lado de *El Cid* (Rodrigo Dia 7 de Vivar); montei um belíssimo corcel todo ajazeado de prata e ao lado de *El Cid* participei das guerras pela

sucessão ao trono de Costela, travadas entre Sancho II e Afonso VI (Ah! que herói eu fui!).

Atuei como ator em comédias do grande dramaturgo Tirso de Molina e Lope da Vega também passou a ser meu conhecido: — eu sonhava...sonhava... Tomei conhecimento, através de descrição simples e precisa, da vida e obras de poetas, pintores e escultores famosos. O meu incansável professor falou-me sobre as famosas romarias a Santiago de Compostela. Deu-me um belíssimo livro sobre a vida de Inácio de Loyola'.

Meu pai, às vezes fingindo ler qualquer livro que lhe caísse às mãos, observava, discretamente, as dissertações do amigo Plácido, e sorria satisfeito.

“...povo e policiais da Força Pública e mais soldados da 2ª Região Militar se defrontavam e rumores de que na praça...”

Eu já possuía a minha pequena biblioteca com livros ganhos de meu pai e presenteados pelo *tio* Plácido. Todos livros bons e instrutivos.

Em um almoço de domingo, com a presença do nosso convidado, *tio* Plácido, depois de uma suculenta e apetitosa *Paella a la valenciana*, carinhosamente preparada pelas mãos admiráveis da minha mãe, veio-me à lembrança a figura risonha e tranqüila da minha saudosa avozinha Felícia — esse era o seu nome. Enquanto tomávamos a sobremesa, meu pai e o *tio* retiraram-se para a varanda. Terminavam mais um copo de vinho e conversavam amenidades, apreciando e elogiando a qualidade do tinto chileno comprado por meu pai no dia anterior.

Eu e minha irmã, terminada a nossa sobremesa, também fomos deliciar com o frescor da nossa varanda; sentei-me em um banquinho de madeira enquanto a Doralice, ainda comendo um pedaço de chocolate deitou-se em uma larga rede nordestina presa a duas traves de sustentação do telhado da varanda.

Como já há alguns minutos reinava silêncio entre os dois adultos, atravi-me e arrisquei perguntar:

— *Tio*, posso fazer-lhe uma pergunta? Sei que o senhor conhece, muitas histórias bonitas. — O nosso *tio* sorriu com simpatia e benevolência, — e, antes que respondesse à minha indagação, continuei: — Nós todos, aqui em casa, amávamos muito a nossa avó espanhola. Em seu quarto de dormir, sobre a cabeceira da sua cama, ela tinha preso à parede uma belíssima estampa de uma angelical Santa Negra, que minha avó dizia tratar-se da famosa senhora de Lujan, virgem padroeira da *ciudad* de Buenos Aires. Era um maravilhoso ícone brizantino, ricamente trabalhado em prata — presente de um sobrinho argentino, filho de sua falecida irmã.

Minha mãe é devota de Nossa Senhora Aparecida — negra também. A minha estranheza, não é pela razão de elas serem negras, não! eu até as acho lindas... mas...

Minha mãe, ao ouvir ser mencionada, inopinadamente apareceu na ponta da varanda onde estávamos e energicamente ralhou: — O que é que você está falando, Jairo! Bate na boca menino! Onde já se viu tamanha falta de respeito para com a mãe de Jesus!

Meu pai e o *tio* entrealhamaram-se e sorriram admirados com a *brabeza* da mamãe.

— Deixe-o falar, senhora! Deixe-o perguntar — intercedeu o *tio* Plácido.

— É natural e saudável que toda criança questione sempre as dúvidas. Acobertando e encorajando pela brilhante defesa do meu *tio-advogado*; prossegui:

— Quando me preparava para a minha primeira comunhão, perguntei à professora de Catecismo por que existiam imagens de mães de Jesus Cristo, brancas e outras negras?

A catequista dona Adolfina respondeu-me que era um mistério de Deus.

Como insistisse, ela aconselhou-me a “queixar-me ao vigário”. Tomei coragem, e, destemidamente procurei-o e fiz a pergunta à queimadura. Ele olhou com surpresa o meu atrevimento e, carrancudo, chegou a abrir a boca para explodir; voltou a me olhar sério e, logo a seguir, com um benevolente sorriso no rosto gordo, censurou-me com certa brandura: — Menino! mas que pergunta...mais absurda! Tudo isso é um mis-

tério teológico! O vigário virou-me as costas e foi, naturalmente, tratar de coisas mais sérias. Eu e a minha irmã ficamos silenciosos, olhando para o nosso *tio* Plácido, aguardando seu pronunciamento.

O nosso amigo olhou para o meu pai que se sentara em uma cadeira próxima à rede onde eu e Doralice estávamos, puxou ele próprio uma outra cadeira para si e, com a tranqüilidade que lhe era peculiar, começou — depois de acariciar os cabelos encaracolados da minha irmã:

— Verdadeiramente, meus amiguinhos, não sou muito versado em assuntos teológicos; entretanto sobre a Virgem Mãe Negra posso lhes contar uma belíssima lenda que é contada em *mi tierra*, de geração em geração há quase dois mil anos.

Nos primeiros dias do Cristianismo, começou narrando *tio* Plácido — Jesus Cristo já havia sido crucificado. Os apóstolos, amedrontados, não apareciam em público com medo de serem presos e mortos, também. Certa noite, estando os apóstolos reunidos na casa de Elias Marcos, pai do que, mais tarde seria João Marcos um dos quatros evangelistas, apareceu-lhes Jesus e determinou as obrigações de cada um dos apóstolos e pediu para que levassem a palavra de Deus aos povos do mundo; abençoando-os e batizando-os em nome do Espírito Santo.

Paulo de Tarso, o fariseu convertido pela aparição do próprio Cristo, nos caminhos de Damasco, em suas viagens por terras estrangeiras, constantemente se fazia acompanhar de um ex-escravo romano, grego de nascimento, que conheceu todas as artes da medicina e que Paulo o chamava de querido irmão Lucas.

O grande evangelista, por designação de Paulo — apóstolo dos gentios — foi pregar a nova religião em terras do Ocidente e Massília, cidade portuária do Mar Mediterrâneo, foi o ponto de partida. A palavra da “grande nova” já havia sido introduzida naquela região e era grande o número de crentes do cristianismo e culto à Virgem Maria.

— E Massília ainda existe? — perguntei, vivamente interessado. Onde ficava?

— Sim, existe — respondeu *tio* Plácido.

— É o principal porto a sudoeste da França. Seu nome é Marselha — a fabulosa Marselha.

O nosso amigo interrompeu a sua narração para, juntamente com o meu pai, beber uma xícara de café.

“A crise de alimentação já se fazia sentir em todos os lares e em toda parte. Como nas revoluções anteriores...”

Minha mãe pousou a bandeja vazia sobre um banquinho vago e, tomando ao colo o pequeno Raul, puxou uma cadeira para perto do grupo e sentou-se interessada em ouvir a lenda do *tio*.

— Como ia contando — continuou o nosso narrador —, em Massília, Lucas pregava com devoção as palavras do Senhor Deus aos humildes lavradores da região pobre que pouco conheciam do Cristo e quase nada sabiam a respeito da Virgem Mãe.

Uma humilde mulher do povo, muito a medo, interrompeu a oração de Lucas e, respeitosa, pediu para que ele descrevesse como eram as feições da Mãe do Cristo, já que, pessoalmente, o grande evangelista havia, em Jerusalém, tido contatos com Ela pouco tempo antes da sua morte, aos 62 anos de idade.

Lucas — além de médico que era — esculpia em pedra e madeira e pintava com grande inspiração. Era realmente um grande artista.

O grego evangelizador, piedosamente, admoestou a mulher dizendo-lhe que para adorar o Cristo e a sua Virgem Mãe não era necessário conhecer-lhes as feições; entretanto, para que não ficassem entristecidos, que lhe arranjassem um tronco de madeira e ele lhes ia esculpir o retrato de Maria Mãe de Jesus. Imediatamente um rústico lenhador, prestativo e emocionado cortou em largas machadadas um tronco de nogueira enegrecida pelo tempo. (5)

O grego artista lhes prometeu que em breve tempo lhes apresentaria a imagem esculpida, e, realmente, tempos depois Lucas presenteou a comunidade cristã de Massília com uma belíssima imagem, que devido ao negror da madeira foi batizada como *A Virgem Negra*, que ainda hoje é venerada e adotada pelos fiéis, na Basílica de São Victor, em Marselha.

Eu e minha irmã, com os nossos olhos vidrados, acompanhávamos a narrativa de nosso amigo. Nossa querida mãe acariciava a cabeça do nosso caçula que dormia em seu colo e, emocionada, com as costas da mão, desviava no seu rosto uma discreta lágrima que teimava brotar dos seus olhos.

O *tio* Plácido dava por terminada a sua lenda, quando Doralice, minha irrequieta irmã, inopinadamente perguntou: *Tio*, e qual é a relação da Virgem Negra com a sua terra natal?

— Ah! Boa pergunta, exclamou o nosso amigo com entusiasmo. Como em outra ocasião antes tive a oportunidade em dizer a vocês: — Eu sou andaluz.

Quando Paulo implantou um núcleo inicial do Cristianismo na Hispânia — que naquele tempo era Colônia Patrícia de Roma subitamente irrompeu no então porto de Cadiz e províncias vizinhas uma epidemia desconhecida que alarmou a sua reduzida população (6). Imediatamente Lucas, que acompanhava Paulo nessa missão de pregar a religião cristã, pôs-se a trabalhar com dedicação de médico e fervorosas preces à *Virgem Mãe* até que, finalmente, a terrível epidemia foi totalmente vencida, sem maiores danos a lamentar. (7)

Hoje, o delicioso recanto onde os antigos romanos veraneavam chama-se Sanlúcar de Barrameda em homenagem a São Lucas; saudosos o nosso amigo suspirou: *Yes mi tierra*, de nascença. E quedou-se calado e cismarento, durante algum tempo.

Nós, os ouvintes do *tio* Plácido, respeitando a sua saudade, também ficamos calados. Em dado momento o nosso amigo, como a afugentar pensamentos tristes, levantou-se da cadeira onde estivera sentado, bateu palmas fingindo uma falsa alegria e dirigindo-se a mim e à minha irmã, complementou, dizendo:

— E agora, meus amiguinhos, mais uma aulinha de geografia: vocês sabiam que foi do porto de Sanlúcar de Barrameda que Cristóvão Colombo, em 1498, partiu para a sua terceira viagem ao Novo Mundo? Também dali saiu, em 1519, Fernão de Magalhães, para sua viagem de circunavegação do globo terrestre? (8) Eu aplaudi, batendo palmas, entusiasmado, e minha irmã pediu para lhe dar um beijo.

Nosso amigo *tio* Plácido, nesse justo momento, era um homem feliz.

Pouco tempo depois, minha mãe apareceu, voltando da cozinha com mais duas xícaras de café, fumegante e cheiroso; e serviu os dois amigos que conversavam a um canto da varanda.

Eu e minha irmã fomos nos abancar na copa para tomarmos o nosso vitaminado de leite com suco de frutas.

O sol já descambava procurando refúgio no horizonte quando o nosso amigo se despediu, agradecendo a agradável tarde passada com a nossa família e foi recolher-se ao seu quarto solitário, para conviver com o seus fantasmas.

Os meus pais, sentados um ao lado do outro, contemplavam o pôr do sol e conversavam baixo; entretanto, ainda cheguei ouvir meu pai dizer à mamãe: O Plácido é um bom homem. Você reparou com que carinho ele trata as nossas crianças? O José Carvalho não tem razão para não gostar dele.

Minha mãe, como sempre, concordou plenamente com o meu pai.

Por vezes as reuniões de domingo na varanda da nossa casa, além do *tio* Plácido e do *seu* Carvalho, um seu parente, um tal Chico Pereira, morador no bairro da divisa, perto da fábrica de botões do Aliberti (local em que, quando chovia, inundava tudo), também fazia parte do pequeno grupo, com a maior sem-cerimônia, e sem mesmo ser convidado por ninguém.

Meu pai, por uma questão de educação, apesar de muito contrariado, apenas tolerava a sua presença. Uma das coisas que aborreciam meu pai, sobremaneira, eram as observações um pouco maldosas e sem fundamento que ultimamente o *seu* Carvalho fazia a respeito da amizade que nutríamos pelo *tio* Plácido. Alegava ele que o nosso amigo espanhol, com as idéias um tanto liberais, e seus livros, eram maus exemplos para a formação do caráter das crianças.

Sabedor disso, passei, intimamente, a odiar o *senhor* Carvalho, apesar da amizade que nutria pelos filhos dele.

Quando a conversa girava em torno da política dos outros países, o tal Chico Pereira se metia, mesmo sem ser convidado, a falar da sua *rica terrinha*, e não perdia a oportunidade em exteriorizar a sua indis-

farçável simpatia por um tal Sr. Oliveira Salazar, ministro do Governo do General Carmona.

O conchudo do *seu* José Carvalho, no seu entender, não sabia nada de História e criticava de maneira acintosa a recém-criada república espanhola, tachado-a de antro de anarquistas e de comunistas.

Estas inoportunas observações aborreciam meu pai e, particularmente, o *tio* Plácido, que ouvia (ou fingia ouvir) sem qualquer interesse maior pela conversa do indesejável Chico Pereira.

Infelizmente esse *arengar* todo do seu conchudo era aplaudido pelo *seu* Carvalho.

Estávamos no fim da segunda quinzena de maio de 1932. O ano letivo no Ginásio Estadual, onde eu estudava, começara há três meses, quando insistentes boatos vindos do centro da cidade davam conta de que estudantes, povo e policiais da Força Pública e mais soldados da Segunda Região Militar se defrontaram e rumores de que na Praça da República já havia estudantes mortos e muitos feridos.

Meu pai, ao voltar do trabalho, teve muita dificuldade com a condução, e trazia notícias bastante alarmantes. Uma revolução ainda não declarada estava nas ruas. Notícias desconhecidas informavam que a Praça da Sé se havia se transformando em praça de guerra. São Paulo, descontente com a situação política, acéfala há muito tempo, insurgia-se contra o Governo Central, exigindo uma Constituição para o País.

"A revolução de 32 modificou em parte nossos hábitos. A vida do meu bairro continuou com algumas pequenas..."

Esto es muy malo — comentou o nosso amigo Plácido, ao tomar conhecimento das notícias do levante armado, através do meu pai e das rádios que transmitiam, com alarido e detalhes. Uma revolução armada é sempre desgraça — completou o nosso *tio*.

Meu pai, visivelmente consternado, não se conformava: — Não é possível, comentava com o amigo: -- Em dez anos, quatro revoluções. — Isto é demais, quando este País vai tomar jeito?

Apesar de não estar satisfeito com a situação política de um Brasil sem Constituição, meu pai achava que se deveriam procurar soluções pacíficas. Uma guerra agora, inesperada, não estava nos planos de ninguém.

No começo do mês de julho, devido aos distúrbios generalizados, as aulas escolares foram suspensas e, no dia nove, a Revolução Constitucionalista, com toda a sua agressividade bélica, era uma realidade... — Dura realidade!

Poucos dias depois, meu pai perdia o emprego na Companhia Construtora em que trabalhava há muitos anos.

A revolução paulista continuava terrível e cruenta. Soube, através de colegas do ginásio, que estudantes das séries mais adiantadas se estavam apresentando para alistamento, e semanas depois de algum treinamento embarcavam para a frente de combate, deixando no seu rastro mães, namoradas e parentes chorando e rezando pelos entes queridos que partiam em caminhões ou trens de ferro.

O desassossego e a angústia estavam estampados em todos os rostos.

A crise da alimentação já se fazia sentir em todos os lares e em toda a parte. Como o acontecido nas revoluções anteriores, roubos e saques se faziam presentes em armazéns e depósitos em geral.

Uma verdadeira calamidade!

Os jornais e rádios de São Paulo, no início, noticiavam, com euforia, o grande empreendimento cívico dos intrépidos bandeirantes; mas não agora, quase dois meses depois de iniciadas as hostilidades, São Paulo e as forças mato-grossenses do general Bertholdo Klinger sentiam-se traídos e estavam sozinhos e sozinhos lutavam contra um governo ditatorial, militarmente mais forte.

O comércio e a indústria, fortemente atacados pelo estado de beligerância, e a lavoura, quase toda abandonada, formavam uma triste realidade. O distrito de São Caetano, partícula do grande Estado de São Paulo, sofria também com os efeitos desastrosos da revolução. Meu pai, não tranqüilo com as notícias vindas através do nosso rádio, comprava jornais e mais jornais, todo dia, na esperança de vislumbrar entendimentos políticos capazes de pôr fim a tão calamitoso sonho paulista.

Os dias sucediam-se lerdos, sempre com notícias contraditórias e

alarmantes, e o mês de setembro estava no final, aguardando a primavera que chegava —, quando informações propagadas pelos rádios davam conta de que o armistício estava sendo preparado e, portanto, o governo central dava por terminada a luta fratricida que enlutara nosso País.

Com a rendição das forças constitucionalistas, o que se viu, depois que São Paulo depôs as armas, foi uma indignidade perpetrada pelo poder discricionário de uma ditadura que continuaria, com o seu tacão militar, a pisar o Estado de São Paulo e aos paulistas durante longos treze anos.

O fim das hostilidades bélicas trouxe ao povo paulista uma aparente tranqüilidade; apesar dos problemas políticos de opressão, o trabalho e o progresso voltaram a ser uma constante na vida cotidiana do povo bandeirante.

O distrito de São Caetano, devido à grande proximidade territorial com a Capital paulista, sentia-se também uma pequena porção da flamejante e progressista metrópole e, como não podia ficar alheio ao progresso, progredia também, aos poucos, com o seu esforço próprio.

São Caetano progredia, apesar de ser distrito de um município repressivo e castrador (São Caetano do Sul seria município livre e independente dezesseis anos mais tarde).

São Caetano dos anos 30, sem medo do futuro, construía com denodo sua vida própria.

Meu pai era um bom experiente profissional da construção civil e, aproveitando a explosão progressista da cidade, montou, em sociedade com um engenheiro amigo, uma companhia construtora, que mais tarde chegou a ser uma das grandes construtoras do grande ABC.

Voltei ao ginásio para continuar os meus estudos interrompidos pela revolução. Minha irmã terminava o quarto ano primário e preparava-se para continuar estudando. O nosso caçula, com os seus saudáveis três aninhos, vivia fazendo artes. Era uma alegria vê-lo crescer tão depressa.

A revolução de 32 modificou em parte os nossos hábitos. A vida do meu bairro continuou com algumas pequenas modificações. Os meus amigos Carlos e Paulo foram estudar em um colégio semi-internato no bairro da Luz, capital.

Os meninos das outras ruas, os que formavam o nosso time de bate-bola se dispersaram; uns foram morar em outros bairros distantes; outros deixaram de estudar e, por necessidade, passaram a trabalhar, para com o seu ganho auxiliar o orçamento doméstico.

"Armavam-se piquetes nas ruas e formavam-se paredes diante da porta das fábricas. O velho Sancho, sempre muito bem..."

O velho Sancho continuava a comprar e a vender o seu ferro-velho para pequenas fundições. Atualmente, ele está muito atarefado com a construção de uma nova residência no bairro do Monte Alegre. Sua mulher, dona Maria do Rosário, há três meses, viajou para visitar parentes na Espanha.

O *Seu* Carvalho tornou-se sócio da firma importadora onde trabalha e viaja constantemente em função do seu negócio. Duas vezes ao ano vai a Portugal tratar das importações dos vinhos, bacalhaus e azeitonas.

Um cidadão que não deixou saudade nenhuma foi o Chico Pereira — conchudo do *seu* Carvalho. Mudou-se para o Vale do Paraíba. Comprou chácara em Tremembé e, atualmente, planta couves e repolhos.

O nosso bom amigo, *tio* Plácido, rareou as suas visitas a nossa casa. As poucas vezes que vinha aos nossos jantares, comíamos as nossas refeições quase em silêncio; as conversas do nosso amigo com o meu pai eram um tanto veladas e sem muito entusiasmo.

Depois da janta, ambos se retiravam da mesa para fumar as suas cigarrilhas, já agora não mais na varanda e sim caminhando no jardim, por entre gramados e flores. Eles conversavam em voz baixa e meu pai nos recomendava para não serem importunados.

Eu e minha irmã não atinávamos por que o nosso tão querido amigo já não mais nos contava as belíssimas histórias e lendas da sua Espanha. Sentíamos falta dos serões tranqüilos onde aprendíamos coisas lindas e instrutivas sobre poetas e trovadores medievais. Os cavaleiros andantes à cata de aventuras... suas lições em torneios ou suas justas com fidal-

gos vilões; sempre em defesa de alguma dama formosa e desamparada, ou algum pobre e desajustado. Ah! quanto heroísmo, desprendimento e amor ao próximo. Quanta beleza!

Desde os fins do século passado, quando a explosiva e avassaladora Revolução Industrial despontou na Inglaterra e alastrou-se em avalanche pelo mundo afora, a incipiente indústria brasileira sempre se fez acompanhar pelo descontentamento dos trabalhadores com baixos salários e péssimas condições de trabalho; daí às constantes greves dos operários descontentes, foi um passo.

Estávamos nos aproximando do agonizante fim do ano e o ano-novo de 1938 não apresentava perspectivas de tempos melhores. A situação da política econômica do nosso país não havia melhorado em nada. A massa operária, devidamente sindicalizada, pleiteava melhores condições de vida mais humana e digna. Armavam-se piquetes nas ruas e formavam-se *paredes* diante da porta das fábricas.

O velho Sancho, sempre muito bem informado sobre os movimentos *paradistas*, recordava-se, ainda, de greves anteriores.

— Terríveis greves, amigo Sr. Roberto.

— Terríveis dias aqueles — dizia o espanhol.

Grevistas e suas famílias passavam negras necessidades. Os armazéns de secos e molhados e vendas de alimentos, em geral, já não mais forneciam comida para grevistas (9) que eram considerados anarquistas da pior espécie (e comunistas em potencial).

— As greves de 1907 — continuava o nosso amigo espanhol — atingiram todo o País e principalmente São Paulo, que pleiteava oito horas de trabalho em vez das doze ou mais horas. O movimento agitou cidades de Santos, São Bernardo, Campinas, Ribeirão Preto, Jundiaí e mais uma dezena de cidades importantes. A luta foi enorme! (10) Em 1913, Ribeirão Pires e Pilar, distritos do município de São Bernardo, fazem greve que dá origem à criação do Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires (11).

Julho de 1917: todos os setores e todas as fábricas param em São Bernardo. Em São Caetano, entram em greve a Companhia Mecânica, a Cerâmica São Caetano e mais duas ou três fábricas de menor importância.

A polícia, com das vezes anteriores, foi chamada para manter a ordem a “qualquer custo”. O chafalho disciplinar da polícia desceu nas costas do povo grevista e, aí, a desordem estava formada.

Ainda no ano de 1917, registrou-se a trágica greve geral em São Paulo, envolvendo 45 mil trabalhadores. Vários choques entre policiais e operários foram registrados. Num deles, a 9 de julho, a Força Pública interveio e o sapateiro Antonio Martinez foi assassinado (12). Em São Caetano, a polícia comete uma série de arbitrariedades, tudo para forçar os operários a voltarem ao trabalho.

“O gráfico Manoel Medeiros, militante e líder ativista de sua classe, morador antigo de São Caetano, é preso e morto...”

São presos os componentes da comissão de greve e conduzidos para São Paulo, depois de esbofeteados e insultados no posto policial. O delegado diz aos policiais que conduziam os presos: Se eles tentarem fugir, atirem, pois matar grevistas não é crime. São inimigos da ordem (13).

Ainda o ano passado — lembra o espanhol Sancho — quando da criação da natimorta Aliança Nacional Libertadora, que reivindicava diversos programas políticos, como a famigerada reforma agrária e liberdades democráticas, vários sindicatos da região aderiram, sem restrições.

O governo contra-ataca e cria a Lei de Segurança Nacional. A ANL é posta na clandestinidade. Muitos ativistas e líderes sindicais são presos para “averiguações”. Marcos Andreotti foi condenado a dois anos de prisão (14).

Os líderes e componentes da comissão de greve eram apanhados e conduzidos presos em camburões pretos e todos fechados e despejados na Rua dos Prazeres, no bairro do Catumbi, onde ficava a terrífica e mal-assombrada prisão de Segurança Pública Maria Zélia, antiga fábrica desativada, desde a revolução do General Isidoro, e que fora transformada em prisão política. O gráfico Manoel Medeiros, militante e líder

ativista da sua classe, morador antigo em São Caetano, é preso e morto no maldito presídio da Maria Zélia (14).

O nosso velho Sancho fez uma pausa na sua narrativa. Depois de alguns segundos ele perguntou ao meu pai, sem mesmo levantar os entristecidos olhos do chão.

Senhor Roberto: sabe, por acaso, por onde anda o nosso amigo Plácido? — Não. Meu pai não sabia.

— Esta situação toda de descabro, senhor Roberto — continuou o nosso amigo — faz-me lembrar, com horror, outubro de 1919, quando são expulsos do País mais de 100 militantes e líderes sindicais de São Paulo, São Bernardo, Santos, Rio de Janeiro, Niterói, sob pecha de “perigosos agitadores anarquistas” (15).

— O que não é o caso do nosso amigo, emendou meu pai, pois não foi o senhor mesmo a me dizer que o senhor Plácido era pessoa moderada; nunca se envolvendo em distúrbios e comícios mal sucedidos?

— *Sí, por supuesto*, completou o amigo “ferro-velho” — mas também não devemos nos esquecer que o líder Pablo Ruíz nunca simpatizou muito com ele.

A Companhia Mecânica Importadora era um verdadeiro foco de rebelião e descontentamento e só nesse ano de 1937 sofreu por duas vezes greves terríveis. Uma delas, a atual, já durava mais de dois meses e as conseqüências, por demais desastrosas.

O líder Pablo Ruíz e mais um amontoado de trabalhadores grevistas foram presos e jogados no tétrico camburão negro do presídio Maria Zélia. Os presos, depois de entrados pelos portões da prisão, perdiam todo contato com a vida exterior.

O líder Pablo Ruíz ficou cinco horas, somente, detido. Foi solto e voltou para casa. Dos doze grevistas presos, depois de fichados, sofreram agressões e vexames; nove foram soltos duas semanas depois; três estrangeiros seriam, naturalmente, processados sumariamente e expulsos do País como elementos subversivos.

O seu Sancho, sempre bem informado a respeito de tudo o que acontecia na Mecânica, temia pelo que pudesse acontecer ao nosso amigo em comum. Ainda era bem recente, em sua memória, o acontecimento nos meados deste mesmo ano, com o seu desditoso patricio, o sapateiro Francisco Marques, livre-pensador e militante que, denunciado, é preso, exilado e ao chegar à sua querida Espanha é entregue aos bealequins da abominável ditadura franquista, e sem um julgamento justo, Francisco Marques é fuzilado (16).

Estávamos atravessando o mês de janeiro de 1938. Eu fizera o vestibular e acabara de ingressar na Politécnica. As greves na Companhia Mecânica Importadora já faziam parte do passado. O ano-novo havia se iniciado em todo o País com relativa calma. Eu diria: calma até demais. O tio Plácido, impossibilitado de passar o Natal com a nossa família, viera almoçar conosco. Passamos a tarde sem muita alegria, pois todos nós sabíamos de sobejo o muito de preocupações que presentemente acometiam o nosso querido tio.

Eu ficara aconchegado no meu quarto, lendo um livro interessante e quando me dei conta já eram quase duas horas de uma madrugada chuvosa e fria. Quando me dispunha a deitar, ouvi correria de carros que a calada da noite fazia aumentar, e muito, o ruído dos motores, sem escapamento.

Vozes falavam alto e, dentre essa confusão de vozes se destacava a do ferro-velho que discutia algo com outras pessoas. Uma hora depois, com a partida dos barulhentos carros, um silêncio de morte abateu-se sobre a nossa rua. A chuva recrudescera e já agora caía em grande volume.

Com as primeiras claridades da manhã, o nosso amigo Sancho, com a fisionomia em estado lamentável, olhos pisados e maldormidos, procurou o meu pai e relatou-lhe com detalhes o acontecido antes. Bastante transtornado, meu pai nos deu conta de que o nosso querido tio e meu grande amigo havia sido preso e encaminhado para interrogações.

Naquele mesmo dia, meu pai procurou entrar em contato com o coronel Policarpo Moura, oficial da Força Pública, aposentado compulsoriamente depois da Revolução de 32. O coronel era parente próximo do sócio do meu pai na Companhia Construtora e tinha trânsito livre nas diversas delegacias de polícia. Infelizmente, a busca foi infrutífera. Nenhum sinal do tio Plácido.

O advogado Lázaro Maria da Silva interessou-se pelo caso, foi até o Consulado espanhol, na esperança de obter ajuda. Prometeramaju-

dar, mas ninguém fez nada. O cônsul, recém-credenciado, delicadamente deu a entender que não desejava envolver-se em um caso político.

Nada feito! Do sr. Plácido nem sombra. Todos nós temíamos que acontecesse com o *tio* o sucedido com o desditoso sapateiro Francisco Marques.

Em uma tarde de sábado, durante as férias da faculdade, estava eu espichado na rede nordestina, armada na varanda de casa, e lia um livro que acabara de comprar, quando divisei o nosso vizinho ferro-velho que, parado diante do jardim da minha casa, cumprimentou-me: *buenas tardes*, senhor Jairo. Poderia vir à minha casa, por favor, preciso falar-lhe.

"A Companhia Mecânica era um verdadeiro foco de rebelião e descontentamento, e só nesse ano de 1937 sofreu, duas vezes,..."

Boa-tarde, senhor Sancho. Levantei-me, deixei o livro aberto sobre a rede e acompanhei o nosso vizinho.

Dona Rosário, quando me viu, acenou-me com a mão sorridente. O ferro-velho levou-me para dentro do quarto do *tio* Plácido e contou-me que antes de o prenderem, ele lhe havia dado ordens para em caso de desaparecimento, o *tio* já sabia de antemão da gravidade do seu caso — se desfizesse dos seus pertences. Os seus queridos livros deveriam ser doados à biblioteca do centro cultural do Sindicato dos Metalúrgicos; com exceção do *Dom Quixote de La Mancha*, que deveria ser entregue ao Sr. Jairo — dizia um bilhete deixado pelo meu *tio*, e, comovido, passou às minhas mãos os dois volumes, em edição raríssima, a obra-prima do grande Cervantes. Instintivamente, abri o primeiro volume na segunda página, li com a voz embargada pela comoção daquele momento.

"Para mí grande amigo Jairo, con un saludo afectuoso, do *tio* Plácido.

Com uma lágrima de saudade nos olhos, estendi a mão espalmada para o amigo ferro-velho apertar, e agradei: — Muito obrigado, *tio* Sancho.

Notas

- (1) *Stopinsky Brussolo*, Armando — *Tudo pelo Brasil*.
- (2) *Sesso Jr.*, Geraldo — *Retalhos da Velha São Paulo*.
- (3) *Xavier*, Sônia Maria Franco — *Raízes* nº 5.
- (4) *Médici*, Ademir e Suely Pinheiro — *Primeiro de Maio e os Principais Momentos da Luta Sindical em São Bernardo 1902-1990*.
- (5) *Branco*, Ribeiro Eurico — O Livro que Lucas não escreveu.
- (6) *Idem*, *ib.*;
- (7) *idem*, *ib.*;
- (8) *idem*, *ib.*;
- (9) *Médici*, Ademir e Suely Pinheiro; *op. cit*
- (10) *idem*, *ib.*;
- (11) *idem*, *ib.*
- (12) *Martins*, José de Souza (pesquisas);
- (13) *idem*, *ib.*
- (14) *Médici*, Ademir e Suely Pinheiro; *op. cit*.
- (15) *ib.*
- (16) *Martins*, José de Souza; *ib*

(*) *Jayme da Costa Patrão* é pesquisador do Gipem (Grupo Independente de Pesquisa da Memória do Grande ABC).

Rezas, benzeduras e simpatias

José Antipa WARD (*)

A melhor maneira de se compreender e estudar a cultura popular de uma região seria observar a sua religião. Ela nos aparece toda luminosa e colorida e, mais do que em outros níveis de estudo da vida social e dos seus arquétipos, ela nos surge em estado de supremacia, em ebulição, ora para sobreviver ou para se impor em meio a batalhas sagradas e profanas entre a elite que domina e o servilismo dos que são dominados.

Quicá, o melhor modo de observar essa religiosidade não é descrevê-la através dos dogmas, ritos ou livros canônicos, mas conversando e perguntando diretamente a quem pratica a religião popular com todo o seu colorido e sabença na figura dos magos, beatos, místicos e benzedores, talvez mais aceitos pela maioria do povo simples do que o sacerdote formado em Teologia, o babalorixá catulado ou o presbítero sisudo. Vão aí as minhas experiências neste campo; não sou sociólogo, historiador ou antropologista; sou um curioso e apaixonado pesquisador das coisas populares deste São Caetano, pequenino gigante.

1. Histórico (breve)

No fim da década de 60, emigraram para São Caetano as primeiras famílias de nordestinos, vindos principalmente do Piauí, Alagoas e Pernambuco, e instalaram-se na cidade nas áreas ribeirinhas por serem, na época, de aluguel mais barato (pois estas famílias eram de baixo poder aquisitivo). Vieram com seus sonhos, sua cultura e sua religiosidade, arranjaram profissões humildes e, com muito esforço, conseguiram alguns comprar uma pequena propriedade, ou mesmo terrenos grandes

e que, às vezes, eram divididos em minipropriedades, os "quartos" alugados para outras famílias. Alguns cidadãos em sua terra tinham a fama de excelentes rezadores e benzedores e, quando vieram para cá, continuaram a cultura, as tradições de seus antepassados e alguns adquiriram grande fama como tal. Por vezes um bairro inteiro procura esses "ensinadores de milagre" para obter conselhos, remédios, lenitivos para os seus males morais, físicos e espirituais.

Foi na casa ou no quintal desses benzedores que pesquisei e anotei a interessante variedade de rezas, mandingas e simpatias que passo a descrever neste pequeno trabalho.

2. Como penetrei nesse mundo maravilhoso

Sendo médico do Serviço Público, há quatro anos atuante nos bairros São José e Prosperidade, conquistei amizades e fui apresentado aos que eram procurados, às vezes, pelos moradores dos bairros chiques da cidade para obter conselhos. Não foi fácil, nas primeiras vezes, conquistar-lhes a simpatia e a confiança; só após um satisfatório convívio é que concordaram em explicar-me algo de seu mundo todo particular, após eu jurar "pela minha felicidade", "em nome do pai oxalá e de todos os anjos de guarda" que nunca iria revelar os seus nomes "no papel" para "não quebrar o encanto e tirar a clientela".

3. Termos usados no trabalho

Rezador: é aquele que reza com ou sem simpatia;

Benzedor: é o que faz a oração com ramos e galhos de árvore, objetos de culto, etc.;

Raizeiro: é o que conhece as propriedades terapêuticas das plantas medicinais;

Curador: é o que cura com orações, plantas, benzimento, etc.;

Sanapismo: é uma mistura de remédios quentes servidos como papa;

Chá: é erva que se ferve para beber;

Garrafada: é uma composição de ervas misturadas com pinga ou álcool;

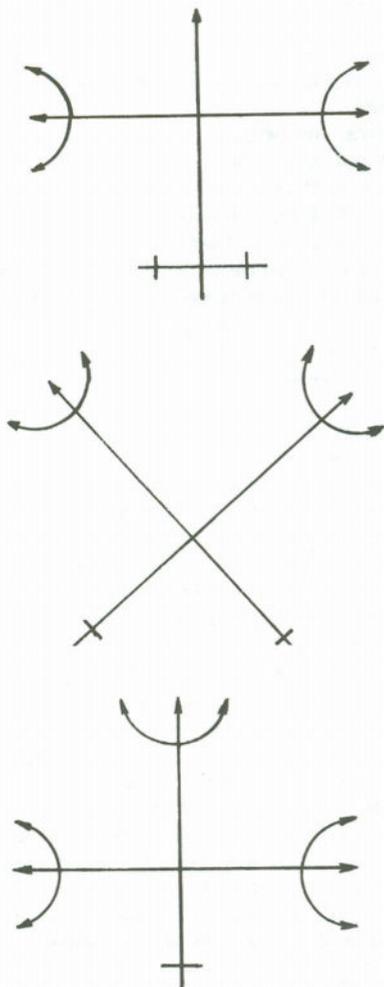
Simpatias: são superstições e remédios feitos sem que a pessoa a ser visada saiba do que foi feito.

Obs.: As plantas às vezes mudam de nome de região para região e certas orações e benzimentos também mudam de forma.

4. O local de trabalho

São casas ou quartos simples; às vezes na entrada da casa encontramos o "Exó do Exu". i.é, uma casinha de madeira, em cujo interior se encontram as ferramentas da entidade que vigia a casa". A ferramenta pode ter uma das seguintes formas:

Ilustração: Amélia Ponce Nascimento Bueno



ou outras formas, de acordo com o "Exu da casa".

Este "Exó" fica geralmente à esquerda de quem entra... Na sala de espera, encontramos fotografias ou imagens pintadas ou esculpidas de Jesus Nazareno, da Sagrada Família ou da Virgem Maria, iluminados por velas de sete dias. Na sala também, às vezes, encontramos, em cima de algum móvel, fotografias do iniciado com alguma personalidade famosa ou participando de algum evento filantrópico que envolve o seu nome ou a sua casa. Ainda na sala de espera, pode-se sentir odor de incensos, uma mistura de mirra, alecrim, benjoim e alfazema. Este odor é mais forte quando o benzedor está em consulta. Enquanto você está aguardando, é servido um café ou um chá pela esposa do benzedor

ou alguém que, por pura solidariedade ou missão, ajuda nos afazeres e nas tarefas daquela casa de milagres.

Entrando diretamente na sala de consultas, encontramos uma pequena mesa onde estão colocados colares, guias, velas acesas ou não, um copo d'água, porta-incenso, uma ou duas imagens de santos divinos, tais como Santo Expedito, São Lázaro, São Roque, São Jerônimo, São Jorge, Santa Bárbara, São Sebastião ou São Francisco de Assis, entre as mais freqüentes. Por vezes, encontramos búzios, se o benzedor os utiliza como instrumento de trabalho.

Nas paredes, há fotos de índios, pretos velhos, padre Cícero, padre Damião, colares, arco e flexa entrecruzados, imagens de orixás ou mestres do Catimbó e, num dos cantos um outro móvel que serve de altar, também esculturas de padre Cícero, diversos pretos-velhos, um ou outro Caboclo, velas acesas e, no fundo, a imagem de Jesus Cristo só ou com a Virgem Maria. No quintal encontramos quartilhas, bacias, alguns animais bípedes ou quadrúpedes e, em alguns lugares, uma bandeira hasteada, simbolizando o orixá tempo.

5. A consulta

Quando o consulente entra na sala de trabalho, explica o seu problema, que pode ser financeiro, social, físico ou moral, ao curador. Este, através de garrafadas, trabalhos espirituais, simpatias, amuletos, talismãs, rezas ou benzeduras, procura minorar o sofrimento daquele que o procura. Dinheiro não entra, por ser um "negócio sujo". Mas o consulente pode se propor a "ajudar o Santo da casa" ou adquirir o material usado para o trabalho, ou somente para o dono da casa "comprar umas velas para o seu altar".

Na saída, após um prazo estipulado pelo rezador, o consulente se propõe a voltar outro dia para ver os efeitos de suas rezas e preces ou seus remédios receitados pela sabedoria tradicional dos guias e chefes espirituais.

6. Alguns rezadores da cidade

1 — J.R.P., nasceu em 1930, em Agudos, Piauí. Diz que tem o dom de curar com rezas e plantas. Aprendeu com 11 anos, quando começaram a manifestar-se esses atributos. E desde então não parou mais. Veio para São Paulo com 50 anos, após o falecimento da esposa. Hoje mora com um filho na Rua José de França Dias, Bairro São José. Atende só aos amigos; não tem casa aberta ao público. Pede para escrever o nome num pedaço de papel branco. A seguir, enrola o papel numa madeira pequena, joga a brasa dentro de um copo e reza.

Benzeção para dor de cabeça

*Deus é o sol
Deus é alva
Deus é a estrela
Deus é a claridão do dia
Deus é a claridão da noite
Deus é a enxaqueca
Vou te tirar esta dor de cabeça*

Ele reza colocando uma mão na testa e outra na nuca. Depois coloca a mão esquerda por cima da cabeça, com a direita em cima da esquerda.

Contra "Hemorragia Interna"

Arnica Branca, aço da terra, monte de sete sereno, refresco do campo, pó da terra; cozinham-se as raízes juntas. A infusão deve ser bebida após às 18 horas.

Benzeção para mau olhado

*Eu rezo em nome de...
De mau olhado, inveja e olho atravessado
Ou do mau vizinho
Ou do bom vizinho
Ou do pecador
Se botar mau olhado na criança
Vós tirais e varreis
Jogais nas ondas do mar
Com os poderes de Deus e da Virgem Maria
Amém.*

A seguir, reza um *Pai-nosso* e uma *Ave-Maria*.

2 — O.F.B., nasceu em Arapiróca, Alagoas, veio para São Caetano com 43 anos. Desde os 20 sabe benzer; aprendeu com o pai e o tio. Tem hoje 54 anos; morava na rua Safira, Bairro da Prosperidade.

Benzeção para carne quebrada

O que é que eu coso?

Assim mesmo eu coso

Ossos rendidos, nervo magoado, veia sentida, carne quebrada

Assim mesmo eu coso

Em louvor de São Frutuoso.

Obs.: Durante a benzeção, ele usa uma agulha e linha e vai costurando um pedaço de pano em cima do local machucado.

Ao terminar, o pano fica costurado sete dias.

Simpatia para dor de dente

Colocar a mão direita no local da dor e rezar um *Salve-Rainha* para Nossa Senhora do Desterro.

Benzeção para engasgo

Homem bom, mulher má

Casa malhada, esteira de palha

O mal por onde entra, sai.

Obs.: Reza uma vez só com as mãos em forma de cruz, em cima do pescoço. A seguir, reza um *Pai-nosso* e uma *Ave-Maria*.

3 — A.V.F., 53 anos, nasceu em Deodoro, Alagoas. Está em São Caetano há 21 anos. Aprendeu a rezar com a esposa que era famosa benzedeira em sua terra. Após a separação, veio morar em São Paulo, mudando-se, a seguir, para São Caetano; morava à Avenida Eng. Dr. A. A. Pereira, Bairro São José. Dava consultas às terças e sextas-feiras, gratuitamente.

Oração contra cobreiro

Meu Pai que roga é aquele?

— Filho é o fogo do cobreio.

Meu Pai com que acalma aquele fogo?

— Meu filho é com terra da Geva e Ave Maria

Pai, Nossa Senhora do Livramento, cortai este cobreio.

Garrafadas contra diabetes

Chapéu de couro, alho roxo, folha de figo, folha de abacate, jumbela (raiz), suco de agrião, sumo de hortelã, erva doce, colher de coentro — cozinha-se tudo junto com um copo de conhaque, coa-se e toma-se, diariamente.

Benzimento para erisipela

Ezipa deu no Tutano

Do Tutano deu no osso

Do osso deu na veia

Da veia deu na carne

Da carne deu na pele

Benzeção para mau olhar

Maria de Jesus

Eu te benzo de quebrante

Zóio ruim, mau olhar

Este maldito óio comungado

Puseram com dois, eu tiro com três

Benzeção contra dor

Pra onde vai José?

— Não sei, Sinhô.

O que é José?

— Uma dor, Sinhô.

José, se for dor, passa;

Se for bicho, morre

Se for vento, vaste.

Para dor de dente

Que tem pelomba?

— Dor de dente, Senhor.

Levanta e anda pelomba,

Seu dente aliviou.

4 — L.T.M., 39 anos, nasceu em Teresina. Mora em São Caetano há 20 anos. Aprendeu a benzer com 15 anos. É viúva há três anos. É bem procurada no Bairro São José, onde morava na rua Padre Mororó. É especializada em benzer crianças.

Benzeção para quebranto

Esse olho excomungado que te pôs

Vai por cima de quem te pôs

Dois te pôs

Três te tira

Repete esta oração três vezes, com três ramos verdes em gesto da cruz, várias vezes. A seguir, reza um *Pai-nosso* para o Santo do Sia.

Benzeção para Impetigo (Impingem)

Impinge, rabinge,

Vai te daqui

Que hoje já comi, já bebi

A água do Nosso Senhor Jesus Cristo sobre ti,

Fora daqui.

Obs.: Repete três vezes, usando três ramos verdes molhados na água em cima da enfermidade com gestos em cruz. Reza, a seguir, uma *Ave-Maria* e um *Credo*.

Simpatia para tirar lombriga

Com o poder de Deus Pai

Com o poder de Deus Filho

Com o poder da Virgem Maria

Com o poder do Espírito Santo

Jesus retira a lombriga deste Filho de Deus.

Obs.: Depois de falar a oração, fazendo muitos sinais da cruz na barriga da criança, escreve-se o texto num papel branco e faz-se um breve. A seguir, amarra-se num cordão em volta da cintura da criança.

Reza para criança andar

Lua nova de três dias

Deus te crie, lua nova

Quando você for que vier

Esse menino já está andando.

Reza três *Pai-nosso* e três *Ave-Marias*.

Conclusão

Observa-se, analisando estes exemplos, que há na cidade, campo para essas formas de crença que, pelo poder da sugestão, podem tornar-se eficazes. Certos contatos com estes são, às vezes, gratificantes para quem procura lenitivo para os seus males. É mais comôdo, é mais direito, é mais humano do que a Medicina tradicional com os seus comprimidos, xaropes e injeções dolorosas, além de não envolver o fator dinheiro, que anda tão escasso no bolso do cidadão humilde.

Não desejo questionar o valor científico dessas garrafadas e benzedeadas. Estou mudo, apenas, com as armas da observação. As pessoas que entrevistei, após as consultas sentem-se em paz e com a certeza de que vão sair com alguma melhora do corpo e do espírito.

Muitos versos citados e outros que foram colecionados são verdadeiras jóias do fabulário e misticismo popular, dignos de figurar em qualquer antologia de folclore e servem de base de estudo mais profundo para os cultores e pesquisadores da sabença popular.

(*) José Antipa Ward é médico, pesquisador e presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de São Caetano do Sul

Rotary em São Caetano

Urames P. SANTOS (*)

O nível sócio-econômico de uma comunidade pode ser medido pelo número de clubes de serviço que possui. Em São Caetano do Sul existem muitos, entre os quais quatro clubes rotários.

As origens do Rotary em toda a região do ABC remontam a setembro de 1936. Naquela ocasião, o advogado Paul Harris, fundador do Rotary Internacional, viera de Chicago e hospedara-se na residência do eng. Armando de Arruda Pereira, então diretor da Cerâmica São Caetano e sócio do Rotary Clube de São Paulo. Nos jardins da mansão, situada onde hoje confluem as ruas Eduardo Prado e 1º de Maio, o ilustre visitante, ao plantar um cedro como símbolo de sua amizade, disse a Armando: "Dentro de poucos anos, toda esta região terá um grande desenvolvimento e, então, será a hora de plantarmos muitos Rotaries por aqui".

Em 1940, Armando de Arruda Pereira assume a presidência do Rotary Internacional, tendo sido o primeiro brasileiro a ocupar tal posição. Mas, foi somente em 1949 que o Rotary Clube de São Paulo, representado por Adalberto Bueno Neto, funda o primeiro Rotary Clube do ABC: o Rotary Clube de Santo André. Ainda em seu segundo ano de vida, esse clube, presidido por João Evangelista de Paiva Azevedo, constitui uma comissão cujo objetivo era estudar a formação de um Rotary Clube em São Caetano do Sul. Os entendimentos iniciais foram feitos no gabinete de Ângelo Raphael Pellegrino, primeiro prefeito do Município recém-criado. Dele se obteve um irrestrito apoio à iniciativa. Graças ao seu indiscutível prestígio, conseguiu reunir ali um bom grupo de profissionais e empresários interessados. As reuniões preliminares acontecem no Instituto de Ensino de São Caetano do Sul e no São Caetano Esporte Clube, ainda na Rua Perrela. A 11 de março de 1951 foi constituído o clube provisório numa reunião no Restaurante São Caetano, à Rua João Pessoa.

Participaram como orientadores insígnies rotarianos de São Paulo e de Santo André, tais como Adalberto Bueno Neto, Herbert de Arruda Pereira, Francisco Garcia Bastos, Jorge Beretta e Vicente Martins Junior. A primeira reunião oficial do Rotary Clube de São Caetano do Sul

realizou-se a 19 de maio de 1951 na sede do General Motors Esporte Clube, em magnífico jantar festivo quando lhe foi entregue a Carta de Admissão ao Rotary Internacional. Na qualidade de fundadores estavam: Alberto Wilhelmsen, Alfredo Rodrigues, Anacleto Campanella, Anibal Cantos, Antonio Caparrós Guevara, Armando Marcon, Benito Campoi, Biagio Cersosimo, Celso W. Marchesan, Geraldo Cambaúva, Girz Cogan, Helio Migliori, Isac Goldberg, Jordano P.S. Vincenzi, João Milo Ferrari, José Luiz Fláquer Neto, José Varela, Lauro Garcia, Manuel Cláudio Novaes, Mário Porfírio Rodrigues, Olindo Quaglia, Oswaldo Falchero e Ricardo Falchero. Como presidente para o período de 1951-1952 foi eleito José Luiz Fláquer Neto, médico, descendente de tradicional família da região.

O Rotary é uma instituição que reúne elementos de diferentes profissões e atividades representativas de um corte vertical da sociedade. Sem distinção de crenças, raças e ideologias, adota a ética e o companheirismo como condições essenciais para fomentar e estimular o ideal de servir.

A participação do Rotary na comunidade sancaetanense seguiu a mesma curva evolutiva das condições econômicas, sociais e psicossociais do Município, procurando adequar o seu trabalho às necessidades mais prementes da coletividade. Assim, os seus primeiros passos foram no sentido de ajudar instituições já existentes como a Sociedade Hospitalar S. Caetano, o Hospital da Beneficência Portuguesa, a Creche do Instituto N.S. da Glória, a Associação Santa Luzia de Amparo aos Cegos, o Asilo Irmã Tereza à Velhice Desamparada e muitas outras. São dessa época os Concursos de Robustez Infantil, a distribuição de Cestas de Natal e enxovais para recém-nascidos de famílias de baixa renda.

Em 1953, o Rotary participa da fundação da Apami (Associação de Proteção à Maternidade de São Caetano do Sul) e da construção do primeiro Posto de Puericultura do Município, e que recebeu o nome de Aracy Torres Campanella, presidente daquela entidade e esposa do então Prefeito Anacleto Campanella.

No âmbito cultural, o Rotary promoveu a criação de uma Bibliote-



Instalação do Rotary Clube de São Caetano do Sul, em 19 de maio de 1951, durante jantar festivo realizado no General Motors E. C.



Palestra da Irmã Julieta de Lourdes, do Instituto Nossa Senhora da Glória, a primeira religiosa a falar em Rotary, em 6 de setembro de 1954

ca Pública a ser mantida pela Municipalidade e que, a 6 de dezembro de 1954, passou a denominar-se Biblioteca Pública Paul Harris, em homenagem ao fundador do Rotary Internacional.

No biênio 1953-1954, o Rotary teve papel preponderante na solução do problema telefônico da região, o que resultou na criação da C.T.B.C. (Companhia Telefônica da Borda do Campo), dirigida por rotarianos durante muitos anos.

A fim de deixar marcada a atuação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, e da qual participaram alguns filhos de São Caetano, o Rotary constrói o Monumento aos Expedicionários, inaugurado a 8 de maio de 1955, na confluência da Avenida Goiás com a Rua Alegre.

Para relembrar a atuação do eng. Armando de Arruda Pereira no setor político e social de São Caetano, o Rotary constrói e doa à Municipalidade uma herma com o busto do insigne rotariano, inaugurada a 12 de novembro de 1956, na confluência das ruas Baraldi e Manuel Coelho.

Procurando resolver problemas relativos à indústria local, o Rotary consegue, através de um trabalho persistente do rotariano Christovam Miguel Sanches, a instalação em São Caetano de uma Delegacia do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), o que se deu a 29 de março de 1957. Em julho desse mesmo ano, o Rotary patrocina a edição do livro S. Caetano do Sul em IV Séculos de História, escrito por José de Souza Martins, hoje emérito professor do Departamento de Sociologia da USP. Datam dessa época a promoção de exposições de artes plásticas e fotográficas bem como a educação de trânsito nas escolas do Município.

Em virtude dos consideráveis serviços aqui realizados, bem como pelos seus méritos pessoais, foi indicado e aprovado pelo Rotary Internacional o nome do dr. Manuel Gutierrez Durán, do Rotary Clube de São Caetano do Sul, para governador do Distrito 461, que incluía algumas dezenas de Clubes do Estado de São Paulo. O dr. Durán ocupou o cargo no período de 1960-1961.

A juventude sempre foi uma preocupação do Rotary. Já em 1954 organizava o Clube Pan-Americano com alguns alunos do Instituto de Ensino de São Caetano do Sul, graças ao apoio de seu diretor, Prof. Vicente Bastos. Dando maior amplitude ao movimento cívico, funda-se o Orbis Clube em 1956. Mais tarde, seguindo padrões internacionais, surge o Rotaract em 1969 e o Interact em 1974. O Escotismo, o Bandeirantismo e a Guarda Infante-Juvenil sempre foram apoiados pelo Rotary.

A maior parte dos serviços assistenciais é de responsabilidade das esposas dos rotarianos. Para melhor coordenação dos trabalhos, seguindo o exemplo de outros clubes, foi criada a Casa da Amizade de São Caetano do Sul, instalada a 21 de maio de 1962 com sede provisória em uma sala do Edifício Vitória. Sua idealizadora e primeira presidenta foi dna. Irma Christiane Humbert Bottas, que contou com inestimável cooperação de dna. Maria José Durán.

Com o objetivo de ampliar a sua ação dentro do Município, o Rotary Clube Caetano do Sul cedeu parte de seu território para a criação de um novo clube em 1967. Assim, sob orientação dos rotarianos Antonio Augusto da Silva e Oswaldo Falchero foi instalado o Rotary Clube

de São Caetano do Sul — Oeste, que recebeu sua Carta de Admissão a 1º de fevereiro daquele ano. Contava com 29 sócios que elegeram como primeiro presidente Alarico Suhadolnik.

Nos anos de 1971 a 1974, a Casa da Amizade e os Rotaries dedicam-se à construção, à Rua Justino Paixão, do novo Edifício do Lar do Menino Jesus, um abrigo para menores mantido pela Diocese de Santo André.

Em setembro de 1972, o Rotary Clube de São Caetano do Sul cede mais uma parte de seu território para a criação do Rotary Clube de São Caetano do Sul — Leste. Foram orientadores os rotarianos Mustapha Abdouni e Abid João Kirche. Eram 14 os sócios fundadores e foi eleito seu primeiro presidente Álvaro Marconi.

Nos anos de 1976 e 1977, a Casa da Amizade constrói sua sede própria em um terreno à Rua Cavalheiro Ernesto Giuliano nº 1.253, cedido pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Ali passam a funcionar cursos profissionalizantes e uma creche que recebeu o nome de Lar "Iracema Flores Vincenzi" em homenagem a uma de suas sócias, falecida, pelos seus trabalhos àquela entidade. Nesses dois anos a presidência da Casa da Amizade foi ocupada por dna. Elizabete Pardo Garbelotto e Diomyra Reys Giovanini, respectivamente.

A possibilidade de um trabalho em conjunto dos Rotaries existentes no Município e a necessidade de que fossem unificados os seus projetos maiores resultaram na criação da Fundação dos Rotarianos de São Caetano do Sul. A 19 de maio de 1981, na sede da Casa da Amizade, foi realizada uma assembléia com rotarianos dos três clubes. Nessa ocasião, foram aprovados os estatutos da fundação e eleitos os membros do Conselho Deliberativo, ficando como presidente dr. Manuel Gutierrez Durán; vice-Presidente, Ademar Salgosa e 1º Secretário, Mauro Russo. A 22 de junho do mesmo ano foi eleito o Conselho de Curadores ficando na presidência João Caparrós Ruiz.

O primeiro grande trabalho da Fundação foi a criação do Colégio Eduardo Gomes, instalado a 15 de fevereiro de 1982 no Edifício do IMES (Instituto Municipal de Ensino Superior) cedido pela Municipalidade. Organizado com base no Colégio Rio Branco, de São Paulo, oferece elevado nível de ensino aos jovens de São Caetano. O seu primeiro diretor foi prof. Milton Andrade. Posteriormente, essa escola foi transferida para o edifício da Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul.

A 3 de abril de 1987, o Rotary Clube de São Caetano do Sul — Leste divide sua área de trabalho com um novo clube: o Rotary Clube de São Caetano do Sul — Olímpico. Foram responsáveis pela sua organização os rotarianos Vanderlei Moreira dos Santos e Iberê Di Tizio. Como presidente, foi eleito Raul Wosniak.

No setor da saúde, o Rotary sempre participou das campanhas de vacinação e de prevenção do câncer promovidos em São Caetano.

O ecossistema também conta com o interesse dos rotarianos representados nas campanhas antipoluição do ar e dos córregos pelo aumento da arborização e deposição da Represa Billings.

Nesses últimos anos, os quatro Rotaries de São Caetano têm se dedicado com afinco à Campanha Polio-Plus para a erradicação da poliomielite e outras endemias. Por outro lado, o Intercâmbio Internacional de Jovens, promovido pelo Rotary, tem permitido uma excelente troca de conhecimentos culturais entre a juventude sancaetanense e a de outros países.

Para cobertura financeira de suas obras assistenciais o Rotary e a Casa da Amizade promovem diversos eventos de caráter público. A Feira das Nações, realizada durante muitos anos desde maio de 1968, destacou-se pela grande repercussão social.

Esta é a história do Rotary em São Caetano nesses quarenta anos. Ao escrevê-la, procuramos aternos a fatos pertinentes ao Município e que, tanto possível, não fosse personalizada a atuação de cada clube ou de cada rotariano, porque todos, temos a certeza, trabalharam com um só objetivo: servir.

(*) Urames P. Santos, engenheiro da Cerâmica São Caetano S.A., de 1946 a 1971, foi vereador em São Caetano do Sul na 2ª Legislatura 1953-1957 e na 3ª Legislatura (1957-1961). O Autor pertence ao Rotary Clube de São Caetano do Sul desde junho de 1952.

Projeto Editorial

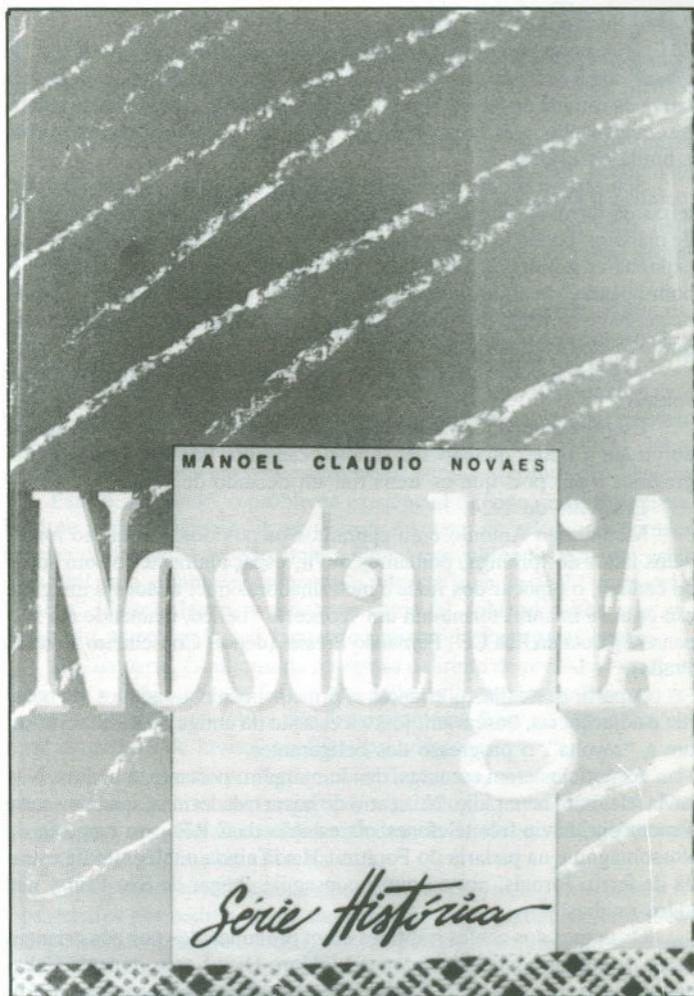
Livros resgatam História da cidade

Com o objetivo de documentar vários períodos distintos da História do Município, a Prefeitura de São Caetano lançou, em 1991, projeto editorial que consiste na publicação de livros inéditos. O volume de crônicas de Manoel Cláudio Novaes, autor nascido na cidade, inaugurou o projeto. O lançamento do livro foi realizado em setembro último, nas dependências da Academia de Letras da Grande São Paulo, em cerimônia presidida pelo vice-prefeito João Tessarini e com a presença de numerosos pesquisadores da região e muitos convidados.

O próximo livro, a ser lançado neste ano, é do professor Luiz Gonzaga Piratininga Júnior (originalmente, uma dissertação de mestrado em História, defendida, em 1988, junto ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro), intitulado *Dietário dos Escravos de São Bento* (originários de São Caetano e São Bernardo), que resgata a história de uma família de escravos mantida pelos padres beneditinos na antiga Fazenda de São Caetano.

As crônicas de Novaes, publicadas ao longo dos últimos decênios, revelam um testemunho interessante sobre o passado recente da cidade perpassado por lembranças da infância do Autor, histórias contadas pelos moradores antigos, fatos presenciados pelo cronista. Enfim, o livro representa um misto de testemunho e resgate da memória. De outro lado, a pesquisa de Piratininga Júnior é extremamente original e mostra uma faceta importante da vida de São Caetano de Sul, sob a perspectiva dos que eram aqui trazidos como escravos e viviam dentro da antiga Fazenda de São Caetano.

Com esse projeto editorial, a Prefeitura de São Caetano do Sul investe numa importante área que pouco tem sido beneficiada no País, tornando possível a documentação sistemática da História da cidade, sobretudo através de textos inéditos e originais. Dois outros volumes estão em preparo: um, do professor e sociólogo José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo, que deve abarcar a História de São Caetano entre o final do século XIX e as primeiras décadas do presente século; outro, do jornalista e pesquisador Ademir Médici, cujo trabalho analisa o desenvolvimento dos bairros (sob a óptica dos moradores antigos) e a complexa urbanização a que o Município foi submetido. Publicamos, a seguir, uma crônica de Manoel Cláudio Novaes, extraída do volume *Nostalgia*, e um trecho do livro de Luiz Gonzaga Piratininga Júnior.



Revolução de 1924

Manoel Cláudio NOVAES(*)

Oh! Antonio, por que sua avó está chorando?

A pobre velhinha portuguesa, soluçando, atravessava a rua, ia até a cerca da via férrea, dirigia o olhar lá pelos lados da grande curva da estrada de ferro, para ver se do Ipiranga vinha o trem de subúrbio, retornando após, à porta da sua casa, enxugando as lágrimas com a borda do avental.

Seu esposo vendia doces e frutas junto à estação, ao lado das portais da ferrovia. Numa vitrina portátil, montada sobre quatro pernas de madeira, podendo carregá-la facilmente com o fundo sobre a cabeça, expunha as guloseimas, vendidas a tostão (cem réis) cada: mata-fome, bom-bocado, cocadinhas, queijadinhas, doce de batata, doce de abóbora etc. Num carrinho-de-mão, amendoim, pinhão, laranja, mexericas etc., que os netos ajudavam a carregar.

— Meu avô foi às compras em São Paulo e hoje “rebentou” a revolução.

Estava explicado o motivo da aflição da pobre anciã. A sua agonia durou até à tarde, quando seu esposo, cansado, faminto e sedento regressou, a pé, pois que os trens tinham deixado de correr.

Era julho de 1924.

Meu amigo Antonio e eu apuramos os ouvidos. De lá, ao longe, pelos lados do Ipiranga, podíamos ouvir, espaçadamente, o som surdo do canhão, o pipocar dos fuzis e metralhadoras que, aliados à imaginação criativa infantil, formavam um “concerto” bélico, mantendo em suspense a garota da Rua Cel. Fernando Prestes (depois Conselheiro Antonio Prado).

A partir desse dia, as crianças e, principalmente, os adultos, da nossa rua e adjacências, buscavam, junto à estação da antiga SPR, notícias sobre a “revolta”, o progresso dos beligerantes.

As notícias eram escassas, dando margem, portanto, a boatos. Não havia televisão, nem rádio. No centro de nossa cidadezinha, que me acorre à memória, havia três telefones: na estação da S.P.R., no empório do Rossomagno e na padaria do Foratini. Havia ainda o telégrafo da estrada de ferro. Jornais, um ou outro conseguia chegar de São Paulo, não todos os dias.

Os nomes dos chefes militares eram pronunciados por nós crianças como de velhos conhecidos: general Isidoro Dias Lopes, tenente Cabanas, Potiguara e de outros. Enalteciam-se os feitos, nem sempre verídicos, antes produto de imaginação infantil, deste ou daquele lado, conforme a simpatia.

Versinhos improvisados qualificavam este de ouro, aquele outro de prata; e os menos simpáticos: fulano é de chumbo e beltrano é de lata, fazendo rimar lata com prata.

E nossa cidade, a pequena e pacata São Caetano, pela sua situação geográfica, tornou-se importante para as forças legalistas. Aqui se processava o agrupamento das tropas, sob o comando do general Arlindo, após o que, seguiam para a linha de frente. Tivemo-las de outros estados, vindas por mar, desembarcadas em Santos e, pela estrada de ferro, para o planalto, via mais fácil e mais rápida para atingir a capital paulista, teatro da revolução.

Um batalhão aqui chegado, comandado pelo Cel. Santiago, o qual, segundo se dizia, morreu logo ao entrar em combate, foi sepultado em São Caetano. Posteriormente, os restos mortais foram trasladados para Joinville.

Um dia aqui chegou um pelotão da Marinha. Deram alto aí no centro, próximo à estação da S.P.R. Jovens cansados, sujos, suarentos. A velha e bondosa dona Lívia Brocchin, pesarosa, exclamando *poveri ragazzi*, distribuía-lhes nacos de pão, enquanto outros, secundando-a, acudiam também com água para mitigar-lhes a sede.

Nessa ocasião, papai, Accacio Novaes, era subdelegado de polícia em São Caetano, e enquanto durou a Revolução serviu como contato com o comando militar local. Havia necessidade de salvo-conduto para sair de São Caetano.

Graças ao cavalheirismo da oficialidade e a disciplina das tropas, que lhe granjeou a simpatia da população local, nenhum incidente desagradável registrou-se entre civis e militares.

Ganhou a ordeira população caetanense as atenções do capitão médico Magalhães, o qual, no atendimento dos feridos da frente de luta para o hospital improvisado no Cinema Central, na Rua Perrella, não deixou de atender, graciosamente, através de consultas médicas, elementos do povo que o procuravam.

Não mais posso contar, porque minha família, exceto papai, rumou para a pitoresca, adorável e tranqüila Pilar (atualmente Mauá), de onde ainda sinto saudades, lá permanecendo até o fim da Revolução.

(*) Manoel Cláudio Novaes é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo; foi chefe de Gabinete dos prefeitos Ângelo Raphael Pellegrino e Anacleto Campanella; foi presidente e diretor-executivo do Instituto de Previdência e Assistência Social de São Caetano do Sul. Colaborou em diversos jornais da cidade, com a revista católica *Ecos Estigmatinos*, editada em Casa Branca (SP) e com a revista *II Missionário*, editada em Verona (Itália). É autor do livro *Nostalgia*, co-editado pela Prefeitura de São Caetano e Editora Meca.

Nicolau, escravo de São Bento

Luiz Gonzaga PIRATININGA JÚNIOR (*)

1808. Nesse início do século XIX, uma jovem negra foi trazida para as senzalas de São Bento, em São Paulo. Tinha mais ou menos 15 anos e chamava-se Felizarda.

No conjunto da escravidão, era mais uma das mulheres prontas para o trabalho e para produzir filhos.

Se era crioula, isto é, natural da colônia, ou de “de nação”, não sabemos porque nenhum documento de batismo de seus filhos faz essa especificação. O que, de certa forma, era incomum. A qualificação do nascimento sempre aparecia nos assentos.

Felizarda, como quase todos, se não trabalhasse a terra para as culturas de milho, feijão, arroz etc., ia para a olaria. Ou então, para o fabrico de aguardente.

A vida escrava ainda era rigorosa, bem vigiada, pois o número de monges na abadia era razoável. Além do abade frei João de São Caetano, havia mais cinco freis.

As escravas em geral não trabalhavam na abadia. Só excepcionalmente o faziam. Assim, em 1808, havia 16 homens para servir aos 6 religiosos.

Felizarda teve 9 filhos, batizados na Sé de São Paulo. Tornaram-se adultos, pelas informações que dispomos, 4 filhas: Joaquina, Tomásia, Teresa e Felícia.

Felícia se casou, a única. As outras ficaram solteiras como a mãe. Não há batismos de filhos escravos com mãe de nome Teresa e há vários com Tomásia. Assim, talvez Teresa tenha ficado mesmo sem filhos e Tomásia talvez tenha tido alguns.

Há também muitos filhos de 3 Joaquinas, por isso não podemos identificar quais seriam netos de Felizarda.

A filha Joaquina pariu Guilhermina, mãe de Nicolau, em 1833. Dela, só temos essa informação.

Tomásia faleceu em São Paulo, com 58 anos de idade.

Teresa na Bahia, com 49 e a mãe delas, Felizarda, viveu mais: em sua guia de sepultamento consta 70 anos.

Felícia foi quem atingiu idade mais avançada, 80 anos.

A bisavó de Nicolau, Felizarda, chegou portanto a conhecer bem alguns de seus descendentes. Ao morrer, em 1863, o bisneto tinha 8 anos. Foi enterrada no Cemitério Municipal, hoje Consolação, em vala comum.

O grupo de mulheres vivia junto ao negro Ambrósio da Conceição Oliveira, marido de Felícia e cujos antepassados eram quase todos casados; portanto, esses homens eram responsáveis pela “grande família”. Como dissemos, Joaquina ou Felizmente seriam concubinas, ou a segunda mulher desses homens casados, de acordo com o costume polígino iorubano — fato ignorado pela documentação cristã, naturalmente.

Diante desse passado, é compreensível que Nicolau fosse o patriarca de sua família e o chefe de um pequeno clã com um grande número de mulheres agregadas. Ao nascer, ele já herdaria o complexo mundo de sua senzala.

1855. No dia 17 de setembro, sete dias após seu nascimento (10), o escravo de São Bento, recém-nascido, Nicolau, era batizado pelos escravos Felizardo e Firmina, pertencentes a D. Joaquina Flora da Silva Gomes, senhora de família tradicional.

Era o segundo filho da escrava Guilhermina, nascido em São Paulo. Jovem, de lábios grossos e nariz fino, atraía o abade do mosteiro, frei João de São Bento dos Santos Pereira. Ele era o pai deste menino e talvez de alguns outros filhos que ela ainda teria.

Sem dúvida, ela era de seu senhor e amante, um objeto de prazer e instrumento de trabalho. E nada modificou essa situação; nenhum de seus filhos foi alforriado ao nascer. Isso não interessava ao frei beneditino.

Guilhermina era o mundo de Nicolau. Seios, leite, carinhos, tudo ele recebeu de sua mãe escrava. Se ela não podia ficar com ele, provavelmente suas tias-avós, Tomásia ou Teresa, ficavam.

A mãe “solteira” Guilhermina era mais uma das dezenas que pariam em São Bento. Embora em 1765 uma junta houvesse recebido a permanência de mulheres jovens solteiras nos mosteiros, na idade de 15 a 40 anos, “por se evitarem perigos espirituais”, nada deve ter sido feito para se efetivar a deliberação. A junta estipulara que as moças deveriam se casar no prazo de seis meses; caso contrário, seriam vendidas. Ficaram como letra morta tais preocupações; o “perigo espiritual” foi mantido.

Esse é, no fundo, o problema existencial da vida de Guilhermina. Bem ou mal, obrigava-se a ser sempre discreta em relação às atitudes sexuais de frei João de São Bento. Como concubina de um frei, seria alvo fácil para a língua popular que a julgasse uma terrível “mula-sem-cabeça”. Talvez alguém a apontasse como tal, julgando ainda que pudesse sair às sextas-feiras, lançando chispas de fogo pelas ventas.

De sua parte, Guilhermina reservava o direito de revelar a Nicolau, quem era o “pai incógnito”. Para ela, dada a circunstâncias do vazio religioso em São Bento, talvez não fosse problema fazer tal revelação, em geral causadora de muitos conflitos psicológicos.

À vista de numerosos batismos de ilegítimos, somos levados a crer que essa situação criou um arquetipo na psicologia social brasileira. Daí a razão para o grande sucesso dos melodramas e novelas atuais, que sempre exploram o tema do filho natural.

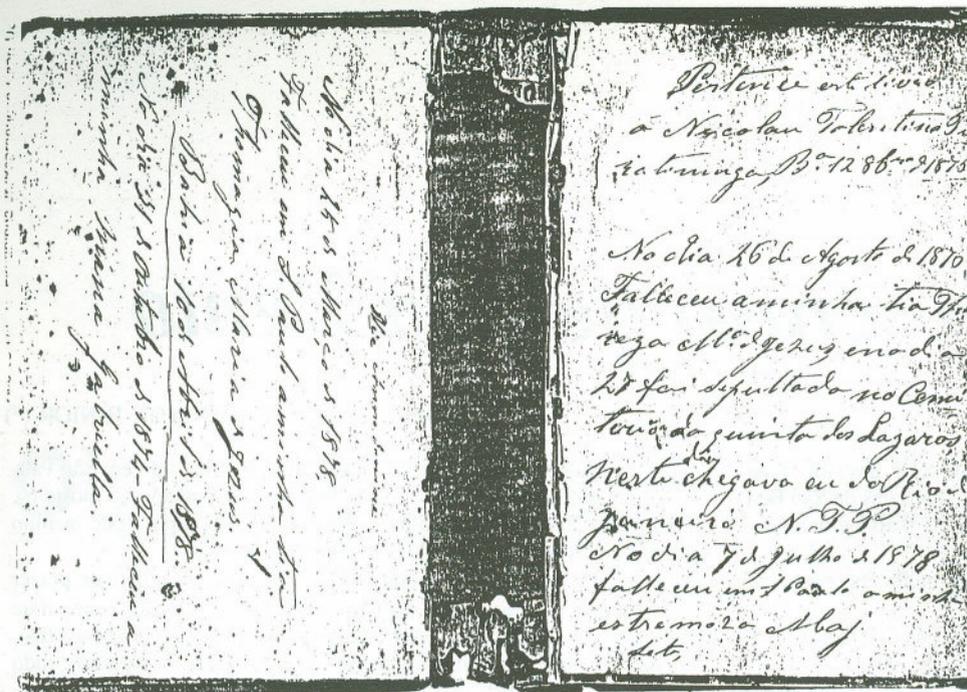
Houve quem acreditasse, como Gilberto Freyre, no caso desses filhos gerados por padres, que a sua condição seria particularmente boa, pois possuindo dinheiro e prestígio, seus pais padres transmitiriam tanto aos seus descendentes de cor quanto aos brancos, certas condições favoráveis de linhagem, de posição social, de intelectualidade e de riqueza. Será? Duvidamos dessa generalidade.

Foram filhos ilegítimos de padres, dentre outros, José do Patrocínio, cujo pai era o vigário João Carlos Monteiro de Campos — por sinal proprietário de 92 escravos — e o cônego paulista Marcelino Ferreira Bueno, neto de negros da Costa e filho provável do cônego João Ferreira de Oliveira.

O próprio Feijó, supomos que fosse filho do padre Fernando Lopes de Camargo, em cuja casa foi batizado como exposto.

De qualquer modo, esses nomes são exceção. E mesmo para esses, bem como para milhares, o pai oculta-se. Raramente alguns assume o filho em testamento.

Luiz Gama, nascido escravo e filho de seu proprietário, o qual posteriormente o vendeu, deixou-nos palavras que bem exemplificam a ironia dessas paternidades “incógnitas”: “Meu pai, não ousou afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas neste país constituem grave perigo



Registros (assentos) familiares do escravo Nicolau Tolentino Piratininga. Numa das páginas menciona o falecimento de sua tia Teresa Maria de Jesus, a 26 de agosto de 1876, e de sua mãe, Guilhermina Maria Joaquina, a 7 de julho de 1878. Como o próprio Nicolau, ambas foram nascidas e criadas na Fazenda de São Caetano. Foram essas anotações que permitiram ao autor a reconstituição genealógica dessa família de escravos de São Bento.

frente à verdade no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas; era fidalgo e pertencia a uma das principais famílias da Bahia, de origem portuguesa. Devo pupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando seu nome”.

Temos, antes de tudo, que pensar na mulher; na mãe. O pai, padre ou religioso, sempre teria algo que o impedisse de ser realmente pai, e à mulher negra ou mulata cabia o sustento total de seu filho bastardo. A criança era, sobretudo, somente sua, nesses casos.

Guilhermina (1833-1878) viveu, ao que parece, quase toda sua vida em São Paulo. Além de Nicolau, Guilhermina teve mais oito filhos, um deles nascido em Sorocaba, Pascoal. Desses, atingiram a idade adulta, quatro: Nicolau, Maria, Vitorina e Pascoal. Gabriela morreu aos 20 anos e João da Cruz, Benedito e Antonia (ou Antonina) morreram ainda pequenos.

O menino Nicolau foi mais uma das 33 crianças nascidas na senzala durante a década de 1850. Teve, portanto, muitos companheiros, e, desses, muitos devem ter falecido cedo. Ele e mais 6 irmãos nasceram ainda como escravos; Benedito e Vitorina nasceram livres.

Guilhermina teve compadres diversos, entre livres e escravos. Os mesmos padrinhos de Nicolau, batizarem sua irmã Gabriela. O cadete livre Francisco Geraldo de Andrade Vasconcelos foi o padrinho de João da Cruz. Assim, era razoavelmente variado o círculo de pessoas a que ela poderia recorrer para batizar seus filhos.

Em 1877, depois do parto de Vitorina, Guilhermina adoeceu. Foi sepultada no dia 8 de julho de 1878, como pobre, na quadra geral 29, sepultura 65, do cemitério municipal paulistano. Falecera, segundo o óbi-

to, de uma lesão cardíaca, aos quarenta e cinco anos de idade.

O filho Nicolau estava na Bahia, mas soube depois do acontecimento, registrando-o em suas anotações: “No dia 7 de julho de 1878 faleceu em São Paulo a minha extremosa May”.

Entre a alforria, 1871, e sua morte em 1878, cremos que ela tenha residido na Chácara da Liberdade, anteriormente comprada por sua tia Teresa. Na chácara, viveu com sua família. Aí teve Vitorina — filha natural de Ambrósio da Conceição Oliveira, seu tio.

Guilhermina usou em vida dois nomes: Guilhermina Maria Joaquina (o último nome era o de sua mãe) e Guilhermina Maria do Espírito Santo. Vitorina e Pascoal também usaram o apelido “Espírito Santo”. Além disso, as filhas adultas também acrescentaram aos seus nomes o de sua mãe, da mesma maneira como ela o fizera. Porém, não se pode tomar ao pé da letra esses nomes. Nicolau mesmo usa para as tias, ao invés de “Espírito Santo”, o sobrenome “de Jesus”.

Guilhermina Maria do Espírito Santo foi mulher com vários adjetivos: escrava de São Bento, mãe extremosa, mulher natural do abade frei João de São Bento Pereira, ou ainda “burrinha-de-abade” na aceção popular de falsa moralidade. Mas, em verdade, foi apenas uma mulher negra e escrava que, talvez sem o saber completamente, pariu para o futuro o segredo de seu passado.

(*) Luiz Gonzaga Piratininga Júnior é Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, autor da dissertação, defendida em 1988, que se intitulava *Dietário dos Escravos de São Bento (originários de São Caetano e São Bernardo)*

Depoimento

Elvira Paolillo Braido



Acervo Elvira P. Braido

Elvira Paolillo, com cerca de 16 anos, depois de ter chegado da Itália, quando conquistou o título de Rainha do São Caetano E.C., entidade que sua família freqüentava, na rua da Matriz. Naquele tempo, conheceu João Nicolau Braido, o elegante jogador de futebol do clube. Casaram-se pouco tempo depois.

Elvira Paolillo Braido, 85 anos, nascida na rua Monsenhor Andrade, no Brás (São Paulo), viveu dez anos da infância e adolescência em Castellabata, na Itália. Em 1921, voltou para o Brasil e radicou-se em São Caetano. Aos 18 anos, casou-se com João Nicolau Braido, com quem teve quatro filhos (Wanda, Walter, Nelson e Teresa). Viveu anos difíceis com o marido, primeiro no Bairro Fundação, depois no Bairro Prosperidade. Testemunha da evolução da cidade e de acontecimentos importantes, que mudaram a face do município, do país e do mundo, Elvira Paolillo Braido, em depoimento à revista *Raízes* e para a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, narra fatos pitorescos da vida na cidade, fala dos costumes, da amizade do pai com o conde Matarazzo.

“Meu pai, Francesco Paolillo, era italiano. Minha mãe, Michelina Mione, brasileira. Papai veio para cá, casou-se e depois do quinto filho, minha mãe faleceu. Eu tinha seis anos e fui levada para a Europa. Vivi em Castellabata (perto de Nápoles, terra dos Matarazzos) até 1921, quando viemos para São Caetano. Meu pai sempre trabalhou na Matarazzo, sempre foi empregado deles. Veio aqui solteiro, casou-se novamente após a morte de nossa mãe. Ele conhecia os Matarazzo porque eram da mesma cidadezinha. O Matarazzo, lá, era muito pobre. Éramos cinco irmãos do primeiro casamento e cinco do segundo casamento. Fomos morar junto à fábrica da Matarazzo, numas casinhas que não existem mais. Quando voltei para o Brasil, fui trabalhar numa fábrica no Ipiranga, fá-



Acervo Elvira P. Braido

A sra. Elvira Paolillo Braido, em foto recente

brica de meias dos Jafets. Fiquei lá dois anos e depois casei. Íamos trabalhar de trem. São Caetano, naquela época, não tinha ruas asfaltadas. O único transporte que havia era um carro velho, do velho Massei. Todos eram trabalhadores, havia poucas fábricas: a Matarazzo, a Louças Adelina, a Cerâmica...o resto era quase deserto. O único divertimento era o salão do São Caetano, na rua 28 de Julho, com seus bailes e apresentação de dramas, em que meu pai trabalhava, no palco. Meu marido era jogador de futebol. As peças que meu pai e outros — de cujos nomes não me lembro mais — representavam eram coisa bem estudada. Papai foi diretor do São Caetano e, a cada data importante para a cidade, havia uma encenação qualquer. Os bailes eram engraçados: íamos lá, as mulheres, sentadas em roda. Os moços, ficavam no centro, em pé, saíam correndo, quando a música começava a tocar para agarrar a sua dama. Andávamos muito de trem, inclusive para acompanhar os jogadores de futebol. São Caetano jogava contra Santo André, e íamos lá. Quando nosso time ganhava dele, eles nos obrigavam a voltar a pé para casa. Havia briga das torcidas uniformizadas. São Caetano vencia e os torcedores de Santo André se punham diante da estação de trem, impedindo a gente de entrar...Para São Paulo, ia-se pouco. O Jardim da Luz, em São Paulo, sim, era passeio. Quando casei, fui tirar fotografia lá. Era assim...Havia piqueniques em Santos. Na *Pasquela*, era sagração...Sempre morei lá embaixo, na Fundação. Quando casei, fiquei lá, morei sete anos. Depois, fomos para as olarias, eu e meu marido. Meu marido, de início, tinha a olaria ali perto da Matriz Velha, perto da rua Ruy Barbosa. Depois, o Matarazzo comprou tudo. O material para a olaria, eles iam pegar na várzea do rio dos Meninos, onde havia peixe naquela época. O rio era limpinho. A gente podia beber água. Depois, a fábrica começou a soltar ácido...Depois, meu marido vendeu tudo e aca-



Os irmãos João Nicolau e Luiz Andrea Braido casaram-se, em 7 de fevereiro de 1925, com Elvira Paolillo e Palmira Mantovani, respectivamente, na Matriz Velha de São Caetano. A festa foi realizada no São Caetano E.C., na rua da Matriz, com serviço do Bufê Guarany, do Brás. Fotos do casamento não há: as economias não permitiam tal "luxo". Esta foto é de 1950, quando os noivos de 1925 comemoraram suas bodas de prata. Os tempos já eram outros...

bamos indo morar na Prosperidade, lá pelos anos 30, quando ele montou uma nova olaria. Era mato. Só havia a nossa casinha, a olaria e o mato. A gente não estava acostumado a viver no mato. Era uma casa pequena, de dois quartos e duas cozinhas, porque o meu cunhado veio para lá também. Os dois irmãos não se largavam. Para chegar na Prosperidade era preciso atravessar pela Vila Califórnia, havia um corredorzinho no meio do mato. Só depois é que fizeram uma estrada. Era preciso dar uma volta grande para chegar lá, porque, através do morro que existia, você podia chegar à Vila Zelina, Vila Bela. No começo, antes de mudarmos para junto da olaria, todos os dias eu levava almoço para o meu marido, a pé. Naquela época, isso era feito numa grande cesta de palha, com o caldeirão de feijão, com o caldeirão de arroz, a sobremesa, o litro de café, o copo, a colher, tudo pesado. Tinha de estar lá às 10 horas da manhã. Foi uma vida muito trabalhada. Mas eu faria tudo outra vez, porque venci. Tudo depende de a gente fazer as coisas com vontade. Se não tiver vontade, você não faz nada. Ficamos pouco tempo na Prosperidade. Mudamos, depois, para a Vila Bela. Muitas vezes, tinha de deixar as crianças com os sogros — João Braido e Tereza Garbelotto Braido. Foi uma época dura. As mulheres lavavam roupa no rio,

púnhamos, depois, no sol para quilar, ao sol. Depois, a roupa era colocada numa bacia e a gente levava para casa. As mulheres que não gostavam de ficar tirando água de poço, iam lavar roupa lá no rio. O fogão era a lenha. Era preciso rachar madeira. Quantas vezes eu rachei madeira... Quando morávamos na rua 28 de Julho, meu marido ainda comprava madeira para o fogão. Os quintais das casas eram grandes. Na rua 28 de Julho, lembro, o quintal da casa ia até a rua Ceará, e plantávamos



João Nicolau Braido (direita), com José Giardullo, em foto sem data, na Estância de Poços de Caldas



Os casais Luiz Andrea e Palmira Mantovani Braido e Elvira Paolillo Braido e João Nicolau Braido, nas comemorações de seus 40 anos de casamento, em 1965



A família de João Nicolau e Elvira Paolillo Braido, reunida no Clube Comercial, por ocasião das comemorações das bodas de ouro de Vittorio Dal'Mas e Antonia Braido Dal'Mas, em 20 de julho de 1962

de tudo. Todas as casas tinham horta, animais domésticos. Lembro-me da Revolução de 32: meu pai tinha muitos parentes em São Paulo. Então, ele ia visitá-los. De noite, diziam, todos ouviam o bombardeio na cidade. Também em 1924, na Revolução, havia muitos soldados na rua Monsenhor Andrade... lembro disso. Depois, saímos da Vila Bela e voltamos para São Caetano, no fim dos anos 40. Morávamos na avenida Goiás. Naquele tempo, é bom lembrar, Vila Bela e São Caetano eram uma coisa só. Era mais fácil ir até a Vila Bela do que até à Prosperidade. Morávamos na rua dos Ciclames, em cima do morro. Era só descer. Havia muitos lituanos, quase todos. Os espanhóis, portugueses, italianos, também. Nas festas de São Caetano — que podiam durar uns oito dias, porque era preciso preparar tudo, quermesse, arcos de bambu nas ruas, as barracas — vinha muita gente de fora. O pessoal da Vila Bela

descia para cá. Mais tarde, meu marido montou a fábrica, na várzea do rio dos Meninos. Lembro que ele comprou o terreno e ofereceram outra parte para ele, por 60 contos de réis. Mas ele não tinha esse dinheiro. Era uma fortuna. As crianças estudavam lá embaixo, no Grupo Senador Flaquer. Depois disso, tinham de ir para São Paulo, não havia mais escolas por aqui.

Foram bons tempos, inclusive quando acompanhava meu marido, como torcida uniformizada (listras brancas e pretas...). Graças a Deus, tenho filhos que considero bem-criados: todos começaram a trabalhar cedo, com esforço, tenho muitos netos, bisnetos, foi uma vida de luta, mas recompensada..." (Depoimento prestado a Oscar Garbelotto e Aleksandar Jovanovic).

Monte Alegre

Gisberto GRIGOLETTO(*)

V iemos do interior para São Caetano em 1914, e instalamo-nos na Rua Virgílio de Rezende, numa casa de propriedade da família Veronesi. Por coincidência, nesse mesmo ano, foi lançado um loteamento de terrenos, com facilidades de pagamento, na parte alta da cidade. Meus pais compraram um desses lotes e construíram uma modesta casa.

Naquela época, eram poucas as casas existentes na região. Lembro-me da maioria delas, que pertenciam a famílias como os Tombolim, Benedetti, Pierin, Matiello, Molinari, Marzano. A de meus pais foi a primeira a ser construída na Rua Rio de Janeiro. Em pouco tempo, muitas famílias vieram construir ali e residir no novo bairro. Embora o local não tivesse nenhuma infra-estrutura (luz era de lampião, água, de poço, banhos, de bacia e cuia; privada, no fundo do quintal; transporte, a pé), as casas alastravam-se, o bairro crescia a olhos vistos.

Entre os novos vizinhos, as amizades foram surgindo, sobretudo entre os jovens que, em razão da própria idade, tinham facilidade em cultivar esse sentimento. Surgiram, assim, as *peladas*, nos terrenos baldios, em especial entre as Ruas Minas Gerais e Bahia, os locais mais

preferidos por serem mais planos. Todos os domingos eram disputadas partidas de futebol entre os jovens residentes numa rua contra os moradores de outra rua qualquer. Durante a semana, após as aulas, a molecada, com as famosas bolas de meia, também fazia as suas *peladas*. Então, quando um moleque estava calçado (coisa rara), só podia participar na *meta* (gol) ou se tirasse as botinas. Não era fácil aparecerem bolas de borracha. Quando aparecia, o "dono" tinha lugar garantido, mesmo que suas habilidades em futebol fossem medíocres e ou nulas.

Um grupo de jovens costumava reunir-se, durante o anoitecer, de frente à venda do Sr. Busili, no começo da Rua Minas Gerais. Mocidade simples, sem vícios, sadia, trabalhadora, com muita energia para esbanjar, que brincava, tocava, cantava, falava de suas ilusões, esperanças, namoradas. Em noites de luar, todos andavam pelas ruas semidesertas, fazendo serenatas para as jovens de seus sonhos.

Como não podia deixar de ser, em decorrência das *peladas* dominieiras, no mês de maio de 1917, um grupo desses jovens (entre outros, os irmãos João e Alberto Grigoletto Lourenço, Manuel e Augusto da Silva, José Crispim, João Longo, Carlos e José Perin, Felipe Testa, Do-

mingos Salati, José Molinari), sob a luz dos lampiões da venda do Sr. Busili, fez uma reunião mais séria do que de costume, para fundar um clube que objetivava a prática do futebol. Dado à gaiatice dos jovens, o nome do clube — que deveria soar bem aos ouvidos — após inúmeras sugestões, acabou sendo Monte Alegre.

Tempos depois, instalados numa confortável sede, jogavam durante a semana pingue-pongue, dominó, damas, cartas e, aos domingos, realizavam matins dançantes para os associados e familiares. Também aos domingos, defronte à sede, em seu campo entre as Ruas Bahia, Piauí, Minas Gerais e Monte Alegre, disputavam renhidas partidas de futebol.

Todo o segundo ou terceiro domingo de maio, o Monte Alegre comemorava o seu aniversário, promovendo festivais dedicados aos sócios e admiradores. Aos sábados, na sede, encenavam-se peças teatrais, tais como *Rosas de Nossa Senhora*, *Os Dois Sargentos*, *Deus lhe parque*. Após a encenação, os pares rodopiavam no salão sob os ritmos deliciosos das valsas, tangos, rancheiras e samba, até altas horas da madrugada. No domingo, durante o dia inteiro, realizavam-se diversas partidas de futebol entre os clubes locais e os da capital (previamente convidados) para disputar troféus comemorativos. Nos intervalos das partidas de futebol, as crianças participavam de brincadeiras próprias da idade, isto é, pau-de-sebo, quebra-moringas, corrida de sacos, ovo na colher, moedas na farinha, etc. O entusiasmo da criançada era enorme durante o desenrolar das brincadeiras, porque os mais espertos, os mais ágeis, “abocanhavam” as moedas que estavam em jogo, no valor de cem, duzentos, quatrocentos, quinhentos e mil réis, prêmios mais ou menos valiosos, levando em conta a época.

Os irmãos Grigoletto, desde a fundação do Monte Alegre até 1935, participaram ativamente da vida do clube, fazendo parte da diretoria, trabalhando em todos os eventos sociais ou esportivos. Tanto assim que,

durante quatro anos consecutivos, reuniram-se os descendentes de João (Santo) e Augusto Grigoletto, formando, na época, uma equipe de futebol denominada *Onze Primos*, que participou dos festivais de 1927, 1928, 1929 e 1930, jogando contra clubes da capital, vencendo três das quatro partidas disputadas. Os primos descendiam dos seguintes irmãos: Augusto Grigoletto (João); Santo Grigoletto (Antonio, Ricieri, Jácomo e Pedro) e João Grigoletto (João, Alberto, Armando, Danilo, Gisberto e os genros Domingos e Rizzo).

Durante o decorrer de diversos lustros, o Monte Alegre proporcionou a seus associados muita diversão, muita alegria, muitos momentos de glória, de ufanismo, quer na parte esportiva quer na parte social. Caso não tivesse outros méritos, cabe-lhe a honra de ter dado o nome ao bairro que então prosperava, não parava de crescer: Monte Alegre. Aqueles jovens que, em maio de 1917, fundaram o clube não poderiam imaginar que o novo bairro, com o correr do tempo, junto com o distrito a que pertencia, hoje, graças ao denodo de ferrenhos caetanenses, entre eles os autonomistas, seria transformado num dos mais populosos e progressistas do país. Em contrapartida, sem terrenos baldios para a prática das *peladas*.

(*) *Gisberto Grigoletto nasceu em 19 de outubro de 1911, em Jaguari (atual Jaguariúna). Veio para São Caetano do Sul aos três anos de idade. Passou a residir em casa construída por seu pai, João Grigoletto, onde hoje é a Rua Rio de Janeiro: foi a quarta construída no Bairro Monte Alegre. Grigoletto foi secretário e duas vezes presidente do Clube Esportivo Lazio, entre 1932 e 1936. Ainda jovem, começou a trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Unidade Água Branca, em 1925, como simples mensageiro, tendo se aposentado na mesma empresa, em abril de 1967, como chefe dos Escritórios da Unidade Rayon.*



Nos idos de 1927, o atual bairro Monte Alegre não possuía ruas asfaltadas, iluminação pública e muito menos rede de água e esgotos. Tudo era bucólico, contrastando com o rápido crescimento, mais rápido do que o vigoroso passo dos moradores em busca de trabalho e lazer. Já naquela época, o bairro orgulhava-se de seu clube: Monte Alegre. A grande família Grigoletto participava ativamente do clube. Três irmãos — Santo, Augusto e João Grigoletto, com os filhos, formaram o notável time. Na foto, em pé, da esquerda para a direita: Santo, Ricieri, Gisberto, Danilo, Eduardo Sanches (amigo da família, sem uniforme), Jácomo, Pedro, João Grigoletto Filho e João Grigoletto (ambos de terno). Ajoelhados, na mesma ordem: Antonio, João, Alberto, Domingos Soletti (árbitro). Agachados, na mesma ordem: Paolino Alvarez (bandeirinha), José Rizzo (genro de João), Domingos de Marco (genro de João, goleiro) e Armando.

Arte Musical em São Caetano

A arte musical em São Caetano começou a florescer com a formação da Banda da Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli, fundada em 1892, e, depois, com a Banda da Sociedade Beneficente Internacional União Operária de São Caetano, fundada em 1907.

A formação dessas bandas era com músicos amadores da localidade que aprenderam a tocar os instrumentos com seus companheiros ou mesmo sozinhos. Apesar dessas dificuldades, quase em todas as famílias existia um músico.

Não era raro existir na própria família duas ou mais pessoas que, tocando instrumentos diversos, formavam conjuntos musicais que executavam belas peças clássicas ou mesmo canções populares. Conjuntos

que se improvisavam para uma festa familiar ou mesmo para uma saudosa serenata.

Com a formação de clubes sociais — São Caetano Esporte Clube, fundado em 1914; Grêmio Instrutivo e Recreativo Ideal, em 1922, e outros — foram-se formando conjuntos de danças, compostos, geralmente, por 7 ou 8 músicos — bateria, violino, piano, banjo, saxofone, pistão e trombone — que formavam um Jazz Band.

Com o progresso artístico-musical, começaram a surgir professores de músicas e conservatórios, que formaram bons artistas na arte musical clássica e popular, assim como compositores que, por falta de oportunidade, viveram ou vivem ainda, no anonimato. (Henry Veronesi)



Um conjunto formado pela Família Fasani, em foto da década de 30. Com o violino, o professor Nélio Fasani; com o banjo, Elias Fasani; com o violão, Nório Nilo Fasani e o menino Taimir Fasani, com o violino. Aparece, também, a Sr^a Sara Fasani. Todos eram residentes na Rua Rio Grande do Sul esquina com Pará.

Homenagem

João Migliani



Cezário Migliani, hasteando a bandeira nacional, no Paço Municipal, em 1º de dezembro de 1965



João Migliani, em foto de 1967

Era 1938, quando São Caetano, ainda distrito do município de Santo André, recebia, vinda da cidade paulista de Agudos, a família Migliani, composta do casal Assumpta Dalla Vale Migliani e João Migliani. Acompanhando o casal, vinham os seus nove filhos: José, Cezário, Maria, Palmira, Augusto, Gina, Mário, Antonio e Luiz.

A família Migliani, ao deixar a cidade de Agudos, veio morar no vizinho bairro de São João Clímaco, transferindo, meses depois seu domicílio para a rua São Paulo, nesta cidade.

João Migliani, ao fixar residência em São Caetano, foi trabalhar com os parentes, numa banca de jornais e revistas que se localizava ao lado da entrada da estação da Estrada de Ferro São Paulo Railway, do lado do embarque para São Paulo, na Avenida Conde Francisco Matarazzo.

Essa banca de jornais e revistas, que foi a primeira a ser montada em próprio público, ficava bem em frente à Fonte Monte Alegre que, por via de encanamentos, trazia água potável, para o centro da cidade, de uma nascente localizada num terreno da rua Rio de Janeiro, de propriedade de José Massafferro.

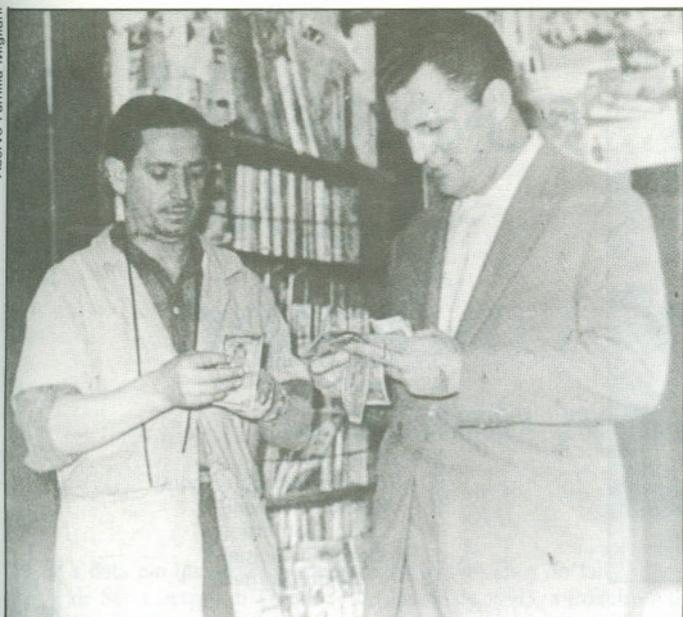
João Migliani, homem de estatura pequena, mas de uma constitui-

ção extraordinária e fibra maior, era o responsável pela distribuição do jornal *O Estado de São Paulo*, aos assinantes de São Caetano. Sua tarefa diária era penosa, pois, a distribuição era feita nos bairros do Centro, Monte Alegre e Cerâmica, sem o auxílio de qualquer condução, por mais singela que fosse. Era feita a pé e os jornais carregados no “lombo”. Se durante os dias úteis da semana encontrava dificuldades, no domingo, elas se multiplicavam visto que *O Estado de São Paulo*, já naquela época, triplicava o número de páginas.

Para poder corresponder a seu compromisso — entrega dos jornais —, aos domingos, lançava mão de um ajudante que, invariavelmente, era o filho caçula Luiz. Sua jornada de trabalho iniciava-se às 4 1/2 da manhã, terminando, lá pelas 13:00 horas. Aos domingos, terminava mais tarde.

Em 1948, os filhos Cezário, Augusto e Antonio adquiriram a banca de jornais dos seus parentes, passando João Migliani a trabalhar sob orientação deles. Os irmãos Migliani, por diversos anos, exerceram as atividades de vendas de jornais e revistas, mantendo, na Avenida Conde Francisco Matarazzo duas grandes bancas.

João Migliani, pela capacidade de trabalho, humildade e espírito



humanitário que possuía, conquistou muitas amizades na cidade. O filho Cezário Migliani, por três legislaturas foi eleito vereador — 1961 a 1972 —, não chegando a cumprir a terceira, por ter falecido antes que terminasse. Luiz Migliani, (o Luizinho da Farmácia) foi eleito vereador, estando atualmente, cumprindo o mandato que deverá se findar em 31 de dezembro de 1992. João Migliani tinha orgulho de dizer que fora o pioneiro na cidade na entrega de jornais a domicílio. Ao se transferir para o outro mundo, deixou uma lacuna, pois era querido demais pelos que o conheciam. Um dos maiores bens deixados de herança para seus filhos, foi o seu sobrenome Migliani. (Henry Veronesi.)

Augusto Migliani em sua banca de jornais, no Cine Max, em 1951, servindo um dos fregueses, Irineu Previato

João Giorgetti

Odilla Giorgetti CAVIOLI (*)

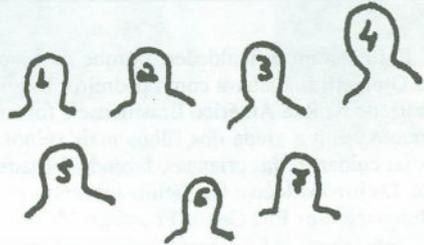
João Giorgetti nasceu em 17 de junho de 1882, na Província de Verona (Itália). Veio para o Brasil em 1891, com os pais Luigi e Irene e os irmãos Ferdinando, Guglielmo e Carlota. Faleceu em 12 de maio de 1962. Era casado com Duzolina Massaiol, nascida em 10 de maio de 1884, na Província de Veneza (Itália). Ela chegou ao Brasil em 1888, com os pais Luigi e Luiza e os irmãos Úrsula, Arcília e Neta. Aqui nasceram, depois, os irmãos Pina e José. Duzolina faleceu em 23 de junho de 1973.

Chegando ao Brasil em datas diferentes, por coincidência as famí-

lias de João e Duzolina foram encaminhadas para a mesma fazenda — denominada Pau D'Alho —, perto de Pedreira, onde se fazia plantação de café. Cresceram e trabalharam juntos na lavoura. Já moços, começaram a namorar e se casaram em 17 de setembro de 1904, em Pedreira. Continuaram algum tempo na fazenda. A vida, contudo, era difícil e a exemplo de alguns colonos e parentes, que já se haviam mudado para São Caetano do Sul, João e Duzolina decidiram partir. Primeiro, mudaram-se para Mauá, onde residiram poucos meses. Chegando a São Caetano, nos primeiros anos do século, foram morar numa vila da rua



Arquivo: Odilla G. Cavioli



- 1 — João Rodrigues
- 2 — Reinaldo Durante
- 3 — Luiz Grechi
- 4 — Geraldo Gardini
- 5 — João Giorgetti
- 6 — Duzolina Giorgetti
- 7 — Jorge Juliato

João e Duzolina Giorgetti com os genros, na Praça Cardeal Arcoverde, por ocasião das comemorações das bodas de ouro do casal, em 17 de setembro de 1954.



João e Duzolina, com os filhos e a nora.



- 1 – Armelindo Rodrigues
- 2 – Ivone Gardini
- 3 – Idiola Durante
- 4 – Natália Leoni
- 5 – Olga Juliato
- 6 – Odilla Cavioli
- 7 – Maria Pains
- 8 – Noêmia Georgetti (nora)
- 9 – Mercedes Grechi
- 10 – João Giorgetti
- 11 – Duzolina Giorgetti
- 12 – Guerino Giorgetti



- | | |
|------------------------|--------------------------|
| 1 – Shirlei Juliato | 12 – João Giorgetti |
| 2 – Roberto Rodrigues | 13 – Arcília G. Juliato |
| 3 – André Leone | 14 – Terezinha Giorgetti |
| 4 – Sérgio Juliato | 15 – ? |
| 5 – Luiz Pains | 16 – Jurema Durante |
| 6 – Helena Pains Porte | 17 – Duzolina Giorgetti |
| 7 – Sueli da Silva | 18 – Roseli Gardini |
| 8 – João Giorgetti | 19 – Hebe Luzia Grechi |
| 9 – Antonio Durante | 20 – Geraldo Gardini |
| 10 – Márcio Grechi | 21 – Wagner Durante |
| 11 – Lupércio Juliato | |



João e Duzolina com filhos e netos

Perrella. Enfrentavam dificuldades, porque os filhos iam chegando.

João Giorgetti trabalhava como pedreiro. Depois, conseguiu comprar um terreno na Rua Américo Brasiliense e foi construindo a sua casa aos poucos, com a ajuda dos filhos mais velhos. Duzolina ajudava como podia, cuidando das crianças, fazendo fornadas de pão por encomenda etc. Os irmãos João e Guglielmo tornaram-se sócios de um açougue que funcionava na Rua Conde Francisco Matarazzo (naquele tempo, Rua São Caetano), ao lado da residência da família Galleazzi, local em que, anos mais tarde, foi construído o Cine Max.

Terminada a construção da casa, a família mudou-se para lá. João continuava trabalhando como pedreiro na construção da General Motors, no final dos anos 29 e começo dos anos 30. O irmão ficava no açougue e fazia a entrega de carne com uma charrete, de casa em casa. Mais tarde, ambos adquiriram um moinho de fubá, que pertencia a um arquiteto (Ferrari), situado na Rua Santo Antônio (atual Avenida Senador Roberto Simonsen). O negócio não deu certo.

João possuía um terreno grande em volta da casa e, assim, decidiu construir um salão e abrir um armazém. Vendia fiado, as pessoas não pagavam, as dívidas se acumulavam. Precisou vender o imóvel em que morava e também o açougue. A família foi morar na rua Pernambuco,

menos o irmão Guglielmo, solteiro. Foi a época em que se iniciou a construção da Igreja Sagrada Família, na Praça Cardeal Arcoverde. João começou a trabalhar na obra, sob a supervisão do incansável padre Alexandre Grigolli. Ficou ali, desde o alicerce até a cobertura. Ele achava esquisito que a igreja não viesse a ter um forro e perguntava ao padre a razão daquilo. Mas o teto seria rebocado e receberia uma pintura especial... João era muito devoto: não faltava a uma missa dominical. Terminada a construção da igreja, João Giorgetti foi trabalhar na Ferros Enamel, à então rua Goiás, até aposentar-se.

João e Duzolina Giorgetti tiveram muitos filhos: Guerino (falecido), que foi membro do Clube Flor do Mar (junto com Humberto Ccatto); Maria (viúva); Natalina (viúva); Armelinda (viúva); Olga (falecida). Idiola (falecida); Odilla (viúva); Mercedes (viúva) e Ivone, casada com Geraldo Gardini. O casal completou bodas de ouro, em 17 de setembro de 1954, quando foi celebrada cerimônia na Igreja Sagrada Família que João ajudara a construir.

(*Odilla Giorgetti Cavioli, filha de João Giorgetti, nasceu em São Caetano; exerceu a profissão de secretária; hoje é aposentada.

São Caetano di Thiene:

o santo padroeiro da cidade

D. Glenir SANTARNECCHI (*)

Na data em que eram comemorados os 444 anos do falecimento de São Caetano di Thiene (7 de agosto de 1991), a Prefeitura de São Caetano do Sul realizava, nas primeiras horas de uma manhã ensolarada, a cerimônia de entronização da imagem do santo padroeiro, com 8 metros de altura, instalada nas encostas do Centro de Lazer Senador José Ermírio de Moraes, no Bairro Cerâmica. Com esse ato, o Executivo praticava justiça, concretizando um sonho acalentado desde a fundação da cidade, em 1877, quando os imigrantes italianos encontraram uma pequena imagem tosca na capela abandonada pelos frades beneditinos.

Hoje, a estátua de bronze de São Caetano, na torre da igreja Matriz Velha, no Bairro Fundação, não se sente mais sozinha, pois a cidade cresceu rumo ao sul e lá, no Centro de Lazer, temos um novo cartão postal. Trata-se do majestoso monumento, iluminado no ponto mais alto da cidade, para lembrar a fé inquebrantável que fez os imigrantes italianos eleger esta terra como sua nova pátria e como berço de seus filhos.

O padroeiro da cidade foi fundador da Ordem dos Caetanos, Theatinos, Chietinos ou Clérigos Regulares. Contemporâneo de Lutero, Caetano nasceu três anos antes do reformador alemão, transformando-se num dos que imploravam por uma reforma de vida e por uma revogação dos costumes do clero: "Cristo espera e ninguém se mexe", repetia (1).

Nascido em outubro de 1480, em Vicenza (Itália), filho do conde Gaspar di Thiene e da condessa Maria Porto, o futuro santo foi consagrado e oferecido à Santíssima Virgem, logo após o batismo. O menino foi chamado de Caetano, porque, como era costume, teve um tio ilustre com esse nome (nascido em Gaeta) e os pais quiseram perpetuar-lhe a memória.

Desde pequeno, Caetano mostrou-se diferente dos demais meninos, revelando grande inclinação à oração e dedicação às obras de caridade. Já era chamado de "O Santo" por seus companheiros, por ser uma criança exemplar em tudo. Completando os estudos em cursos em que sempre se destacou, doutorou-se em Direito Civil e Eclesiástico, recebendo do papa Júlio II a ordenação sacerdotal, aos 36 anos de idade. Subiu ao altar com muito orgulho.

Sua primeira experiência pastoral foi realizada na paróquia de Santa Maria do Meio, perto de Vicenza. Em seguida, dedicou-se aos santuários esparramados sobre o monte Sorrate. Chegou a Roma, em companhia do bispo Gian-Petro Caraffa, de Bonifácio Colli e de Paolo Consiglieri. Não pregou a reforma: preferiu realizá-la. Foi secretário particular do papa Júlio II e protonotário apostólico. Na qualidade de "escritor das cartas apostólicas", teve oportunidade de conhecer de perto cardeais e prelados famosos. Mas a sua resposta foi uma humilde adesão ao convite evangélico de expulsar de si todos os obstáculos para ver o bem, antes de reprovar os males alheios.

Com a morte do papa Júlio II, Caetano retorna à terra natal, dedicando-se quase exclusivamente ao serviço hospitalar. Tinha como única ambição salvar as almas. Dele o povo dizia: "Caetano no altar é anjo; no púlpito, apóstolo." Não perdia a oportunidade de pregar o



Estátua de São Caetano di Thiene, inaugurada em agosto de 1991, no Bairro Cerâmica

Evangelho, por todos os meios, procurando conduzir as almas em direção de Cristo. Foi isso que lhe valeu a alcunha de "Caçador de Almas".

Quando viajou a Roma, escolheu quatro sacerdotes que lançaram com ele os alicerces da Ordem dos Caetanos, cuja finalidade era a santificação, a observância das cerimônias litúrgicas, o combate à imoralidade e à ignorância do clero. Em 1524, o papa Clemente VII aprovou a nova Congregação e Caetano renunciou a todos os bens que possuía.

O arcebispo Gian Pietro Caraffa também renunciou aos dois bispados que dirigia (Brindisi e Chieti), para dedicar-se totalmente à vida monástica. A idéia da fundação da Congregação era de Caetano, mas ele próprio colocou-se à margem do processo. Caraffa foi o primeiro superior-geral da Ordem. Os seguidores do santo, não se pode dizer que fossem numerosos: no começo, a Congregação era composta por apenas quatro membros. Quatro anos depois, eram doze. Mas eram como um punhado de fermento destinado a levedar as massas.

Aos religiosos da nova Ordem deu apenas uma regra que os obrigava à mais completa pobreza, proibindo que aceitassem a mínima recompensa pelos trabalhos executados e vedando-lhes que pedissem esmolas. Por mais rigoroso que esse gesto pudesse parecer, houve os que pediram para ser aceitos como membros da nova Ordem, cuja primeira casa foi fundada em Roma. Um ano mais tarde, contudo, precisaram fugir da cidade, em função da invasão do exército imperial. A segunda casa da Ordem acabou sendo fundada em Nápoles. Vicenza, Roma, Verona, Veneza e Nápoles foram o palco em que Caetano se desdobrou, em companhia de seus irmãos da Ordem, no trabalho de renovação dos costumes do clero e no combate à imoralidade.

As várias obras de caridade encetadas por Caetano podem ser resumidas por uma que lhe valeu a gratidão do povo de Nápoles. Naquela época, as autoridades civil e eclesiástica da cidade do sul da Itália tinham resolvido introduzir a Inquisição para contar com uma forte arma contra as idéias provenientes da Alemanha reformista. O povo havia se arregimentado contra o plano e a situação era tão grave que se previa um movimento revolucionário. Os esforços dos mais sensatos, para pacificar a população, eram inúteis. Caetano, vendo o prejuízo que adviria da luta entre irmãos e os obstáculos que similar confronto significaria para a sua campanha de desarmamento dos espíritos, suplicou a Deus que aceitasse sua vida em troca da paz e da concórdia entre povo e autoridades. Em seguida, Caetano adoeceu gravemente e faleceu. Após a morte de Caetano, os ânimos serenaram, os espíritos foram desarmados e

a calma voltou à região. Houve unanimidade de opiniões: a paz deveria ser atribuída à intervenção de Caetano.

O Concílio de Trento foi interrompido em 1547 por razões alheias à vontade do papa. São Caetano via no Concílio uma solução para salvaguardar e defender a fé e a renovação dos costumes do clero. Sofreu amargamente com a interrupção do Concílio, o que pode ter acelerado a sua morte. Em 67 anos de vida, Caetano esteve unido a Deus, servindo ao próximo. Morreu em 7 de agosto de 1547, tendo dito ao receber a extrema-unção: "Meu Salvador morreu na cruz. Deixa-me morrer sobre as cinzas." Ao expirar, disse, ainda: "Não há outro caminho para o Céu a não ser o da inocência ou da penitência. Quem abandonou o primeiro, tem de trilhar o segundo." Oito anos após a morte de Caetano, ocorrida em Nápoles, Gian-Pietro Caraffa foi eleito papa, com nome de Paulo IV, tornando-se verdadeiro reformador da Igreja.

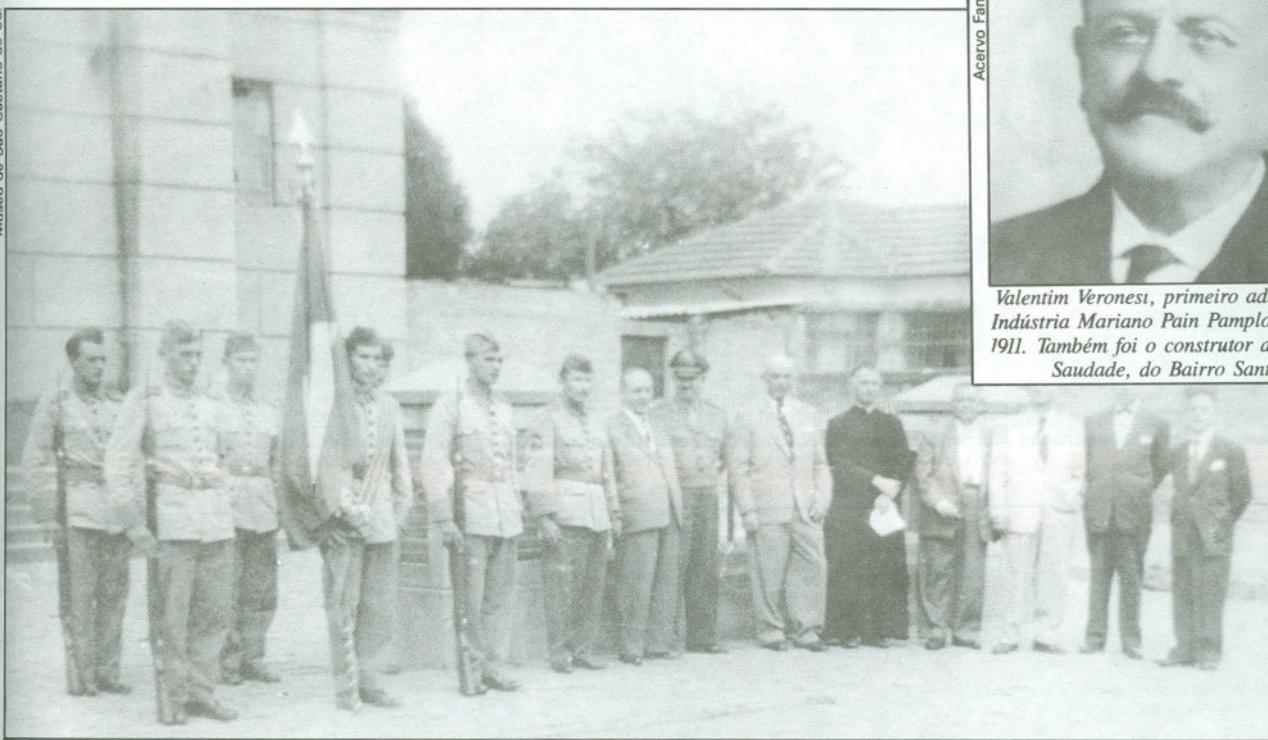
Invertido no álbum de ouro dos santos, em 1671, ao contrário de Lutero, Caetano operou sua reforma de baixo para cima: dedicou-se ao apostolado entre os pobres e deserdados, abriu asilos para os velhos e fundou hospitais. Aos venezianos, que o queriam em sua cidade, respondeu: "Deus está em Nápoles, como em Veneza." Ficou em Nápoles, onde havia mais trabalho. O calendário da Igreja consagra o dia 7 de agosto a São Caetano di Thiène.

NOTAS

(1) Desde 1972, vimo-nos dedicando à pesquisa da vida e obra de São Caetano, santo da Divina Providência. A partir de 1980, aproveitando as comemorações do 500º aniversário de nascimento de Caetano, elaboramos um histórico completo da vida do santo, sob o título *Histórico de São Caetano*. O texto foi publicado, em 1981, pela Prefeitura Municipal.

(*) D. Glenir Santarnecchi é advogado, jornalista, professor, escritor e mestre em Direito Civil, pela PUC-SP. Atuou, durante duas décadas, na Prefeitura de São Caetano. É autor de diversos artigos e opúsculos sobre a História da cidade e do santo padroeiro.

Museu de São Caetano do Sul



Cerimônia de juramento à Bandeira, em 16 de abril de 1952, da primeira turma do Tiro-de-Guerra 277, de São Caetano. Da esquerda para a direita, em trajas civis: professor Benedito de Moura Branco, Angelo Raphael Pellegrino (prefeito), padre Ezio Gislimberti, Daniel Giardulo (diretor da Fazenda), Bruno Bisquolo, ?, José Bonifácio de Carvalho (doação de J. Bonifácio de Carvalho)

Acervo Família Veronesi



Valentim Veronesi, primeiro administrador da Indústria Mariano Pain Pamplona, em foto de 1911. Também foi o construtor do Cemitério da Saudade, do Bairro Santa Paula

Museu de São Caetano do Sul



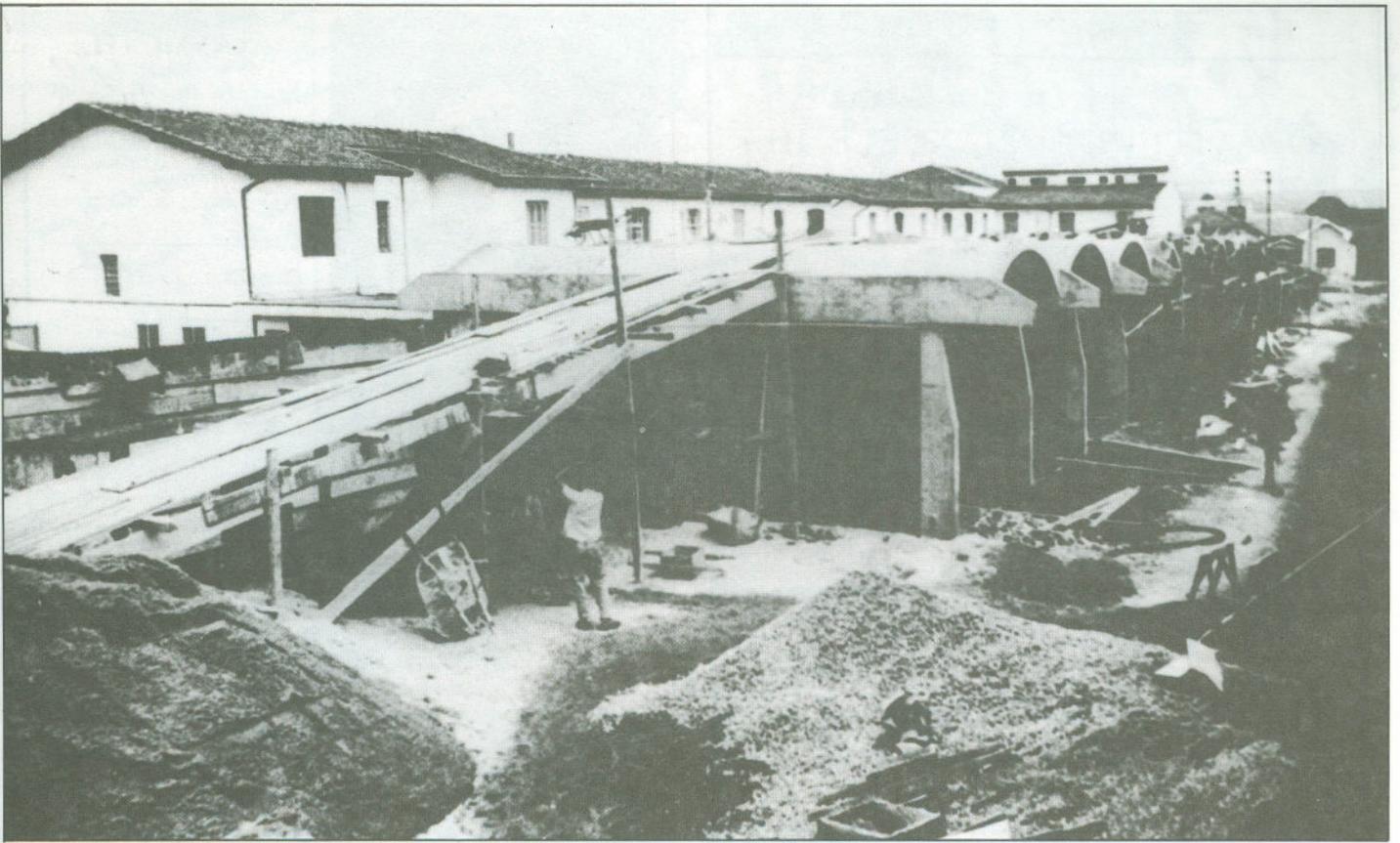
Festa de formatura da Escola de Corte e Costura Princesa Isabel (circa 1947). Sentados, da esquerda para a direita: João Vicentini; ?, Maria Faria Vicentini (diretora), ?, José Bonifácio de Carvalho (filho do coronel Bonifácio de Carvalho), José Pereira Martins. O padre Ezio Gislimberti, à época pároco da igreja Matriz Sagrada Família, era o orador acompanhado pelas formandas. A solenidade foi realizada no Clube São Caetano e o curso funcionava no prédio do Carioca (doação: Benedita Vicentini).



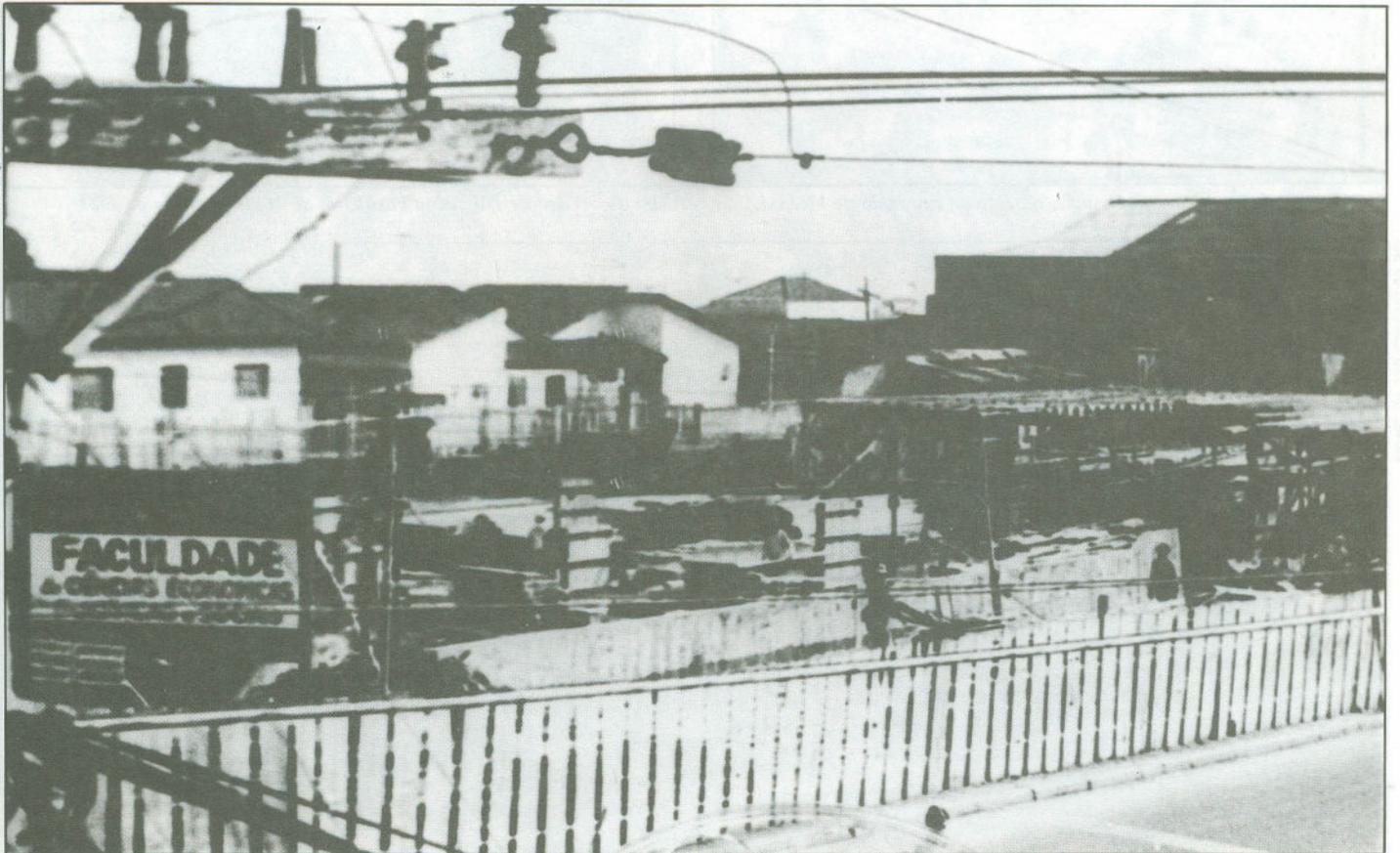
Casamento de Lúcio D. Aparício com Inácia Martim Domingues Del Rey, em 20 de setembro de 1924, em São Caetano do Sul (doação de Luiz Antonio M. Poveda)



Foto da formatura de Corte e Costura, realizado no Clube São Caetano (circa 1952). Sentados, da direita para a esquerda: Matheus Constantino, Fernando Piva e o professor Felício Laurito. As formandas, da esquerda para a direita, são: ?, ?, ?, Mafalda Lorenzini, Maria Vicentini (professora e diretora), Rosa Dal'Mas, Edméia Marcucci, Judite Dal'Mas, ?, Mistéria Cuccato Costa (doação: Família Constantino)



Flagrante das obras da Escola Municipal de Educação Infantil José Ferrari, na Rua Paraíba (Centro), em 1968



Obras da Faculdade de Ciências Econômicas de São Caetano do Sul, em 1968, à Rua Visconde de Inhaúma (Bairro Nova Gerti), cujo prédio acabou sendo destinado à Fundação das Artes que funciona ali até hoje

Il presente Passaporto è valido per un anno

IN NOME DI SUA MAESTA'
VITTORIO EMANUELE III
PER GRAZIA DI DIO E VOLONTÀ DELLA FAZIONE
RE D'ITALIA

PASSAPORTO

rilasciato *Gaspari Sereno*
figlio di *Francesco*
e di *Lucrezia Depanzeris*
nato a *Montebelluna (Provincia di Vicenza)*
il *30-4-1901*
resid. *Montebelluna (Provincia di VICENZA)*

Stato civile *INMIGRAÇÃO*

Professione *Comerciante*

Sa leggere *4* Sa scrivere *3*

Posizione di leva *Sanzionato*

Paese di *Località*
destino *Stato Brasile*

II (1) *M. B. Depanzeris*

Il presente Passaporto è rilasciato al Passaporto




CONNOTATI

Statura m. *170*
Fronte *ug*
Occhi *verdi*
Naso *ug*
Bocca *ug*
Capelli *cast*
Barba *ug*
Baffi *ug*
Colorito *cast*
Corporatura *bella*
Segni particolari *?*

Firma *Gaspari Sereno*

Visto per *Autenticazione* della fotografia e della firma.

II (1)

S.A. FONDO
LIRE 100
882032

Passaporto rilasciato
VICENZA di **VICENZA**
di *1696*
Passaporto
Registro corrispondente
del rilascio *28 GEN 1924*

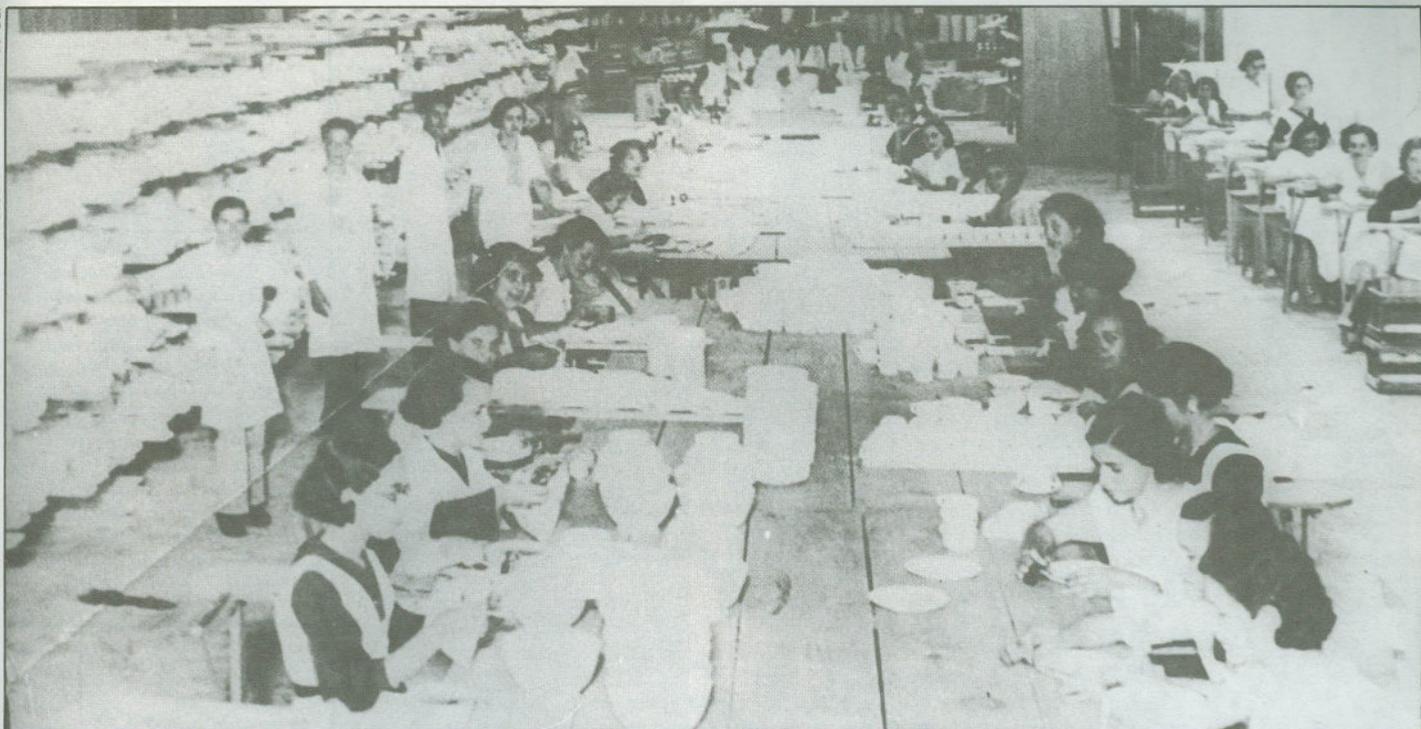
LIRE 100
882032

Autenticazione.

Passaporte italiano de Sereno Gaspari, nascido na Província de Vicenza, com carimbo do Serviço de Imigração brasileiro, de 26 de fevereiro de 1924



Prédio da Casa Vincenzi, em 1940, na confluência da Avenida Goiás com a Rua Amazonas. Note-se a bomba de gasolina, na esquina, uma das quatro únicas existentes na cidade, à época (doação de Bruno Vincenzi)



Festa na Seção de Pintura da Fábrica de Louças Adelina, em 7 de dezembro de 1935. À esquerda, as moças sentadas são, em ordem crescente: Norma Perrela, Irma Volpi, Arcenia Lorenzini, ?, Carmela Paulilo. Os rapazes, à esquerda, em ordem crescente são: Ercílio Savioli, Florial Alvarez e Jayme da Costa Patrão (doação de Jayme da Costa Patrão)



Ano de 1935: foto da Congregação Mariana, no dia da bênção da bandeira, doada por Maria Fiorotti Leoni (madrinha da congregação) e cujo emblema foi conseguido por Adolfina Cecatto: Sentados, da esquerda para a direita: Antonio Coppini, Ângelo Benedetti, João R. Martins, padre Alexandre Grigolli, Maria Fiorotti Leoni, Adolfina Cecatto, João Molinez, Antonio Ferrari, José Piazzentin. Agachados, da esquerda para a direita: Antonio Ferreira, Albino Cisto, Luiz Giopatto, Verino Ferrari, Nestor Papa. Aparecem, ainda, Celeste Biagi, Israel Perrella (ao lado da bandeira), Otávio Fiorotti, Gabriel Perrella, Antonio Cabral, Walter Scartozini, Acácio Montini, Vítório Montanheiro, Carmine Perrella (doação de Umberto Cecatto)



Foto, sem data, da Chácara Boa Vista. Da esquerda para a direita, em pé: Primo Marchiori, Vitória Marchiori, Felix Niedhardt, ?, Frederico ?, Berta Famula, Augusta Fiorotti Thomé, Carlos F. Niedhart, a mãe de Berta Famula. Sentados, da esquerda para a direita: Aristides Marchiori, Ricieri Marchiori, Helena Marchiori e Geni Marchiori (doação de Laura Fiorotti)



Ano de 1917: foto da Escola Feminina, que funcionava no começo da rua Rio Branco. A professora é Bernardina Jardim Martins. Aparecem, entre outras, Idalina Bálamo, Esperança Martorelli, Tarcília Martorelli, Aurélia Perrella, Cosma Marzano, Vitória Fiorotti, Teresa Cavana, Maria Joana Bálamo, Irene Milani, Margarida Fiorotti, Palmira Mantovani, Maria Ulhame, Herminia Perrella e Santa Cavana (doação de Maria Joana Fiorotti)



Foto dos jogadores Bruno Mazzutti e Adame, no Corinthians, em 1934 (doação de Bruno e Virgínia Mazzutti)

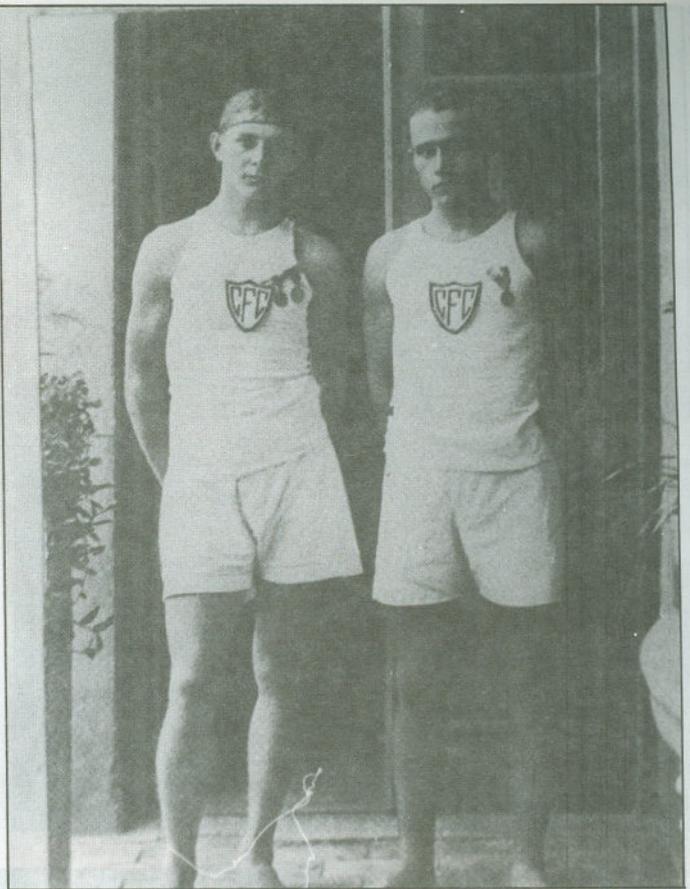


Foto de José Fiorotti, campeão do Interior na modalidade corrida, quando representou a Prefeitura de São Bernardo (1928), tendo recebido duas medalhas de ouro. Ao lado, José Raimundo (doação de Otávio Fiorotti di Luigi)



Foto sem data, tirada no campo do Cerâmica F.C. Trata-se da equipe do Corinthians, fundado em 1933. Aparecem na foto José Previatello, Bisoca, Dedão, Otávio Fiorotti, Sebastião, César, Francisco, Lodi, Nabi, Fernandes, Albino, Atílio Bosco, Antonio Silva, Raphael Timpani e João Guita (doação de Otávio Fiorotti di Luigi)



Clube Atlético Adelina, 1922. Em pé: Ettore Galo (à esquerda) e José Fiorotti. Maurício Doré, agachado (doação de Otávio Fiorotti di Luigi)



Postal do curandeiro Vicente Rodrigues; circa 1930 (Doação de Luiz Antonio M. Poveda)



Foto de Alzira Tenca, em 1930, quando venceu o concurso para Rainha do Clube Esportivo Lazio. Recebeu como prêmio um relógio. Alzira Tenca foi casada com Aurélio Tenca, subprefeito de São Caetano, em 1937, durante o governo de Felício Laurito (doação de Alzira P.S. Tenca)



Foto, sem data, do barbeiro José Cervan Sedeño, cuja barbearia estava situada na rua Nove n.º 910, atual rua Manoel Augusto Ferreirinha n.º 936. O freguês é Francisco Cervan Sedeño (doação de Francisco Cervan Dias)



Casa de Matheus Constantino, com a frente voltada para a rua Amazonas. Nesta foto, registrada nos anos 20, vê-se o muro lateral, aparecendo da direita para a esquerda: Marieta Constantino, Concetto Constantino, Romeu Masini Soares de Souza (criança), Odete Masini, Tosca Masini, Norma Masini Soares de Souza, Bruna Bisquolo (esposa de Concetto Constantino) e Margarida Constantino (doação da Família Constantino).



Cena registrada na chácara dos Fiorotti (atual rua Boa Vista), em 15 de novembro de 1954, durante a comemoração das bodas de ouro do casal Francisco e Ângela Fiorotti. Da direita para a esquerda: Luiz Fiorotti, Aparecida Fiorotti Monte, Laura Fiorotti Fâmula, Carmela Fiorotti Déa, Itália Fiorotti Niedhert, Rosa Fiorotti Zanotti, José Fiorotti. Sentados: Santa Fiorotti Gandolpho, Ângela Fiorotti, Francisco Fiorotti, Augusta Fiorotti Thomé e Irma Fiorotti Monte (doação de José Fiorotti).



Jardim da Luz, 1921, ocasião em que se celebrava a missa de 30 dias do falecimento de Carmine Barile. Da esquerda para a direita: Amabile Barile, Ana Buener, Cosimo Barile e Ana Maria Barile (doação de Marcelino De Nardi)



Desfile dos alunos da Escola Senador Flaquer, em 1940, ao longo da rua 28 de Julho (doação de Maria Marlene Garcia)



Antiga rua Nove, atual Manoel Augusto Ferreirinha, em 1946. A casa à esquerda é da família Stefano; à direita, a de Valentim Rodrigueiro. Aparecem na foto, da esquerda para a direita: Maria Branco, Conceição Frias Marchi, Maria Marchi e Carmen Branco (doação de Francisco Cervan Frias)



Começo dos anos 30: rua Amazonas com Monte Alegre. A cena foi registrada diante da residência de Ambrozina Prestes Albuquerque (esquerda), vendo-se, ainda, M. Madalena (centro) e Assunta Ferrero (doadora da fotografia).



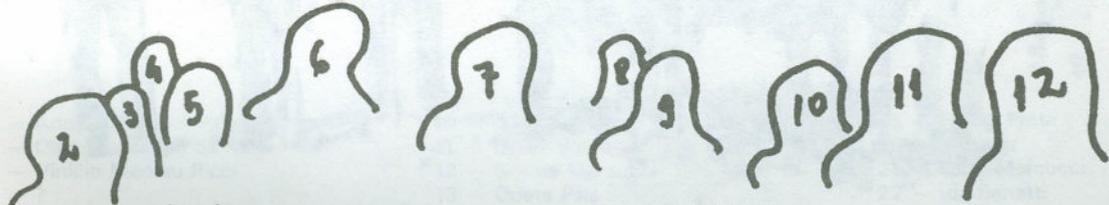
Foto, sem data, de antigos moradores de São Caetano. Da esquerda para a direita: Alfredo Bento (Português), casado com Adelaide Coppini; Caetano Coppini; Francisco Mazzutti; Coriolano Coppini, e Benedito Molinari (doação: Família Scarazzato)



Piquenique de moradores de São Caetano, em 1945; Flávio Nichele (de chapéu) morava à rua Alfredo Flaquer, 50, atual rua Herculano de Freitas (doação de Liliana Nichele Conci)



Década de 30: reunião de amigos, vinculados à Sociedade Internacional. O local do encontro era a rua São Caetano (atual Avenida Conde Francisco Matarazzo com rua Serafim Constantino).



- 1 - ?
- 2 - Salim Locoselli
- 3 - Carlo Cucatto
- 4 - ?
- 5 - João Bisquolo
- 6 - Francisco (Keko) Garbetto
- 7 - José Giardullo
- 8 - ?
- 9 - David Cucatto
- 10 - David Cremonesi
- 11 - Venâncio (?)
- 12 - José (Jucão) Mariano Garcia Jr.



Piquenique em benefício da construção do Hospital São Caetano (circa 1947). Em pé, da esquerda para a direita: José Cambaúva, Roberto Poli, Avelino Poli, Geraldo Cambaúva, dr. Kirche, Jordano Vincenzi, Anacleto Campanella, Mário Parisio, dr. Ângelo Zambon, Jayme da Costa Patrão, Maria Clara Morselli, Leonildo Morselli, Ricardo Falchero e Enio Imparato. Sentados, da esquerda para a direita: Ana Maria Cambaúva, Armando Coppini, Aracy Campanella, Maria Campanella, Arcília Vidalez Cambaúva. Em pé: Ladišlene Cambaúva. Sentados: Antonio Carlos, Maria Rene Poli (Nena), Palmira Poli, Alzir Cambaúva, Iracema Flores Vincenzi (no colo) e Luíz José Vincenzi (doação de Arcília Vidalez Cambaúva)



Foto de 1937, na Várzea dos Ferraris (ao fundo, a rua São Jorge e à frente, a rua Major Carlo Del Prete, onde hoje se localiza o Clube Recreativo Braído). Da esquerda para a direita: Humberto Ferrari (12 anos), André Marinotti, Henrique Arnoude, Francisco Ferrari e Ângelo Ferrari (doação de Humberto Ferrari)



Festa de Natal de 1951, organizada por Bruna Cassetari Ricci, na Prefeitura de São Caetano do Sul

1 – Ângelo Raphael Pellegrino	10 – José Holanda	19 – Felício Petta
2 – Olga Montanari de Melo	11 – Ofélia Barile	20 – ? Costa
3 – Vinício Nicolau Ricci	12 – Norma Marcucci	21 – Luiza Marcucci
4 – ?	13 – Odete Pais	22 – Ida Benatti
5 – Samuel Massei	14 – Carlos Pais	23 – Raquel Baraldi
6 – Júlio de Mello	15 – Armindo Ortega Martins	24 – Idalina Zambotto
7 – Sofia Sampaio	16 – Mafalda Lorenzini	25 – Maria Francisca Pais
8 – Bruna Cassetari Ricci	17 – Olga Curvelo	26 – Rui Barbosa de Melo
9 – Luiz Rodrigues Neves	18 – Lauriston Garcia	27 – Ana Maria Barile

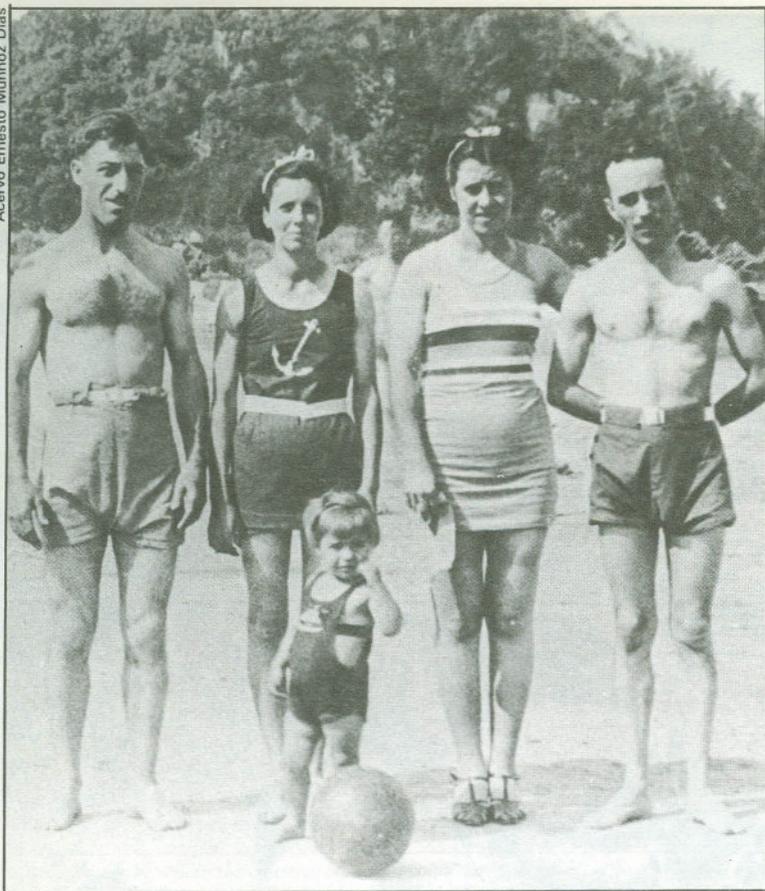


Foto de 4 de setembro de 1938, em Santos. Da esquerda para a direita, Waldemar Dea, Laura Munhoz Dias, Soledad Roda Munhoz, Ernesto Munhoz Dias e Rosita Munhoz Dea (a menina)



O maestro Joaquim Capochi (maestro da Banda de Savóia) com a esposa Amália, em foto de 1905 (doação de Hermínia Perrella)



Foto de 1953, oportunidade em que os prefeitos de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul obtiveram autorização do presidente Getúlio Vargas para captar 2 metros cúbicos de água para abastecer a região. Na foto, da esquerda para a direita: Getúlio Vargas, Fioravante Zampol, prefeito de Santo André, Lauro Gomes de Almeida, prefeito de São Bernardo do Campo e Anacleto Campanella, prefeito de São Caetano do Sul.



Inauguração da 71ª Circunscrição de Trânsito, em São Caetano do Sul, em 1951, à Rua Rio Grande do Sul. O delegado era Vicente Pascoal Jr. Entre outras pessoas, aparecem Aurélio (chefe dos escrivães da Delegacia da cidade), Fernando Diegues, Orlando de Souza, João Relá, Benedito de Souza (Ditinho) e Gentil de Oliveira. O carro, da Auto Escola Souza, é um Chevrolet 1927.

